

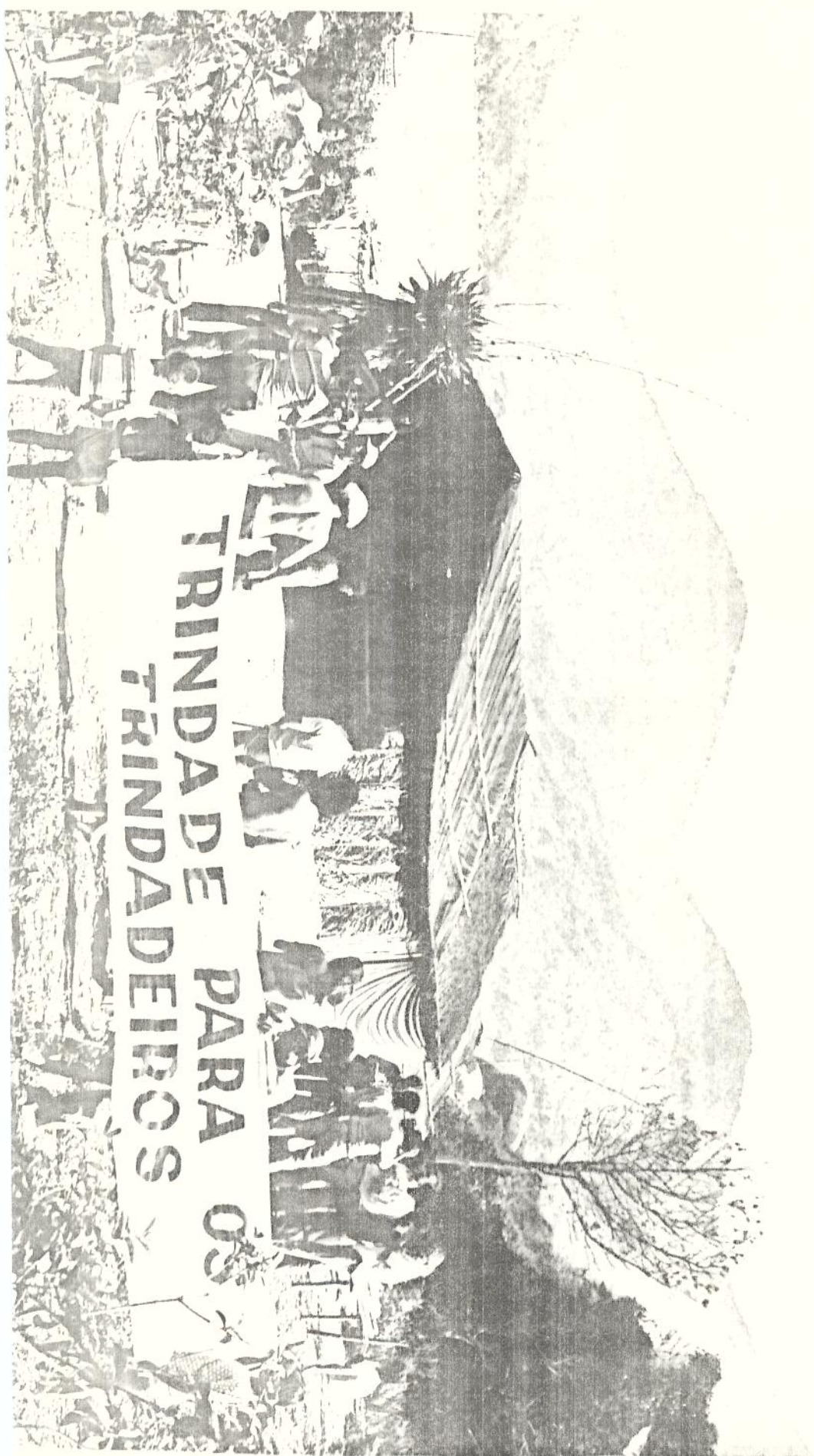
CHRISTINE LHOTTE

TRINDADE PARA OS TRINDADEIROS

- . Dissertação de Mestrado em Antropologia, apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, sob a orientação de PETER FRY.

Campinas - 1982

**UNICAMP**  
**BIBLIOTECA CENTRAL**



Ao Guillaume,  
ao Peter e à Eliane  
e a tôdas as pessoas que,  
de uma maneira ou outra  
me ajudaram na elaboração  
dêsse trabalho.

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO . . . . .	pg. 001
- Apresentação . . . . .	pg. 001
- O Município de Parati . . . . .	pg. 016
- Características da luta em Trindade . . . . .	pg. 026
 CAPÍTULO I: O passado remoto e as raízes do conflito (1500 - 1900) . . . . .	 pg. 030
 CAPÍTULO II: A comunidade antiga (1900 - 1971) . . . . .	 pg. 040
- os homens, a pesca, a lavoura de subsistência e o trabalho fora de Trindade . . . . .	pg. 040
- as mulheres - a mudança de papel dentro da estru- tura familiar . . . . .	pg. 054
- recapitulação . . . . .	pg. 058
 CAPÍTULO III: A propriedade e a posse da terra (1900-1971)	pg. 066
 CAPÍTULO IV: Mêdo e mudança: uma aldeia visitada por uma multinacional (1971-1978) . . . . .	 pg. 078
- quem é a "Companhia" . . . . .	pg. 078
- como a Cia. conseguiu comprar as posses . . . . .	pg. 082
. A entrada da Cia. na aldeia e a primeira tentati- va de compra das posses . . . . .	pg. 082
. A intimidação pela violência . . . . .	pg. 083
. A tentativa de reação dos posseiros não Trindadei- ros e suas consequências . . . . .	pg. 088
. A procura das autoridades locais . . . . .	pg. 091
. Os advogados que incentivaram as vendas . . . . .	pg. 093
- A mudança na aldeia, as vendas . . . . .	pg. 096
. a reunião para não vender	
. as ameaças continuaram e as famílias começaram a vender . . . . .	pg. 098



. a barganha dos preços . . . . .	pg. 101
. os outros elementos que influenciaram as vendas .	pg. 104
- A aldeia após as vendas . . . . .	pg. 109
. alguns turistas tentam conseguir um advogado afim de encaminhar a luta jurídica . . . . .	pg. 110
. na aldeia, muitas famílias saem, outras ficam . .	pg. 112

#### CAPÍTULO V: Primórdios da "Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro" (SDLB). (Jan/1978-jun/1978) . . . pg. 121

- no início uma iniciativa individual . . . . .	pg. 121
- a ligação com São Paulo - a procura do advogado . .	pg. 128
- o advogado e a luta na justiça . . . . .	pg. 129
- como aos poucos articulou-se a luta . . . . .	pg. 137
- como nasceu a "Sociedade de Defesa do Litoral Brasilei <u>l</u> leiro" (SDLB). . . . .	pg. 142
- quem eram os membros da SDLB . . . . .	pg. 146

#### CAPÍTULO VI: Alianças e Conflitos (jun/1978-mai/1982) .. pg. 166

- o clima de euforia e a união milagrosa . . . . .	pg. 169
- o segundo acôrdo ou quando as coisas se complicam .	pg. 173
- reviravolta da situação . . . . .	pg. 181
. a passeata em Parati . . . . .	pg. 182
. os Trindadeiros nem sempre seguem . . . . .	pg. 185
. intermezzo . . . . .	pg. 189
. o julgamento desfavorável . . . . .	pg. 191
. o despejo . . . . .	pg. 192
- A terceira proposta de acôrdo e o fim da SDLB . . .	pg. 199
. as primeiras reações . . . . .	pg. 199
. a reunião dos "cinco" x Jarbas x Paulo Antunes .	pg. 201
. a SDLB se reúne . . . . .	pg. 202

. a reunião da desunião . . . . .	pg. 202
. a nova votação . . . . .	pg. 205
. nem tudo que acontece é ruim . . . . .	pg. 206
. mas ... . . . .	pg. 207
. as últimas tentativas de reestruturação e o fim da SDLB . . . . .	pg. 209
- A assinatura do acordo . . . . .	pg. 211
CONCLUSÃO . . . . .	pg. 218
ANEXOS . . . . .	pg. 240
I Localidades do município de Parati confrontadas com o problema da terra . . . . .	pg. 240
II Lendas - o fugitivo e o alferes . . . . .	pg. 252
- fantasmas e piratas . . . . .	pg. 252
- as três marias . . . . .	pg. 253
Publicidade da Cia.: "Notas históricas sobre La ranjeiras e Parati . . . . .	pg. 255
III Alguns componentes da vida sócio-econômica . . .	pg. 256
IV A composição dos acionistas da Adela em 1972 ..	pg. 269
BIBLIOGRAFIA . . . . .	pg. 272
- livros . . . . .	pg. 272
- jornais . . . . .	pg. 277
- mapas . . . . .	pg. 277
- fotos . . . . .	pg. 278

INTRODUÇÃO

14 DE MAIO DE 1978

Eis a minha primeira viagem para Trindade: último povoado do Estado do Rio de Janeiro, no município de Parati com uma situação fronteiriça que o coloca sob a influência tanto de Parati (RJ), quanto de Ubatuba (SP). Não supunha na época que esta seria a primeira, de numerosas viagens.

Uma grande amiga e colega da turma da Unicamp - Helena - vinha me falando há várias semanas daquele vilarejo: "um lugar esplêndido, a beira mar, que vivia uma situação dramática. Há dois ou três anos, o lugar foi comprado por uma multinacional - a Brascan/Adela - que logo em seguida o invadiu e tentou expulsar pela força, os posseiros que habitavam no local há gerações.

Muitas famílias venderam suas terras e foram embora. Umas quinze ainda estavam na aldeia durante o carnaval de 1978, mas tinham recebido intimações de despejo do poder judiciário de Parati e eram perseguidos por quarenta jagunços armados instalados na aldeia. Durante as férias de carnaval, porém, a aldeia - recebeu numerosos turistas que, vendo a situação que tinha sido criada, se juntaram para tentar ajudar a população. O Dr. Sobral Pinto, advogado bem conhecido no Rio de Janeiro, aceitou defender a causa".

"Agora a situação melhorou, continua Helena, mas precisamos de ajuda. No fim de semana que vem, vai ter uma caravana ecológica em apoio a Trindade e será o dia da posse da Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro" (1), virá o Prefeito de Parati. Estamos indo. Você vem? Quem sabe você faz a sua tese lá?".

Fiquei meio reticente, pois essa história me lembrava a época pós 68 na França, quando eu frequentava um grupo político. Época em que muitos estudantes ou recém-formados moravam em bairros populares e trabalhavam como operários na fábricas onde militavam. (2)

Muitas desilusões e o fim de muitas fantasias tinham-me deixado desde então, longe de qualquer grupo ou atividade política. Acabei indo, em parte por causa de Helena, em parte por curiosidade, ou talvez empurrada por um certo saudosismo.

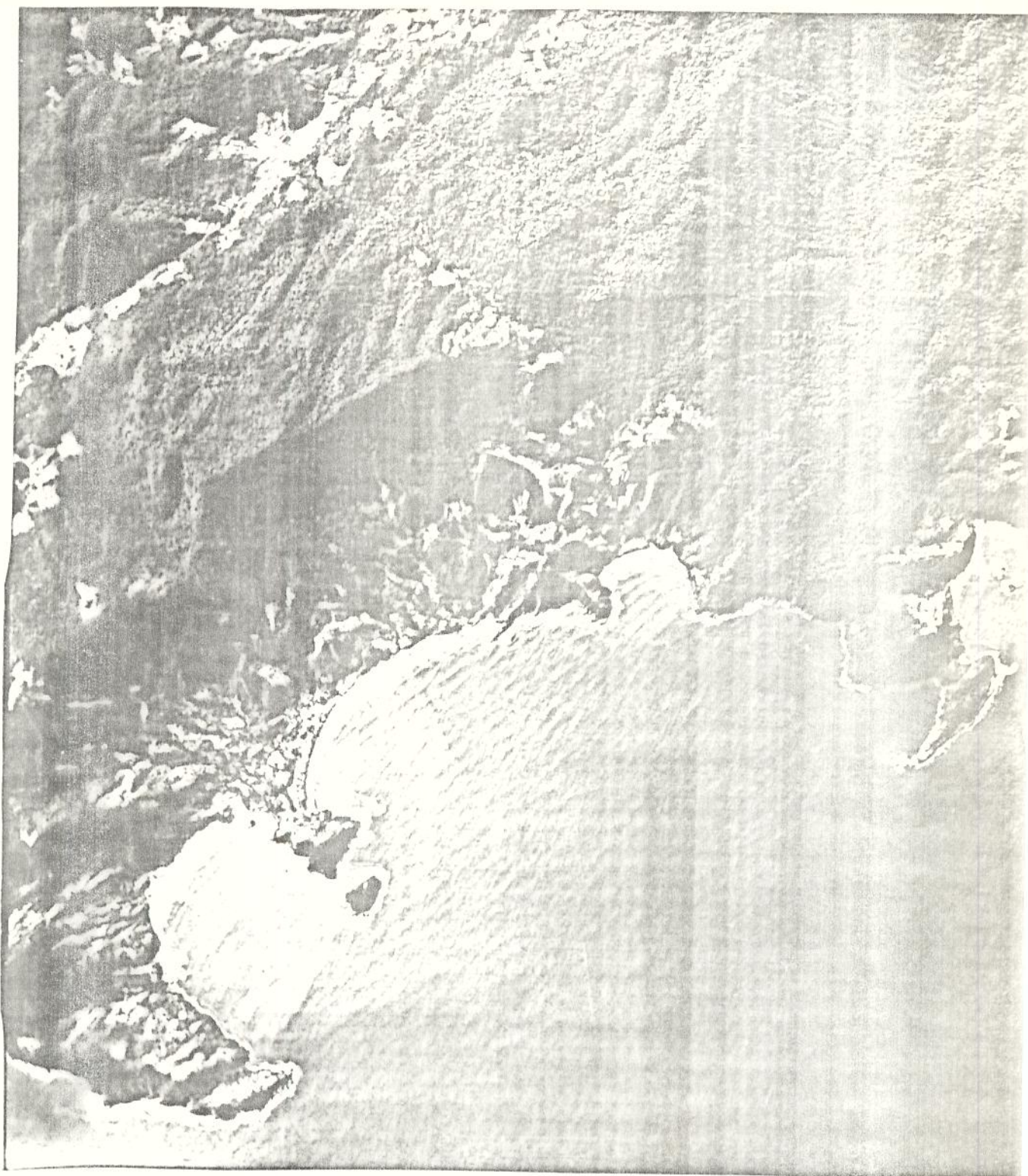
De caravana ecológica, aparentemente, só o nome: poucos carros - nenhuma caravana; de fato, chegamos antes da maioria das pessoas e entramos sozinhas no caminho da terra de 7 km - que liga a estrada Rio-Santos a Trindade.

Na primeira parada que fizemos, mais ou menos na metade do caminho, observamos, à nossa direita, uma barraca de lona e um homem sentado na frente, na beira da estrada. Chamava-se Sr. Antonio - Helena e Jorge conversaram com ele - ouvi as palavras "despejo, não pode ficar na aldeia, vai ficar na estrada, é assim mesmo; tem muitos jagunços em baixo mas estão calmos; a mulher está na aldeia em casa de parentes, com os filhos, - mais tarde ele vai descer ..."

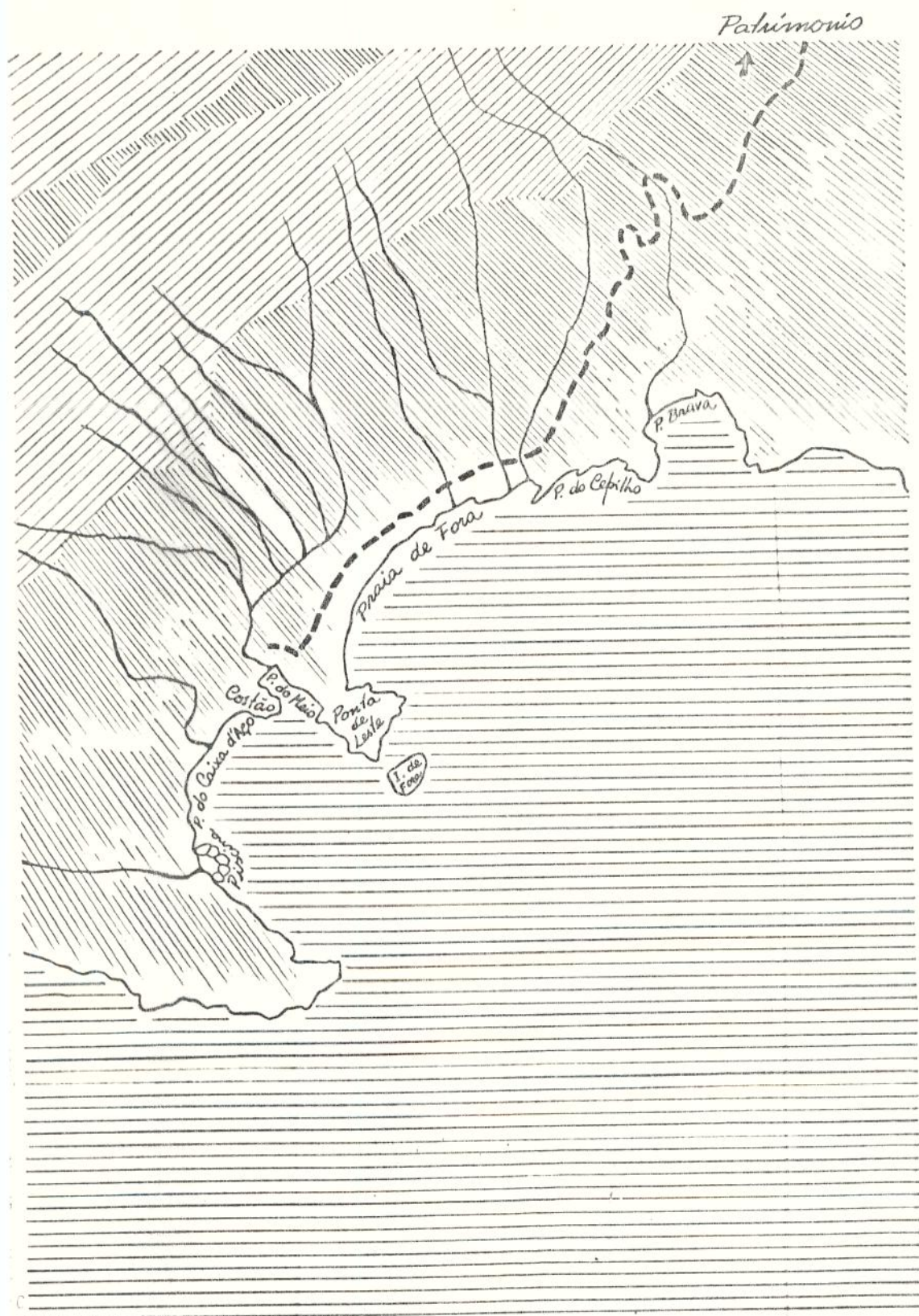
Continuamos o caminho que começa a descer em direção ao mar. Não entendi bem do que se tratava. Pedi explicações: "O - Sr. Antonio é o maior líder da aldeia. Despejado uma primeira vez, ele reconstruiu a sua casa na posse de lavoura - da qual foi novamente despejado antes de ontem. Não tendo aonde ir, colocou a barraca na estrada pública ..." De repente, minha atenção passou do Sr. Antonio para a paisagem que se oferecia à minha vista.

Para quem, como nós, chegava pela estrada que se iniciava no vilarejo do "Patrimônio", o panorama que se oferecia à vista era esplêndido. A região de Trindade localiza-se na Serra do Mar, ao longo do litoral. A estrada para chegar lá é tortuosa e montanhosa. A vegetação é exuberante, densa e variada. A floresta é composta de árvores de todos os tipos, samambaias e prasitas. À medida que o caminho que percorríamos começava a descer, notava-se uma mudança na paisagem: a floresta ficava - menos densa e começava a se misturar com bananeiras, sapê, capim gordura e outras espécies.

Em uma das curvas, a paisagem nos surpreendia, pois podíamos enxergar lá de cima quase todas as praias que fazem parte da aldeia. Nesse ponto podíamos observar as montanhas circundando praias de maior ou menor extensão, chegando às vezes a formar encostas que acabam diretamente no mar. A luz do sol se refletia na água oferecendo à vista um festival de cores, - misturando o verde, azul, branco, areia e o roxo da terra. Trindade estende-se num conjunto de 7 praias.









Enxerga-se primeiro, em baixo de um morro acidentado a PRAIA BRAVA, à qual se tem acesso por uma trilha especial que sai daquela estrada. Bem mais isolada, e à frente do conjunto das outras praias, a praia Brava é, de todas, a menos adequada à pesca, visto que a falta de barreira geográfica torna o mar da região extremamente violento, as encostas e os morros, no entanto, sempre foram utilizados para a lavoura.

Seguindo a estrada em direção ao sul, encontra-se a PRAIA DO CEPILHO; inabitada no passado mas hoje núcleo habitacional, praia pequena e também pouco adequada à saída de barcos, reservada para a pesca de carretilha.

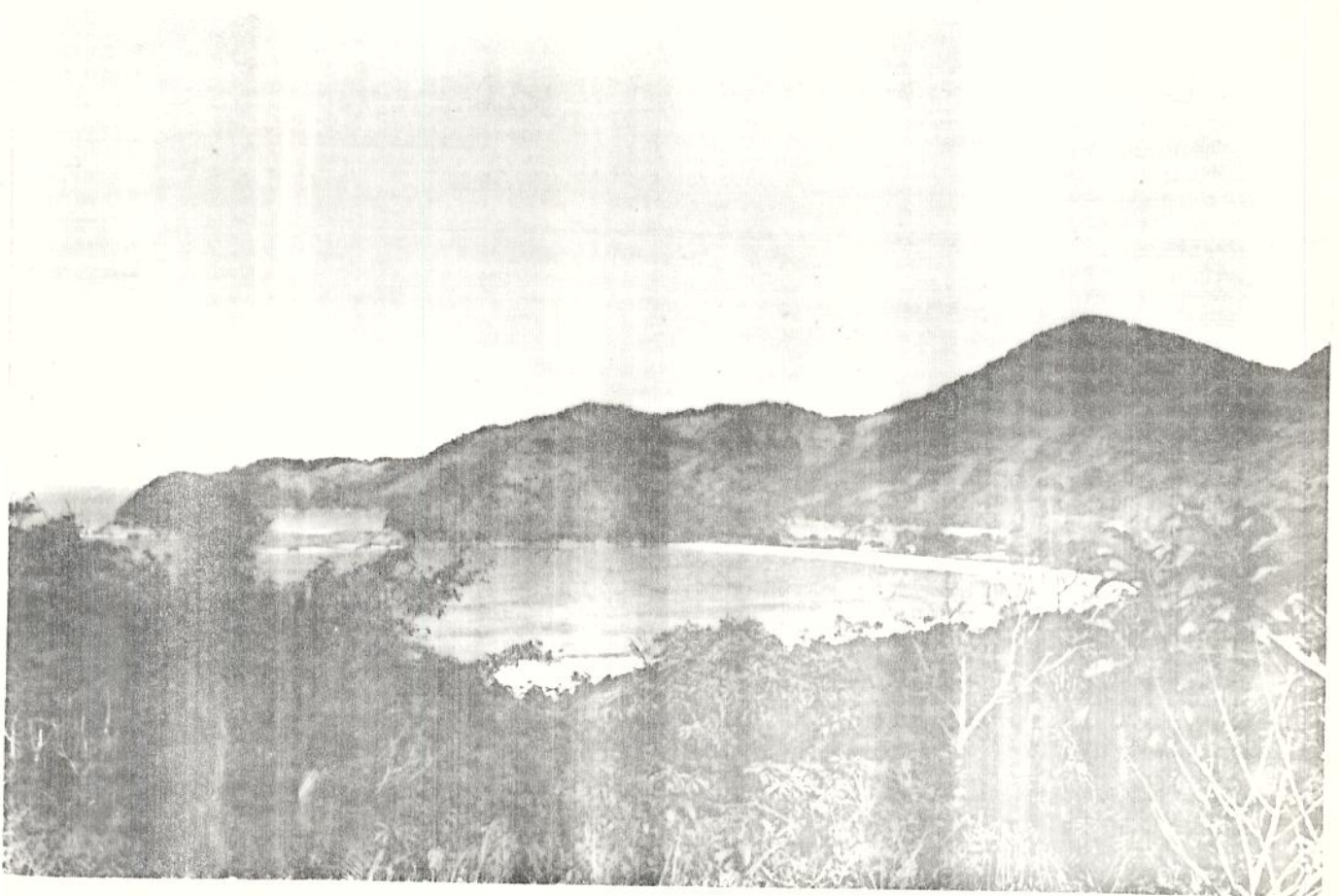
Continuando, atinge-se a maior praia de Trindade - A PRAIA DE FORA, de 1,5 km por 100 m de largura, que termina numa calma enseada que serve de porto às embarcações. Daí saem a maioria dos barcos e se efetua a pesca de arrastão e de cêrco. Atrás dela se encontra o núcleo central da vila, que era o ponto mais habitado da localidade.

Um ponta denominada o ILHOTE DA TERRA a separa da praia seguinte: a PRAIA DO MEIO ou de BAIXO, e, frente a essa ponta encontra-se uma ilha, a ILHA DE TRINDADE ou ILHOTE DE FORA.

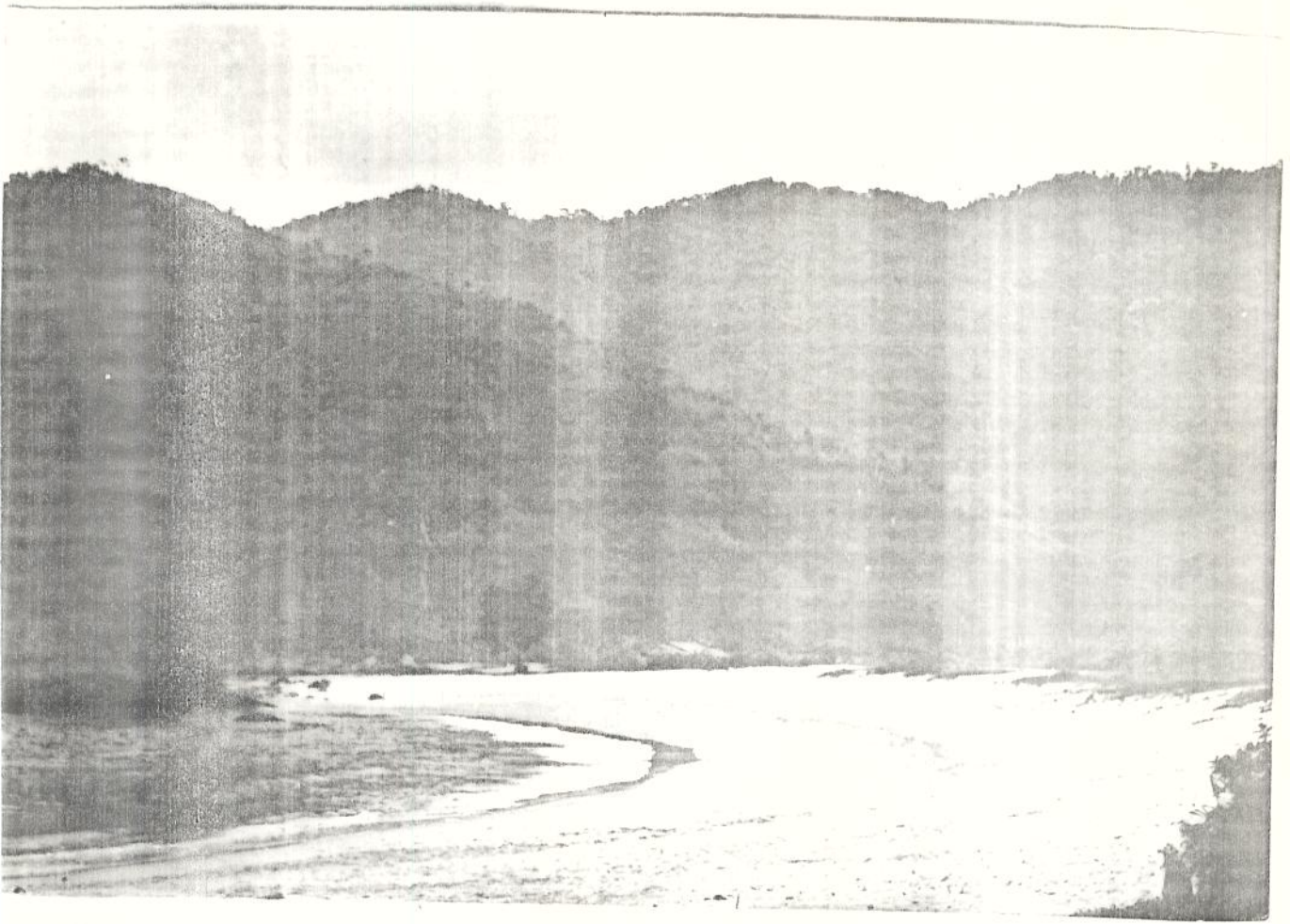
Antes, como conta Andrade e Silva:

"a PRAIA DE BAIXO, que começa no outro extremo, se comunicava com a praia de Fora, através de uma picada de mato - que também dava acesso ao cemitério local. Neste trecho inexistiam casas, havendo somente algumas roças de mandioca. Trindade de Baixo é uma pequena praia de "tombo", formando baía de aproximadamente 300 metros de comprimento - por 50 de largura, onde desemboca um riacho que desce da serra formando uma série de pequenas cachoeiras. A praia termina num "costão" de pedras que desce abruptamente no mar. Margeando a praia, encontrávamos poucas habitações e outras trilhas que penetravam o interior, dando acesso ao núcleo da vila e à cachoeira de cujas águas a população se serve". (Andrade e Silva; 1979, pg. 139).

Hoje, a estrada de terra vindo do Patrimônio atravessa o povoado inteiro e acaba na Praia de Baixo. Também não se necessita mais







de picadas para atingir a Praia de Fora, a Cia. multinacional en carregou-se de desmatar e aplainar o terreno separando as duas - praias, sobrando intacta sô a ponte extrema do Ilhote de Terra. É a parte mais devastada de Trindade.

Acabada a estrada, voltamos em direção à Vila e paramos o carro frente a uma casa de pau-a-pique, que parecia ser o centro da maior agitação.

Era a casa do Sr. Ditinho e da Dona Djina, uma das 4 famí-  
lias que não cederam à Cia. e não venderam a sua posse. Nela es-  
tava alojado o Martin, um paulista que optou por morar na aldeia  
e ajudar os Trindadeiros. Helena, me apresentou, fiquei meio im-  
pressionada com aquela figura de barba preta que se agitava em  
tôrno de uma mesa, comentando uma matéria que tinha saído na vês-  
pera na Folha de São Paulo e dava dicas a um jornalista para a  
matéria do dia.

Ainda chegaram poucas pessoas. Aproveitamos para conti-  
nuar a descobrir a aldeia, Helena e Jorge ainda meus guias. Vol-  
tamos para a Praia do Meio à pé e daí atravessamos o costão de  
pedras que desce para o mar, cujo caminho é estreito e nos dava  
a sensação de queda.

Encontramos então a Praia do Caixa D'Aço: grande, com 500  
metros de comprimento e 50 de largura, de contorno regular e te-  
ve o privilégio de não ter sido tocada pela Cia. multinacional.  
A vegetação estava intacta, chegando até a praia e as casas dos  
pescadores, que se misturavam entre as árvores. No final dela, -  
depois de passar entre pedras, subir e descer uma trilha pequena,  
chegamos numa piscina natural cercada de pedras enormes e samam-  
bais. Entre duas dessas pedras sai uma trilha, que é o caminho  
por onde os pescadores daquela praia saem.

De modo geral, em Trindade, as casas espalham-se entre a  
montanha e as praias - na várzea que, além de ser o lugar habita-  
do, é onde encontram-se os pomares de frutas, as igrejas, a esco-  
la, a estrada, as benfeitorias, como as casas de farinha, o cemé-  
tério. No sul das Praias de Fora e do Caixa D'Aço, assim como na  
Praia do Meio, alinham-se os ranchos que servem de abrigo para -  
os barcos. É na várzea que se localizam a maioria das posses de -  
moradia. Da várzea para o alto da montanha, num crescendo irregu-





lar, pequenas elevações, ondulações, encostas e serras constituem o espaço reservado à lavoura.

No caminho de volta passamos pela cachoeira maior de Trindade que acaba em rio na Praia de Baixo. Ao todo existem três cachoeiras, todas no mesmo rio. A passagem de uma para outra se dá através das pedras e dos caminhos repletos de vegetação que cercam o rio.

A cachoeira mais alta é onde os Trindadeiros vão buscar a água para beber e, a que se localiza mais embaixo serve para a lavagem de roupa e louça. As águas limpas e cristalinas, a beleza do lugar eram tão tentadoras que, apesar do frio, tomamos um banho.

De volta à Vila, muitas pessoas que participaram da Caravana estavam concentradas em frente à casa do Ditinho e os caixaras serviam um prato de peixe com arroz, feijão e bananas antes do início das palestras. Sobre esses acontecimentos saiu uma matéria no dia seguinte na Folha de São Paulo:





(Folha de São Paulo 15/05/78)

## Prefeito garante terra aos moradores de Trindade

Houve palmas, abraços e lágrimas, em meio a muita festa, marcando dois acontecimentos considerados de grande importância para os caiçaras de Vila Trindade: a certeza de não mais ter que deixar suas terras, onde viveram seus bisavós e tataravós, e a fundação da Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro.

As palmas foram para o prefeito de Parati, que esteve ontem na aldeia e, em seu discurso, deixou bem claro que "nenhum nativo dessa vila deixará sua terra. Só peço um pouco mais de paciência, apenas alguns dias", e também para a fundação daquela entidade.

Os abraços surgiram logo depois desses acontecimentos entre os posseiros, prefeito, e o representante do IAB — Instituto dos Arquitetos do Brasil, que também acompanhou a "caravana ecológica" até a Vila de Trindade.

As lágrimas foram de Antonio de Jesus, um dos mais antigos moradores da aldeia, que chegou a emocionar cerca de 150 pessoas que assistiam os acontecimentos com o seu jeito simples de falar sobre tudo que aconteceu ali ao longo de quatro anos! "Estou chorando — disse ele — mas é de alegria por saber que agora não mais deixaremos esse pedaço de terra que vem mantendo viva várias gerações de trindadeiros".

### A PROMESSA DO PREFEITO

Atrás de uma mesa improvisada com algumas pranchas de madeira, em frente a todos os trindadeiros, o prefeito Benedito Gama, um pouco retraído pela movimentação das câmeras de TV e de uma empresa cinematográfica que realiza um documentário sobre o problema de Trindade, disse:

"Aqui estou para tranquilizar essa gente humilde, não apenas com promessas, mas já decidido a cumprir aquilo que reza uma escritura de doação, feita há 20 anos. Entregarei a cada um dos trindadeiros um terreno e, para isso, já estão praticamente concluídos os trabalhos de levantamento topográfico. A seguir darei início aos trâmites burocráticos para concretizar de vez essa minha decisão".

O prefeito explicou que "a Companhia Trindade, chegou a comprar posses de trindadeiros que residiam dentro da área da Prefeitura. Essas pessoas não são posseiros e sim moradores, ou melhor, ainda donos das terras doadas à Prefeitura, portanto se a empresa pagou pelas posses, gastou dinheiro sem necessidade".

Uma outra decisão do prefeito foi reformar a Escola Estadual de Trindade para que as "48 crianças que estão sem aulas, desde março, voltem a estudar ainda este mês".

### "DEVASTADORES"

Benedito Gama lamentou o desaparecimento dos pomares que existiam na área municipal, e apontando o dedo indicador para o "Morro do Fiscal", bastante devastado disse:



Os posseiros são acusados de "devastação".



Para os moradores, "ação de gente de fora".

"Ali existiam matas e foram queimadas. Isso é responsabilidade da empresa que está querendo urbanizar essa área. Os devastadores de florestas, acredito eu, não são os trindadeiros. Se houve devastação foi de trator, não de machados".

Antonio de Jesus, o trindadeiro que foi despejado duas vezes pela Companhia Trindade de Desenvolvimento Turístico S/A., e acabou "guardando" seus utensílios domésticos numa barraca improvisada na beira da estrada, também falou sobre os devastadores:

"Os trindadeiros ocupam esse local há vários séculos e nunca houve problema de devastação — disse ele. Sei que estiveram aqui fiscais do IBDF (Instituto Brasileiro de Defesa Florestal), fazendo levantamento na área, mas o que um deles me disse, foi para que não me preocupasse, que não havia nada com os posseiros".

Ronaldo Duschén, coordenador ecológico do IAB — Instituto de Arquitetos do Brasil, afirmou que "será feita uma denúncia 'in loco' sobre essa devastação e vamos acompanhar de perto toda a situação".

José Roberto Ferreira Cintra, presidente da Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro, logo após o ato de fundação dessa entidade, condenou energicamente a devastação florestal e considerou "mais uma ameaça aos nativos dessa aldeia a intenção de chamá-los à polícia para esclarecer assuntos relacionados com a derrubada de árvores".

Fazem parte dessa sociedade fotógrafos, arquitetos, engenheiros músicos, matemáticos, estudantes e autoridades políticas — e os seus objetivos são a defesa do patrimônio ecológico, cultural e histórico do litoral brasileiro, bem como a defesa da melhoria das condições de vida de seus habitantes.



Nêsse dia, a aldeia me conquistou. Voltei para São Paulo decidida a fazer dela o centro da minha pesquisa de mestrado.

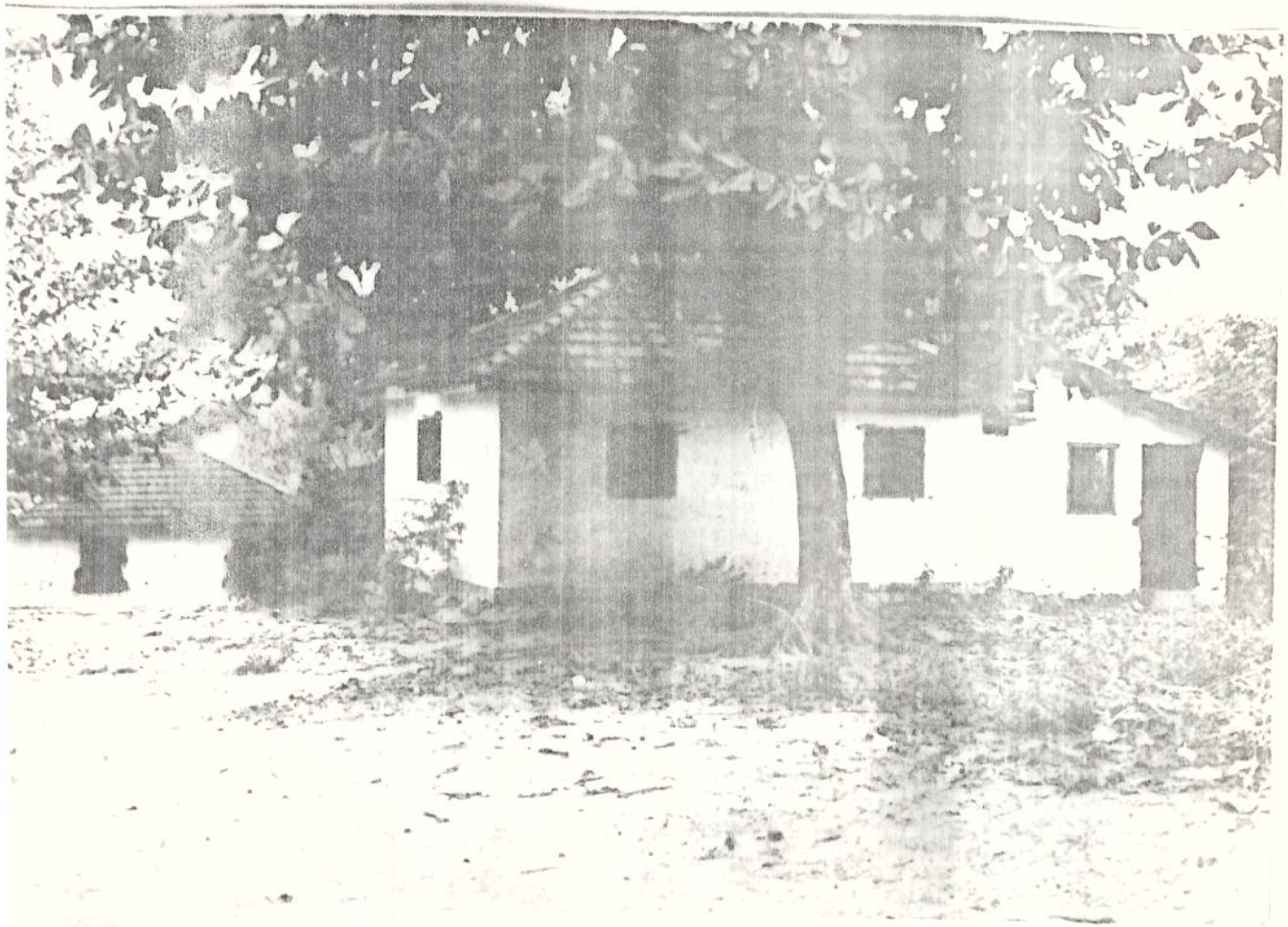
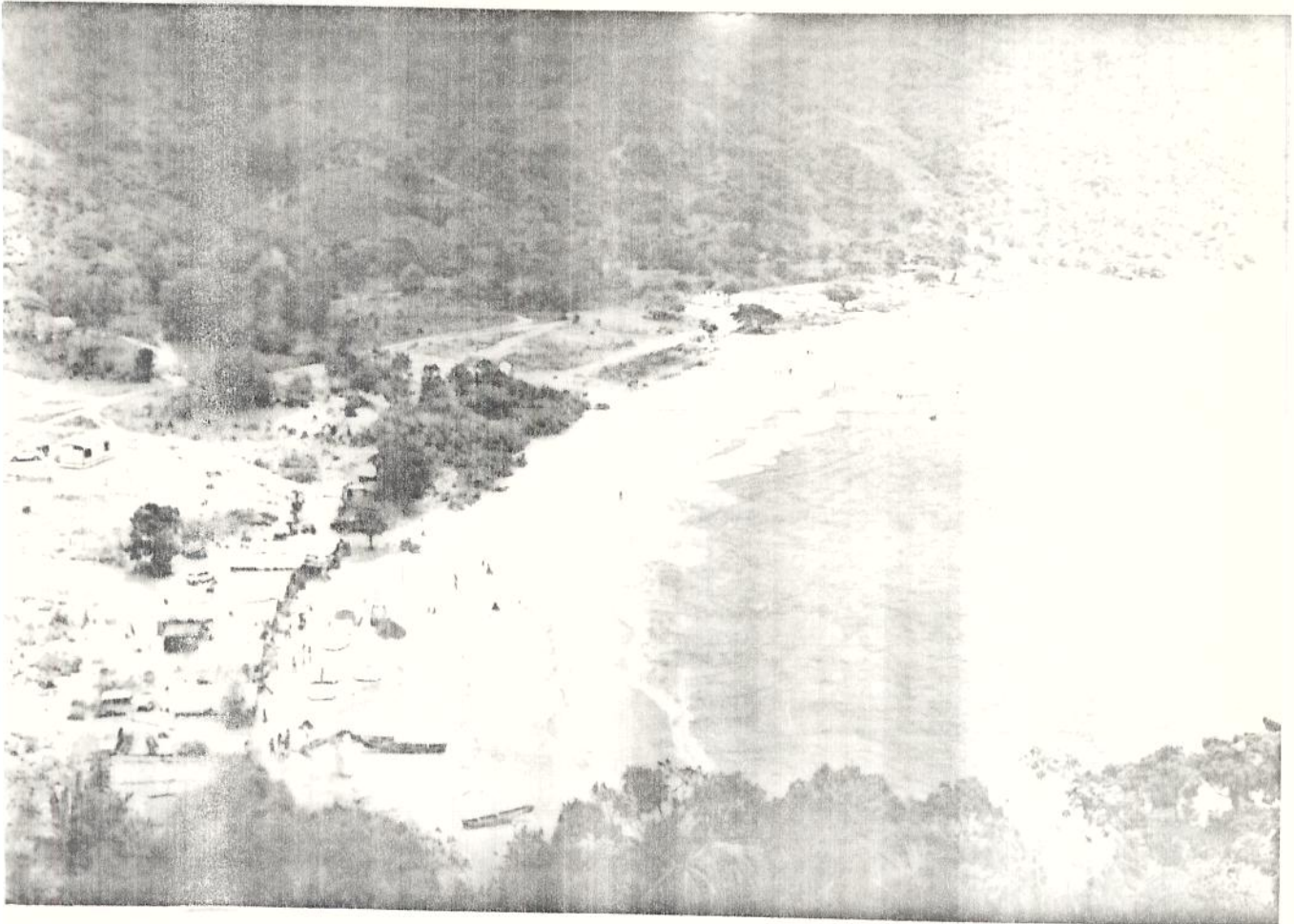
As razões da minha ida para a aldeia de Trindade eram, - de fato, semelhantes às razões que levaram todos os membros da SDLB a participar da luta, há cinco anos atrás o lugar nos contagiava, a paisagem acalmava. Reinava um ar diferente, puro, - meio-místico, misterioso, romântico. Era a beleza aliada à simplicidade, uma volta ao passado, ao "primitivo". Um contato com uma população carinhosa, acolhedora, que parecia guardar ainda uma certa ingenuidade.

Por outro lado, haviam os sinais já mais do que visíveis da destruição da paisagem e a presença dos jagunços.

Frente a esta contradição, cada um sentia ódio e raiva - por ver desaparecer tais lugares. Raiva aumentada pelo fato - de que o monstro destruidor era uma multinacional: a desigualdade era demais flagrante. Ódio, enquanto classe média, de ver se fecharem aos poucos o acesso à diversos lugares da costa. Cada um de nós enxergava na comunidade, sobretudo, o que faltava na cidade, mistificando os habitantes, a sua história, querendo - protegê-los e preservá-los. Cada um se jogou de cabeça nessa luta para preservar a aldeia, para preservar um ilhote paradisíaco, fazendo da multinacional o monstro, do Trindadeiro o santo e de nós mesmos os salvadores - o que era um papel agradável. Esse papel obrigava a todos irem frequentemente para aldeia onde éramos recebidos de braços abertos pela população que abria as suas casas, a sua intimidade, onde às conversas sobre a situação se somavam as caminhadas, os banhos de mar e de cachoeira, as festas na praia à noite com os jovens da aldeia.

A paixão pelo lugar, pelos seus habitantes, se somava a sensação de ajudar uma população humilde e de opor uma certa resistência à um certo tipo de desenvolvimento imposto por um governo odiado.

No âmbito da minha pesquisa, os meus primeiros passos foram de me informar sobre a vida antiga, a entrada da Cia. As informações recebidas de início, sobretudo, baseadas sobre relatos de jornais, palestras, ou pessoais, reforçaram essa minha - primeira sensação: apontavam o antagonismo entre a vida pura e



a violência do desenvolvimento.

Comecei a morar na aldeia em setembro de 1978. Por se tratar de uma situação atual e do estudo de uma luta que acontecia à medida em que a pesquisa ia sendo feita, me vi, na maioria das vezes, no papel de jornalista e de coletora de dados.

As situações me envolviam e, por isso, era muito difícil vê-las como uma totalidade. Somou-se a isso um relacionamento até certo ponto ambíguo com a SDLB e os Trindadeiros. Fazia e não fazia parte da SDLB, nunca consegui me encaixar totalmente nela.

Por esse motivos, acabei dando mais importância à pesquisa do que ao trabalho que eu poderia ter desenvolvido na luta. Acompanhei muito mais do que participei. Minha relação com os Trindadeiros também era pouco clara.

Morava lá, subia, descia a estrada a pé como eles, apanhava lenha, ajudava e vinha bater papo, participava das reuniões, era estrangeira, mas quem era eu exatamente, ninguém sabia. Era uma época em que os Trindadeiros andavam pressionados por todos os lados para dar entrevistas, para serem fotografados e começavam a ficar cansados disso, no meio de uma situação na época sem muitas perspectivas. Como falavam muitos deles: *"eles vêm aqui, batem retrato e a gente continua nisso, não resolve nada"*.

Optei então, no início por recolher os dados de uma maneira informal, sem usar gravador, questionários, papel. Transcrevia à noite os elementos mais importantes, me limitando a gravar as reuniões ou atos públicos.

Por se tratar de um tema em andamento, a pesquisa se alongou por algum tempo. Morei por bastante tempo na aldeia; até janeiro de 1980. A minha saída coincidiu com o fim da SDLB, talvez pelo mesmo desânimo que reinava entre todos os membros.

Foi nessa época que optei por modificar o enfoque de minha pesquisa. Até então, o centro do meu estudo era os Trindadeiros, o seu passado, a ruptura provocada na aldeia pela entrada da multinacional, a sua participação na luta, vendo todos os outros atores como agentes externos. De repente, comecei a me interessar cada vez mais pelo movimento em si, que, a partir de 1978, foi liderado por um grupo pertencente à classe média urbana, que confundia seus interesses ou seus sonhos com os interês-

ses reais da população e que era, por outro lado, fruto de um certo momento da história do Brasil. Um momento onde apareceram diversos outros grupos cujas características eram de serem a-partidários, espontâneos, populares. Eram de diversos tipos: ecológicos, mulheres, homossexuais, negros, psiquiatras.

Comecei então uma série de entrevistas com diversos membros da SDLB, que me contaram fatos e deram algumas explicações. Não entrevistei todos os membros, me limitei às pessoas que mais tiveram destaque na luta, sobretudo as que moraram em Trindade ou viveram momentos em que, ou eu não conhecia a aldeia, ou estava ausente dela. No total foram 18 entrevistas, que se somaram à diversas feitas, ou por mim, ou por outras pessoas, com os Trindadeiros; e, sem as quais não teria sido possível compreender o passado da aldeia e o presente da luta.

Por essas razões e pelo fato de não ter assistido pessoalmente a todos os eventos que aconteceram na aldeia (o grupo atuava tanto em São Paulo quanto em Trindade e isso durante dois anos e meio), optei por utilizar bastante essas entrevistas no decorrer da tese, deixando a palavra a quem viveu o que eu não vivi. - No entanto, peço ao leitor para interpretar esses relatos com cuidado. As datas das entrevistas são variáveis e posteriores aos acontecimentos. Trata-se da visão da elaboração do passado vivido. É possível que em outro momento, a entrevista de uma mesma pessoa possa ter recebido uma interpretação ou um enfoque diferente.

Não existe, no entanto, neutralidade do pesquisador frente ao estudo. A simples delimitação, seleção das entrevistas, o enfoque dado a tal, ou tal parte, é em si uma opção. Não posso dizer que fui "ator" da SDLB, mas o simples acompanhamento significava participação, e, a análise da atuação do grupo foi ao mesmo tempo a análise da minha vivência na aldeia.

oooooooooooooooooooo

Em 1978, o "drama" da aldeia só era novo para imprensa on de tornou-se um tema "quante" com a saída de inúmeros artigos e para os turistas que transformaram o lugar em moda. Na realidade, o "drama" começou alguns anos antes, com o projeto de construção da rodovia Rio-Santos no fim dos anos 60, e com as consequências que essa última traria para o desenvolvimento turístico-econômico do Município de Parati, ao qual pertence Trindade.

"É sempre pelos caminhos que Parati se salva ou se perde"  
(Correio de Parati - nº 3 - 1972).

Uma rápida retrospectiva da história de Parati nos mostra claramente como o destino do município sempre esteve ligado às - estradas.

No início do século XVIII, com a descoberta de ouro em Mi nas Gerais, Parati tornou-se, pela sua situação geográfica, um ponto estratégico no caminho do ouro que, de Minas, descia até Parati para ser embarcado e transportado para o Rio de Janeiro. A cidade se destacou, então, sobretudo por seu papel de intermediação entre a região mineira e a do litoral e começou a exercer a função de entreposto regional. A sua influência começou a crescer paulatinamente sobre Taubaté, Guaratinguetã, Pindamonhangaba, Jacareí e as vilas mineiras e a sua economia começou então a se estruturar no sentido de abastecer a zona do garimpo de gêneros alimentícios.

No fim do século XVIII, com a construção de um novo caminho ligando o Rio de Janeiro diretamente a Minas Gerais, Parati perdeu sua função econômica.

No início do século XIX, porém, com a chegada da família real ao Rio de Janeiro, Parati não entrou em decadência, pois - sua função básica de produção e exportação de gêneros alimentícios foi mantida, , não mais para as Minas Gerais, mas para o - Rio de Janeiro. Além disso, Parati superou sobretudo a sua primeira crise com a descoberta. a nível nacional, de um novo produ to - o café - que se tornou rapidamente o principal produto de - exportação da cidade.

A situação entretanto mudou a partir de 1860, quando, com o aumento da produção do café, a estrutura de transporte que apro veitava as velhas trilhas e os pequenos portos do litoral se tor-

nou obsoleta e foi substituída por uma estrada de ferro que carregava diretamente o café do Vale do Paraíba até o Rio de Janeiro. O porto de Parati passou então a não ter mais função econômica., o que levou a cidade a um processo de estagnação e de decadência total por quase um século. Decadência que foi se acelerando ainda mais com o "golpe" dado pela abolição: "Sem o café parou o porto. Sem o elemento servil pararam os engenhos. Sem as tropas parou a velha trilha Guianá. Parou a cidade". (Maia; 1976, - pag. 25).

Por volta de 1940, a expansão da economia brasileira, sobretudo no centro sul, começou a alcançar a região paratiense. - Incentivos foram dados ao sistema rodoviário pela necessidade de interligar áreas de maior interesse econômico e, essas vias de comunicação acabaram por acionar, com maior ou menor intensidade, vias secundárias como meio de apoio. Dessa maneira, a construção da estrada Rio-São Paulo (Br 116 ou Via Presidente Dutra) fez re-nascer aos poucos a estrada de Cunha, antigo Caminho do Ouro, interligando Parati ao Vale do Paraíba. Consequentemente, a economia regional estagnada por muitos anos reativou-se: serra acima seguia um incipiente comércio de bananas e peixes; serra abaixo surgiam alguns turistas em busca das praias da região". (Gusmão; 1979, pag. 41) e, "em 1945, o decreto-lei nº 1450, assinado por - Ernani Amaral Peixoto, erige a cidade em monumento histórico". (Maia; 1976, pg. 28).

Em 24 de março de 1966, o Presidente Castelo Branco assinou o decreto que transformou Parati em Monumento Nacional, dado "a necessidade urgente de ser assegurada proteção especial ao acervo arquitetônico ..." (Maia; 1976, pg. 28). Decreto que sugere, além disso, a projeção da estrada Br 101 ou Rio-Santos, e a criação do Parque Nacional da Bocaina.

Embora a construção de uma rodovia entre Santos e Rio, pelo litoral já tivesse sido prevista pelo Plano Nacional de Viação sob a sigla Br-5, e as pressões para a efetivação da estrada tivessem surgido desde a instalação do complexo de construção naval da Verolme em Jacuencanga (Angra dos Reis) na década de 50, - foi no mesmo governo Castelo Branco, em torno de 1967, que aconteceu realmente a aprovação do projeto. O momento político nacional era bem peculiar por situar-se logo após a tomada de poder pelos







militares (1964); momento no qual o Estado teve como prerrogativa o "desenvolvimento econômico acelerado, o que levou à necessidade da instalação de todo um aparelho repressivo ...

Estas diretrizes geraram o chamado milagre brasileiro, - um modelo concentrador de renda e favorável à expansão do capital monopolista, ou do imperialismo. Intensificou-se então a entrada de capital estrangeiro em todos os setores da economia, - com tôdas as facilidades permitidas pelo governo, enquanto a Reforma Agrária esboçada na década de 60 foi deixada de lado". (3) (Mattoso; 1980, pg. 15). Assim como a Transamazônia e a Belém-Brasília, a Rio-Santos estava dentro do programa de "Integração Nacional" - ocupação de espaços "vazios"...

Juntamente com o início da abertura da rodovia Rio-Santos em 1972, o litoral ao longo da estrada foi considerado zona prioritária para o Desenvolvimento Turístico pela Embratur. E, como o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil presta-se a absorver uma tecnologia gerada pelos do hemisfério norte em troca da idéia de acesso ao conforto material e melhoria da qualidade de vida, a idéia inicial da Embratur foi de adaptar o projeto francês de preparação turística do litoral Languedoc-Roussillon ao litoral brasileiro. Foi então contratada uma empresa francesa - a Scet Internacional - que tinha participado do planejamento dos complexos turísticos de Languedoc-Roussillon, a Cote d'Aquitaine, a Grande Motte e as marinhas de Port-Grimaud e Port-Camargue - para elaborar o projeto Turis afins de "recensar as possibilidades e vocações turísticas do litoral Rio-Santos e sugerir possíveis programas turísticos em função das demandas a satisfazer e das tendências do turismo nacional, procurando preservá-lo de uma ocupação predatória e alienante". Concluído em 1972, o Projeto Turis pretendia então desenvolver um turismo de massa (massa entendido como a classe média motorizada que, nos fins de semana procura lugares de lazer) e, por isso dividiu o litoral em três categorias (A-B-C) (4), reservando as praias mais bonitas para os turistas de classe A. O projeto foi, entretanto, abandonado. As suas diretrizes porém foram seguidas e orientaram de maneira global as opções de desenvolvimento turístico dos municípios ao longo do litoral sul fluminense. No final de 1972, Parati foi transformado em área prioritária - para o desenvolvimento turístico enquanto no início do mesmo a-

no ele tinha sido transformado em área prioritária para reforma agrária pelo mesmo governo Médici. Foi, além disso, nessa mesma linha do Projeto Turis, que o Patrimônio Histórico apresentou, em 1973, o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) que foi aprovado pela Câmara Municipal e cujas diretrizes eram de transformar Parati em grande centro turístico.

Paralelamente foram tomadas "medidas governamentais para o atendimento da política integracionista e das necessidades econômicas (...). decretação e constituição da área global do Município Paratiense como Patrimônio Histórico; criação do Parque Nacional da Bocaina e delimitação de reservas florestais (Decreto nº 68.172, de 04/02/71)".

Embora "lei e decretos tivessem sido elaborados sempre - visando a conservação", tais medidas trouxeram desvantagens para a população nativa "por consequência da delimitação de áreas rurais ou urbanas, que sofreram processo de desapropriação para efetivação da propriedade pública - caso dos parques, reservas ou ainda sofrem restrições quanto ao uso da mesma em termos de recursos - caso da proibição da caça e extrativismo, derrubada da mata para atividade agrícola, etc" (...)

Por outro lado, a destinação da região para fins turísticos trouxe consigo "uma política de incentivos que acompanha os decretos governamentais, permitindo a elaboração de planos de ação (...) acabando por criar novos canais de investimentos pela concessão de créditos, isenção de impostos". (Gusmão; 1979, pag. 30 e 31).

Um estudo sobre parati nos mostra que, nessa época (início dos anos 70), "o município ao que diz respeito ao regime de propriedade territorial e à produção agropecuária se caracterizava por: grande concentração da propriedade de terra; produção predominante agrícola, e, nesta, a de lavoura permanente; baixa produtividade por hectare de terra cultivada; apropriação predominantemente individual da terra; predominância da exploração - indireta da terra com uma maioria de estabelecimentos ocupados por posseiros ... Era uma zona rural decadente, pobre, e com uma situação social potencialmente conflituosa no que diz respeito à propriedade de terra; grande concentração de propriedade X grande número de posseiros". (Gusmão; 1979, pg. 30 e 31).

Em consequência disso, a estrada chamada no início "estra da da redenção" e que - segundo uma pesquisa efetuada em 1971 - por A. Diegues em Ubatuba - gerou na população que trabalhava na pesca, a expectativa de que a vida local fôsse melhorar porque a estrada iria trazer melhorias de transporte, hospitais, escolas, etc. (5). Essa mesma estrada, contudo, passou a atuar no sentido inverso: "ao invêz da redenção, o que se tem é a constatação da destruição das lavouras de subsistência na área rural, desapropriação, expulsão (...), surgimento de assaltos, roubos, prostituição, luta pela terra e "inchaço" nas cidades - as favelas urbanas". (O Estado de São Paulo - 22/05/75).

De fato, "a rodovia, facilitando o acesso a todo o litoral, inclusive às localidades antes isoladas, reforçou a vocação turística da área: a busca de terrenos para a implantação de empreendimentos turísticos e loteamentos de veraneio, trouxe consigo a valorização da terra, o que implicou no deslocamento da população, antes ocupada na lavoura e na pesca, para áreas periféricas onde vem se instalando precariamente". (6)

Além dessas mudanças de ordem sócio-econômico, é preciso - também lembrar que a estrada trouxe modificações na paisagem de duas ordens: as primeiras resultaram "das alterações geomorfológicas surgidas quando da construção da estrada, cujas obras incluíram cortes em encostas de declividade acentuada, em áreas contíguas a manguesais e grandes movimentos de terra, causando a aceleração dos processos erosivos e consequentemente assoreamento de praias e enseadas (mais de 70 praias desapareceram)". (6). As segundas foram resultantes da acelerada ocupação dos terrenos a beira-mar pelos turistas, a construção de loteamentos e marinas modificando o meio ambiente, assim como a falta de infraestrutura e o desrespeito pela natureza levaram muitas vezes o turista a sujá-la ou destruí-la.

Preocupado com a situação, o presidente dos Trabalhadores Rurais de Parati - Sr. Amancio Feliciano Gonçalves - entregou em 18/01/1977 um relatório ao ministro da agricultura - Sr. Paulinelli - onde ele resume a situação sócio-econômica do município, e - que, pelo fato de concordar, cito em extenso:

" (...) Até há pouco tempo, Parati era um município pacato e desconhecido: posseiros, meeiros, pequenos proprietários

plantavam suas lavouras, pescadores buscavam no mar os meios necessários para viverem, todos alheios ao mundo, e a sua volta, três fatores, entretanto, foram os responsáveis pela descoberta da preciosidade histórica do município: suas reservas florestais, seu valor turístico e a Br-101, Rodovia Rio-Santos.

Não há como negar a evolução progressiva trazida por estes três fatores: ora preservando nossa flora e fauna, ora abrindo novos caminhos de receita para o município através do turismo e do transporte. Entretanto, com o progresso houve o problema social, como veremos no decorrer deste relatório. O que lamentamos, é, que o problema social foi esquecido pelas autoridades, quando pela lógica deveria ter recebido melhor atenção, pois ele é parte ativa no desenvolvimento; não poderia este problema ceder lugar a qualquer interesse, e sim, somar juntos em nome do progresso. (...)

(...) Com a implantação e criação do Parque Florestal da Serra da Bocaina, o nosso município, através do Dec. nº 68.172, de 4 de fevereiro de 1971, centenas de trabalhadores rurais ficaram com suas benfeitorias, "casas e lavouras", dentro da suposta limitação do referido Parque, além dos que reconhecidamente estão dentro dos limites do Parque, existe grande número de trabalhadores que, por motivo de até a presente data não ter havido a demarcação da área, estão sendo prejudicados. Face à grande dúvida reinante mesmo entre os guardas do Parque que não sabem precisar com certeza onde é Parque, ou não é Parque, assim sendo em todo o caso de dúvida, termina na proibição para o trabalhador, causando grande descontentamento, e sempre resultando em prejuízo na produção da agricultura, e conseqüentemente do município. (...)

Bastou tão somente o povo ter conhecimento da construção da estrada, para que grande fluxo de industriais e grupos de empresários capitalistas paulistas, cariocas, mineiros e até mesmo estrangeiros viessem visitar Parati, muitos dos visitantes tomando conhecimento da grande desvalorização reinante no município, compreendendo ainda as facilitações

dades existentes capazes de tornar um lugar propício para a realização de qualquer tipo de atividade, passaram de visitantes a negociantes de terras. Verdade que alguns não querendo se aproveitar das oportunidades, limitaram-se somente a possuir as terras através de meios ... corretos, comprando legalmente. Outros, menos escrupulosos, na ganância de adquirir a terra para fazerem negócios fantásticos, aproveitaram-se do clima favorável reinante no município, usando todos os meios e modos para possuí-la. Várias foram as táticas usadas para conseguir terras neste município. Entre muitas, citaremos algumas: Comprava-se 100 metros e apossava-se de 10.000. Neste caso, para se conseguir ficar sob os bons olhos das autoridades, fazia-se um grande planejamento, anunciava-se o investimento de uma grande soma de cruzeiros ou mesmo em dólares, na referida área, e, em nome do progresso, tudo era facilitado. Isso foi feito em vários pontos do município.

Outros usaram armas de vários calibres, cães especializados, homens trazidos de vários estados que aqui se tornavam capangas dos pseudo-proprietários. Houve grupos que organizaram Guarda Especial e distribuíam armas de todos os calibres para seus guardas, conforme publicação do Estado de São Paulo, *Jornal da Tarde*, terça-feira 02/04/74, que teve o título: História de uma Aldeia visitada pelo Medo.

Forjaram documentos, mataram trabalhadores, queimaram casas, prenderam trabalhadores, usaram o Parque Florestal para denunciar pobres trabalhadores, como invasores ou de predadores das matas, usaram e abusaram. Desta forma, imensas áreas de terra que pela tradição e documentos pertenciam à Fazenda Nacional ou Estadual passaram misteriosamente para as mãos dos grandes grupos de proprietários, como foi o caso de Trindade que passou a pertencer à Fazenda Laranjeiras, propriedade da Parati Desenvolvimento Turístico S/A., e da Praia do Sono, que passou a pertencer à Fazenda Mamanguã, grande área no sertão do Rio dos Meros, conhecido por todos como terras da Fazenda Nacional, ultimamente desapropriada pelo Dec. nº 68.172, de

4 de fevereiro de 1972, Parque Florestal, misteriosamente como propriedade de Antonio Soares e outros. Mamanguã, 2º Distrito, onde vários grupos de capitalistas cariocas e paulistas, agem da maneira incrível contra trabalhadores que nasceram e se criaram na localidade, expulsando-os da terra.

Grande área de terras, consideradas desde há muito tempo por todos os antigos moradores de 3º Distrito deste município como sendo terras de propriedade do Estado do Rio de Janeiro, passou misteriosamente a pertencer a S/A. White Martins, o mesmo acontecendo na Fazenda Patanguera, dividindo o município de Parati com o município de Angra dos Reis. [...]

As irregularidades chegaram a tal ponto que houve até intervenção das autoridades competentes nos Cartórios do Município, isto porque grande quantidade dos títulos de propriedades aqui registradas apresentava vícios diversos, pois às vezes as escrituras eram lavradas em outros Estados e aqui registradas sem nenhuma observação da Lei. Comenta-se que o então Governador do Estado, Dr. Geremias de Matos Fontes, preocupado com a situação social reinante no município, mandou proceder, por intermédio do Departamento do Patrimônio do Estado, um levantamento aerofotogramétrico de todo o município, bem como o de Angra dos Reis, município onde, segundo informações, a situação era semelhante à existente em Parati. [...]

Infelizmente, por motivos estranhos aos nossos conhecimentos, o referido levantamento não teve a finalidade desejada [...] que era a discriminatória. Terminado o efeito da intervenção nos Cartórios, terminado o efeito do levantamento, tudo voltou a ser como antes. Os resultados de tais medidas não foram suficientes para corrigir os infratores, que, percebendo que as medidas aplicadas pelas autoridades não foram suficientes para puni-los, voltaram a agir mais à vontade.

Aí os pseudo-proprietários, já apossados das grandes áreas contaminadas pela grande valorização da região, tra-

zida pela Rio-Santos, passaram a perseguir os trabalhadores rurais, posseiros que as ocupavam há tantos anos, alguns até mesmo moradores quase que centenários e que sempre viveram em paz e tranquilidade, visto que as terras - por eles ocupadas sempre foram consideradas terras devolutas [...]

Existe no município de Parati, de acordo com informações fornecidas pelo IBGE, 1756 propriedades rurais, sendo que 15 destas propriedades somam o total de toda a área do município, ou seja, os 917 km<sup>2</sup>. (7) Os restantes são mini fúndios que vivem subjulgados pelos latifundiários, seja posseiro ou pequeno proprietário, em qualquer lugar que esteja dentro do município, ele é uma vítima do grande - proprietário, que tudo faz para espantá-lo [...]" (8)

Consequentemente, tendo deixado ou vendido a sua posse, o destino da maioria dos lavradores ou caiçaras foi, no entanto, a penas um: uma pequena casa na Ilha das Cobrasm "imensa e miserável favela cortada por mangues nos arredores de Parati". Segundo uma reportagem da Veja (Veja 24/12/75) "a população da Ilha das Cobras somada à de Matadouro, outra favela da cidade, já era, - (em 1975) superior à do perímetro urbano, de 4.000 pessoas, todas, com raras exceções vivendo de biscates".

Essa situação acabou criando graves problemas para Parati. Se, por um lado, a cidade não tinha mercado de trabalho para absorver essa nova mão de obra, por outro lado, o exodo dos caiçaras e a proibição de plantar, feita aos que permaneciam em suas - casas, provocou uma diminuição da produção agrícola. Parati, que durante muito tempo produziu o suficiente para atender seu consu mo de verduras, legumes e frutas, tem agora que importar tudo do Rio de Janeiro ou São Paulo à preços bem mais altos. "Os seus do nos da terra estão virando sorveteiros, caseiros e cozinheiros". (Veja - 24/12/1975).

oooooooooooooooooooo



Trindade não é entretanto um caso isolado dentro do município de Parati. Como Acabamos de ver, quase tôdas as localidades do município se encontram sob a contingência do "problema da terra" e obrigadas, ou a deixar a terra ancestral, ou a lutar para a conservação dos seus direitos.

Trindade não é também o único povoado do município onde se desencadeou uma "luta pela terra". Em Campinho da Independência, 30 famílias assistidas por um advogado, conseguiram fazer reconhecer 16 títulos de posse, e assegurar a sua permanência no local (8); outras localidades estão com processos em andamento (8). Por outro lado, a luta em Trindade não chegou a se acirrar muito, como por exemplo em São Gonçalo, onde um capanga da White Martins matou dois posseiros em 1973. (8)

Existe no município de parati uma mini-estrutura educacional e de assistência ao posseiro. Este trabalho tem sido levado dêsde 1976 pela Igreja Católica, através da sua "Pastoral da Terra" que, além de ter padres e freiras que desenvolvem um trabalho comunitário centrado principalmente em torno da legalização da terra, através do "usucapião", coloca também à disposição da população local um advogado. Em Trindade, como a própria Pastoral chegou a reconhecer, houve uma certa omissão no que diz respeito a êsse trabalho. Procurada pelos próprios Trindadeiros no início de 78, ela não prestou muita atenção ao caso, devido a diversas razões: a situação jurídica muito complicada da aldeia, onde as terras já tinham sido vendidas, os rumores que circulavam em Parati sobre a ganância dos Trindadeiros, a diferença de religião (Trindade é crente) e, por azar do destino, a ausência momentânea de seu advogado.

Também vale a pena ressaltar que o órgão oficial mais procurado pelas comunidades era no início dos anos 70 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parati, que, infelizmente, recomendava o seu advogado Dr. Maia - tido como um dos homens mais corrompidos do Município, que, ou cobrava muito caro, ou por transações desonestas convencia os próprios clientes a venderem as posses (como no caso de Campinho, Trindade, Ilha do Araújo, etc.)

Coincidindo com o começo da "abertura" política, é realmente a partir de 78 que a luta pela posse começa timidamente a fazer parte da realidade do município, recebendo ajuda de advoga

dos, tendo sido o ponto central de discussão do "Seminário de Pa  
rati" realizado em agosto de 79 e se tornando hoje o tema de to-  
dos os candidatos à Prefeitura.

A razão principal pela qual Trindade foi bastante destacada  
pela imprensa, é que êste foi, pela urgência do problema, o  
meio mais eficaz encontrado pelas pessoas que depois iam fundar  
a SDLB, para informar a opinião pública da situação crítica e urg  
gente na qual se encontrava a aldeia.

O caso de Trindade, entretanto, apresenta algumas caracter  
ísticas bem particulares que retiveram a nossa atenção: dentro  
do município, Trindade foi o caso típico onde se encontraram e  
se interrelacionaram diversos grupos sociais: os Trindadeiros e -  
seus aliados (a SDLB, o advogado, a imprensa, certos políticos),  
os turistas e a multinacional. Os acontecimentos em Trindade po-  
dem se encaixar tanto dentro da luta econlógica, quanto nos movim  
entos sociais e nas lutas políticas propriamente ditas. Por ou-  
tro lado, também são consequência do avanço do capitalismo e da  
política de "abertura" iniciada pelo governo brasileiro, pontos  
que retomaremos em conclusão.

Por essas razões optamos por restringir o nosso universo  
à aldeia, descrevendo detalhadamente o que nela aconteceu. Analis  
saremos seu caso particular e sua história, através das alianças  
e conflitos que vão ocorrer em tórno do problema da terra. Com -  
nosso estudo, procuramos mergulhar em profundidade tanto nos e-  
ventos que já tinham acontecido quanto naqueles que estavam acont  
tecendo, para deles tirarmos alguns pontos de reflexão, cientes  
de que um trabalho dessa natureza, além da reflexão teórica que  
inicia, não pode deixar de ser uma fonte de documentação, na -  
qual história e antropologia se fundem.

No âmbito dêsse trabalho, concentraremos nossa atenção na  
aliança entre um grupo de jovens da classe média urbana e uma com  
unidade de pescadores. Tentaremos entender, um primeiro lugar,  
o que vai levar esse grupo a se envolver com a história da al-  
deia até o ponto de interferir nela, o porque da sua intervenção,  
a sua visão da situação e as consequências decorrentes, o porque  
das decepções e do fim do movimento. E, em segundo lugar, a resp  
osta que êsse movimento suscitou na aldeia, bem como as contra-  
dições que uma tal aliança comportou.

Para entender o "presente", que será o tema dos capítulos V e VI (nos quais utilizaremos principalmente as entrevistas com os membros da SDLB e a descrição de experiências vividas por nós) temos que, primeiramente, relatar um pouco da história do povoado. Nessa história, privilegiaremos a luta pela terra, que começou de fato em 1958 (capítulo III) quando as terras do município de Parati começaram a se valorizar, atingindo o seu auge com a entrada da multinacional Brascan-Adela, sob o nome de "Parati Desenvolvimento Turístico S/A" em 1972/73. No capítulo IV relataremos detalhadamente a invasão da aldeia pela multinacional - que defende a imagem de trazer o "progresso" aos países subdesenvolvidos - os seus métodos violentos e a tentativa infrutífera de reação da população.

As entrevistas com os Trindadeiros que acompanham os capítulos III e IV testemunham o desenvolvimento desse processo.

O capítulo I servirá de introdução ao conflito, mostrando como a história remota de uma população é muitas vezes manipulada em função de interesses. O capítulo II, contará um pouco da vida da população antes da abertura da Rio-Santos, assim como da mudança cultural que começa com o assalariamento dos homens na pesca industrial. Esses dois capítulos serão montados sobretudo a partir da documentação escrita - jornais e tese de Mestrado de Andrade e Silva.

Na conclusão, analisaremos a história da luta em Trindade dentro do quadro teórico dos movimentos sociais, mostrando a especificidade do movimento de Trindade, apontando as contradições nela contidas e colocando o movimento dentro do quadro mais amplo do momento histórico.

Notas a Introdução

- (1) Entidade jurídica ligada aos movimentos ecológicos que se constituiu para defender a praia de Trindade, ver cap. V, pag. 122
- (2) Essa experiência foi relatada por Robert Linhart no seu livro "Greve na Fábrica". Intelectual, Linhart (1978) passou um ano como operário de segunda classe na fábrica de automóveis - - Citroen, afim de exercer uma ação política que não se traduz a penas em palavras - uma ação que deve ser desenvolvida através do trabalho e da convivência com o operário.
- (3) Em 1960, o Governador Roberto da Silveira, no Município de Parati, fez a desapropriação da Fazenda Paratimirim para reforma agrária. Em início de 1972, Parati foi transformada em área - prioritária para reforma agrária, mas no fim de 1972 (governo Médici) Parati foi transformada em área prioritária para o desenvolvimento turístico e, em 1974 o Governador do Estado faz a doação da Fazenda Paratimirim para a Flumitur para concretizar lá um projeto de desenvolvimento turístico.
- (4) A - privatização das praias - lotes particulares  
B - Hotéis e casas particulares  
C - Camping
- (5) Segundo Diegues (Diegues 1973) 80% dos pescadores embarcados e 31% dos pescadores artesanais diziam que a vida iria melhorar com a construção da estrada.
- (6) Relatório da FEEMA em Mattoso Adriana (1980) pg. 10.
- (7) Fato também assinalado pelo Estado de São Paulo, 25/08/74.
- (8) Ver anexo I - a situação concreta de diversas localidades do - Município de Parati, como recenseado pela SDLB e apresentado - durante o "Seminário de Parati", em agosto de 1979.



# I

## O PASSADO REMOTO E AS RAÍZES DO CONFLITO

(1550-1900)

Para falarmos das origens de Trindade contamos com duas fontes: a primeira é a conformação étnica do povo Trindadeiro que revela a existência de miscigenação entre vários grupos étnicos e, a segunda, o relato mítico do povo acêrca de suas origens.

"Porque algumas famílias se estabeleceram em Trindade, é difícil imaginar, mas não se descartam algumas hipóteses, como o refúgio contra perseguições religiosas, bastante comuns - na época, ou que o local tenha servido como ponto de contrabando de ouro, que se realizava justamente através de caminhos onde era possível evitar a rigorosa fiscalização da Corôa Portuguesa. É muito provável que Trindade por sua condição geográfica, abrigasse um dos numerosos portos pelos quais se fazia contrabando naquela fase da história do Brasil". (Cintra, 1979 pg 22). O conjunto desses fatos aliados à crença dos Trindadeiros de que eles estão na aldeia há 300 anos, permite supor que a origem do povoado remonta ao fim do século XVI. Além disso, como já assinalou José Cintra, "na realidade só a presença de outros povos europeus não portugueses pode explicar traços étnicos marcantes na população de Trindade, traços estes absolutamente incomuns no resto da população brasileira. Existem famílias que possuem elementos completamente rúivos e de conformação física delgada - muitas outras têm indivíduos loiros, do tipo nórdico, cabelos quase brancos, olhos verdes ou azuis ... a presença do indígena é bastante visível não só nos traços físicos de alguns moradores - tom de pele, textura do cabelo, - contorno dos olhos - mas também no universo vocabular (nome de plantas, remédios), na técnica de construção das casas, das redes de pesca de cipó e em utensílios". (Cintra, 1979 pg. 23).

De fato, não existe nenhuma documentação oficial sobre a história de Trindade. A sua "palavra-lembrança" pertence à memória dos mais velhos e foi transmitida de geração para geração. Nela, lenda e realidade se confundem: cada pessoa relata a história quase que de uma maneira própria; as narrativas se entrecruzam e se completam. Vamos reproduzir aqui uma delas que foi colhida por um Trindadeiro, Marciano, que por sua vez a ouviu do seu tio Verone, que mora hoje em Paratí (1).

*"No princípio da descoberta do Brasil, os viajantes da*

costa do Rio até Santos-São Vicente, descobriram na divisa do Estado do Rio um lugar chamado Trindade e um povo que era Índio.

Certo dia, alguns viajantes que precisavam abastecer-se de água, chegaram na praia ao anoitecer. Ao visitar a aldeia, ficaram bem surpresos e assustados com os estranhos habitantes. Voltando para a embarcação disseram um ao outro: essa gente é muito feia, temos que ficar de olho vivo. Uma hora depois voltaram dois outros, apressados, e disseram: "vamos descer a embarcação para mais perto do mar"

- "porque?"

- "porque eles estão amolando foice, machado, facão e faca".

Ficaram assim sob aviso. Quando desciam as trilhas, os Índios vinham atrás deles, todos armados e em busca de alimentação. Empurraram a canoa para o mar, todos embarcaram e remaram com força para o centro do mar. Alguns Índios conseguiram ainda pegar nas bordas da canoa, tentando puxá-la para a praia; outros pediam ajuda. Como não conseguiram, voltaram depressa, pegaram as suas canoas e saíram em busca dos viajantes. Mas, os viajantes eram mais fortes no remo no mar e, escapando, ameaçaram a escolta.

Avisaram a Marinha, mas quando a fiscalização chegou na aldeia só encontrou um homem chamado Antonio que era bem entendido em rede de praia: os outros tinham fugido para o interior.

Mais tarde, Lopes que vivia uma vida difícil, morava em São Vicente e procurava lugar de trabalho onde pudesse viver e sustentar seus filhos, viajou muitos dias pela costa até chegar num lugar chamado Camburi. Encontrou aí seu amigo que se chamava Alferes Manoel dos Santos e lhe pediu morada em suas terras. Mas, o Alferes respondeu - que não podia, porêr dava sustento durante um ano e aconselhou que morasse num lugar chamado Trindade: "- lá moravam Índios, mas agora não estão mais".

Dois dias depois, o Alferes trouxe seu colega Lopes para Trindade e lhe disse:

"- este lugar é Trindade, pode morar com sua família". Lopes então ficou na praia do Carmo. Isso foi na véspera de 1600.

Depois de muito tempo, chegou José de Rosa, com a idade de 17 anos, vinda da Bahia. Era mais ou menos em 1920. Ele encontrou Lopes na praia do Carmo e foi habitar o lugar chamado Caixa D'Aço.

Depois veio Manoel Luis dos Santos, encontrou os dois moradores anteriores e habitou ao lado da Cachoeira Grande. Eles foram os primeiros habitantes de Trindade. Mais tarde, quando o imperador Dom Pedro II estava para assumir o poder, o navio veloz onde viajava, ancorou neste porto e encontrou os moradores, Luis dos Santos, Lopes e José Rosa foram à bordo.

Dom Pedro II conversou com eles: eles achavam que era necessário ter uma carta do imperador para a segurança dos moradores da aldeia. Dom Pedro II escreveu então uma carta que entregou a um dos moradores. A carta dizia que valia para todos os moradores de Trindade e assegurava a sua permanência na localidade. Mas, tanto tempo se passou, a carta se rasgou e a população se multiplicou. Até hoje vive aqui o povo mestiço. (Marciano; Trindade, 1980).

As lendas e narrativas sobre Trindade misturam fatos comprovados pela história de Parati com criações coletivas a respeito dos primeiros habitantes. Nessa criação, contudo, não é possível discriminar o real do imaginário.

Sobre os índios e a presença de piratas, as evidências - que existem são que, segundo os Trindadeiros, a área era inicialmente habitada por índios - os índios carapebas, caraopebas, ou caraipebas - que, na maioria das narrativas aparecem como sendo bravos. "Não se obteve qualquer outra referência a esses índios carapebas". (Souza, 1977, pg. 80). No entanto, diversos documentos escritos nos meados do século XVI (2) assim como os resultados de uma pesquisa arqueológica efetuada em Trindade em 1976 - (3) confirmam a presença de índios na orla marítima e em Trindade.

A presença de barcos piratas nas redondezas de Parati é também amplamente documentada, Amaral e Gurgel dizem de Parati



que "acossada sempre pelos piratas e depois por franceses e holandeses, procurou se armar para fazer frente aos possíveis invasores. Assim é que foram construídos cinco fortes, em lugares estrategicamente escolhidos". (Amaral e Gurgel; 1973, pg. 116). Referências à presença de piratas são igualmente feitas por Paulo Pereira dos Reis (Reis; 1971, pg. 43) que conta como a abertura do "Caminho Novo da Freguesia da Piedade para o Rio de Janeiro", responsável pela primeira estagnação econômica de Parati, é decorrente da "preocupação das autoridades portuguesas em obter uma estrada que ligasse a Capitania de São Paulo ao Rio, - sempre por terra, pelo Vale do Paraíba, evitando-se o perigoso litoral frequentado pelos corsários".

Mais importante porém que essas suposições de ordem histórica é, para a população, o significado das narrativas como - explicação de sua história e de sua identidade grupal. (4). Cada uma delas relata o começo do povoado: fala-se de índios, de piratas, de fantasmas e de pessoas que procuraram na aldeia um refúgio; foi a miscigenação desses povos todos que deu origem à comunidade Trindadeira. Como vimos, muitos desses detalhes, encontram respaldo na realidade; porém, "não importam os símbolos de que se serve a narração. Nem os acontecimentos narrados. O que importa é a significação última das coisas que se instala - no mundo a partir de uma proposição mítica". (Durham; 1978 pg. 81) e que dá coerência ao presente.

Nesse sentido, parece que alguns elementos foram introduzidos nas lendas depois do aparecimento da multinacional. Não fizemos uma pesquisa a respeito disso. Queremos apenas levantar que as proposições explicativas do real, por mais tradicionais e antigas que possam aparentar no início, vão sofrendo modificações de acordo com as necessidades históricas vividas pela população a que se referem. No nosso caso, por exemplo, parece que dentro da narrativa histórica dos Trindadeiros, foi acrescentada uma carta que legitimava a sua presença na aldeia e que eles teriam recebido do Imperador como consta do relato abaixo "eles achavam que era necessário ter uma carta do Imperador para a segurança dos moradores da aldeia. Dom Pedro II escreveu então uma carta e a entregou a um dos moradores de Trindade. A carta dizia que valia para todos os moradores de Trindade e assegurava a sua permanência na localidade. Mas, tanto tempo se passou e a carta

se rasgou ...". Esse relato foi colhido em 1979 e esse episódio não consta das outras narrativas (em anexo).

O mais importante, no entanto, é a idéia base contida em cada um desses relatos: "A Trindade foi dada aos seus primeiros habitantes que procuravam terra para trabalhar ou morar; esses se miscigenaram aos demais; nós, os descendentes somos os herdeiros. A Trindade é nossa". Esse lema foi transmitido de geração em geração. Hoje em dia, as gerações novas que não dão muita importância às narrativas e são incapazes de relatá-las, guardaram delas essa idéia chave: A Trindade vem de nossos avós bisavós; somos todos uma grande família. A Trindade é nossa.

Enquanto que os mitos e lendas dos Trindadeiros têm um significado amplo e existencial para a população, no momento em que a cia. se instalou na área, ela produziu um discurso ideológico com o objetivo de atrair os possíveis compradores da Praia de Laranjeiras (5). Visto que a multinacional pretende desenvolver na localidade um projeto turístico para a alta burguesia, o apelo publicitário visa essa parcela da população: uma classe social onde o dinheiro é rei e onde existe uma supervalorização de tudo o que é europeu com um significado de "status" social. O discurso a que nos referimos foi cuidadosamente elaborado e distribuído aos compradores em potencial:

Das "Notas históricas sobre Laranjeiras e Parati" levantamos os trechos seguintes (os gritos são nossos): (6)

*"... o trecho mais virgem dessa costa, onde o mar e a serra se encontram mais abruptamente, vai de Ponta de Trindade a Ponta Joatinga. Entre essas duas pontas situa-se uma pequena enseada chamada Laranjeiras. Durante os dois séculos que se seguiram à descoberta do Brasil, esse trecho permaneceu tão remoto que somente alguns colonizadores encontraram seu caminho.*

*Os primeiros visitantes europeus que aportaram àquela região foram náufragos e tiveram que enfrentar os ferozes Índios Tupinambás ...*

*... Laranjeiras logo se tornou um marco bastante conhecido pelos navegadores costeiros e, já em 1612, estava incluída em nossos mapas...*

*... Parati representou um papel central na corrida do ou*

ro. A cidade cresceu, tornou-se próspera, e teve início uma explosão comercial, provocando a vinda de piratas e - contrabandistas que centralizavam suas atividades na Ilha Grande e ao longo da costa sul de Parati, especialmente - em Laranjeiras.

Selvagem e praticamente desabitada, Laranjeiras era o local ideal para os piratas ingleses, holandeses e principalmente franceses (...)

Em 1978, a revista Manchete, apresentou a história em um suplemento consagrado a Laranjeiras - "Laranjeiras, sofisticação e privacidade no litoral", da seguinte maneira:

"Onde fica Laranjeiras, Hans Staden encontrou os franceses que tentavam estabelecer a França Antártica no Brasil.

... Para ser coerente com sua história e suas origens de área predestinada, é preciso lembrar que Hans Staden foi o primeiro homem branco a falar da privacidade de suas a reias douradas, quando ainda não tinha o nome atual e era apenas um dos muitos recantos paradisíacos das terras de Vera Cruz. Foi quando ele circulava entre Bertioga, - Iperoig (Ubatuba hoje) e as regiões de Parati e Mambucaba, ao norte, como prisioneiro dos tamoios, lá pelo ano de 1547. Escapando de ser devorado pelos índios, Hans re tornou a sua Alemanha e aí publicou o primeiro livro sobre o nosso país: "Duas Viagens ao Brasil - Arrojadadas Aventuras no século XVI entre os Antropófagos do Novo Mundo". Nêle relatava suas aventuras e desventuras com os Tamoios e, também o fato de ser aquelas paragens o lugar preferido dos franceses que tinham vindo ao Brasil tentar ocupar parte de suas terras para nelas implantar a França Antártica. Um velho sonho de Francisco I, Rei da França, naquele tempo, e que não se conformava em ver - seu país ausente das terras recém-descobertas do Ocidente.

#### "O REFÚGIO PREFERIDO DOS PIRATAS"

Pelas citações de Staden, eram eles franceses de Flandres, Bretagne, Bourgogne, Auvergnac e Provence e, portanto de quase toda a França. Convíviam pacificamente -

cô<sup>m</sup> os Índios, dos quais eram amigos, a fim de enfrentar os portugueses que os perseguíam. E antes ou após cada refrega, as enseadas, hoje Laranjeiras, eram os esconderijos seguros para garantir a presença e permanência da bandeira tricolor nos trópicos.

É de se supor, baseando-se na fidelidade às tradições de bom gosto dos franceses, que tenham sido eles os primeiros a fazer da atual Laranjeiras um privadíssimo paraíso tropical a salvo dos inimigos e os indiscretos, pela inacessibilidade natural do lugar (...)

Mais tarde, foram os piratas ingleses, holandeses e franceses que também descobriram o isolamento do lugar, elegendo-o para esconderijo e base de operações contra os galeões de Portugal que aportavam em Parati para carregar o ouro que fez a grandesa da cidade nos anos de 1700. Quando cessou a corrida da prosperidade acelerada pelo ouro do século 18, na então conhecida Costa do Ouro do Brasil, os relógios pararam no tempo. Os piratas desapareceram. Parati acabou transformando-se no museu vivo que é hoje, uma cidade-acervo da arquitetura barroca brasileira e testemunha igualmente viva da grandiosidade do ciclo do ouro brasileiro. E Laranjeiras voltou a seu selvagem isolamento, imaculadamente a salvo de visitantes. De acordo com seu destino de exclusividade".

Nesses trechos sobressai à primeira vista o enfoque dado à descoberta do lugar pelos "colonizadores" daquela época - ou seja, - os náufragos, navegadores e piratas. Era terra de ninguém - "só - tinha Índios". Era um lugar "tão remoto que somente alguns colonizadores encontraram seu caminho".

Atrás desses argumentos encontramos a idéia chave do texto que permanece encoberta, qual seja que: "o lugar nos pertence - seguindo a tradição, só nós, os colonizadores, soubemos redescobrí-lo e saberemos fazer dele um paraíso tropical a salvo dos visitantes". Percebemos como a história relatada se transforma em um apelo publicitário servindo aos interesses da multinacional.

Notamos que o propagandista faz um apelo no sentido de ressaltar a cultura francesa, que desde o século XIX teve um influência considerável (literatura, arquitetura, artes, ensino, etc.) -



que se mantêm até hoje. Reminiscência do passado mesmo pouco conhecida pela classe alta, a cultura francesa continua exercendo seu poder atrativo, sendo um incentivo, sinônimo de educação e bom gosto. Por essas razões, a reconstrução histórica da região, e particularmente da Fazenda Laranjeiras enfatiza sobretudo a presença francesa naqueles lugares. Assistimos aqui a uma verdadeira manipulação dos eventos históricos.

Para apoiar o seu argumento segundo o qual os franceses - que vieram no Brasil trouxeram o bom gosto, o nosso propagandista achou, sem dúvida, preferível transformar aventureiros, piratas e comerciantes em mandatários do rei a fim de implantarem a França Antártica. Sabemos, contudo, que o rei da França embora nunca tenha reconhecido o Tratado de Tordesilhas e a Bula Papal, que dividia o mundo entre os portugueses e espanhóis, ele nunca endossou as atividades de seus súditos no Brasil. (Prado; 1979, pg. 25 e 27).

O jornalista faz uma série de relatos fantasiosos desse tipo, atribuindo falsamente a H. Staden, trechos onde fala, por exemplo, que "aquelas paragens eram o lugar preferido dos franceses", que não constam de seu livro. (Staden, 1974).

Esses dados mostram como faz parte, da violência que se instalou em Trindade a partir da chegada da Multinacional, também uma "violência simbólica" onde a identidade do povo Trindadeiro é excluída em função dos interesses econômicos e publicitários da multinacional, ambas as partes constroem o passado no sentido de legitimar a sua presença na aldeia. Essa elaboração dos tempos remotos, porém, se faz de maneira diferente; enquanto que para os Trindadeiros os seus antepassados vieram para aldeia em busca de uma terra para trabalhar e sobreviver, no artigo encomendado pela multinacional os primeiros europeus que descobriram o lugar foram seduzidos pelo seu isolamento e sua beleza. Além do mais, enquanto a cia. elabora esse passado por escrito e com objetivos precisos, os Trindadeiros o transmitem oralmente - num processo contínuo de elaboração coletiva, que obedece às suas necessidades existenciais, sem a utilização de recursos onde imperam as segundas intenções.

Através disso, podemos perceber desde já, como, dentro dessas diferentes interpretações, se escondem as raízes do conflito.

## Notas ao Capítulo I

- (1) Duas outras lendas se encontram em anexo para o leitor que se mostre interessado. (anexo I)
  
- (2) Três autores falam sobre isso, cada um à sua maneira. STADEN (1974) se referiu aos índios Guionãs, entre os índios da Capitania de São Vicente. Deles disse que habitavam os contrafortes das serras, sem pouso fixo, e, que eram antropófagos, mantendo-se em guerra permanente com os demais gentios. Eram, no entanto, lentos no manejo do arco, utilizando-se de laços e armadilhas para apressar a caça. GABRIEL SOARES DE SOUZA (1851), por sua vez, acrescentou que desconheciam a lavoura, vivendo da caça e da pesca, e morando nos campos, em covas, fazendo suas camas de ramas e pelos. Registrou ainda que possuíam linguagem diferente da dos Tamoios, mas entendiam-se com os Carijós, grupos que lhes eram vizinhos, e contra os quais mantinham guerra constante, ainda que não lhes invadissem os territórios, limitando-se a defender o seu próprio. Não eram, portanto, extremamente belicosos e até constituíam boa companhia para os Portugueses que lhes vinham ao encontro. Do que contradiz com a descrição de STADEN (1974), destaca-se unicamente, a assertiva de que eram grandes flecheiros e inimigos da prática antropófaga. Por último, dentre as fontes primárias disponíveis, KNIVET (1947) é o que maior coma de dados proporciona. Ele registrou os Goianãs na baía de Parati, descrevendo-os como de baixa estatura mas regularmente constituídos. Pintavam o corpo com tinta de urucum e usavam cabelos longos, caídos dos lados, e uma tonsura no alto da cabeça. Eram antropófagos, ainda que disto não se vangloriassem, e utilizavam-se de rêdes de casca de árvore para dormir, e de pequenas rêdes para transportar, às costas, seus pertences, durante as viagens".
  
- (3) O "Projeto Parati" foi desenvolvido como etapa do Programa Arqueológico do Litoral Sul, iniciado em 1970. Uma pesquisa de campo foi realizada em Trindade em janeiro e fevereiro de 1976 em colaboração com os alunos de pós-graduação da Faculdade Marechal Rondon do Rio de Janeiro. Essa pesquisa arqueológica - cujos trabalhos foram concentrados em Trindade - lugar que -

permaneceu mais isolado que o resto do Município de Parati - comprova a passagem de uma civilização índia no início e inte rétnica depois. Foram encontrados na aldeia um sambaqui e - dois abrigos da época pré-cerâmica, assim como um sítio tupi-guarani e diversos sítios cerâmicos (quatro abrigos e três - sambaquis). (Souza, 1977, pg. 54 a 76).

Esse mesmo projeto teve também por efeito de fechar a aldeia aos turistas em 1976, época em que a Cia. multinacional media e comprava as posses dos Trindadeiros. (ver capítulo IV, pg.107

- (4) Segundo Malinowski (1976, pg. 249) "em virtude da ação daquilo que poderíamos chamar de lei elementar da sociologia, os mitos possuem o poder normativo de fixar o costume, de sancionar os modos de comportamento, de dar dignidade e importância a uma instituição" ou ainda (1954, pg. 125) "qualquer que seja a realidade escondida no seu passado sem registros, os mitos mais servem para encobrir certas inconsistências criadas pelos eventos históricos do que para registrar esses eventos de modo exato".

- (5) Podemos notar que a publicidade se refere à praia de Laranjeiras e não de Trindade. Não poderia sair sobre Trindade nenhum material produzido pela Cia. por causa dos problemas de terra existentes na aldeia, problemas que aliás impedem até hoje o desenvolvimento do projeto turístico. A proximidade geográfica das duas praias, o fato de elas fazerem parte da Fazenda - Laranjeiras, assim como da Cia. multinacional ter pensado desenvolver nos dois lugares o mesmo tipo de projeto turístico e ter interpretado a história de Laranjeiras à luz da história de Parati, nos permitem porém afirmar que a concepção da história de Trindade seria inseparável da de Laranjeiras. (A multinacional "Parati Desenv. Turístico S/A" comprou a Fazenda Laranjeiras que inclui as praias de Trindade, Laranjeiras e Uricana em 08/06/1972 - ver a esse respeito, capítulo IV, - pág. 78 )

- (6) Ver anexo I

## II

### A COMUNIDADE ANTIGA

(1900-1971)



A vida da aldeia era marcada pelo isolamento geográfico. Até 1969/70, não existia nenhuma estrada ligando Trindade a Parati que "só podia ser atingida por terra através de uma trilha no mato, que exigia 12 horas de caminhadas, o que em termos práticos significa que era impossível ir e retornar no mesmo dia". (Souza; 1977, pg. 79). Para se chegar em Ubatuba, também era necessário enfrentar 7 horas de barco. Porém, "apesar do isolamento quase completo em que viviam os Trindadeiros, nunca deixaram de manter relações ou de participar da economia de mercado". (A. e Silva; 1979, pg. 40).

#### OS HOMENS - A PESCA, A LAVOURA DE SUBSISTÊNCIA E O TRABALHO FORA DE TRINDADE

Para estudar a vida dos homens na aldeia, vamos relatar de início depoimentos de dois Trindadeiros - João Grande e Jair. Assim fala João Grande da sua experiência de trabalho:

"Me chamo João Grande no sul e no norte, em Santos, Rio e Niterói. Esse apelido vem da parte de meu pai a quem chamavam de Benedito Grande; meu avô era João Justo. Venho fazendo 60 anos no dia dois de dezembro. Eu nasci na Praia do Caixa D'Aço aqui em Trindade onde morei 10 anos. Quando meu pai mudou-se para a vila, ele ficou - sem minha mãe, que morreu. Meu pai tinha 5 filhas mulheres e eu era o mais velho dos homens.

... Na lavoura trabalho desde 10/11 anos de idade, com 10 anos meu pai já me carregava para a roça.

Eu saí da casa do meu pai com 11 anos de idade. Fui me empregar em Parati, era empregado de um casal que não tinha filhos. Levei um mês sendo empregado deles, aí - caí doente e voltei para casa.

Quando voltei para Parati, já voltei com salário de - 12.000 réis por mês. Fui tropeirar tropa, tirar cana da palha. Minha vida começou assim. Já fui trabalhar num patrão que me deu 6 burros para carregar cana da roça para o engenho. Levei 3 meses trabalhando e esse dinheiro entregava para meu pai (...)

Depois o patrão me tirou desse serviço, veio um outro - tropeiro trabalhar com 12 burros. Eu fui pro engenho na olaria, perto da Boa Vista, destilar, fabricar aguarden

te (...) O engenho era um trabalho melhor de fazer do que carregar cana porque não apanhava a chuva e era necessário responsabilidade (...) Para mim o serviço era mais maneiro porque antes amanhecia o dia, eu jã tava catando o animal lã no pasto, sem café, sem nada; vinha de lã, botava a carga no animal e saía para a palha; era depois que eu dava uma viagem que eu entrava na cosinha do fazendeiro para tomar café (...) Aí eu fiquei nêsse engenho um mês e pouco porque tinha minha irmã que era empregada na casa de um irmão do fazendeiro. Discutiram lã, brigaram, fiquei com raiva, pedi a conta, saí com minha irmã, fomos embora; jã tava com 12 anos. Voltei então para Trindade, para casa de meu pai e comecei a trabalhar na roça de novo. Eu fazia até roça por minha conta: meu pai derrubava aquela madeira mais grossa, eu roçava e fazia plantação. Fui uma vez para Santos em 39, trabalhava em sítio de banana. Aí, ficava 2, 3 meses lã, pegava aquele dinheiro, vinha e ficava na casa do meu pai e ajudava trabalhando com ele na roça; sô trabalhava de arrastão na praia, nunca tive idêia de trabalhar muito com pesca porque gosto de lavoura e de caça, então nos sãbados e domingos, lã caçar. Fui alistado com 21, mas não fui convocado, tive aqui mais uns 2 meses e voltei para Santos. Nessa êpoca estourou a segunda guerra mundial, aqui ninguém sabia, sô lã; eu fiquei prêso em Santos; eu fui com meu tio, meu tio trabalhou 2 meses e me deixou lã e eu fiquei sozinho para ganhar dinheiro, mas a guerra continuou e eu tive que tirar passaporte na polícia de Santos para atravessar. Atravessei até Ubatuba num barco e de Ubatuba para cã vim a pê.

Me casei com 25 anos, fiz uma casa grande de barro e sapê, a casa era na terra de meu sogro, vim fazer uma casa no terreno dele porque antes de casar, o sogro jã tinha morrido e para não viver com a sogra, fiz uma casa no terreno dela.

Aí, voltei uns 3 meses para Santos, arrumei um dinheirinho, voltei, casei; fiquei em Trindade uns 2 meses fazendo casa para os outros: o cidadão lã para Santos, para pesca, ele empreitava a casa para mim. Continuava também

fazendo roça no terreno do meu pai, ele fazia de um lado e eu de outro; os irmãos solteiros trabalhavam na mesma roça que o pai e os casados já fazia separado, mas era a mesma ligação; na posse da sogra eu só tinha banana, café e hoje continuo trabalhando no mesmo lugar.

Mas, com a família crescendo, aqui dava para comer, vestir mas não dava para guardar dinheiro e a gente sempre tem a vontade de guardar um dinheirinho; fui para Parati, passei um ano lá, comprei um bananal. A mulher dizia: "isso aqui não dá, estou passando mal". Mas eu sempre cortava banana, vendia, também tive na Prefeitura, tive de fiscal no mercado de pesca. Chegou neste mês, teve uma enchente grande, - fiz uma derrota no bananal, acabou tudo; fui embora.

Voltei na Trindade e continuei outra vez a vida de lavoura de mandioca. E pega, e larga, e deixa a família, nos domingos ia para a caça.

Aí, por volta de 53, já tinha esse filho, fui para Barra - Grande lá perto do Rio, trabalhar numa fazenda ... Tomei - conta dela 3 a 4 anos. Eu ganhava 60 cruzeiros naquela época, por semana.

Um dia pensei bem, parei: "esse homem é rico, com meu trabalho ele fica mais rico ainda e eu sempre pobre. Só venho aqui para comer, então fico em Trindade, que para comer - também tem peixe, cana, farinha, milho, banana, tudo".

Voltei e continuei fazendo roça.

Fui embora para Santos em 55 trabalhar num barco chamado - "Falcão". O mestre era do Sono e o motorista também. Trabalhei no convés da Traineira, o que eu fazia lá era, quando a rede ia para a água, a gente, depois do serviço do motor, a trazia para cima com a mão e quando ia tirar o barco do porto para fora, para pesca, a gente dada 2 horas de governo no barco; para terra mesma coisa.

Foi pescando, pescando, desse barco passei para outro, - fui corticeiro à bordo, soltador de caico, fui variando de função dentro dos barcos, Depois apareceu trabalho onde - fui cozinheiro em barco, levei uns 3 meses cozinhando lá, depois aqui em Santos fui cozinheiro 2 vezes e depois me aposentei. Embarcado, sempre embarcado, passei 22 anos na pesca. Já foi melhorando de vida; chegava nos feriados entrava numa boa de família. E, a pesca quanto mais trabalha,

mais se ganha; então só faltava uma casa para mim, comprar material. E, quando botei as pedras tôdas pra fazer a casa e faltava apenas comprar as telhas, entrou essa Cia., aí a cabôu. (João Grande; 60 anos, 1979).

Jair também conta:

"Eu tive uma infância muito dura. Meu pai morreu quando eu tinha 4 meses, minha mãe trabalhava na roça para me sustentar. Quando eu tinha 4 anos, minha mãe foi embora para Santos com um parente, para trabalhar, porque o trabalho da roça não dava; ela mandava um pouco de dinheiro, quanto po dia, no fim do mês. Enquanto isso, eu morava com meus avôs e os ajudava na roça; na época não tinha estrada, eles - iam a pé até Parati para comprar tudo que não se encontrava em Trindade, como, por exemplo, tecidos para fazer roupa, visto que o dinheiro não dava para comprar vestidos - prontos. Os outros Trindadeiros ajudavam, dando um pouco - de peixe ...

Ainda garoto, com 9 anos, fomos morar com a tia Berenice - na Ilha Grande porque o Daniel (marido da Berenice) tinha encontrado trabalho lá. Quis e consegui empregar-me num - barco do Rio; por causa da minha idade ninguém me acredita va, mas eu surpreendi todo mundo e dava o dinheiro para Be renice que não parava de ter filhos.

O meu avô morreu na Ilha Grande, depois voltaram para Trin - dade, eu continuei trabalhando no barco do Rio, mas, passa do algum tempo, achei mais interessante trabalhar num bar - co de Santos porque os barcos de Santos vinham até Trinda - de e era mais cômodo: dava a possibilidade de trazer tíjo - los e móveis para construir a casa.

Pelos 14-15 anos, conheci a Vera e comecei a não dar mais tôda a grana para Berenice, guardando uma parte para cons - truir a minha casa e para casar-me.

Enquanto eu morava na Ilha Grande, minha mãe casou-se de novo com um senhor que trabalhava na usina de Cubatão. Es - se senhor mandou me buscar, eu fui morar em Santos, mas eu não me acostumei lá, um mês depois voltava para Trindade". (Jair; 35 anos, 1979).

Por mais particulares que sejam essas 2 entrevistas, por - tratar-se de pessoas que perderam o pai ou a mãe quando crianças, elas refletem bem fielmente a vida dos homens na aldeia.

Se os Trindadeiros tiravam da terra a mandioca, o café, o feijão, o arroz, a cana de açúcar e as frutas, e de do mar tiravam o peixe e os mariscos, eles precisavam de outros produtos, - tais como o sal e os tecidos. Para obtê-los, entretanto, precisavam criar um excedente que era trocado nas cidades de maior porte.

As condições de transporte pela picada com "o peso no lombo" ou por barco, pelas famosas "canoas de voga" (1) eram péssimas, além de no começo do século, Parati estar vivendo a sua fase de maior decadência, quando não havia muitas vezes, consumidores para os produtos.

*"Aqui você matava quantidade de peixe, mas o dinheiro era pouquinho porque não tinha ninguém que comprasse; o peixe era aproveitado, salgado, levado para Parati, mas não era tanto assim porque como que dava para levar? O pessoal daqui trabalhava no sítio da Itatinga; faziam bastante farinha, deixando muitos sacos numa casa que se chamava "casa bitinga" e depois o pessoal do sítio vinha buscar e dava outras coisas em troca". (Dona Djina; Trindadeira, 1979).*

O produto da lavoura e da pesca, portanto, não era suficiente para cobrir as necessidades crescentes da comunidade. Assim, - desde o começo do século, os homens saíam periodicamente em busca de trabalho.

Parati, porém, onde a crise prolongava-se no tempo, oferecia poucas oportunidades:

*"A década de 20 é marcada pelo pouco uso do solo, pelo não desenvolvimento de um mercado de trabalho e por atividades urbanas incipientes. Pode-se afirmar que Parati não participa do processo de mudança ocorrido na década de trinta".*

*(Gusmão; 1979, pg. 40). Em 1925, não havia um só médico residente e tampouco nenhum dentista formado, existindo ape-*



nas uma farmácia e um padre, ao contrário de 1750 quando havia 25 sacerdotes, 3 médicos e 4 farmácias ... Em 1936, a Santa Casa fechou suas portas por absoluta falta de recursos, ficando aberto apenas o ambulatório ... E, dia a dia, maior número de homens válidos, já então seguidos das moças, deixava Parati. As casas começaram a ruir, os sobradões coloniais abandonados não encontravam quem os quisesse comprar ... O comércio vegetava pobremente, e até a sua afamada cachaça desaparecia do mercado. Onde antes eram engenhos e plantações de cana, existiam agora apenas bananais. As grandes fazendas de outrora se transformaram em pastos de reses magras e quartéis de malária ... Parati chegou a ser a própria imagem da ruína e da morte". (Amaral e Gurgel; 1973 pg. 49).

Assim como os habitantes da cidade, os Trindadeiros preferiam então deixar "os engenhos de pinga, as fazendas onde se ganhava mixaria" para ir trabalhar, alguns meses por ano, nas fazendas de café, no início do século, e logo depois, nos sítios de banana, em Santos, numa época em que Santos começava a aparecer como o novo centro econômico da região. "Por volta de 1930/33, começa de fato o surto da bananicultura no litoral sul do estado de São Paulo".

"Como havia dificuldades de se encontrar trabalhadores na própria região, o recrutamento da mão de obra era feito em Santos (espanhóis, portugueses e negros) e entre os habitantes da área litorânea compreendida entre Ubatuba e Parati". (Andrade e Silva; 1979, pag. 40). Segundo os próprios Trindadeiros:

"Foi um homem velho que morava no Caixa D'Aço que descobriu os sítios de banana em Santos. Me parece que a mamãe dizia que ele andou no Nordeste, na colheita de café. Depois, não sei como, mas sei que ele descobriu essas lavouras de banana que tinha em Santos; daí ele veio, chamou a gente e depois que o patrão conheceu o pessoal daqui mandava chamar quando tinha outro serviço. Daqui ia todo mundo. Quem ficava na aldeia eram o mais velhos ou alguém que ia quando os outros vinham. Chegavam lá, pegavam empreitada e quando a empreitada era boa, ganhavam um dinheiro e logo iam embora. Ficavam 1 mês, 2, 3 e quando iam por terra, ia uma turma de

gente". [Ditinho; Trindadeiro, 1979].

Depois dessa fase instalou-se em Trindade, um período intermediário onde as pessoas trabalhavam periodicamente no local que conseguiam, levando, na maioria das vezes, a família. Alguns iam para Rio de Janeiro, outros para Ilha Grande, Santos ou Parati, em pregando-se onde desse, tanto na lavoura quanto na pesca.

Nessa época, as atividades principais se concentravam em - Trindade, o trabalho fôra da aldeia complementava o orçamento familiar e servia para comprar o indispensável. As atividades de lavoura e de pesca assim como o artesanato eram bastante desenvolvidas, mesmo sendo rudimentares.

"A atividade agrícola se resume a pequenas roças de milho, mandioca, café, batata doce, feijão, cana de açúcar e algumas frutas como banana, mamão, abacate e laranja". (Andrade e Silva; 1979 pg. 42).

"Aqui, nossa lavoura foi sempre lavoura de mandioca - fazia farinha e a farinha de mandioca pode fazer num mês e vender no outro que ela não estraga e - quanto mais tempo, mais pesada ela fica porque vai pegando umidade. Inha muito café, mas era dos pais, dos avôs, eu nunca plantei café, a não ser meia duzia de pê. Plantava também a batata, o milho, o fei-jão; a banana ninguém ligava porque não tinha estrada para transportar".. (João Grande; 1979).

"No âmbito de cada unidade produtiva, as atividades econômi cas são exercidas pela mão de obra familiar. Pai, mãe e filhos menores constituem o tipo básico de família entre os quais o traba-lho se distribue ... Ao homem cabe a organização das atividades a serem feitas na roça". (Andrade e Silva; 1979, pg. 42). O homem - solteiro trabalhava junto com o pai; casado, ele abria a sua pró-pria roça ou trabalhava na roça do pai.

"Eu continuava também fazendo roça no terreno do meu pai; e le fazia de um lado e eu de outro; os irmãos solteiros tra-balhavam na mesma roça que o pai e os casados já faziam se-parado ...". (João Grande; 1979).

"As roças são em média de um alqueire e toda a produção é voltada para o consumo imediato, salvo algumas vendas ocasionais que são feitas no próprio local. Geralmente vende-se um cacho de banana ou um litro de farinha para um vizinho ou um parente que solicita (...) Os instrumentos são rudimentares, não indo além - de um machado, uma foice e uma enxada ..." (Andrade e Silva, 1979 pg. 51).

A delimitação dos horários de trabalho era muito difícil, dada a inconstância em que se processavam as atividades. Geralmente o trabalho da roça era feito na parte da manhã, das 6:00 - horas até cerca de 11:00 horas". Em certos casos, recorria-se à prática do mutirão.

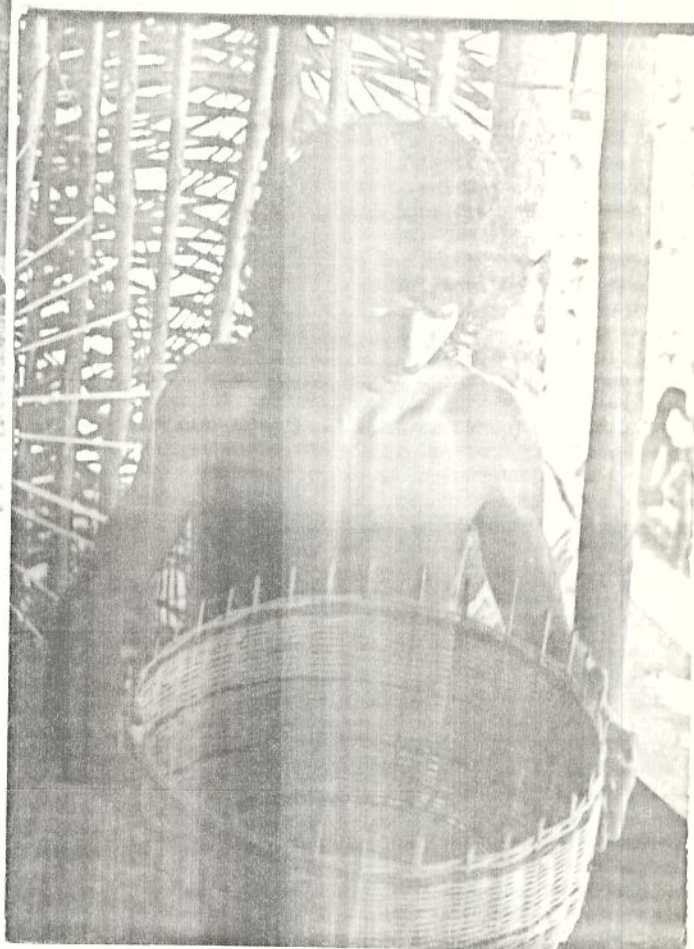
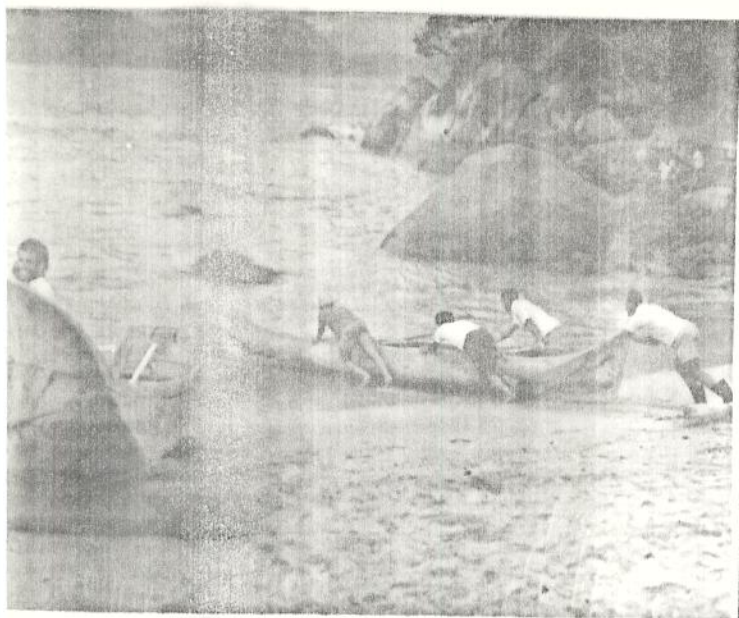
*"Aqui, nós fazia muito mutirão e eu, para adiantar o serviço, arrumava rapaziada e fazia mutirão: eu chamava 4, 5, 6, 8 pessoas para trabalhar para mim e as vezes dava café ou almoço, pronto, não tinha mais nada; às vezes o pessoal ia gratuitamente, trabalhava aquele dia um pelo outro; outro dia, então, outra vez que eles precisavam, ou tava pronto, deixava o meu e trabalhava para eles". (João Grande; Trindadeiro, 1979).*

Segundo Andrade e Silva, a pesca individual de subsistência não era uma atividade frequentemente exercida, no entanto, ela garantia aos indivíduos, quando praticada, boa parte de sua alimentação. "Atividade exclusivamente masculina, ela se efetiva - com instrumentos rudimentares como vara, e apenas alguns possuem rede e canoa, que eventualmente empretem, recebendo pagamento em espécie, geralmente correspondente a um terço do pescado".

Pescava-se também com rede de cerco (2) e de arrastão (3), técnicas que envolviam um número maior de pessoas. À chegada, o peixe era dividido pela partilha, uma parte maior cabendo ao dono da rede (em geral um terço da quantia pescada). "A pesca exercida através de redes e canoas é muito mais produtiva devido à quantidade de peixes aprisionados, mas sua realização nem sempre é possível devido à inconstância do mar. Este, quando apresenta-se calmo, fornece peixes em abundância excessiva, mas quando agitado, impede a saída de canoas e, conseqüentemente, a obtenção de peixes ...







Depois de retirado da rêde, o peixe é consertado. A salga e a secagem do peixe é uma indústria rudimentar. O peixe é preparado manualmente com o emprego da faca. Depois de salgado é estendido - ao sol em peneiras ou em varas para secar (...)

Além das atividades agrícolas e de pesca, algumas famílias fazem criação de galinhas, patos e perus para consumo próprio, existindo um único caso de criação de porcos para comercialização - local". (Andrade e Silva; 1979, pg. 53 e 55).

O artesanato também era uma atividade exclusivamente masculina. De caráter puramente utilitário, ele era ligado às atividades econômicas da aldeia. Produzia-se quase todos os instrumentos necessários à fabricação da farinha, as canoas, certos tipos de rêde e louça, as casas, os móveis, as rêdes.

A fabricação da farinha de mandioca ocupava dois dias inteiros da família e era feito por processos bem rudimentares e penosos. (4)

Nunca existiu em Trindade uma organização comunitária do trabalho; ela partia de uma iniciativa individual ou familiar. Existia, sim, de vez em quando uma certa ajuda mútua para com os trabalhos urgentes da roça (o mutirão) e uma certa cooperação para a pesca de cêrco ou de arrastão (5). Mas, é de notar que a cooperação de um grupo de pescadores ou lavradores só acontecia quando necessária e "só era efetiva enquanto durava a atividade, terminando portanto com a divisão do produto" ou a retribuição do serviço.

"Sendo descontínua e precária, a composição dos grupos era instável", as pessoas se juntando na maioria das vezes em função - das relações de parentesco ou de vizinhança.

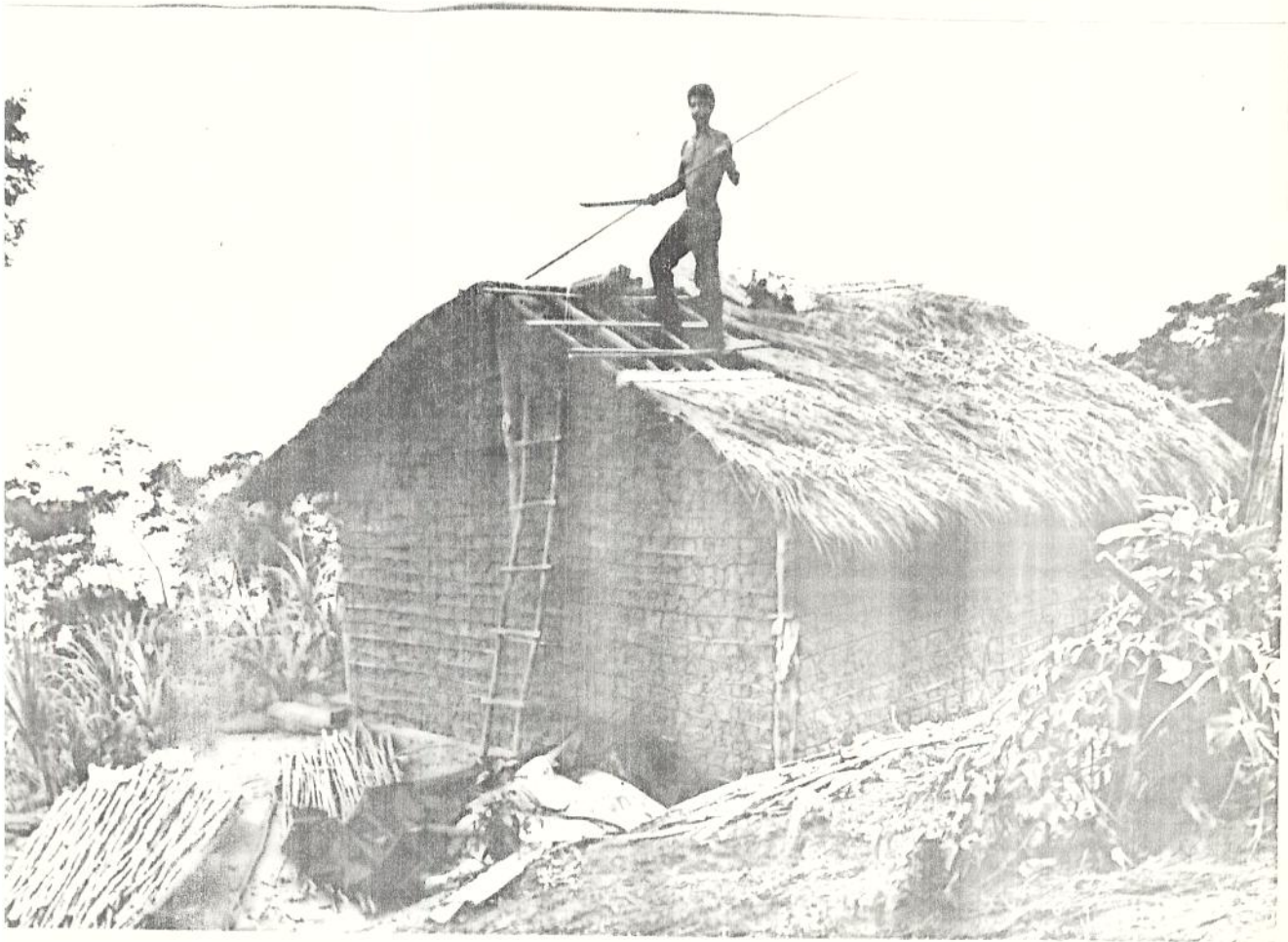
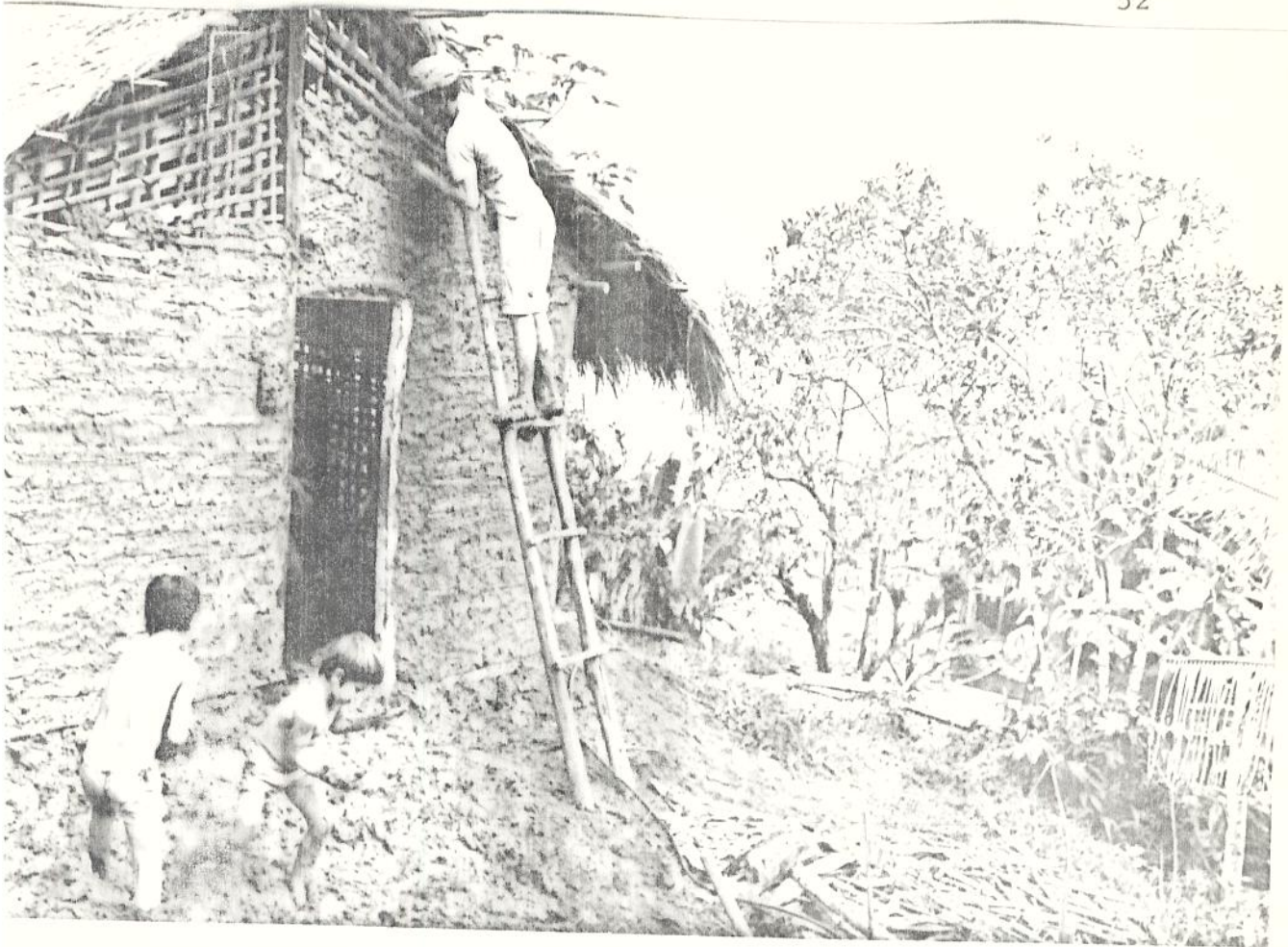
O insignificante volume de produção agrícola ou pesqueira, as deficiências das técnicas agrícolas e, sobretudo, a dificuldade e quase impossibilidade de comercializar o produto, levaram a maior parte dos Trindadeiros a se empregarem como assalariados nas empresas de pesca.

De fato, quando a pesca da sardinha aumentou de proporções passando a se efetivar com base em equipamentos modernos por empresas localizadas em Santos e Rio de Janeiro, a demanda de mão de obra se ampliou consideravelmente, e os caiçaras foram se assalariando nas grandes companhias de pesca, fazendo da pesca embarcada o seu principal meio de vida. (6)









A vida de pescador embarcado, era e continua sendo uma vida dura que implica em:

- . afastamento físico da família
- . segregação sexual
- . convivência com um mundo não firme, perigoso, imprevisível, indomável
- . trabalhar à noite
- . acostumar-se com acomodações primárias e sujas (uma cama num espaço pequeno dividido com outros pescadores)
- . má alimentação
- . impossibilidade de aproveitamento dos momentos de lazer (banhos, futebol, etc...). (Duarte; 1978)

Por outro lado, a remuneração do trabalho é instável. O pescador embarcado é remunerado segundo o sistema da "partilha" - ou seja "o tempo despendido não serve como referencial à remuneração". (Pessanha, 1977).

Ao chegar ao porto, o peixe é vendido, do total da venda são descontados os custos de óleo, rancho, gelo, comida, INPS da tripulação ... etc. A metade do total então obtido vai para o armador e a outra metade será dividida em partes entre os pescadores, cada um recebendo o número de partes correspondendo a sua qualificação: ao "mestre" cabe, por exemplo, 6 partes, ao "motorista", 2, aos tripulantes 1, ao cozinheiro meia parte, etc.

A remuneração é irregular visto que "em época de escassez do pescado ou quando o preço da sardinha está tão baixo que nem chega a cobrir os gastos da investida, ocorre que o pescador, além de não receber nada é "dependurado", ou seja, fica devendo para o armador". (Andrade e Silva; 1979, pg. 61).

Os embarcados tem direito ao INPS assim como ao 13º Salário se trabalham o ano todo no mesmo barco. Em geral quem seleciona os membros da mesma equipe é o mestre. Nesse sentido é comum e le chamar de preferência os seus companheiros na localidade.

Embarcado, o homem acaba ausentando-se da aldeia a maior parte do tempo, voltando 2 ou 3 dias por mês na época do "claro" (7), quando, como eles dizem, param" voluntariamente ou porque "pára" a pesca industrial durante os meses de dezembro e janeiro.

Essa nova componente levará aos poucos a uma reorganização social da aldeia.

AS MULHERES - A MUDANÇA DE PAPEL DENTRO DA  
ESTRUTURA FAMILIAR

Enquanto os homens saíam para a pesca embarcada, as mulheres ficavam na aldeia, como conta Dona Durcília:

"Antes disso nós ficava aqui tranquila; o meu marido saía para trabalhar, levava ano para fora, vinha em casa de 3 em 3 meses, teve um tempo que ele foi para fora, levou 8 meses sem vir para casa. Sô mandava dinheiro, mas vir em casa não queria e eu doente sabe, uma sinusite braba, um nervoso no braço que me atacou, e ele fora 8 meses. E sô - tinha o filho maior, o Waldemar e a Mercedes e a Dulcineia, o resto era tudo miúdo. Eu fazia farinha, eu buscava lenha, eu ia na costeira com as crianças para tirar marisco, tirar gaia, essas coisas tudo. Morri, buscava 3 viagens de lenha por dia, buscando lenha com essa Dolores e ele trabalhando ...

Chegava no claro, na lua cheia, ela mandava dinheiro; não era capaz de vir. Eu mandava recado, mandava chamar ele: - "Sim eu vou, sim eu vou". Tava lá em Santos, lá no mar, no entreposto; tava lá; andava por lá. Você não sabe o que - foi isto ...

Teve uma vez que ele foi e eu fiquei de barriga grande de um filho, desse filho que fartou agora, o derradeiro. Eu fiz uma roça ali debaixo da casa da Dolores, carpi mandioca, plantei feijão, eu com essas crianças, eu com a barriga grande, carpi mandioca de 4 pês, de joelho no chão, a barriga rastava no chão e eu carpindo mandioca, fazendo farinha, o garotinho deste tamanho assim, eu botava lá encima de uma tábua e virava mandioca, e dada de mamã, descansava o corpo e ia dar de mamã. Vinha de lá numa hora desta (18 horas), chegava aqui, ia lavar o filho, ia secar feijão, cozinhar peixe, ou fazer café, o que tivesse ia fazer arrumava a casa de água, buscava água lá na Carmira, lá em baixo, que aqui não tinha água ainda; sô lá embaixo que eu buscava água, lá na Palmira, lá tinha torneira na casa e

eu aqui sô tinha esse rio aĩ, não tinha água em casa; depois é que botaram essa bica aĩ; mas tudo isso sofri, sabe, passei na vida, uma amarga vida e ele lã no barco pescando, fumando, bebendo sua cervejinha, seu vinho nê a mulher aqui... Tinha uma igreja na frente aqui que eu ia todos os dias no culto e quando não ia, eu daqui escutava pregação, escutava o hino, não me conformava sabe, eu ficava sozinha aqui, as crianças iam no culto e eu ficava sozinha que nessa casa - não tinha medo porque as crianças passava rindo, passava brincando para cima, para baixo ne, vinham beber água aqui..." (Durcília; Trindadeira, 1978).

Antes, a vida da mulher também era dura: casava muito cedo, tinha em geral uma gravidez após a outra e era encarregada de todo o serviço da casa - lavar roupa, fazer comida, lavar louça, tomar conta das crianças:

"A louça não se lavava dentro da casa nem na bica, lavava - no rio, tinha que carregar até lã. Também a gente botava a roupa nas panelas de madeira de tomar banho, aquelas panelas grandonas, levava na cabeça e lavava no rio. Socava café no pilão, abanava, punha na panela, torrava e depois socava no pilão outra vez. Moía cana para poder fazer café de caldo de cana - que servia de açúcar. Fazia farinha com a mandioca". (Dona Djina; 1979)-

A mulher também ajudava o homem nos trabalhos de roça "carpindo" e "arrancando" a mandioca; acompanhava-o para "apanhar lenha" e participava ativamente com as crianças da fabricação da farinha de mandioca que ocupa 2 dias inteiros. Quando o marido arrumava um trabalho fora, ela o acompanhava e muitaz vêzes, como nos sítios - de banana, participava das tarefas.

A partir do momento em que o homem empregava-se nos barcos de traineira, a vida da mulher mudou radicalmente. Não podendo mais acompanhar o marido, ela não saiu mais da aldeia. O homem, como vimos, sô voltava a aldeia dois ou três dias por mês, na época do "claro", nos meses onde a pesca da sardinha é proibida, e vez ou outra quando o barco pescava perto da costa de Trindade ou quando ele estava "parado". Durante a sua curta presença na aldeia,







o Trindadeiro, em geral, tomava conta da roça onde continuava sendo o organizador das tarefas, pescava, apanhava a lenha grossa e a família toda fazia a farinha.

Mas, durante a sua ausência a mulher se tornava a única - responsável pela família. Incumbia a ela não só as tarefas ligadas à casa mas também a total responsabilidade sobre as crianças, além de uma maior participação nas tarefas reservadas antes ao homem, apanhar lenha, catar mariscos. manter a roça

Ela acabava adquirindo uma certa independência em relação ao homem, aumentando ao mesmo tempo o seu papel dentro da família e dentro da comunidade: era dela que dependia, por exemplo, a manutenção da roça, (8) ela quem administrava a economia da casa, - visto que ao voltar da pesca o marido lhe deixava o dinheiro, era ela também quem conhecia as ervas e cuidava da saúde da família ...

A partir dessas mudanças que foram ocorrendo na vida dos - homens, a vida das mulheres tornou-se mais dura, pelo já mencionado fato do acúmulo de tarefas que elas se viram obrigadas a executar assim como pelo fato de terem que suportar o peso da solidão, e da vida restrita ao universo da aldeia onde na maior parte do - tempo só ficavam com elas os velhos e as crianças. Uma vida difícil com poucos prazeres, que ajuda a explicar uma certa fascinação pela vida na cidade, onde concorriam uma vida cercada de confortos e a presença dos maridos. O contato com "o mundo" se fazia quase que inteiramente através dos homens, o que favorecia as idealizações que uma parte das mulheres alimentavam a respeito da vida na cidade.

Apesar de não ter pesquisado as famílias que hoje moram em Ubatuba, acreditamos poder dizer que a situação de opressão da mulher vai mais tarde influenciar uma parte delas a aceitar, relativamente de bom grado, a mudança para a cidade.

oooooooooooooooooooooooo

Outrora viviam na aldeia cêrca de 120 famílias e a população chegou a atingir os 500 habitantes (09) distribuídos em unidades de residência familiares na várzea da Praia de Fora - a Vila ou Caixa D'Aço.

A família nuclear é a base da vida social e econômica da aldeia, apesar dos laços de parentesco comum de quase todos os Trindadeiros que, como dizem: *"somos todos primos e descendentes de três famílias"*.

Ainda hoje, mas sobretudo naquela época, tudo se articulava em tórno da família restrita dêsde as regras de residência no local, de solidariedade afetiva, relações de trabalho e muitas vezes de vizinhança.

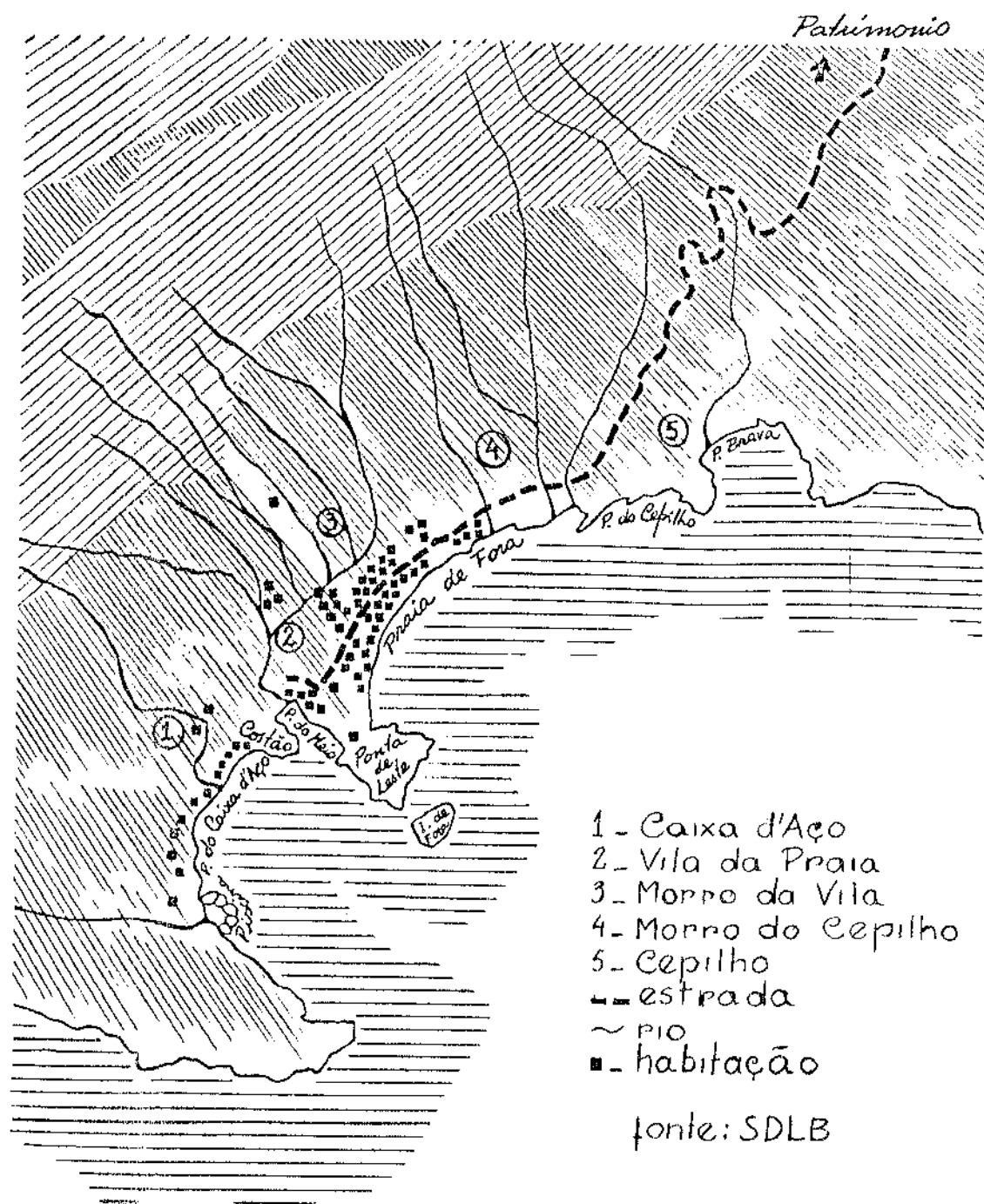
Em função disso, o casamento representava uma etapa importante na vida dos habitantes: o homem e a mulher tornavam-se adultos ao casar; antes disso eles eram considerados como crianças, - independentemente da idade, e não tinham voz ativa. Geralmente os casamentos aconteciam muito cedo, entre 18 e 20 anos para os rapazes, 15 e 17 para as mulheres, a aprovação do pai sendo necessária. Por não existir nenhum contrôle de natalidade, as famílias eram numerosas - era relativamente comum uma mulher alcançar os trinta anos com uma oitava ou nona gravidez - e as crianças, dêsde cedo, eram integradas às atividades econômicas: às meninas cabia as tarefas domésticas, o cuidar dos irmãos menores; aos meninos rinha roça e pesca.

Nêsse contexto, o "possuir uma casa" tinha dentro da aldeia um papel importante - significava a passagem real para a vida adulta, a concretização do casamento. Acontecia que filhos recém-casados passavam a residir com os pais ou com os sogros, mas, era uma situação provisória até conseguirem construir a sua própria casa.

Os terrenos onde eram construídas as casas eram chamados de "posse de moradia" em oposição à "posse de lavoura" ou roça. Ambas eram em geral, bem delimitadas, segundo regras próprias da comunidade. Regras não rígidas e dificilmente generalizáveis por variarem as vezes nos diferentes grupos nucleares.

De modo geral a passagem da terra dentro da aldeia, se fazia na base do acôrdo mútuo entre duas partes. Havia constantemente vendas e trocas de posses de moradia. Quando o casal se forma-

# OCUPAÇÃO HABITACIONAL DA COMUNIDADE ANTIGA



va, por exemplo, ele decidia se preferia morar na posse do pai ou do sogro; além disso, qualquer um dos cônjuges poderia deixar uma outra família construir a casa e morar no seu terreno, mas a família que vinha não podia chamar outros parentes.

Também era possível construir uma casa onde ninguém morasse. E, muitas vezes, o último filho ou última filha a casar morava com o pai já velho e com a morte deste herdava sua casa.

A transmissão da posse de lavoura era diferente. A técnica da "queimada" utilizada não permitia o uso prolongado da terra. - Cada 3 ou 4 anos a terra esgota-se e é necessário abrir uma outra roça na mata virgem. Podia ser aberta uma roça em qualquer lugar sob a condição de não entrar em espaços considerados pertencentes "como de direito" a tal ou tal família. Era um certo equilíbrio - de regras estabelecidas desde tempos remotos. Conflitos devem, - com certeza, ter existido - apesar da população lembrar hoje esses tempos como tempos onde não existiam brigas - mas eles se resolviam amigavelmente, sem ser preciso recorrer à polícia (inexistente na aldeia) nem à colocação de cercas nas posses.

Pode-se notar que as terras mais férteis (mais próximas da cachoeira e menos inclinadas) pertenciam geralmente a uma família extensa: o Caixa D'Aço para os Martins da Apresentação, a várzea da cachoeira para a família Lopes de Oliveira, o fundo da vila para os Lopes, os riachos e a parte de traz da escola para os Rosa. As outras famílias abriam roças em partes mais altas - os morros ou mais distantes. O tamanho da posse variava de família à família segundo a vontade e o trabalho de cada uma. Enquanto solteiros os filhos trabalhavam na roça do pai, ao casar eles abriam roça - própria no terreno do pai ou num terreno virgem.

Embora alguns moradores, basicamente mulheres, crianças e velhos permaneciam meses e até anos sem sair da aldeia, isso não implica que os Trindadeiros tinham uma vida social totalmente "isolada" ou "fechada" em relação à cidade, como vimos ao decorrer desse capítulo.

Se a comunidade se manteve durante muito tempo numa relativa auto-independência em relação à cidade vizinha e à região, usando o trabalho fora da aldeia como um complemento salarial, bem antes da abertura da Rio-Santos essa situação se inverteu com o emprego dos homens na pesca embarcada. A partir dessa época, o

trabalho fora da aldeia se tornou a base do orçamento familiar, os rendimentos da roça e da pesca artesanal se tornando meramente complementares. Mas, a sutil "articulação de uma atividade exterior - trabalho em barcos de traineira - com uma atividade interna - pesca lavoura e manufatura - permitiu ao Trindadeiro um início de "enriquecimento" nos anos 60 e início dos anos 70". (Artefato 04/09/78) época em que começou a se perceber uma certa mudança.

Como podemos percebê-lo à leitura do anexo III "alguns componentes da vida sócio-econômica" (10), a auto-construção (casa de barro e sapê) foi substituída pouco a pouco pelo pedreiro profissional (casa de tijolos pintada de branco e azul), a água foi levada da cachoeira até o interior das residências, o fogão à gaz, assim como a louça, os móveis e outros utensílios industrializados passaram a compor o recheio da casa do Trindadeiro.

A partir do momento em que o Trindadeiro "embarcou", tornou-se importante a alfabetização, possibilitando-lhe o acesso à função de mestre. A implantação da escola estadual em 1969 e a chegada do Prof. Lescar (MDB) reforçou a sensação de que era importante saber ler, era importante mandar os filhos continuar os estudos em Parati.

Nas eleições de 1972, a aldeia que até então sempre votava no candidato da Arena, votou em massa pelo candidato do MDB; essa mudança pode ser devida tanto às insatisfações para com o Prefeito anterior, quanto à influência do Prof. Lescar ou ao contato com as populações da cidade.

No plano comercial, fêz-se sentir a necessidade de um ponto de abastecimento próprio à aldeia. Diversas famílias tentavam se juntar para montar um armazém e após "pequisa" decidiram criar uma "cooperativa", da qual acabaram participando umas 39 famílias: os embarcados compravam mantimentos fora e revendiam aos sócios e algumas vezes aos não sócios, diminuindo assim o custo de certos gêneros.

A cooperativa, no entanto, teve curta duração (devido à entrada da Cia. na localidade, à queda da atividade de pesca em traineiras e às brigas internas) e foi substituída por alguns armazéns particulares.

Quanto à religiosidade, a base moral da aldeia se encontrava na regras impostas pela religião crente.

De fato, se, em tempos remotos, todos os habitantes eram católicos, os primeiros pastores ou pregadores chegaram na aldeia há mais ou menos 50 anos, e, hoje, com a exceção de uma ou duas famílias, todos os Trindadeiros pertencem a uma das três igrejas: "Assembléia de Deus", "Brasil para Cristo" e "Adventista do Sétimo Dia".

A organização dessas três igrejas era mais ou menos parecida com a variação seguinte: a "Assembléia de Deus", dependia da Igreja de Parati; o "Brasil para Cristo", de Guaratinguetá e os "Adventistas do Sétimo Dia", do Rio de Janeiro. Os pastores moravam nas sedes respectivas. Em Trindade não tinha pastor. Quem era responsável pela Igreja eram presbíteros pertencentes à própria população local.

Os pastores apareciam na aldeia para os batismos ... Em geral, os fiéis pagavam um décimo do que eles ganhavam para a sede da Igreja, a qual eram ligados e os presbíteros eram remunerados pela sede. A Igreja era propriedade coletiva da aldeia e era construída pelo conjunto dos fiéis.

Segundo certos moradores, os Crentes acabaram com as festas. De fato, por causa deles, a população assimilou uma série de normas e regras: era proibido às mulheres o uso de calças compridas, o corte de cabelo, a roupa de banho, os enfeites; aos homens o fumo e a bebida, e, a todos os indivíduos era vetado qualquer tipo de jogo. "Aqui, divertimento de Crente é ir à Igreja, orar e cantar hinos". Os adventistas, além disso, não comiam carne e não trabalhavam no sábado. "Com exceção das festas realizadas nas Igrejas, apenas o casamento envolvia a todos, mobilizando famílias, ampliando e mesmo fortalecendo a cooperação social e propiciando consumo maior de alimentos. As uniões conjugais pareciam fazer esquecer as precárias condições de vida a que se encontravam submetidos.

Uma das entrevistadas, lembrando seu casamento disse: "a festa de casamento foi bonita, teve feijão, carne, arroz e batatinha. E eu enfeitada que só vendo, que nem uma rolinha". (Andrade e Silva; 1979, pag. 43).

Porém, a entrada dos homens na pesca embarcada enfraqueceu a forte pressão exercida pela Igreja no comportamento moral da população. "Alguns entrevistados justificavam o abandono da religião "crente" da seguinte forma: "embarquei e comecei a me meter com a



rapaziada, agora o único vício que tenho é fumar, farra não faço"; "antes eu era crente, mas agora gosto de andar à vontade"; depois que expatriei pelo mundo abaixo, deixei, agora só posso dizer que sou católico, não sou crente nem nada". (Andrade e Silva; 1979, - og. 43). A partir desse momento a Igreja só continuava tendo impacto real sobre as mulheres e as crianças. Sobreviveu, no entanto, o espírito: aceitar o que "Deus manda" e não brigar, nem se rebelar. A esse traço se somava outro da religião Crente Adventista: o Adventista é aquele que espera sempre que no futuro alguma coisa vai acontecer e está na mão de Deus, assim como acredita que os sofrimentos vêm para fazê-lo espiar algum pecado. Esse traço será importante para entender os eventos que seguirão, e a legitimação de algumas decisões tomadas durante o conflito com a multinacional.

Pelo fato do trabalho ser individual, sempre existiram os interesses pessoais: por mais difícil que seja hoje recolher depoimentos precisos da população, acerca desse assunto, podemos dizer que em Trindade, como em qualquer comunidade, existiram brigas ou desentendimentos, inveja de certas famílias por outras que levaram a cisões ou clivagens, que se refletiram ao nível religioso (cisão da Igreja em três Igrejas) ou na época do fim da cooperativa ...

No entanto, nunca essas brigas levaram a recorrer às instâncias policiais da cidade vizinha, a cercar as posses, as casas. Existia em Trindade uma pessoa que fazia ofício de Comissário e era responsável frente à delegacia de Parati para a segurança da aldeia. Esse Comissário somente recorreu à Delegacia quando o então proprietário Santinoni começou a invadir a aldeia em 1958, como veremos no capítulo seguinte, e depois quando da invasão pela multinacional Adela.

É importante ressaltar esses dados, para não mistificar o passado; antigamente a vida era calma, mas muito dura, e o dia a dia incerto, provocando a busca de trabalhos muitas vezes penosos.

No entanto, a aldeia propiciava uma certa estabilidade às famílias. Os homens dispunham de uma certa liberdade em relação ao trabalho, garantida pela segurança que eles tinham da posse das suas terras. Mesmo sem a pescaria embarcada, eles podiam sobreviver com suas atividades internas à aldeia, a roça e a pesca. É essa base econômica - terra e pesca - que vai ser ameaçada com a valorização da terra no município de Parati e rompida com a entrada da multinacional na aldeia.

## Notas ao Capítulo II

- (1) As canoas de voga eram "enormes canoas feitas a mão e movidas à remo que interligavam Ubatuba a Parati, levando pipas de aguardente, fumo, farinha de mandioca e outros produtos para comercialização". (Andrade e Silva, 1979, pg. 40).
- (2) O "cêrco" é uma "grande rêde, armada em forma de um labirinto espiralado. Sua bôca ou entrada é colocada em passagens naturais dos cardumes, que, após adentrarem, ficam sem possibilidade de retôrno. Armado de forma fixa é um dos tipos de pesca mais rentáveis: normalmente quatro vêzes ao dia, os pescadores vão visitar as rêdes para recolher o peixe capturado (...) Para cada cêrco são necessárias duas canoas que transportam cada uma cinco pescadores em cada visita. Quando os pescadores não estão visitando os cêrcos, estão nos ranchos onde guardam as canoas e as tralhas de pesca, consertando as malhas das rêdes. É normal a captura de peixes ir aos poucos danificando as rêdes; assim, de tempos em tempos, o cêrco é trazido à terra para ser consertado". (Cintra, 1980, pag. 15).
- (3) No arrastão, a canoa e a rêde são deixadas num rancho à beira mar e os próprios pescadores organizam a atividade, ou por solicitação do dono da rêde em vista de algum cardume, ou por simples encontro de alguns deles na praia ao amanhecer ou entardecer. Três ou quatro pescadores saem com a canoa à remo e a certa distância da praia soltam a rêde, amarrada a um cabo, cuja extremidade permanece na praia em mãos do "Cabeiro". A canoa descreve um semi-círculo para voltar, em seguida, ao ponto de partida. A rede cuja tralha de chumbo atinge o fundo é arrastada para a terra, trazendo consigo todos os peixes que tenham sido cercados no lance. Desta operação, cuja duração é de duas ou três horas participam muitos pescadores auxiliados pelos seus familiares. A circulação ou distribuição do produto é imediata". (Andrade e Silva, 1979, pg. 55).
- (4) Para a fabricação da farinha de mandioca, é preciso:
  - 1) arrancar a mandioca, botá-la no ombro, trazê-la para a casa; 2) tirar a casca ou raspar; 3) lavar, botar no sexto ou balaio; 4) simultaneamente - virar a mandioca ou ralar numa -

roda de ferro acionada manualmente - botar a mandioca para sevar na sevadeira; 5) botar a mandioca ralada no "tipiti" (espécie de cesto); 6) por o "tipiti" na prensa para tirar o caldo; 7) depois que enxugar, tirar, pôr no côxo; 8) passar na peneira; 9) migalhar ela antes de passar na peneira (coar); - 10) cortar a lenha no mato, rachar, por dentro da casa para - depois fazer o fogo; 11) esquentar o fôrno (tacho de bronze - embaixo do qual é colocada a lenha; 12) mexer a farinha com roda até cansar e fornear ela; 13) depois de estar molentada, - cardear com a farinha fria; 14) fazer uns montes, mexer aos - poucos um ao outro (farinha fria com farinha quente; 15) botar para cima na parede do forno; 16) colocar no fôrno outra vez; 17) tirar do fôrno e botar no coxo outra vez; 18) por na lata. (Dona Dolores; Trindadeira, 1979).

III

A PROPRIEDADE E A POSSE DA TERRA

(1900-1971)

Os habitantes de Trindade que moram na aldeia há gerações são, segundo a lei brasileira, "posseiros", cada família tendo - na aldeia duas posses: a posse de moradia e a posse de lavoura.

Segundo o depoimento do Sr. Manê Turibe - Trindadeiro de 81 anos, de vez em quando o dono da terra aparecia na aldeia, na pessoa de um de seus encarregados.

Nêsse capítulo vamos utilizar depoimentos dos Trindadeiros e do primeiro comprador de uma posse, porque nos parecem importantes como registro dos acontecimentos. Assim se expressa o Sr. Manê Turibe.

"Eu estava com 9 anos, já vi meus pais contarem e os mais velhos contarem com eles:

Em 1910, aqui, para nós, apareceu um anúncio da Europa - pro Brasil. Isso aqui era de um Europeu chamado Masset ... Meu pai se chamava Turibe. Então veio o embaixador do Sr. Masset procurando essa fazenda - "Era do Sr. Masset".

Então, foi bater no Ciaxa D'Aço onde nós habitava. No mês de julho de 1912, essa police bateu lá as 5 horas da tarde, eu estava tomando banho, eu era rapaz já. A farda daquela police daquele tempo era que nem a farda do sacerdote hoje: de vestido fechado de baixo até aqui, abotado. Então chegou e saudou meu pai ... Então disse: "Ê aqui que o Sr. Turibe?" - O papai: "Estã falando com ele próprio". Então ele desabotoou aquela túnica, tirou a carta.

A carta daquele tempo ... era maior que um envelope, e a capa que era o envelope era maior que um prato desses que nós hoje come. Tava com aquele envelope e leu aquela folha de papel, começou a ler da ponta de cima até embaixo. Leu sozinho. Então meu pai: "Porque, porquê o Sr. Masset tem isso aqui, essa fazenda?"

Disse ele: "O Sr. Masset tem 9.000 fazendas contando com essa aqui, faz 8.900" ...

Então meu pai disse assim: "E, porque o Sr. Masset não conhece aqui?"

Ele disse: "Não sei, eu sô conheço pela escrita sua" ...

Então meu pai: "O Sr. já sabe o quanto que tem na carta; e lá, o senhor diz de boca para ele, que se eu tiver essa fazenda aqui na capital do Rio de Janeiro e se tiver 10 na capi-

tal de São Paulo, eu, de mês em mês, estou fiscalizando todas as minhas fazendas para ver quantos empregados tem, se tão bem empregados ou se tão mal tratados; de qualquer forma, tenho que fiscalizar ela porque é minha. Então se aqui é a fazenda dele que ele comparasse para falar comigo". Agora, até hoje, o Sr. Masset, ninguém sabe dele. Se fosse dele, ele se apresentava. Não era dele, ele não veio.

Então, passou, passou, morreu o Masset, ficou a viúva ... Então, essa viúva do Masset ficou passando a Trindade para o Lacerda, não, para o Barbosa.

Esse Barbosa chegou no Rio de Janeiro. Aqui, por Parati habitava um Sr. chamado Meirelles. Em 1913. Ele fala com esse Meirelles lá no Rio de Janeiro, esse Barbosa apontando a Trindade. O Meirelles contou, ele disse: "Então você diz lá ao povo de lá que a Trindade é minha, eu comprei, eu Barbosa. A Trindade era do Masset, agora eu comprei do Masset, da viúva, então Trindade é minha. Então eu vou cobrar o arrendamento. Cobro 6.000 cruzeiros por ano".

Então Meirelles passou essa ordem de Parati para Trindade, para meu pai lá. Então acabamos que meu pai disse: "eu vou falar com Meirelles".

Meirelles era o homem forte de Parati. Era capitão. Então meu pai foi lá e disse: "Oh, capitão Meirelles ... então - você vai lá e diz para ele que venha falar comigo acerca da Trindade".

Se ele comprou em 1913, até hoje ninguém sabe do Barbosa. - Se fosse do Barbosa, ele tava aí, mas como não era dele ...

Passando muito tempo apareceu o dono chamado Lacerda. Então Lacerda demorou, demorou, apareceu. Do Rio de Janeiro foi à Parati à ordem do Capitão Meirelles. O Capitão Meirelles despachou a ordem para cá, para meu pai, que o Lacerda era dono da Trindade. Meu pai passou uma carta para Meirelles, para - passar para ele que ele comparasse. Morreu parece que Meirelles. Até hoje não apareceu.

Meu pai era o único que procuravam por ele, porque era o mais sabido daqui. Ele não teve estudo; teve estudo assim, aí no mato mesmo.

Acabou-se Lacerda. Passando, passando, passando, apresentou-



-se Santinoni. Meu pai já era morto. Então apareceu Santinoni na Trindade. Um montão de gente que esteve na presença: ... Então tava a rapaziada na praia e tava um moço chamado João, João Cândido, agora mora em Parati, mais ainda tem posse aí. Então ele não sabe mas é um pouco inteligente de memória, não teve estudo mas aprendeu o ABC. É um pouco inteligente. O Santinoni chegou, ele posou na praia, então o João disse para ele: "O Sr. Santinoni, Dr., eu perguntei, sois os procurador ou sois do dono de Trindade ?

- Eu sou o dono da Trindade, sou dono de vocês todos, das terras da Trindade, que a fazenda é minha e vocês são meus agregados.

- Então, Dr. a vossa pessoa é dona da Trindade, é dona dos nativos daqui ? Então me diz para mim o que é a tua intenção: a tua intenção é de produzir aqui ou de ser despachado já nesta hora ? Foi embora e nunca mais voltou.

Então a Trindade é do Governo. O Governo é quem manda, é o rei da nação - como não teve rei, existe o Governo ...

Então sossego, se acabou. No fim das contas, notícia nenhuma até à Companhia. Mas entrando aqui, encontrou só mulheres aqui dentro, se tivesse homens, fazia como os outros - fizeram". (Mané Turibe; Trindadeiro, 81 anos).

Recolocando os diferentes donos dentro da ordem cronológica: A Fazenda Laranjeiras à qual Trindade pertenceu até 1976 (1), foi adquirida segundo o memorial de loteamento da "Parati Desenvolvimento Turístico S/A" (2) por Antonio Alves Barbosa, em julho de 1911 (3). Antonio A. Barbosa Júnior recebeu-a por herança em 1925 (4).

Em 1929, foi comprada por Gustavo Leuzinger Masset e, à morte deste, transferida para sua viúva Mabel Hime Masset, em julho de 1944. (5)

Segundo escritura de compra e venda, foi adquirida em 1959 (6) por José Santinoni, sua mulher e sócios. Nessa oportunidade - foi esclarecido aos compradores os interesses da vendedora em doar uma área à Prefeitura de Parati, a fim de ser transformada em Patrimônio Municipal no lugar conhecido por Trindade, destinada ao cemitério local e a um núcleo residencial a ser distribuído em lotes aos moradores aí localizados. Também foi notificado que os mo

radores existentes na área prometida à venda, a ocupavam em caráter precário e sem qualquer título.

As "aparições" dos diferentes donos, porém, nunca chegaram a ter um caráter ameaçador para a tranquilidade dos seus habitantes. Era a época de maior decadência do Município de Parati e nenhum dono interessava-se realmente por aquelas terras.

*"Hã 200 anos, aquelas regiões foram muito habitadas, cheias de promessas, razão pela qual as terras eram tituladas e razoavelmente demarcadas. Depois, veio a decadência da região, quem podia ir embora, partia. Os proprietários foram embora. Neste mesmo tempo, e lá se passaram 20 anos, outras pessoas ficaram na região, e fizeram posse. E a região passou a ser habitada quase que exclusivamente por posseiros, pessoas - que nunca tiveram interesse nem condições de legalizar suas posses". Esta é a situação de Trindade, diz Eugênio Camargo Leite. O isolamento, do mundo por terra ou por mar, assim - como separava a população local do resto do Brasil, afastava os antigos proprietários. O valor da terra, insignificante criava o desinteresse. "Hoje com a valorização vai o proprietário em busca da terra. Então, ocorre o choque". (Jornal da Tarde; 02/04/74).*

O choque aconteceu, de fato, pela primeira vez em Trindade, em torno do ano de 1958/59, quando o então novo comprador da aldeia, José Santinoni tentou cercar a propriedade e iniciar uma criação de gado. Um ação conjunta dos Trindadeiros, o recurso a uma autoridade local, que os ajudou a resolver o problema, conseguiu parar com esse processo. Foi colocada pela primeira vez a precariedade de sua situação enquanto "posseiros" e a necessidade de recorrer ao usucapião, afim de garantir a sua permanência na terra. Mas, passado o perigo, ninguém quis arcar com as despesas desse recurso legal e esqueceu-se do episódio, como nos foi contado:

*... (os homens) vinham passando por meio do feijão, do feijão do Bibão, na roça do Bibão; vinham fazendo caminho para passar burro; fazendo estrada para cá da Trindade e nisso e les se apossaram daqui. O que mandava, o Zê Soares, José - Soares, o que comandava lá na Laranjeiras, é que queria fa-*

zer isso aqui. Eles andaram aqui umas duas vezes ...

Aí, quando viram (os Trindadeiros) que o negócio tava ficando ruim pro nosso lado - porque eles queriam tomar, se apossar para tomar, aí o pessoal se arrevoltaram.

Eles (os invasores) fizeram uma cerca para botar o boi, - burro, sei lá, lá encima no Abreu. Aí o Maneco chamou o pessoal daqui e o pessoal foi lá, meteram a foice, o machado na cerca, cortaram todinho, espatifaram, vieram aqui no rancho, meteram a foice, cortaram o rancho, espatifaram tudo ...

Mas ele (Zê Soares) apareceu aqui querendo prender o Maneco ... O Maneco correu pro mato ...

Oh- esse Zê Soares trouxe um rapaz que há sido soldado, - mas não sei o que aconteceu, expulsaram ele; então ele ficou em Parati, um tal de Vicente que é casado até com uma menina que é parente daqui da Trindade. Esse cara que era soldado que foi expulso, ele (o Zê Soares) trouxe para cá com uma farda, que a farda não tinha botão, era amarrada com uma coisa de palha de banana. Mas ele vestia aquela farda para meter medo naquele pessoal aqui ... Aí o pessoal prenderam eles - o soldado e o cara que era administrador de Laranjeiras (Zê Soares).

Com um dia de chuva fizeram eles posarem aqui; não sei a que hora da noite. No outro dia, levaram a mulher do Maneco doente - ela estava no resguardo com nenezinho, deu um acesso (de susto) - levaram a mulher doente e levaram eles também junto, levaram a mulher na rede. Não era aqui nessa estrada, era mais por cá nesse pique do morro que tinha no meio do mato, era um caminho, sabe, feito a enxada. Levaram ela, levaram eles também. Foram na Delegacia, deram - parte na Delegacia, foram lá no médico.

Depois tinha um conhecido aqui, do pessoal - um, era daqui mesmo, era filho daqui de Trindade, tio do Lisbão, do Prachete e minha gente também, que sobrinho de meu pai. Morava lá na Fazenda do Vironel, uma fazenda bem bonitinha lá. Aí, ele mais outro cara, o papai também foi, foi o João Cândido, eles foram no deputado Vasconcelos Torres que era deputado e vinha sempre em Parati ... Aí, foram lá na casa dele, ele foi, deu uns papéis, mandou no juiz desembargador e aí ele falou para Santinoni. Ele diz que a escritura de San

tinoni que diz que é de Trindade, é de Laranjeiras; ela foi feita no escuro, aquele documento não valia e ele tinha de pagar e ele fez, esse Vasconcelos que era deputado fez esse homem ainda pagar essa viagem dos três que foram lá. (Dona Djina; Trindadeira, 1979).

Entrevistado, João Cândido confirmou o relato de Dona Djina e contou como ele soube da existência do usucapião:

"Cheguemos na Praça XV, um edifício grande que tem, parece que edifício novo mundo, subimos num apartamento. Chegamos lá, tava um homem sentado (...) Vasconcelos chegou, bateu nas costas dele, cumprimentou. Eu também fui no caminho do Vasconcelos, e fiz o mesmo.

- "Senta aí".

O Vasconcelos foi e disse: "Dr. esse moço, se passa assim, assim ..."

Ele foi e disse: "Como que aconteceu lá?"

Aí eu expliquei a situação, como foi que aconteceu, o ambiente todinho aqui. Esse homem começou a se informar de mim pela fundação disto aqui: quantos tempos que nós conhecia esse proprietário; quanto tempo era habitado; qual era o homem mais velho, mais histórico do lugar? (...) Então eu expliquei tudo.

Esse homem mandou bater uma folha, a secretária dele bateu u ma folha. O Vasconcelos foi e pegou uma cópia que bateu lá do documento do Santinoni e entregou para ele.

Ele foi leu, leu e disse: "É nada mais, nada menos, você vá e diga ao povo que se arrume, se ajunte, arrume um dinheirinho lá e me traga aqui que eu vou requerer usucapião para vocês, que aquilo é do Estado, não é dele não. Você sabe com quem está falando?"

Eu digo: "não"

- "Eu sou desembargador".

Todo meu mal foi não tomar, não saber o nome dele.

E antes de sair, o Vasconcelos disse: "ele é juiz desembargador, ele é desembargador. Então é para melhor esclarecimento que nós viemos aqui".

... Eu voltei, cheguei aqui e falei com o meu povo. Mas o meu povo achou que eu tinha muito pouca teoria para lidar -

com esse negócio. Aí, paralisou também, eles não vieram mais. Por 16 anos morreu a história do Santinoni entre nós. O nosso caso era o usucapião, mas nós não fizemos (...) sei que parou nesse propósito de usucapião que o desembargador pediu ... (João Cândido; Trindadeiro, 1980).

Paralelamente a êsse começou de valorização da terra enquanto "propriedade", a ponto de, pela primeira vez, levar a uma ação concreta do dono, vamos assistir no final dos anos 60, começo dos anos 70 a uma valorização da terra que começou também a ser cobiçada enquanto "posse" por turistas encantados pela beleza do lugar ou por intermediários interessados em revendê-la.

De fato, após meio século de decadência, Parati é redescoberta pelos turistas, (Amaral e Gurgel; 1973, pg. 49) e de São Paulo no final dos anos 50 e na década de 60. Com o novo desenvolvimento da cidade, as praias vizinhas, entre elas Trindade, começaram a ser conhecidas. Como conta Artur, que foi o primeiro comprador de uma posse em Trindade:

"Eu conheci Trindade em 1967, quando eu fiz uma caminhada Ubatuba-Parati. Não tinha estrada, existia uma picada de Ubatuba para Parati que seguia mais ou menos o telêgrafo - (tinha e ainda tem, era do tempo do império Dom Pedro) e tinha os caras que tomavam conta do telêgrafo até uma hora que no fim de Camburi sai fora o telêgrafo então ninguém andava por ali, todo mundo ia direto para Parati e eu resolvi ir pelo morro e cheguei em Trindade.

Meu primeiro contato foi mais ou menos assim à la sexta-feira, Robinson Crusoe; porque eu passei a noite no mato - porque os caras me deram a informação errada em Camburi de quanto tempo ia demorar para chegar (...) não dormimos porque choveu a noite inteira e de manhã quando eu cheguei na praia assim, quase não vi ninguém, uma casinha ali, cheguei na praia, deitei, dormi; nós dormimos e foi muito engraçado porque a hora que eu acordei, a hora que eu abri os olhos - assim estava cheio de indiozinhos em volta, tudo criança in diazinha a ai a hora que as crianças sacaram que a gente ta va acordando, ai começaram a dar aquela risadinha de sem - jeito; isso na praia do Caixa D'Aço porque eu vim pelo morro do Papagaio. Parece que a primeira vez nós ficamos três dias

lã, uns três dias depois continuamos, saímos de lã por cima da serra de Patrimônio, não havia estrada nenhuma, era uma picada; e aĩ fomos até Parati Mirim;

Sempre nessas viagem a gente tinha contato com as pessoas, claro foi um contato rápido (...)

A gente começou a ir e constatou logo assim de cara que - ninguém chegava lã (...)

As duas horas da tarde do dia seguinte a gente voltava. Então fizemos isso assim, sabe, anos, pelo menos uma vez por mês. No começo a gente dormia naqueles ranchos de canoa - que ficam lã na Praia de Fora, sô havia três ranchos, não havia todos aqueles ranchos e naqueles tempos os caras usavam uma canoa grande, o Japão tinha uma canoa grande que ele tinha assim recentemente largado velas e tinha um motorzinho sô que o motorzinho estava muito maltratado, então a gente levou o motorzinho inclusive até São Paulo, em cima da mula, até o carro para consertar, enfim, tôda uma transação com o pessoal, principalmente com as crianças, - então amigas, amigos, pedagogos (...)

O Sr. Manoel, ele tinha um pedacinho lã que era então inclusive do pai dele; o pai dele, além de pai dele é o pai do Martim, do Pedro, Verano ... era um clã que morava ali no Caixa D'Aço, mais isso hã muito tempo atrás, porque todos eles, desde hã muito, fazia jã 20, 30, anos que eles - estavam fora de lã, morando mais para praia.

A gente acabou comprando um pedaço (...) Nós compramos por Cr\$ 650,00 (7) inclusive é gozado esse negócio de dinheiro, para nós realmente foi um ótimo negócio e para ele também; a transação era o seguinte, quando eles vendiam posse de um para outro lã, eles transavam de vez em quando: ah, que vender uma casinha ali, não sei o quê, na época o que nós compreamos por 650, quer dizer, não havia referência, - cruzeiro em Trindade era uma coisa, cruzeiro fora da Trindade era outra; eles transavam entre si a posse por Cr\$ ... 150,00 (7) então em termos locais nós até jã inflacionamos, porque também Cr\$ 150 era tão esquisito para nós, também era muito pouco, enfim, acabou sendo legal para ambos os lados, para nós um bom negócio em termos de cruzeiros fora da qui, ótimo; e para ele em termos também ótimos, porque com o dinheiro que ele ganhou da gente ele comprou outras duas



posses além da que ele tinha, dentro da Trindade; ele comprou uma posse perto do costão (que ele vendeu para a Cia. depois); aquela posse onde ele está.

Aí a gente se instalou, deu uma ampliadinha na casa, deixou ela do jeito que tava, ampliou, tirou as divisões internas, tiramos por dentro, deixamos só aquilo, ampliamos uma cozinha, puxamos um terraço; era um "barato", o lugar era o "maior barato" e a gente ia para lá, ninguém pintava lá, eu chegava e tirava a roupa no dia que chegava, só punha roupa no dia que saía. (Artur; SDLB, 1979).

Artur foi o primeiro, segundo os Trindadeiros, a ter compra do sua posse diretamente de um morador da aldeia. Mas, sem seguida diversas vendas foram efetuadas por intermédio de uma mulher de Ubatuba chamada Ivete, que atuava como corretora de imóveis, comprava as posses dos residentes mais velhos "que eram no sufoco ou abandonados pela família", por um preço baixo (em torno de Cr\$ .... 1.000 (7) e as revendia depois a preço bem mais elevado para turistas de São Paulo ou Rio de Janeiro.

"Primeiro, primeiro quem vendeu o negócio foi Manê Turibe, ele vendeu para Artur faz tempo já; uns 8 anos. Depois de Manê Turibe, foi o José da Palmira que vendeu para Ivete, depois o China. Aí a Maria Pequena foi vendendo não sei para quem, não sei para quem que vendeu para Ivete. A Ivete foi botando. Depois passou, passou, o Eduardo vendeu para Ivete. Depois o Jaci para Ivete. Aí, passou, passou, o Silvestre irmão do Israel vendeu a casa dele lá do Cepilho para Ivete, vendeu uma parte e a outra ficou com os irmãos. Aí vendeu o Juan da Eva um pedacinho também." (Dona Djina; Trindadeira, 1979).

"Aqui era tudo dos nossos avôs, mas a minha tia ela deu um pedaço de terra lá embaixo pro o Zé Candido, o pai do Eugênio, o avô do Saulo. E, ele foi um senhor que nunca se deu bem com a família, pediu um lugar e minha tia deu para ele fazer uma casinha e ele tomou conta desse lugarzinho aí. Agora, na velhice dele, ele adoeceu, ficou doente, os filhos, sabe, nunca esquentaram muito com o velho e uma mulher que mora lá em Ubatuba, uma tal de Ivete, ela é muito

curiosa, chegou aqui e viu que o velho tava num lugar muito bom, e levou o velho para Ubatuba e tal e me parece que segurou alguma coisa que o velho tinha que nem essa terra e o velho enquanto ele tava vivo, ele vendeu isso aí. Não sei se foi arrumado pela Ivete, não sei. Sei que comprou uma pessoa do Rio de Janeiro, um tal de Dr. Pesco, parece - que é um coronel médico do exército".

"Mas, a Ivete passou tudo, tudo". E hoje as posses vendidas pertencem a um grupo de Alemães da Volkswagen, ao Severo - Gomes, ao Dr. Pesco e a um certo Dr. Jorge, de Andara dos - Reis. (Jair; Trindadeiro, 1979).

O que aconteceu em Trindade parece obedecer às regras elaboradas por Otavio Ianni, no seu livro "A luta pela terra", onde relata os conflitos dos posseiros de Conceição do Araguaia e dos quais ele deduz que a partir de um certo momento de desenvolvimento econômico "a terra passa a ser mercadoria, ganha preço, isto é, é apropriada de modo privado e sob nenhuma forma. A terra passa a ser objeto e meio de produção de valores de troca. É inserida nas relações capitalistas de produção como um elemento das condições de produção controladas pela empresa privada. Pouco a pouco, ou subitamente conforme o caso, a terra deixa de ser apenas, ou principalmente, objeto e meio de produção de valores de uso. O poder estatal aparece de forma cada vez mais ostensiva e permanente, como um poder maior destinado a favorecer e a acelerar o processo de privatização da terra, nos moldes exigidos pela empresa privada de grande porte, segundo a lógica da acumulação capitalista". (Ianni; 1978, pg. 154).

Vimos como aqui também a atuação dos grileiros na aldeia - foi interrompida pela ação do poder estatal. De fato, a Embratur, organismo governamental de desenvolvimento turístico, recebeu por missão, como vimos na introdução, transformar o litoral entre Rio de Janeiro e Santos num grande empreendimento turístico, seguida nisso pelas Prefeituras locais, que deram carta branca a quem estivesse interessado em desenvolver um projeto turístico capaz de trazer dinheiro para o município. Foi nessa linha que apareceu - em Trindade a Adela.

Notas ao capítulo III

- (1) Ver capítulo IV, pág. 78
- (2) A "Companhia" que comprou a Fazenda Laranjeiras em 1974, e invadiu Trindade. Ver capítulo IV, pág. 78
- (3) Conforme Carta de Arrematação passada em seu favor em 31 de julho de 1911 pelo juízo dos feitos da Fazenda do Rio de Janeiro e extraída dos autos de Arrecadação em que é suplicante a Fazenda do Estado do Rio de Janeiro e suplicado o conde Caetano Pinto.
- (4) Livro nº 3, fls. 169, nº 1.008, Cartório do 2º Ofício de Justiça da Comarca de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro em 20/11/1925. Conforme escritura de compra e venda, lavrada em 25/07/1929, no livro 131 do 11º Ofício de Notas, do então Distrito Federal, folhas 93/95, registrada sob nº 9, no livro 3 do Cartório do Registro de Imóveis de Parati e no Cartório do Registro de Imóveis de Ubatuba, sob o nº 14, no livro 4-B, fls 45 a 46v., em 12/07/1929.
- (5) Conforme formal de partilha do inventário de G. L. Masset, expedido pelo Cartório do 2º Ofício de Provedoria e Resíduos do então Distrito Federal e registrado, respectivamente, sob os - nºs 147, às fls, 99v. e 100 do livro nº 3, em 18/07/1944, no Cartório de Registro de Imóveis de parati (RJ), e nº 544, às fls. 8 a 11 do livro 3-D, em 07/12/1944, no Cartório de Registro de Imóveis de Ubatuba (SP).
- (6) Escritura de Promessa de Compra e Venda, lavrada em 08/08/1957 as fls. 11v a 14 do livro 3-B do Cartório do 2º Ofício de Parati; Escritura de Compra e Venda lavrada e transcrita em 24/08/1959 no Cartório do 2º Ofício da Comarca de Parati, às fls. 161 a 166v. do livro nº 43 e registrada no Registro de Imóveis de Parati sob nº 228 às fls. 15 a 17 do livro 3-B, em 24/08/1959 e no Cartório de Registro de Imóveis de Ubatuba sob nº 2.434, - às fls. 235 do livro 3-G. em 17/10/59-

(7) Em 01/06/1966: US\$ = Cr\$ 2,22

Em 01/06/1967: US\$ = Cr\$ 2,71

ou seja, nessa época:

Cr\$ 650,00 era o equivalente de US\$ 260,00

Cr\$ 150,00 era o equivalente de US\$ 60,00

Cr\$ 100,00 era o equivalente de US\$ 400,00

IV

MEDO E MUDANÇA: UMA ALDEIA VISITADA POR UMA MULTINACIONAL

(1971-1978)



Quem chegar em Trindade pela primeira vez vai querer saber quem é essa "Companhia", palavra que está em todos os lábios, - tanto dos Trindadeiros como de pessoal de fora e mesmo dos advogados. As pessoas referem-se à "Companhia" como se se tratasse - hora de um monstro, hora de um diabo, de uma calamidade, de um inimigo, adversário, gigante, mistério. Podemos obter diversas - respostas à pergunta: "Quem é a "Companhia" (cia.): uma multi-internacional (1), os americanos, a Brascan, a Adela ... - As respostas são muitas vezes hesitantes e quase sempre imprecisas, em voltas por um clima de mistério.

#### QUEM É A COMPANHIA ?

A partir de 1971, diversas transações precederam a compra - da Fazenda Laranjeiras pela "Companhia". Transações que nos permitem ter uma idéia concreta da especulação imobiliária ao longo da Rio-Santos.

No dia 16 de junho de 1971, José Santinoni prometeu vender a Fazenda Laranjeiras a Marco Aurelio Leite (2), que, antes de assinar a escritura definitiva de venda, revendeu a metade de seus direitos aquisitivos a Carlos Lacerda e José Leal (3).

No dia 8 de junho de 1972, a Cia. "Parati Empreendimentos Desenvolvimento e Melhoramento S/C Ltda." comprou de Santinoni - as suas terras e de Marco Aurelio Moreira Leite, Carlos Lacerda e José Leal, os seus direitos aquisitivos (4).

No dia 30 de junho de 1976, a Cia. "Parati Empreends., Desenvolvimento S/C Ltda." que se transformou em "Parati Desenvolvimento Turístico S/A", cedeu a parte "Trindade" da Fazenda Laranjeiras a Cia. "Trindade Desenv. Territorial Ltda." (5).

Fica, então, claro que a "Companhia" foi "Cia." foi sucessivamente a "Parati Desenv. Turístico S/A." com sede em São Paulo e filial em Parati, proprietária da Fazenda Laranjeiras (incluindo Laranjeiras, Trindade e Uricana) e, a partir de 30/06/76, a - "Trindade Desenv. Territorial Ltda." também com sede em São Paulo e filial em Parati.

Segundo o gerente da Cia., Paulo Antunes, "a "Cia. Parati", é uma sociedade anônima constituída basicamente por três grupos: a ADELA, a BRASCAN (através da sua subsidiária no Brasil, a CEG) e a INVESTPAR; a "Cia. Trindade" é uma subsidiária da ADELA.

Existe uma relação entre a "Parati" e a "Trindade" pelo fato da ADELA participar dos dois projetos: na "Parati" com 48% da capital e na "Trindade" com 100%." (6)

A cia "Parati" vendeu provavelmente a parte "Trindade" da Fazenda Laranjeiras em 1976 por causa da situação conflituosa - que reinava na aldeia onde os posseiros se recusavam a vender as suas posses, afim de não comprometer o outro projeto turístico - que estava em andamento na praia vizinha de Laranjeiras.

De qualquer modo, quem entrou em Trindade em 1973 foi a - "Parati Desenv. Territorial S/A." que pertencia ao grupo BRASCAN -ADELA.

A "BRASCAN", segundo artigo de New York Times de 10/04/79, é "uma companhia canadense nascida no Brasil, de onde vem o seu nome: "Bras" do português Brasil e "Can" do inglês Canada. A BRASCAN começou em 1899 com a "Cia. São Paulo Tramway Luz e Força", uma "joint venture" entre empresários brasileiros, engenheiros e financeiros canadenses. No decurso do ano a Companhia expandiu-se para outras cidades, das quais Rio de Janeiro, e para outros serviços como gás, telefone e hidroeletricidade. Por ter que deixar uma boa parte do dinheiro no Brasil, a BRASCAN investiu em diversas atividades, inclusive numa enlatadora de sardinhas, financiamento para criação de gado, fábrica de cerveja - (brewing), bens imóveis e uma plantação de abacaxi. "Eles compravam lá qualquer coisa que não se mexia (they bought anything - down there that did not move)" como diz um analista.

Segundo o Jornal do Brasil de 17/05/79: "no Brasil, o grupo canadense ainda mantém registrado um patrimônio de 200 milhões de dólares em comparação com US\$ 250 no Canadá), tendo desempenhado o papel, durante muitos anos, de maior grupo investidor estrangeiro no Brasil". Só para lembrar: a Light Serviços de Eletricidade vendida ao governo brasileiro em 1978 por 380 milhões de dólares; a Swift-Armour; a Skot-Caracu; sem falar dos inúmeros ramos de negócios, desde estanho em Rondônia, exploração de madeira e reflorestamento no Paraná e Santa Catarina a gado no Rio Grande do Sul ... "Turismo e hotéis foram também ramos de negócios nos quais a BRASCAN investiu: do Gávea Hotel (60%); de São Conrado Green (67%); de Parati Desenv. Turístico (50%). Aquele altura (1977), tinha 56 milhões aplicados em obrigações do go

verno". Para resumir, BRASCAN é o principal investidor canadense no Brasil com sede em Toronto.

Agora, mais interessante ainda que desvendar a Brascan é procurar saber que é ADELA, visto que a partir de 1976 os Trindadeiros passaram a ter seu destino na mão dela. Segundo René Dreifuss. (Dreifuss; 1981, pg. 61 e 62).

"Nenhuma formação é mais representativa do processo de integração capitalista (internacionalização, centralização organizacional e fusão e interpretação financeiro-industrial) que ocorria em meados da década de cinquenta e princípios da década de sessenta do que do gigantesco "Atlantic Community Development Group for Latin America", mais conhecida por sua sigla ADELA. A ADELA foi formada em 1962 a partir de recomendações feitas por um "think-tank" (7) encabeçado pelo vice-presidente da Standard Oil of New Jersey (grupo Rockefeller) e pelo vice-presidente da Fiat (complexo Agnelli). A ADELA foi posta em ação por parlamentares da OTAN e senadores dos Estados Unidos, entre os quais exerceram papel importante Hubert Horatio Humphrey e Jacob Javits, então senadores e membros do Council for Foreign Relations. A ADELA foi registrada no Grão-Ducado de Luxemburgo em setembro de 1964, operando na América Latina através de um escritório em Lima, Peru.

A organização consolidou-se no fim da década de sessenta e, em fins de 1972, os acionistas da ADELA incluíam cerca de 240 companhias industriais, bancos e interesses financeiros de 23 países (8). A organização é financiada por alguns dos maiores complexos industriais e financeiros internacionais, o que faz com que ela tenha consideráveis recursos e canais de informação. A ADELA é também capaz de exercer forte pressão sobre os governos nos países onde opera. As suas funções são explorar as oportunidades de investimentos para as corporações multinacionais e criar um clima favorável para investimentos usando sócios locais, um papel político que era anteriormente exercido pelos governos dos países onde as matrizes destas companhias estavam situadas. Além disso, a ADELA objetiva o desenvolvimento de uma estratégia de penetração através de investimentos diretos, assistência técnica e perícia administrativa, análise de mercado e comunicações com focos locais de poder. A ADELA se propõe também a realizar contratos com instituições finan-

ceiras internacionais, estendendo suas atividades a praticamente todos os setores econômicos.

A lista de corporações multinacionais que fazem parte da ADELA sugere claramente o poder subjacente à organização (inclui gigantes americanos tais como Ford, Standard Oil, Bank of America, First National City Bank, IBM, Xerox, entre outros). A ADELA é uma organização supranacional para o "marketing internacional". Mas isso não é tudo. Além de ser uma organização de consultoria, a ADELA opera também como investidora e está diretamente envolvida em atividades econômicas. No Brasil, a ADELA operava diretamente através das companhias apresentadas em anexo. A ADELA assumiu também o papel de mediadora entre instituições financeiras internacionais e os países latino-americanos no planejamento do desenvolvimento desses últimos (...) É interessante notar que companhias participantes da ADELA e ligadas à IFC (International Finance Corporation) estariam à frente da campanha contra o governo de João Goulart, dando apoio financeiro e agindo através de seus diretores que operariam como a tivistas políticos", favorecendo assim a chegada no poder dos militares.

Sabendo agora quem é a Companhia, vamos poder ver como ela tentou entrar na aldeia. Podemos também desde já imaginar a desigualdade da luta entre uma comunidade de posseiros e um gigante internacional - "anões contra gigantes" para retomar o título da tese de Márcia Bandeira de Leite Nunes. (9)

Atuação de uma companhia que além disso se inscreve perfeitamente dentro de projetos governamentais tais como o Projeto Turis - o que permite ao Sr. Paulo Antunes responder ao deputado - Frederico Brandão que insistia para saber a natureza de projeto a ser implantado em Trindade:

"O projeto Turis elaborado pela EMBRATUR no início desta década, analisando as possibilidades de utilização do litoral que acompanha a Rio-Santos, classificou em diversas áreas de utilização as nossas praias. Algumas delas em função da localização, em função da área, a Embratur entende que deveriam ser mais densamente povoadas, outros menos, por diversas razões, inclusive por razão de acesso às praias e também nos grandes centros de onde viariam as pessoas que iriam utilizar-se daquelas facilidades.

Por coincidência ou não, uma das conclusões desse projeto indica que a região entre Parati e Ubatuba - seria aquela a - ser utilizada por uma classe dito A, com menor densidade, em especial em razão da distância dos grandes centros de onde as pessoas viriam. De maneira que acredito que, independentemente da definição do projeto, se se pensar em fazer em Parati ou nas circunvizinhanças qualquer coisa semelhante ao que existe em termos paulista, em Santos, Praia Grande ou Bertioga, sem dúvida haverá insucesso pela distância, porque, para se chegar a Ubatuba ou Parati, são 4 ou 5 horas de viagem. Não existe infraestrutura no local, de maneira que, baseando-me simplesmente - no que consta desse projeto, eu diria que talvez haja alguma razão nessa classificação de praias e sua utilização (...)

Chegadas ao final as questões jurídicas ainda pendentes, e, tão logo se estabilizem as condições do mercado imobiliário, pretende a empresa dar início a um programa de planejamento, - buscando o melhor aproveitamento do imóvel para fins de implantação de um projeto para o desenvolvimento do turismo da região. Tal planejamento deverá levar em consideração a melhor utilização da riqueza do meio-ambiente buscando sua preservação. Procura-se fazer algo que não se vê hoje nas regiões litorâneas comumente invadidas por turistas de diversas classes sociais: educar o povo para o uso consciente e higiênico dos bens públicos, de tal modo que as praias e as águas não venham a ser poluídas. Ela (a cia.) se propõe a levar avante um projeto que não será - fechado, tipo condomínio ou clube. Uma das razões para isso é o fato de que a estrada que dá acesso as praias é pública. Em termos de projeto em si, não se tem oportunidade ainda de levar avante qualquer estudo, devido as inúmeras questões legais que vêm envolvendo a área... A idéia, em princípio ... e, dependendo ainda da conclusão dessas demandas e de estudos a serem feitos ... é a de um projeto que envolveria loteamentos, hotelaria e parte comercial, um projeto não fechado". (6).

#### COMO A CIA. CONSEGUIU COMPRAR AS POSSES DOS TRINDADEIROS

A entrada da Cia. na aldeia e a primeira tentativa de compra das posses.

É difícil saber exatamente qual foi e como se deu o primeiro contato entre a Cia. e os Trindadeiros. Na maioria das vezes

as histórias e os relatos de jornais começam com a chegada de ja gunços na aldeia. Porém, é interessante lembrar que, no início - da década de 70, ao redor dos anos 72-73, Ernesto Cardoso, então gerente da cia. "Parati Desenv. Turístico S/A" apareceu diverssas vezes em Trindade (com sua mulher, segundo certas versões) "en- trou na Igreja Sabatista, dando de crente, cegando os olhos do povo" (10) e, assim, conseguiu adquirir a confiança dos Trinda- deiros: todo mundo falava do "Sr. Cardoso" com o maior respeito, lhe pedia conselho. Ele aproveitava para investigar a situação - dos posseiros e das pessoas que tinham comprado posses na aldeia até que um certo dia, descobriu-se que o Sr. Cardoso andava arma- do - "Uai, nunca ví crente com revólver na cintura", falou um se- nhor de Trindade - o gerente achou "boa" a observação e respon- deu: "a arma não está na minha cintura para ameaçar pessoas como vocês, mas, para proteger os direitos legítimos que temos na re- gião - para proteger contra os verdadeiros "grileiros" - pessoas de fora que compravam posses na aldeia. (Jornal da Tarde; 02/04/ 74).

Mas a desconfiança começou ainstalar-se na aldeia quando o Sr Cardoso passando de casa em casa começoa levar a cada famí- lia propostas de compra de suas casas. As propostas giravam em tórno da irrisória indenização de Cr\$ 60.000,00 (11). A reação dos Trindadeiros surpreendeu o gerente: não quiseram vender, nem sair de Trindade.

#### A intimidação pela violência

Frente ao fracasso dessa primeira tentativa, a cia. tentou um outro recurso: a intimidação pela violência que a princípio - dizia-se dirigida contra o pessoal de fora, os estrangeiros.

No dia 23 de dezembro de 1973, quando o povo de Trindade - preparava seu natal e os pescadores começavam a voltar do mar, a pareceu na aldeia o Dr. Barreto, acompanhado por dois represen- tantes da Adela, dois policiais e um representante do juiz de di- reito. "Disse que a terra daquela região desde Laranjeiras até - um pedaço de Ubatuba, era da cia. Mas a cia. não queria mandá- los embora, apenas "não queria estrangeiros". O povo estranhou: "não tinham seus avôs, bisavôs nascidos ali ? Por que então não podiam vender terra para quem bem entendessem ?" (Jornal da Tarde; 02/04/74).



O argumento de que a cia. estava "protegendo" os Trindadeiros da "invasão" dos estrangeiros, era justificado por um mandato de manutenção de posse que o juiz de Parati concedeu à "Cia. Parati Desenv. Turístico S/A." contra a negociante de terras no litoral Yvette Maciel Leite, no dia 22 de dezembro de 1973. Segundo o mandato, a justiça deveria reintegrar a cia. na posse de uma área ameaçada por "um bando numeroso e fortemente armado chefiado por Yvette Maciel Leite. O oficial de justiça de Parati narra sua versão dos acontecimentos: - não achamos "jagunços" (13) mas fomos a vários lugares. Toda a área que o advogado José Geraldo Barreto - de Parati me indicava, eu fazia a manutenção. Na casa de Werner - Braun (14) pedimos a um preposto, José Justo, que nos desse as chaves. Eu disse a ele que a área deveria ser logo liberada. Neste mesmo dia fui a mais duas áreas onde havia casas. Uma delas ficava na Praia Brava, onde tinha uns rapazes que se recusavam a sair. Depois saíram". (Jornal da Tarde; 02/04/74).

Concomitantemente a esse incidente, a cia. mandou o primeiro grupo de jagunços na Praia Brava antes do natal. Coincidência grande: os jagunços chegaram quando os pescadores voltavam da pesca. Coincidência planejada e importante funcionando que nem um sinal de alarme: algumas pessoas tinham a sua roça na Praia Brava e logo mais a notícia se espalhou na aldeia tãda; além disso a época do natal era a mais propícia para reunir todos os homens na aldeia e incentivá-los a vender suas terras, visto que a concretização das vendas dependia deles estarem presentes.

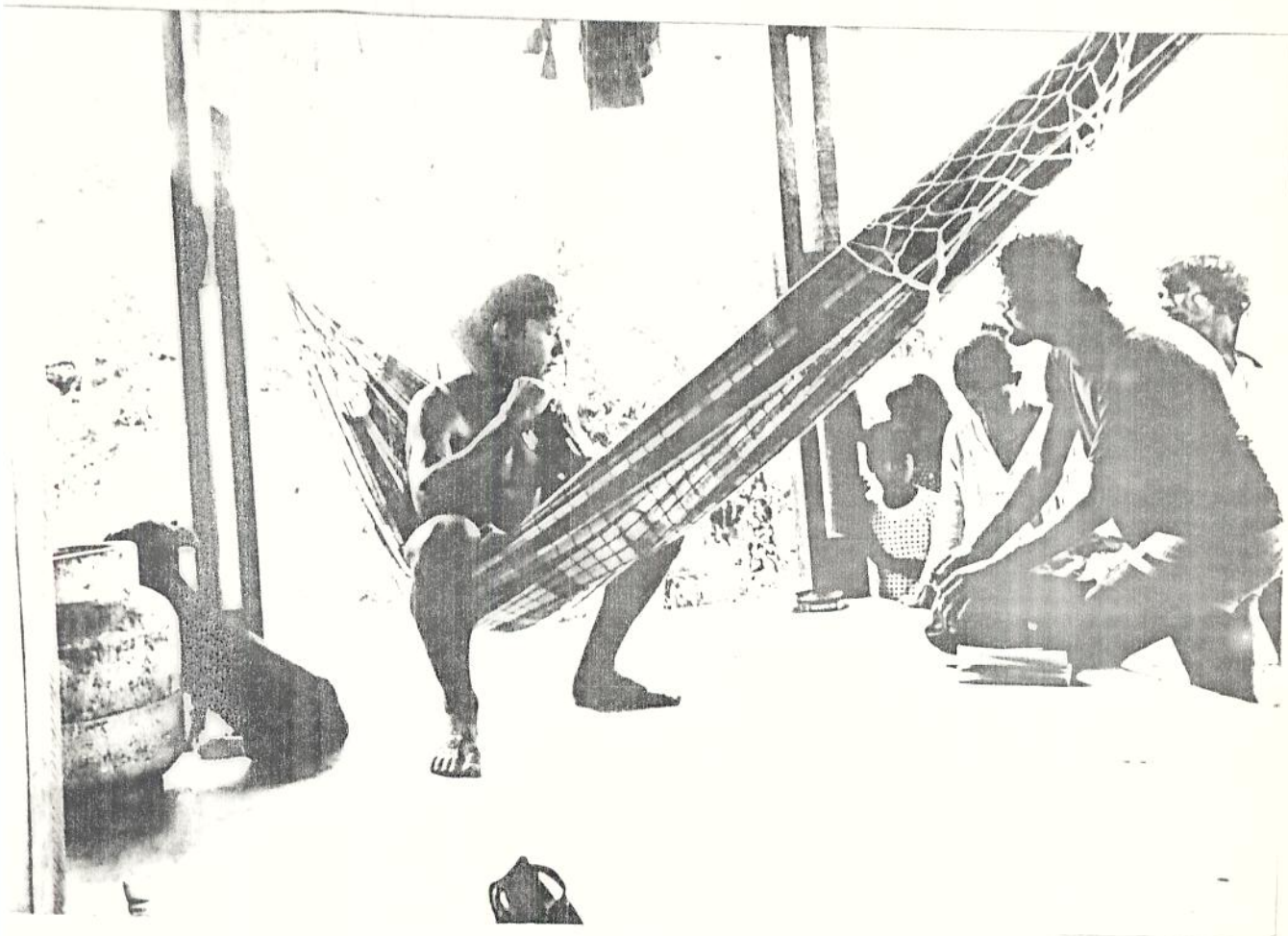
Foi no início de janeiro que os jagunços passaram para o - "Caixa D'Aço", aproveitando para atravessar tãda a Vila, e fizeram da casa do Werner Braun, seu quartel general. Dali partiam as caminhadas noturnas; dali transmitiam mensagens por rádio para a sede das operações na Praia de Laranjeiras, como contam os Trindadeiros:

"A companhia, quando apareceu aqui, no início, foi com 40, 50 jagunços; eles invadiram a posse de Severo Gomes na Praia Brava e se instalaram na casa do Severo. Aí, eles vieram - por aqui, queimaram a outra casa do Severo que ficava no caminho e foram invadir a casa do Alemão. E, começou: eles patrulharam essa praia aqui por 6 meses, gente armada, sabe, hoje dizia uma coisa, amanhã uma outra". (Jair; Trindadeiro 1979).

"O Cardoso pareceu aqui para comprar as posses; o pessoal não quis. Ai, vieram 40 jagunços armados, passaram lá em frente e foram até o Caixa D'Aço para ver se nós tinha medo e ia embora deixando a Trindade. Eles ficaram na casa do Alemão no Caixa D'Aço, abriram a casa, entraram, e do Caixa D'Aço passaram aqui armados, com as armas no ombro, com as armas na mão - tinha revólver, facão. Tiveram aqui mas ninguém ligou, eles ficaram um tempão - essa revolta toda foi dentro do ano. Aí, o jagunço armado foi embora". (Durcília; Trindadeira, 1978).

"Quem veio com as armas foi o sargento Hêlio. Então já vieram dando tiros para amedrontar. É isso aí que é a realidade ... Eles vieram fazer o desfile. Rádio transmissor ligado dizendo que até o Presidente da República estava pegando a transmissão deles. Mas eles não tiveram aqui aonde acampar, entende, nesse tempo eles só vinham amedrontando o povo, mas eles não tinham aonde se acampar aqui dentro dessa região.

No Caixa D'Aço tinha um alemão que tinha comprado uma posse pequena de um rapaz lá: ele fez um chalê para ele vir aqui fazer temporada e ir embora, mas como de fato ele não vinha mais, ele fechou a casa dele e foi embora. Então esse sargento Helio, na companhia de um oficial de justiça - chamado Rui chegou e meteu o facão na chave da casa do homem. Invadiram para dentro, abriram a janela e fizeram o depósito de 80 jagunços armados. E só lá, na casa do Alemão que eles puderam se acomodar porque eles eram muitos e não tinham para onde correr, pra onde se acoitar, e, o homem levou 2 anos de briga com eles mas ganhou. Mas, deixemos essa briga. Aí, fizeram depósito de 80 jagunços armados; isso eu provo porque eu vi as armas, tive lá, sei. Então, o que faziam eles? Começavam a desfilar com as armas pelo meio da vizinhança, dando tiros, davam tiro ã tôa assim para amedrontar o povo. Um grupo deles era de vigia - dia e noite, um rádio transmissor ligado falando com laranjeiras e não sei com quem mais. Então quando os barcos de pesca e traineiras rodavam, eles pensavam que era ataque - que eles iam receber, então ficavam todos eles de metralha dora, um bocado do grupo deles de vigilante de metralhado-





na assim, um com binóculo de alcance que era o comandante deles e levantavam uma bandeira na haste fazendo sinal - pros barcos não entrar. Eles não conheciam os barcos porque eles vinham do sertão de Bonquengue. Lá no Sacador, - mas, aqueles barcos não andavam para fazer mal a eles; os barcos estavam rodando procurando pescaria, não encontravam e iam embora. Mas eles diziam: "viu, entendeu o sinal ah, e, se entrar aqui, nós faz fogo; a ordem que nós tinha é essa, é fazer fogo." era assim então, um grupo saía pra cá amedrontar o povo e ficava um grupo de vigilância lá. O que fizeram na casa do Alemão? Os Alemãos lá tinha fogão, tinha geladeira, tinha poltrona, a casa era movida de tudo. Quem tomava conta da casa era um cunhado meu, - mas não pude mais entrar, eles expulsaram ele de lá. O que fizeram? Eles trouxeram a baleira, a lancha de Laranjeiras, pegaram as coisas dos Alemãos, fizeram o furto, - botaram tudo na lancha e levaram pra Laranjeiras, deixaram só o casco da casa. Fizeram um buraco no telhado encima pra de noite ficar um com a cabeça de fora e o corpo escondido, espiando se chegava algum inimigo para atacar eles. Porque eles sabiam que eles estavam no errado e que aquilo ali era um perigo, se o Governo soubesse disso né? Depois de se apossar da casa do Alemão, fizeram lá o reforço de jagunço, contrataram mais jagunço. Também fizeram uma casa na Praia Brava, eles fizeram uma casa de noite, começaram às 7 horas da noite e terminaram a 7 horas da manhã; com 20 trabalhadores e 3 lampiões de gás aceso, que era para eles poder dizer que a Praia Brava era deles também. Mas, se fosse deles, não precisava fazer de noite, né? Mas acontece que o povo não cedeu, ninguém cedeu, - ninguém ficou com medo porque eles não podiam fazer nada". (João Candido; Trindadeiro, 1980).

#### A tentativa de reação dos posseiros não Trindadeiros e suas consequências

Frente à essa situação houveram reações ou mais exatamente tentativas de reações:

- Por parte dos "estrangeiros" que eram poucos (Artur, os Alemães, o Severo Gomes, o Dr. Pesco, o Sr. Georges, as reações foram também poucas. Todos tiveram uma atitude in-

dividualista - ou seja, defender o que era deles, pondo a causa na Justiça; não tentaram nem uma ação conjunta entre eles e menos ainda com os Trindadeiros. É interessante notar que tanto Artur quanto o Severo Gomes (os outros não sabemos a respeito) tiveram que mudar de advogado durante os processos, os advogados que iniciaram a defesa dando sinal de ter sido "comprados" pela Companhia. (15)

Dentre eles, o único que tentou uma ação mais geral foi o Artur que, por sinal, era o único que não tinha comprado sua posse da Yvette, ou seja o único que mantinha um certo contato com a população: como ele mesmo conta:

*"Na terça feira, eu descí com o Jornal da Tarde e o Estado de São Paulo para lá. Foi a primeira matéria a respeito de Trindade: "história de uma aldeia visitada pelo medo" de Marcos Faerman com fotos de Sidney Corallo - e, com esse primeiro impacto da imprensa, os caras se assustaram um pouco; inclusive houve também vários problemas - em Trindade: o pessoal se assustou muito com o negócio, - algumas mulheres nunca tinham visto armas a não ser uma espingardinha, e, de repente, havia muitos homens armados, cavalos ... uma mulher abortou, outro velho teve um colapso, enfim, a reação foi bastante forte ao nível das pessoas lá dentro.*

*Aí, a gente intensificou o nosso trabalho, fizemos um trabalho com amigos, já tínhamos feito nessa época todo um estudo de Trindade (levantamento das famílias, genealogia) ... quase que um início de compilamento cultural. Nessa época também veio a Ieda, uma antropóloga.*

*Todo o trabalho que a gente teve era no sentido de falar. A gente também não podia fazer muita coisa a não ser bla-bla-bla, e, é muito difícil, toda pessoa tem o seu limite.*

*Foram crescendo os preços, mas a não ser uma ou outra exceção, ninguém estava afim de vender. Me parece que na época, era muito óbvio, também as únicas pessoas que sistematicamente iam lá éramos nós e a Companhia obviamente estava cansada de saber da nossa atividade. Então fizeram o jogo muito hábil do ponto de vista estratégico: eles derrubaram todas as minhas plantas (eu tinha lá uns 30 coqueiros e muitas plantas). O Zé (nosso caseiro) ligou de Parati: "tá a-*



contecendo isso, isso, isso". Eu desci com a imprensa outra vez, registrei o fato, era por uma matéria da *Veja* mas, antes da matéria sair, o Zé me liga novamente dizendo que eles tinham derrubado a minha casa. Eles já tinham derrubado uma casa, mas era uma casa desabitada. Derrubavam para impedir a localização da posse, tanto que a minha casa, eles - derrubaram, queimaram e não deixaram quase nenhuma pista. Sumiram com praticamente todo o material, embora não conseguissem remover completamente as marcas do local da casa; e também, tem sempre as plantas que acabam não morrendo. Em seguida, eu desci outra vez para fotografar a casa derrubada e complementar a matéria que saiu no dia 02/04/74.

Três semanas depois, Artur já havia reconstruído sua casa, numa tentativa de enfrentar a atitude provocativa da Companhia, mostrando aos Trindadeiros que não se deixava intimidar. Segundo eles, a intenção da Companhia era pressionar os Trindadeiros para que resolvessem vender suas casas. (16)

Em realidade, "a nossa urgência para botar outra casa de pé era mostrar para os Trindadeiros: estamos aqui, não vendam suas casas. Porém essas três semanas foram o tempo suficiente para a Companhia comprar uma porrada de posses (...)" (17) O tempo todo, nós demos uma puta força no sentido de que eles não vendessem suas posses. É claro que, na realidade, não falamos para eles: "não vendam, não vendam, simplesmente, a gente ao nível racional tentava esclarecer para eles determinados dados; muitas vezes eles vinham perguntar: "escuta, a Cia. está fazendo isso, aquilo ...", então a gente explicava para eles: "olha, o que tá acontecendo é x, y, z ...". Agora, entre a razão entender e a emoção, conseguir sentir, há uma distância muito grande. (...) Ainda eles estavam muito longe de sequer vislumbrar o que era aquela puta transação. Além disso nós que tanto falamos, nós que tanto entendemos, nós que somos da cidade, de repente fomos os primeiros a dançar !

Aí, do meu lado, começou toda uma transação, eu comecei a processar a Cia. e esse processo caminha até hoje". (Artur; SDLB/1979).

Outros entrevistados têm, porém, uma concepção diferente do que - foi feito por Artur na época.

"Uma pessoa que teve tempo de fazer o que o Martin fez mais tarde era o Artur; mas ele não teve interesse disso aí. O Artur seria uma pessoa que se ele quer fazer alguma coisa - mesmo, ele fazia. O Severo também, ele era uma pessoa que tinha força, que tinha possibilidade de fazer alguma coisa para nós de Trindade. Me parece que naquela época ele era ministro, ele tava ao lado do Governo, poderia comentar alguma coisa, fazer alguma coisa para a gente". (Jair; Trindadeiro, 1979).

"É que o Artur, no final, ele não soube ir para frente, ele não fez o que o Martin fez, quer dizer assumir a coisa e brigar, ele agitou assim na superfície e por isso dançou". (Felipe; SDLB, 1981).

Nos parece, apesar de tudo, importante lembrar, que a Cia. entrou em Trindade no final dos anos 73 e começou de 74, ou seja, num momento político repressivo. É difícil saber até que ponto era possível iniciar naquela época uma luta como aconteceu 4 anos depois, num momento político bem diferente.

Com certeza, a atitude agressiva da Cia. para com os posseiros - não Trindadeiros (grileiros ou "estrangeiros", segundo eles), queimando as casas tanto de Artur quanto de Severo Gomes (então ministro) e invadindo a casa do grupo de alemães - foi mais um elemento para amedrontar a população local e acelerar as vendas das posses. Mais decisiva ainda foi porém, a atitude das autoridades locais, - que procuradas logo no início pelos Trindadeiros, se recusaram a ajudá-los.

#### A procura das autoridades locais

Os Trindadeiros foram procurar diversas instâncias em Parati: a Delegacia, a Capitânia dos Portos, a Prefeitura. Todas responderam que sabiam da situação, mas nenhuma delas se dispôs a tomar alguma providência, mostrando bem a complacência do poder local para com os acontecimentos. Somente o prefeito de Parati - Edson Lacerda sugeriu de se recorrer à justiça e indicou um advogado, como conta Jair:

"Passado uns 3 dias que a Cia. tinha chegado, a gente foi para Parati. Eu fui uma dessas pessoas, nós éramos 5, tinha o Eugênio, o Nonica ... A gente doi na Delegacia. O Dr. Gentil que e-

ra o delegado, e mais um outro comentaram o seguinte: "que eram os homens da Cia."; quer dizer que eles já sabiam de quem se tratava. De lá, a gente foi para a Companhia dos Portos. O tenente, aquele tenente que foi preso, falou assim: "sabe o que é aquilo, aquilo é o progresso, meu filho". E, na Prefeitura, o Edson que era o prefeiro, comentou o seguinte: "olha, eu já sei quem é, são poderosos, mas infelizmente eu estou aqui dentro da Prefeitura. A única coisa que eu posso fazer para vocês é arrumar um advogado que não é nem de dentro de Parati, nem da Prefeitura, porque aqui dentro de Parati eu não confio em ninguém, nem no próprio advogado que tá aqui dentro da Prefeitura. Vou arrumar um advogado fora (que agora é o prefeiro de Ubatuba, o Nêlio). É a única coisa que eu posso fazer para vocês". Ninguém podia fazer nada, mas todos já tinham na língua o que dizer. Nós perdemos um tempo enorme em Parati ajeitando tudo, eles tinham que mandar alguém aqui em Trindade, ver o que é. Mas, não mandaram ninguém. O Edson foi a Ubatuba, falou com o Dr. Nêlio que naquela época era seu advogado, e o Dr. Nêlio veio aqui para Trindade. Nesse dia eu não estava aqui, eu estava pescando, mas parece que o pessoal falou com o Nêlio e o Nêlio disse que pegava a causa. Quando eu voltei da pesca, eu soube o seguinte: O Jair da Silva (Presidente do Sindicato Rural de Parati) falou com o Sebastião em Parati e soube através dele que nós já tínhamos arrumado um advogado, por intermédio do Edson, proveniente de Ubatuba e disposto a fazer o nosso usucapião; e que a informação que se tinha do Nêlio era que se tratava de um advogado que já tinha feito usucapião para outras pessoas no Município de São Paulo e parecia assim ser uma pessoa honesta. O Jair da Silva lhe respondeu: "olha, vocês não podem arrumar advogado da Cidade de São Paulo, vocês têm que arrumar advogado daqui de Parati, nós temos dois excelentes advogados no Sindicato que é o Dr. Maia e o Dr. Campos". (18).

O Sebastião viajou para Trindade. Me parece que reuniu o pessoal na igreja, fez uma carta e mandou para o Nêlio em Ubatuba dizendo que não viesse mais porque nós já tínhamos arrumado advogados e que não íamos pagar nada. (No caso do

Dr. Nêlio a gente tinha que pagar, sô que, como não tinha dinheiro, vamos pagar por terra).

Mesmo assim, o Dr. Nêlio ainda veio para Trindade. Eu lembro, o Dr. Nêlio chegou no grupo (escolar), tomou café com o Lescar, botou uma mochila que ele trouxe nas costas, subiu a picada e foi embora". (Jair ; Trindadeiro, 1979)

#### Os advogados que incentivaram as vendas

Logo mais, apareceram em Trindade os dois advogados do Sindicato Rural de Parati, Dr. Maia e Dr. Campos. Eles convocaram uma reunião com os moradores de Trindade e se prontificaram a defender a causa sem cobrar honorários, com a promessa de encaminhar um processo de usucapião. Na exposição da situação legal, - os advogados insistiram na fácil vitória da causa. Frente às promessas, tôdas as famílias deram sua procuração a eles, como, de novo, nos conta Jair:

"Passado uns dias veio o Jair da Silva, o Maia e o Campos, eu estava aqui em Trindade, chegaram em frente à igreja. O Dr. Maia olhou para cá, pro leste, pediu alguma explicação, como que era a habitação aqui e tal ..., algumas pessoas - responderam. Ele falou: "isso daqui é fácil, isso daqui é terra de vocês, nós vamos tratar disso aí". Foi para Parati. Parece que passados uns 15 dias, mais ou menos, voltaram com um rapaz que era de Parati, trouxeram uma máquina de escrever, ficaram na casa do Praxedes (Trindadeiro) e começaram a fazer o documento de todo mundo. Precisava levar o título de eleitor, a certidão de casamento e o certificado de reservista para quem tinha. Vamos dois de cada vez. o marido e a mulher, eles falavam alguma coisa, olhavam o documento e batiam aquela procuração.

Era a procuração que a gente estava passando para eles. Eu não assinei a minha na frente deles, porque a Vera (minha mulher) não foi e eu levei a procuração para ela assinar - em casa. Mas, antes disso, eu passei na escola e perguntei ao Lescar: "Lescar, o que que você me diz dessa procuração aqui, olha nêgo, eu não entendo nada, sou analfabeto, que que você me diz ?" Ele me disse: "olha Jair, eu também não entendo ". Mas, ele leu, leu e falou: "olha Jair, aqui você tá entregando mulher, filho, tudo pra esse cara, tá bo-

tando tudo na mão dele". Eu falei: "Lescar, o que que eu faço? Eu tenho que confiar no homem, sabe, tenho que confiar no homem, se esse cara for honesto ... que que eu vou fazer? Tã tudo mundo fazendo isso aí e, o cara tã prometendo que vai nos defender ...

Vê o sufoco que nós estamos ..." "Muito bem, respondeu Lescar, vocês têm que confiar no homem". Eu cheguei em casa, assinei, a Vera assinou, eu voltei e entreguei a procuração para eles. Todo mundo fez isso. Eles pegaram esses documentos todos e foram para Parati.

Eu também fui trabalhar; a maioria foi pescar e alguns ficaram porque trabalhavam na roça. Passado o negócio de um mês ou menos, eu não estava aqui, os dois voltaram novamente e fizeram uma reunião com o povo lá na escola.

Pediram para assinar outro documento pelo qual o pessoal estava se comprometendo, uma vez a questão ganha, a pagar 30% do valor da propriedade para eles. (Só com isso os caras iam ficar bilionários, já pensou? E também eles estavam com a procuração do pessoal todo, segura na mão). Me contaram que o Maia e o Campos fizeram um sermão no grupo e que o Maia ainda comentou o seguinte: que se ele não desse o usucapião na mão do pessoal, ele rasgaria até a sua carta de advogado. Deixaram o pessoal super animado. A Vera assinou o documento, eu não, porque estava pescando, levei parece que dois meses pescando. Mas, em vez deles trabalhar para nós, eles trabalharam para a Companhia porque eles já não vinham mais animar o pessoal, dizendo conforto, ao contrário, eles foram se distanciando. Não tínhamos mais aquele contato com eles e aí a gente foi se sentindo mais sozinho". (Jair; Trindadeiro, 1979)

Após 6 meses de espera, os advogados voltaram a Trindade. As notícias que trouxeram estavam bem longe do prometido: a causa a favor dos Trindadeiros estava perdida e a terra era realmente da Companhia. Aconselhavam, por fim, a que fossem vendidas tôdas as posses à Companhia, caso contrário, nem mesmo o dinheiro da venda os Trindadeiros receberiam.

"O Maia voltou em Trindade outra vez, fez outra reunião e manifestou ao povo que o nosso usucapião não saía mais; era para nós vender para a Companhia mesmo, não tinha mais

jeito, também nós não podia vender para outras pessoas de fora, porque nesse caso teríamos que pagar 30% para ele". (Duncília; Trindadeira, 1978).

"Quando eu voltei de pescar, já foi uma outra reunião do Maia e do Campos; estava todo mundo ali, o pessoal de Trindade todo. E o Maia trouxe o seguinte, trouxe na mão umas plantazinhas de casa, daquelas casas de Ubatuba. Disse que a Companhia tinha procurado ele e feito uma proposta: a Companhia fazia aquelas casinhas ou, do contrário, dava - Cr\$ 60.000,00, porque a terra era dela e que se eles não a ceitassem iam sair sem direito a nada.

Eu chamei ele e perguntei: "Dr. Maia, eu tenho uma casinha que eu estou fazendo, não está nem acabada, mas, sabe, eu estou fazendo ela com sacrifício. O Sr. acha que eu vou - trocar a minha casa contra outra que a Companhia quer fazer, que eu nem sei que casa que é? "- ou voce troca ou você pega Cr\$ 60.000,00." Foi na hora que o Xexe (Sr. Antonio) falou "e, que que eu faço com Cr\$ 60.000,00;" o Maia - respondeu: "se eu pegasse Cr\$ 60.000,00, eu compraria um apartamento em Copacabana," Na hora, o pessoal pediram pro Maia: "ao invés do Sr. colocar uma casa ou Cr\$ 60.000,00, pede para eles de dar Cr\$ 300.000,00 - ele deu risada e comentou que se a Companhia um dia desse isso, ele ia ficar bilionário. Me lembro também que o Marciano comentou - alguma outra coisa e o Maia deu um puta grito contra ele, ameaçou ele perante todo mundo. Até que o Praxedes que tinha mais intimidade com ele falou: "Olha, Dr. Maia, o Sr. não pode gritar assim porque o Sr. tá botando medo até no seu cliente".

O Maia foi embora com o Campos, e, de lá para cá, eu não - lembro mais que o Maia, o Campos e o Jair da Silva voltassem para Trindade". (Jair; Trindadeiro, 1979).

Esses fatos nos permitem refletir como é difícil para quem não tem poder, conseguir sozinho fazer respeitar os seus direitos. Assim, enquanto "aparentemente a legislação federal e estadual, - sobre o acesso à propriedade, à regularização das ocupações e re distribuição de terras, destina-se a proteger o posseiro antigo ou recente, na prática, não entanto, essa legislação é manipulada pelo advogado, o juiz ou o funcionário a favor da agropecuá-



ária " como assinala Otavio Ianni (Ianni; pg. 169, 1978) ou a favor da empresa multinacional como acabamos de ver no caso de Trindade.

Se observamos a lei, quem compra uma terra e a cultiva durante mais de 20 anos sem que o proprietário venha exigir seus direitos legais sobre a propriedade, o usuário passa a ter a propriedade de direito, à condição, porém, que o mesmo requira um pedido de usucapião. A lei passa a não ter sentido na medida que as populações em geral analfabetas são incapazes de apresentar o pedido de legislação, muitas vezes ignorando sua existência. Quando a consciência da possibilidade de legislação da propriedade, por parte dos usuários toma forma prática, a nova barreira à concretização do fato se encontra nos próprios entraves criados pelas autoridades e a demanda de usucapião não lhes é dada.

#### A MUDANÇA NA ALDEIA - AS VENDAS

"Foi muito notório o que eles fizeram. Os alemães denunciaram eles logo na Delegacia de roubos e furtos. Depois vieram queimando a casa do Severo na posse que ele tinha comprado de um rapaz na Pedra D'Água, queimaram também a outra casa dele na Praia Brava - e o Severo era ministro naquela época. Tinha também um outro chamado Fernando (casa do Artur), homem que quase não vem aí, vem de tempo em tempo, e ele tinha uma casinha de sapê, eles espicharam no chão. Lutar com os alemães que são Companhia também, lutar com Fernando ... isso tudo são gente de dinheiro, sô que não enfrentam nós não, são amigos nossos. Lutar com o Severo que naquele tempo era Ministro do Governo ... com nós o que eles iam fazer? Nós dizemos assim, se eles estão fazendo isso com esses homens, com nós o que eles vão fazer? Vão tirar nós daqui sem mais nem menos, unidos com essa justiça aí de Parati. O delegado nos desamparou, o juiz nos desamparou, entende? Naquela época até o Prefeito nos desamparou que podia segurar essa área da Prefeitura para nós (19). - Pensamos, vai acabar nós saindo daqui mesmo sem nada, sô - com a família, sem nada; então, vamos pegar esse dinheiro; para não sair à toa, vamos pegar esse dinheiro aí. Fomos obrigados a nos assujeitar a isso". (João; pescador, 1980)

Quem não quis se sujeitar a isso, isto é vender suas terras para a Cia, se encontrou frente ao dilema seguinte: deixar a família sujeita à presença dos jagunços e continuar trabalhando na pesca, ou abandonar a pesca embarcada e ficar em Trindade cuidando da família. Num primeiro momento a maioria decidiu por embarcar, tendo no retorno a triste surpresa de que alguns já haviam vendido sua posse.

As primeiras vendas ocorreram de fato em 1974, mas foram poucas:

"O Cardoso veio comprando as posses dizendo que tinha que vender: as terras eram da Cia. e não adiantava o Trindadeiro pagar o INCRA porque a Cia. também o pagava, era dinheiro perdido. Os primeiros que ficaram com medo venderam por Cr\$ 60.000,00; 80.000,00 e 90.000,00. (20). O Cardoso falava que não pagava mais que isso. Uns 5 venderam. Parou. Fez uma parada. O resto não quis vender por esse preço". (Dona Durcila; Trindadeira, 1978).

#### A reunião para não vender

Nessa altura dos acontecimentos, um Trindadeiro (que mais tarde será um dos líderes da luta) tentou convencer os outros a não vender, como ele mesmo conta:

"A primeira reunião de posseiros que foi feita em Trindade, foi eu quem fiz. Foi assim: com um altofalantezinho - eu pedi para o pastor avisar o pessoal de que a gente ia fazer uma reunião na Igreja. Agora, eu acho que eu fui muito agressivo nessa reunião. Eu expliquei que a gente não deveria vender, que a gente deveria ficar mais um pouco, esperar, e coloquei o seguinte: "bom, a gente pode fazer um acordo entre nós - já tinha parece 4 ou 5 pessoas que tinham vendido - de hoje em diante, o cara que vende a terra dele aqui e sai, a gente tem que matá-lo. E só assim que ninguém mais vende e que a gente poderá ver o fim desse rolo". Quase que dá pão, sabe, porque o pessoal não tava afim de matar ninguém. Agora, eu não falei isso para matar, eu falei para o povo não vender; mas, de repente... (Jair; Trindadeiro, 1979).

"De repente", com esse discurso, Jair foi realmente demais violento e demais longe da moralidade vigente na aldeia. Não alcançou

seu alvo, chocou todo mundo e só provocou discussões e brigas entre os habitantes. Em seguida, ele embarcou e o papo ficou para trás.

As ameaças continuaram e as famílias começaram a vender

As ameaças da Companhia, porém, continuaram. Ameaças a dois níveis: a violência física lembrada a cada passo pela presença dos jagunços, pela destruição das casas abandonadas ou vendidas - (para isso foi usado um trator) pelos ataques aos "estrangeiros"; e a violência psicológica, as pressões e ameaças verbais do gerente da Companhia, as suas táticas para confundir e dividir os posseiros, passando de casa em casa, afirmando que outras casas já tinham sido vendidas (mesmo se não correspondia à verdade), e, - que, por isso iriam ficar sozinhos e sem direito a nada, como contam os Trindadeiros:

"Então, o Cardoso falou que "se nós não vendesse, nós sai sem direito a nada, que quando as máquinas ia entrar aqui, ia tombar as casas e nós só tinha que sair porque nós aqui não tinha nada, as terras eram da Companhia. Aí o pessoal ficou aterrorizado, foi vendendo. Daqui para cima [21] todo mundo vendeu. O Bastião vendeu, a Berenice vendeu, a Durvalina vendeu. E, antes de nós vender aqui, antes de nós vender a nossa posse, o nosso nome já estava lá no livro dele - "olha, o Sr. Jeremias vai vender, não sei quem vai vender, não sei quem vai vender" - antes de nós vender, sabe, antes de nós falar que ia vender, já o nosso nome estava lá. Aí, minha senhora, nós não tivemos jeito de ficar. Como que vai ser, todo mundo vendeu, para onde que íamos? Nós ficamos aqui e ela vai entrar aqui, vai fazer o serviço dela aqui. Nós ficamos preocupados da máquina passar e tombar a casa. A casa é casa de sapê, casa velha, hein! Aí, pequemos, vendemos, fomos obrigados a vender. Mas o Jeremias (marido) - não queria vender, ele disse que ia ser o último que ia sair da Trindade: "eu vou deixar todo mundo sair e eu vou ver o fim de Trindade", e, sempre fazendo roça, vindo do mar, desembarcava, voltava; aí o nosso filho ficou doente, foi pior para nós e veio o desespero". (Durcília; Trindadeira, 1978).

"Meus avôs, meus bisavôs foi nascido e criado aqui. E eu vendi a minha casa porque o Dr. Ernesto chegou aqui e foi

lã na casa três vezes, eu não vendi. Na quarta vez, eu vendi. O Maia disse na casa de meu irmão que se não vendesse, saía sem nada. Nesse estado ia ser pior. E, ele ainda amostrou - "eu tenho pena dessas crianças que tã aí" - o meu cunhado João Borges perguntou - "Dr. mas isso aqui não irá melhorar?" - Ele foi e disse assim: "cada vez é pior, vo-ces vendam e comprem uma casinha aí fora, um patrimônio e se mudem daqui". Veio outro, um de Ubatuba, que media, que andava medindo e disse que: "se não vendesse, o trator ia enterrar a casa e que depois aquele que ficasse ia pedir - para vender e a Cia. não ia pagar mais". A gente acreditou, ignorante, trouxe aqui no meio desse mato. Foi adonde eu vendi minha posse". (Marciano; Trindadeiro, 1980).

"Eu também vendi porque eu fui perturbado por eles, pela - metralhadora. Eu também tinha uma idêia de não querer ven-der minha posse, nunca quis vender mesmo; eles mediram e eu não estava em casa, eu nem em casa estava, eu estava - pescando. Então eu não tinha idêia de vender mesmo. Mas e-les correram uns 300 metros atrás da minha mulher com um fílho de 12 anos, com metralhadora, ela estava na roça lã na Praia Brava. Eles chegaram lã e ela ficou com medo: uma turma de 12 pessoas com metralhadora, então ela correu embora e eles correram até aqui no alto atrás dela para ver se pegava ela. Aí ela chegou apavorada. Eu fui obrigado a vender por causa disso aí". (Daniel; Trindadeiro, 1981).

"Eu vendi a minha casa na Trindade porque os jagunços vi-viam armados de metralhadora, de fuzil. A gente não tinha mais sossêgo, não tinha mais paz, as crianças viviam tudo assustada, tudo nervoso, a gente não parava mais, a Cia. a-meaçando de morte nossos maridos, nossos cunhados, nossos irmãos, nôs não tinha mais sossêgo, por isso que nôs vende-mos o que era nosso, não que nos quiséssemos, porque ã lã-grima nos olhos corria que nem bica. Quantas vezes, sentada lã naquela praia, as lãgrimas corria pelos meus olhos por-que era obrigada a vender a minha casa feita com tanto sa-crifício. Eu quebrei pedra, carreguei na cabeça, pra fazer a minha casa, pra dar para a Cia. Não que a gente tivesse vontade de vender o que era nosso para a Cia., vendemos o-

brigado por causa da metralhadora, do fuzil, do jagunço, que não nos deixava em paz. O advogado que nós arrumava, a Cia. comprava. Ia-se em Parati com o juiz, ele dizia - "que era os homens da Companhia". Ia na delegacia, nem registravam a parte que nós dávamos, não era registrada. Correr para onde ? nós não tínhamos para onde correr. Para todo lado que nos corríamos diziam que aquilo era os homens da Cia. A única solução era nós vender o que era nosso e ir embora, sair daqui, não sei para onde, mas a solução que nós achava era dar o que era nosso para a Cia., para ver se nós sossegávamos daquele desespero". (Vera, Trindadeira; 1979).

"A gente vivia chorando para não vender a nossa casa. Para onde que eu ia com 5 filhos ? eu não tenho cultura. - Aí fui obrigada porque a nossa água era uma só: a caixa D'água do meu irmão era a mesma caixa d'água minha. Ele vendeu e foi embora, ficou dois canos, um pra Cia. e um pra nós. Eles iam lá, botavam água para eles e fechavam o cano nosso. Eu ia lá, tirava, eles iam. Eles passavam na porta todo dia armado, dizendo palavrão, diziam para mim, diziam para minha menina. E, aí, teve um dia que eu caí no mar, não podia ver, não podia ver nada, eu fui internada. Me deu um nervoso na cabeça e me acharam eu - caindo em todo lugar. E tava eu caindo do nervoso que me atacou. Então, que que eu fazia aqui ? Era obrigada a vender. Eles me atiraram, deram 4 tiros nas minhas costas. Eu brigava também com eles. O que eu tinha que dizer pra eles, eu dizia, mas é que não interessava nada. Eles de noite era só palavrão. Eu tinha um menino de 8 anos, eles botavam o revólver na mão do menino, mandavam o menino atirar. Então, isso pra a gente era o que ? era tristeza. O que que a gente podia fazer ? Fui obrigada a vender. Agora vendemos. Fomos em Parati, primeiro dia, - fomos lá, vendemos". (Carmira, Trindadeira, 1981).

"Eu aceitei duzentos mil cruzeiros, porque fui ameaçado e não tinha, como todos, condição para enfrentar a situação. Cento e trinta mil foi em dinheiro, o restante uma casa em Ubatuba. O dinheiro tá acabando e a casa não está entregue. Meu bisavô foi o primeiro morador em Trinda

de e isto remonta há trezentos anos. Agora a Companhia pode dizer que a Trindade é dela. Ninguém, nunca vendeu para ela, antes dessa estória. Eu não tive possibilidade de defender meus direitos. Quando eu recusei de vender, na primeira vez, a Companhia enviou um perito. Ele falou que tinha autorização do juiz para valorizar as posses. Falou que a casa valia três mil cruzeiros e as benfeitorias, outros três mil no máximo". (Trindadeiro em Andrade e Silva; pg. 98, 1979).

#### A barganha dos preços

Para a oferta se tornar mais "atraente", a Companhia também recorreu a outro artifício, começaram a subir os preços: em vez dos Cr\$ 60.000,00, propostos no início, ela se dispunha a pagar em tórno de Cr\$ 200.000,00, no de começo de 76 (22) e acabou pagando as últimas posses em Cr\$ 250.000,00, no fim de 76. O fereceu não só dinheiro como também a possibilidade de uma casa em Ubatuba de dois quartos por Cr\$ 60.000,00, ou três quartos - por Cr\$ 80.000,00, esse valor sendo subtraído do valor da venda. Quanto mais os Trindadeiros recusavam, mais aumentava o preço e tôdas as vantagens que ela promovia.

O fato de ter pago à "mais" permitiu à Cia. mais tarde se justificar alegando que pagou e muito bem as posses, tendo até - servido de elemento motor para a inflação na região. Mas, nisso, a Cia. não tem, porque se vangloriar de sua generosidade. O bom preço pago pelas posses foi devido ao poder de barganha do Trindadeiro, que confrontado com uma situação sem saída, não tinha - outra forma de atuação. Segundo eles contam:

"A Cia, queria nos tirar daqui apelando para os jagunços, mas não conseguiu pois o pessoal permaneceu. Ela então - veio se propondo a comprar. Comprou, ficou melhor para ela. Ela comprou, começou barato. Aqueles que causaram problema demais para vender por mixaria, ela comprou por mais: que nem a nós, que ela ofereceu Cr\$ 150.000,00, subiu para Cr\$ 250.000,00. Aí nós fomos lá outra vez para que ela pagasse encima de uma outra posse lá da praia. Ele (o gerente) disse que não pagava duas posses, só pagava uma. Foi ficando, foi ficando, eu não quis assinar. Quando foi passado um - mês, ele chamou o Ditinho (marido) pra Parati. O Ditinho

chegou lá, ele diz que pagava a posse na Praia e que eu ia receber a minha parte da posse da Praia do Meio, vendida - pelos meus irmãos. Mas nós não quisemos". (Dona Djina; - Trindadeira, 1979).

"Os advogados nos falaram que nós tinha que vender para a Companhia e pelo preço que eles estabeleceram em Cr\$ ..... 60.000,00. O advogado Maia veio em minha casa e falou que não tinha sentido eu ficar embaixo de uns pé de laranja e que o melhor era vender para a Companhia, botar no banco - todo esse dinheiro e ir embora da aldeia. Eu falei que com esse dinheiro eu não podia viver com uma família de dez pessoas. Ele falou que nós não vendêssemos a vistoria chegaria no nome do juiz, transformaria tudo em nada. Cinco - mil cruzeiros no máximo. Nós pedimos trezentos mil cruzeiros para salvar o salvável. Ele ficou rindo dizendo que a Companhia estava pobre e não podia pagar mais que isso. Ele falou que teria chegado o trator e teria enterrado tudo, porque gente pobre não pode viver com gente rica. Nunca - mais falamos com ele. Depois de seis, sete meses, soubemos que nosso usucapião, oferecido pelos advogados Maia e Campos, não estava aceito e não sabiam em quantos anos isso - teria sido possível.

A Companhia, no nome do Ernesto Cardoso, voltou em Trindade com ofertas novas e os mesmos argumentos que antes. Nós vendemos por duzentos mil porque não tínhamos proteção nem escolha." (Trindadeiro em Andrade e Silva; pag. 97, 1979).

"Eu levei 3 meses para fazer o negócio porque ela queria - pagar 60 milhões e 60 milhões eu não quis. Aonde que eu ia com 60 milhões ? Então levei 3 meses. Depois que eu operei a vista no meio de abril eu vim até Parati e fiz o negócio porque quase tudo mundo já tinha vendido, sabe. Ela me deu 250 milhão, aí sim, eu passei a família para lá (Ubatuba), a Cia. levou toda a minha mudança e eu fiquei naquela casinha perto da Assembléia". (Sr. João Possidonio; Trindadeiro, 1979).

Os Trindadeiros, como vimos no segundo capítulo não eram desprovidos de contato com o mundo fora da aldeia. Os homens, pelo seu - contato permanente com as cidades vizinhas sabiam muito bem dos



preços: Cr\$ 60.000,00 não iludiu a maioria; sabiam que era muito menos do que o suficiente para viver.

De fato, na época, quase todos exerciam a profissão de pescador embarcado. Os salários ganhos na pesca são irregulares e dependem da função exercida no barco, como também do rendimento pesqueiro (23). Segundo uma pesquisa realizada em julho de 1974, sobre 36 entrevistas, 3 exerciam a função de mestre (Cr\$ 12.000,00) 5 de contra mestre (Cr\$ 3.500,00), 17 de tripulantes (Cr\$ 1.500,00) 6 de gelador Cr\$ 1.500,00) e 5 de caiqueiro, cozinheiro ou corticeiro (Cr\$ 1.000,00). Ou seja, a maioria ganhava entre Cr\$ 1.000,00 e Cr\$ 4.000,00. (Andrade e Silva; pgs. 56 e 58, 1979).

Isso nos mostra qual era, em termos de dinheiro, a correlação entre o salário ganho e os preços oferecidos pela Cia.: Cr\$.. 60.000,00, representava 5 meses de um salário de mestre ou 15 vezes o salário da maioria deles. Não era nenhuma maravilha. Mas, - na medida em que os preços começam a alcançar Cr\$ 200.000,00, ou Cr\$ 300.000,00 (mais ou menos 100 salários da época), o Trindadeiro perde o referencial com o dinheiro que ele normalmente manipula. Por não estar acostumado a mexer com tanto dinheiro, isso representava para ele, muito mais do que era realmente; ele não se dava conta de que em termos de proposta de vida a longo prazo, isso não valia nada. Cremos poder dizer que isso foi a armadilha na qual muitos caíram apesar de não terem tido muitas outras saídas.

Também ressalta claramente de tôdas as entrevistas que essa barganha sobre o preço se fez estritamente a nível individual, cada um tentando salvar a sua parte. Não houve consenso entre eles, encima de um preço mínimo de venda. O preço se barganhava individualmente com o gerente da Cia., cada um comentando o desenvolvimento da transação com os seus familiares ou a sua rede de relações mais próximas. Depois, a notícia circulava de boca em boca - na aldeia toda - o que permitia ao gerente poder divulgar notícias falsas sobre quem já tinha vendido, aproveitando-se do clima de semi-desinformação e fazendo aumentar, entre eles, a desconfiança.

Segundo nos mostra a Tabela I, não existiu correlação direta entre as datas de venda e os preços obtidos mesmo levando em consideração que muitas vezes o preço foi estabelecido em função da qualidade da casa (casa de tijolo ou de sapê) e do tamanho do

TABELA I

DATA DE VENDA E PREÇO DAS CASAS DOS TRINDADEIROS  
QUE PARTICIPARAM DA LUTA

<u>NOME</u>	<u>TIPO DE CASA</u>	<u>DATA</u>	<u>PREÇO</u> (N.20 e 22) (Cr\$ - mil)
Maximiano	sapê	1974	60
Ismael	idem	1975	180
Martins	idem	27/10/75	200
João C.	idem	out/1975	300
João A.	idem	nov/1975	60
Jacô	idem	fim/1975	150
Lourival	tijolo	jan/1976	230
Elisbão	sapê	jan/1976	80
Calisa	idem	jan/1976	50
Benedita	idem	jan/1976	200
Antonio	idem	08/01/76	180
Genésio	tijolo	23/01/76	210
Isael	sapê	27/01/76	200
Odim	idem	27/01/76	200
Maria	idem	27/01/76	200
Zenozi	idem	fev/1976	250
Vitor	idem	fev/1976	200
Ezoni	tijolo	fev/1976	250
Walter	sapê	10/02/76	150
Américo	idem	23/02/76	250
Daniel P.	idem	23/02/76	225
Doraci	idem	23/02/76	220
Geremias	idem	23/02/76	240
Moisés	idem	23/02/76	170
Pedro	idem	23/02/76	250
Roberto	idem	23/02/76	125
Salomão	tijolo	23/02/76	200
Benedito	idem	06/04/76	215
Daniel	idem	07/04/76	150
João P.	idem	19/04/76	250
Marcos	idem	20/04/76	250
Aristide	tijolo	03/05/76	240
Manoel	idem	07/06/76	230
Isaias	sapê	29/11/76	180
Maí	tijolo	09/11/76	220
Aldemiro	idem	fim/1976	250

terreno. Enfim, nada mais ilustrativo que essa entrevista com o Benedito, homem solteiro e um dos poucos moradores a não ter vendido a sua posse, para entender como essa barganha sobre os preços também foi usada na tentativa de não vender, como conta Benedito:

"Olha, eu não sou diferente, nem superior aos outros, mas, que não fui muito pressionado. Tinha homens armados, mas não faziam mal a ninguém. O Cardoso veio aqui e perguntou se eu queria vender. Entrei na dele, falei que sim. Algum tempo depois ele me levou com 9 jagunços para ver as casas em Ubatuba. O chão tava seco, mas eu saquei os poços de água. Não gostei. Na volta eu pensei: "bem, eu vou pedir um preço alto que é para eles não aceitarem". Num dia desses um jagunço avisou que era para eu ir em Parati, no escritório da Cia., para concluir o negócio. Eu fui lá com a minha cunhada, o meu irmão estava pescando. Ela entrou na frente, pediu Cr\$ 350.000,00. O Cardoso não quis e falou que sem o Aristide (meu irmão) era impossível porque ele também devia assinar. Depois, eu entrei. Pedi Cr\$ 500.000,00. O Cardoso falou que não comprava por esse preço e que até lá só compraram posses de Cr\$ 250.000,00. Eu falei: "então, tudo bem, eu não vendo". Ele respondeu que, então, o juiz e o procurador iam vir medir as plantas, o terreno ... e que eu ia sair sem nada, mas, até hoje, nunca veio o juiz ! Agora estão se arrependendo, mas, na época, eu falei para eles não vender. O que influenciou foi a religião, a família. Alguns venderam por causa do dinheiro, depois o resto tinha medo de ficar sozinho. O Aristide vendeu por causa da mulher". (Benedito; Trindadeiro, 1979).

#### Os outros elementos que influenciaram as vendas

A influência da mulher foi efetivamente das mais importantes nessa decisão de vender. Foi ela que, em última instância, apressou, atrasou ou impediu as vendas. Sua vivência na aldeia a colocava em contato permanente com os jagunços. Era ela quem estava mais perto dos filhos e se preocupava com a má influência dos jagunços sobre eles, suas ameaças e arbitrariedades. Era necessário bastante coragem para enfrentar a situação na aldeia enquanto o marido estava pescando.

Durante toda a situação em que os Trindadeiros estiveram impingidos a vender suas terras, foi sem dúvida, a mulher, que so-freu mais a contradição entre o medo de não vender com suas consequências violentas por parte dos jagunços, e a angústia de se ver despejada de sua casa com pouco dinheiro e com filhos pequenos para sustentar. Outra pressão que havia era de cunho familiar, já que, à medida que os outros membros da família vendiam suas terras, aumentava a insegurança, além de romper laços familiares muito fortes, como conta Vera:

"O que me fez vender foi que eu vi aquilo tudo que estava a contecendo na Trindade. O Jair (marido) não queria vender; ele dizia que não se incomodava, que eles podiam o matar, - mas que a terra ele não vendia. Eu pensava: tenho 4 filhos, para onde que eu vou sem meu marido para cuidar dessas - crianças, sem dinheiro, sem nada? Aí que eu comecei a fa-  
lar para o Jair vender porque eu não aguentava mais ver a-  
quilo tudo. Eu só vivia assustada, chorando de medo. Em -  
Trindade não havia nem briga, quanto mais aquela jagunçada! Serviço, eles não tinham, era só beber, caneca de garrafão de bebida na mão, bebendo e fazendo bagunça. A gente não es-tava acostumada com aquilo. O meu menino não dormia a noite inteira, só tinha pesadelos: ele via o trator, ela via a polícia, ele via o sargento ... Ah! meu Deus, era uma triste-za. Foi o que me fez vender. Eu não era tentada a morar em Ubatuba, mas eu pensava que um dia eu ia amanhecer com o - meu marido morto. E, meus pais, meus irmãos, tudo mundo vendeu. O que eu ia fazer sozinha aqui com 4 filhos?". (Vera; Trindadeira, 1979).

Entre 4 famílias que não venderam, duas delas o devem à mulher - que não quis assinar.

"Pelo Ditinho, tava tudo vendido. Ele foi conversar com o Cardoso em Parati e voltou com a folha toda assinada para - eu assinar também. Mas, eu não quis, então não vendemos". (Dona Djina; Trindadeira, 1979).

"O meu marido tava pescando. O Sargento veio muitas vezes aqui, muitas vezes com a polícia de Parati. Imagina, a polícia que nunca veio aqui! Eles chamavam e perguntavam: "a senhora não quer sair daqui? A senhora não quer ir para Ubatuu

ba, para Angra dos Reis ?" E depois ficavam com raiva e diziam que eu não podia alugar o barraco para ninguém. Tentavam criar bagunça e eu gritava que se eles não saíssem do terreiro, até o governo ia saber disso. Para ter mais força, eu enrolava o braço numa madeira grossa que sustentava a casa de farinha. Falava não a tudo, não queria vender - mesmo". (Dona Dolores; Trindadeira, 1978).

Dois outros elementos vão também interferir no sentido de facilitar as vendas. Em Trindade, como já vimos, tôdas as famílias eram de religião crente, sendo fiéis de uma das três igrejas. Os pastores, que tinham uma grande influência na aldeia, utilizaram os dramas e sofrimentos de seu povo como exemplo da ira divina, e, a resignação como virtude suprema. Não se contentando em incentivar os fiéis a vender em nome de uma vontade divina - "Deus nos diz que está na hora do Trindadeiro ir embora" - Dois deles se apressaram em vender, logo no início, as suas igrejas, propriedades de todos, sem nem sequer consultar os fiéis ou os presbíteros que tomavam conta das igrejas dentro da aldeia. Receberam em torno de Cr\$ 400.000,00 pela venda de cada igreja; dinheiro que eles guardaram após sair da Trindade e do qual ninguém mais ouviu falar, como nos contou um dos presbítero da Igreja Assembléia de Deus:

"Tôdas as três igrejas da Trindade, foi o povo que construiu, carregando tijolo e telha na cabeça. E os pastores pegaram e venderam. Inclusive o pastor da Assembléia de Deus, aquele que é pastor em Parati, O Irineu Garcia, influenciou os membros para vender, falando um dia com um deles: "que pegasse a posse dele e vendesse, que ele já tinha até visão por Deus que Trindade já era".

Os presbíteros da Assembléia falaram aqui para o povo que eles foram consultados, mas que eles foram enganados. Chamaram eles em Parati, explicaram a situação, mas disseram que não era para vender, era para cadastrar a Igreja. Por causa disso eles assinaram. A igreja foi vendida por 480.000 e ninguém viu o dinheiro. Agora, foi feito tudo errado, porque normalmente o Ministério de Parati não podia vender, ele devia apresentar o projeto de venda à convenção do Rio e, só depois que a Convenção aceitasse que eles podiam vender. - Quem guardou o dinheiro foi o Garcia, não se sabe o que ele

fez com ele. Na Igreja "Brasil para Cristo", o pastor Agostinho era, me parece, tenente do exército, tenente reformado - ou da reserva. Os membros convidaram ele aqui porque ele era uma autoridade e poderia chegar até o Presidente da República ou outra autoridade para ver se resolvia o problema da Trindade. Mas, ele se negou, não quis e aconselhou os membros que vendessem porque ele achava que não tinha jeito. Mas a venda foi diferente. Ele reuniu os irmãos, fez a fala e perguntou: "vamos vender ou não vamos?" Aí, tudo mundo assinou. O pessoal foi na clara, todos concordaram. Por isso que sobre essa igreja não teve muita propaganda. Teve muitos comentários, mas eles são bonitos porque o pastor pegou o dinheiro e construiu duas igrejas, uma em Parati e uma outra em Cunha, e arrumou a igreja de Guara. Vendeu parece que por Cr\$ 400.000,00. (Nônica; Trindadeiro, 1980).

"O pastor da igreja adventista não tinha poder para vender. Mas, é o dinheiro né? Agora o dinheiro é a raiz por tudo - quanto é modo. Nem registrada era essa igreja. Portanto lá no Rio combinaram de um modo que venderam e não participaram a nós. Disseram: "hoje é o último culto que existe aqui, segunda-feira vai ser demolida". (Pedro Rosa Rosa; Trindadeiro 1980).

Um outro evento muito estranho aconteceu no começo de 1976. Tratou-se de uma pesquisa arqueológica na aldeia - pesquisa liderada por um diretor de uma Universidade do Rio de Janeiro. Acontece que, após um mês, a metade da equipe desistiu devido a um trabalho arqueológico muito mal feito e à uma disciplina militar, apesar dos salários muito bons para a época (correspondendo a mais ou menos o dobro dos salários normais). Essa pesquisa trouxe como consequência imediata o fechamento da estrada ligando a Rio-Santos à aldeia, - sob argumentação de que estava sendo feita uma pesquisa arqueológica. Após uns 3 meses foi descoberto que o diretor da pesquisa e da Universidade, tinha usado diplomas falsos e não era registrado no MEC. O escândalo foi total e a Universidade fechou durante 3 anos para voltar a funcionar sob outro nome.-

Essa pesquisa não influiu muito sobre os Trindadeiros, que lembram dela como de um acontecimento que os envolveu pouco, salvo pelo fato do "Diretor" ter isso embora, deixando dívidas, como conta Dona Durcília:

"E o pessoal dessa pesquisa... O pessoal da Trindade quíz - trabalhar, cortou madeira, fez de tudo naquela pesquisa. E esse tal de Milton (diretor da pesquisa arqueológica) ... Eu não conheço ele, ninguém conhece esse homem. Foi ele - quem fez aquela pesquisa. Vieram dizendo que era do Governo, que o Governo mandou pesquisar uma porção de ouro que tinha aqui, uma mina de ouro, uma panela de ferro cheia de ouro... (gargalhadas) ... no fim, ele diz que tinha no fundo do mar uma pedra que era cheia de ouro. Esse tal de Milton, comprou um bocado de blocos que a igreja tinha aqui, e nem pagou a igreja, não pagou os blocos ! Ficou uma pesquisa de graça! ... Passou um tempo, o Silvestre ficou responsável pela casa, tomou conta dela. Não pagaram o Silvestre, o tempo do Silvestre não pagaram. Depois de um tempo, esse tal de Milton caiu no mundo, foi-se embora, que ninguém sabe para onde foi. Desapareceu, sumiu, ninguém em Trindade sabe para onde foi. Tinha uma porção de gente, foram todos embora. Foi depois da pesquisa que começemos a vender ou não ? Sim, foi depois". (Darcília; Trindadeira, 1978).

A pesquisa serviu de pretexto para fechar a estrada e estabelecer uma porteira pela qual ninguém podia passar: "em 1976, eu tentei ir de carro para Trindade como turista; a estrada já tava melhorada, mas não me deixaram entrar. Estava fechado por causa da pesquisa. Fui barrado lá encima, fiquei puto, fui embora" (Silvio; - SDLS, 1980).

Coincidência interessante, enquanto a estrada era fechada a quem vinha de fora, o pessoal da Companhia tinha livre acesso a Trindade e aproveitou particularmente dos meses de janeiro e fevereiro, (24) para medir tôdas as posses e fechar a grande maioria das vendas. É impossível afirmar se tinha ou não uma ligação entre a Cia. e a pesquisa porque não se tem provas, o que podemos dizer é que tratou-se de um fato que ofereceu vantagens à Cia. Tentar elucidar o mistério não cabe no âmbito dessa pesquisa.

Reagindo contra a presença da porteira, Artur e alguns Trindadeiros, apoiados pelo advogado que defendia a posse do Artur, fizeram um processo de "ação popular" para exigir o livre acesso dos moradores do lugar, afim de pressionar o Prefeito e levá-lo a tomar providências. A primeira reação do Prefeito foi negativa: ele cha



mou os Trindadeiros envolvidos na "ação popular" e deixou transparecer o seu descontentamento frente à tal atitude. Contudo, após algum tempo, pressionado, o próprio prefeito arrancou a porteira.

#### A ALDEIA APÓS AS VENDAS

Resultado dessa situação toda, com a exceção de 4 famílias, todo mundo vendeu. As vendas se escalonaram entre a metade de 1974 e o final de 1976, e os preços entre Cr\$ 60.000,00 e Cr\$ ... 300.000,00 (25). Daí para frente, começou a saída efetiva das famílias e, nesse ponto, as reações foram diversas.

No meio desse clima de violência e de insegurança, alguns Trindadeiros, seduzidos pelas promessas da Cia. e pelas maravilhas do dinheiro, atraídos pelo mito da cidade ou influenciados pelos pastores (grande autoridade moral da aldeia) vendiam e deixavam o lugar quase sem contrapor resistências. Recebido o dinheiro da venda, a mudança dos Trindadeiros era feita pela multinacional, que, em seguida, derrubava suas casas na aldeia.

No entanto, a maioria dos Trindadeiros, pode-se dizer que mais ou menos 100 famílias, já fôra mais relutante, como vimos, e obrigou a Cia. a subir os preços. À medida que muitas famílias saíam, aquelas que iam ficando sofriam o pânico criado pelas vendas cada vez mais numerosas e o medo de ficarem sozinhos na aldeia. A maioria das famílias que ofereceu maior resistência, optou pelas casas oferecidas pela Cia. em Ubatuba, mas, pelo fato dessas últimas não estarem prontas, continuaram morando na aldeia. Dentre essas famílias, notam-se divergências de ponto de vista a respeito da perspectiva de mudança para a cidade, como nos contou uma paulista que, na época, frequentava a aldeia e participara de pois da SDLB:

*"A Dona Lígia, por exemplo (...) era uma pessoa que transava mais com o pessoal da Cia. no sentido de estar mais propensa a fazer acôrdo; ela estava extremamente lúcida: "se eu vendi e eles me pagaram, então tudo bem". Ela tinha alguns desejos de consumo que não eram tão claros nas outras famílias (...) ela queria uma casa onde ela pudesse criar a filha dela, educar o filho, ficar com o marido (...) De qualquer forma, ela defendia essa posição, ela queria mesmo ir para Ubatuba, eu sentia que ela queria mesmo. Era uma*

coisa de: "lá vai ser mais fácil, lá tem mais coisas". E, assim, ela não tinha nenhuma postura crítica diante do que estava acontecendo. E ela defendia isso com a crença religiosa dela assim claramente: que esse mundo não era para ter grandes prazeres mesmo, que o maior prazer é depois - que voce morre e que agora voce tem que contentar com a vida que voce leva, sem briga, muito contra a violência".

O outro lado era assim (...) Tinha algumas pessoas como o Jair, o Sr. Antonio, o Pelê (mas o Pelê não era considerado porque ele era solteiro) que tinham uma postura de resistência. O Sr. Antonio muito claramente, o Jair também (...) E tinha outras famílias que estavam meio que numa - coisa de expectativa para ver; sem grandes preocupações o que poderia acontecer, meio que já acostumados com a idéia que iriam para Ubatuba, que venderam mesmo (...)

Eu lembro, continua Sueli, que naquela época me agoniava - muito a idéia de que os Trindadeiros teriam que viver na periferia de Ubatuba e que eu sabia qual ia ser o destino deles: total penúria, total miséria, a profissão deles lá ia ser de pedreiro e as mulheres iam ser empregadas domésticas, algumas meninas eventualmente poderiam até se prostituir". (Sueli; SDLB, 1980).

#### Alguns turistas tentam conseguir um advogado afim de encaminhar uma luta jurídica

Durante toda essa época, que coincidiu com a entrada da multinacional na aldeia e as vendas das posses, Trindade já era um lugar mais conhecido, acessível e frequentado pelos turistas do Rio de Janeiro e São Paulo. Um turismo composto essencialmente de jovens em busca da natureza, que iam na aldeia para acampar, e que foi aumentando com o decorrer do tempo, sobretudo após a construção da estrada ligando Trindade a Patrimônio.

Existia uma certa divisão entre os turistas: por um lado, tinha um "pessoal que ficava na praia do meio, mais louco, que transava drogas, um pessoal que usufruía do lugar, mas não tinha relacionamento com os Trindadeiros", e por outro lado, "um pessoal que tinha um relacionamento maior com os Trindadeiros, tinha uma postura de manutenção e preservação da aldeia, dos Trindadeiros, vinham mais frequentemente, alugavam casas". (Sueli; -

SDLB, 1980). Esse segundo grupo tinha um contato mais pessoal com os Trindadeiros, que lhes contavam da situação da aldeia.

No início de 77, começou a articulação de uma luta na justiça. Alguns Trindadeiros, como por exemplo o Sr. Antonio, faziam questão de mostrar aos turistas que se interessavam, os seus documentos de venda de posse e diziam que somente tinham ainda uma posse que cultivavam, mas que o pessoal da Cia. incluiu como fazendo parte da venda e que tinham muitas famílias nessas condições. Comovidos, alguns turistas tentaram então procurar um advogado que aceitaria defender os posseiros e incentivaram as famílias a não saírem da aldeia e a resistir. Teve diversas iniciativas a esse respeito, como entre outras, a da Sueli, como ela mesmo relata:

*"Primeiro tentei transar o José, o André, que eram as pessoas que eu conhecia e que eram de fora, para a gente tentar fazer alguma coisa do tipo Sociedade Amigos de Trindade. Não adiantou muito.*

*Procurei, naquela época, um cara que eu conhecia, o Zé Carlos Dias, advogado, e ele me encaminhou para um outro advogado que tinha um escritório em Ubatuba e que "sacava" de questões de terra e já tinha defendido coisas em Ubatuba. Fui conversar com o Darci Passos e ele me desanimou: - "imagine, que absurdo, isso é como meter uma bola de não sei quanto de tamanho num gol pequenínssimo", ele me desencorajou totalmente, eu e o André: "esquece porque essa causa está perdida, não tem jeito, a Cia. está muito poderosa, os Trindadeiros venderão, não tem jeito". (...) Como o Darci Passos tinha "dançado", então eu fui procurar um outro cara, mas não deu em nada.*

*Aí eu conheci o Artur (...) eu sabia que ele tava defendendo a questão da casa dele, era um cara muito antigo na Trindade, conhecia o André, o José, mas não tinha maiores relações com eles, porque nessa altura, o José e o André, meio que saíram. Fui procurar o Artur, conversamos e a partir daí a gente começou a trabalhar junto, a mexer em algumas coisas. Tinha dois trabalhos que a gente via como importantes: um, que era arrumar um advogado de competência para tentar transar o lado da justiça e o outro era um trabalho com os Trindadeiros, para alertá-los do que ia ocorrer e as*

sim eles iam querer defender a posse da roça deles.

A gente procurou alguns advogados, um foi um cara chamado - Paulo Geraldo (...) ele se interessou, não fez grandes promessas, mas mandou uma advogada que trabalhava com ele; inclusive ela desceu algumas vezes com Artur em Trindade para defender alguns Trindadeiros que tinham sido despejados. A gente contratou também um advogado, o Kedg, que era procurador da justiça de Angra dos Reis, mas Trindade fugia da jurisdição dele (...) O Kedg se dizia amigo dos Trindadeiros, eu acabei propondo para ele trabalhar para os Trindadeiros, ele acabou topando e como ele tinha um escritório aqui em - Santo André, ele propõe para os advogados do escritório, - que eram 4, de defender Trindade. Nessa mesma época, o Paulo Geraldo que num primeiro momento tinha dito que não daria para trabalhar, se prontificou e arrumou 4 advogados. Eu sei que numa hora tinha 8 advogados e a gente não sabia o que fazer com os 8 advogados.

Meu trabalho pessoal era (...) uma coisa de batalhar a cabeça das pessoas, mas era uma coisa assim, de ir na casa conversar, bater papo (...) Teve uma reunião onde estavam presentes as pessoas, muitas delas estão ainda aqui hoje, algumas que foram embora, e os advogados. Muitas deram o nome - dizendo que queriam trabalhar com os advogados, mas a postura ainda era de desconfiança.

Depois disso, em julho, teve a minha briga com o sargento, - fiquei sem ir para Trindade e depois fui para os Estados Unidos". (Sueli; SDLB, 1980).

Quando os advogados aceitaram, Sueli desistiu por causa das ameaças do sargento da Cia., e Artur foi para Europa, deixando em contato os advogados e os Trindadeiros. O trabalho não foi para a frente, provavelmente porque os advogados não "tinham um suporte organizativo de forma a manter um trabalho jurídico, nem ajuda de custo, nem uma pessoa que ficasse em Trindade e fizesse a ligação" e também porque nessa época os Trindadeiros estavam muito desconfiados. A iniciativa parou então por aí, para ser retomada alguns meses depois pelo Martin.

Na aldeia, muitas famílias saem, outras ficam

A medida que as casas em Ubatuba ficavam prontas, as famílias saíam da aldeia. Algumas de bom grado, outras adiavam o máximo pos-

sível a saída.

Um levantamento feito pela SDLB em 1978 deu para descobrir que, a priori, quem saiu sem problema era quem não tinha roça cultivada. De fato, se olhamos o mapeamento das roças dos que ainda estão em Trindade hoje, vemos com clareza que elas quase que cobrem Trindade inteira. Podemos perguntar aonde estavam as roças - dos outros ? A primeira resposta é que não tinham. Temos no entanto, que interpretar esse fato com reserva por não termos pesquisado os que saíram. Diversos fatores podem ter entrado em jogo, de um lado a dificuldade de medir com precisão, de outro lado o fato de que, quem ficou na aldeia, pode ter incluído nas medidas, as roças dos seus parentes que já tinham saído, percebendo ser do - seu interesse.

As opções de vida, dos que saíram, foram das mais diversas - Os que venderam em torno dos Cr\$ 60.000,00, se mudaram para a Ilha das Cobras, uma favela de Parati, onde compraram uma casa. A maioria dos outros foi para Ubatuba e mudou, ou para a casa comprada da Cia. ou para uma casa própria comprada com o dinheiro da venda da posse, comprando em geral casas de melhor qualidade e mais próximas do centro. Outros optaram por Santos, Rio de Janeiro, Ilha Grande. Nessa opção entram em conta, em geral, os laços de parentesco. Diversas famílias já tinham parentes morando no - Rio, em Santos ou Parati, daí a opção. Outras famílias tinham em um momento ou outro trabalhado fora de Trindade e guardado laços com o lugar, como, por exemplo, uma família que tinha trabalhado na Ilha Grande e nesse momento decidiu voltar.

É também interessante ver que, com a mudança habitacional, a profissão dos Trindadeiros mudou: a maioria abandona a vida de - pescador embarcado para a de comerciante, pedreiro, empregada doméstica ... Parece que, pelo menos para as famílias que se mudaram para Ubatuba, a saída de Trindade correspondeu, de certa forma, a uma vontade de mudar de vida.

As 113 famílias recenseadas que moravam na aldeia na entrada da multinacional se mudaram para os locais seguintes:

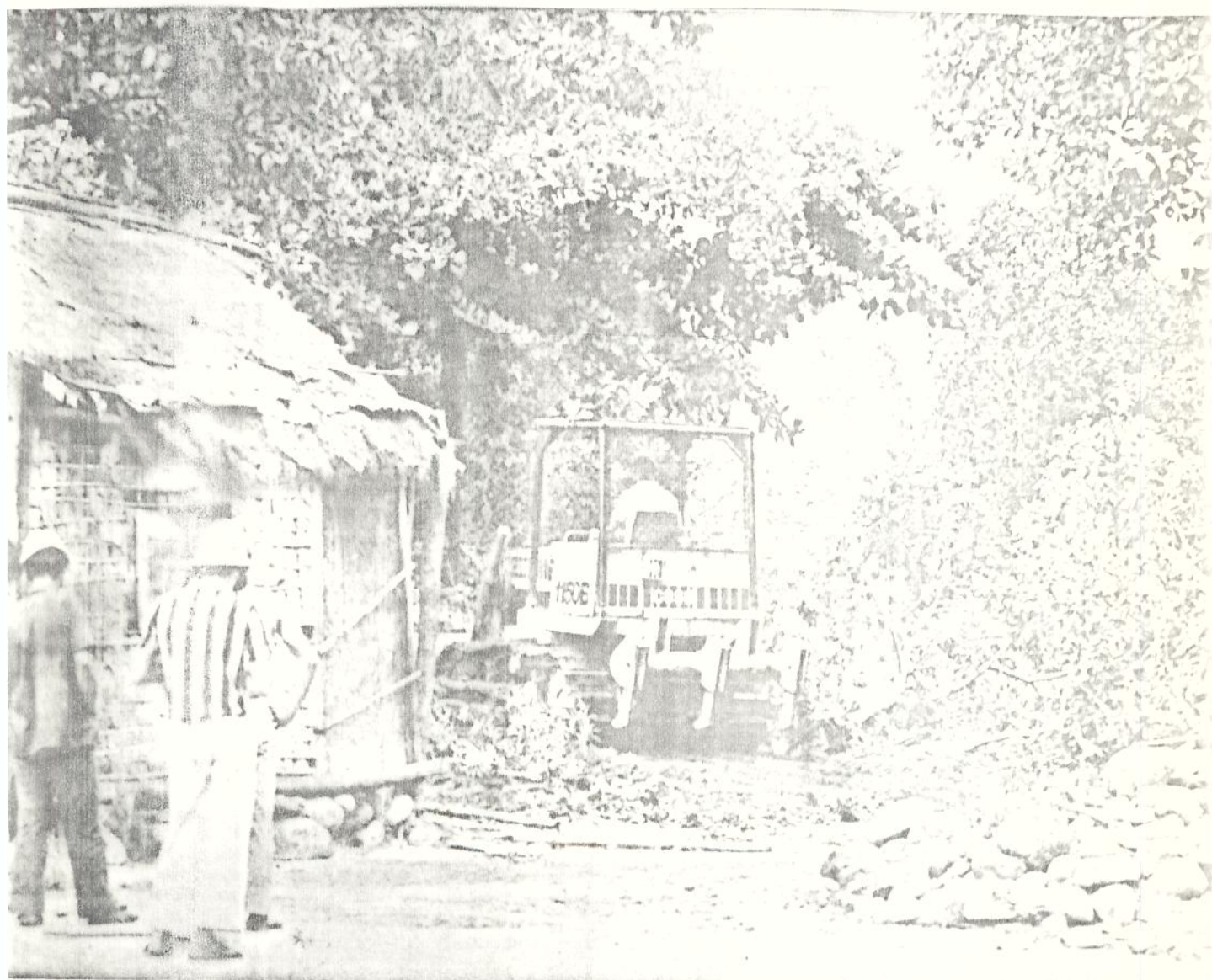
- . Santos - 3
- . Ubatuba - 35
- . Ilha Grande - 1
- . Caraguatatuba - 1

- . Camburi - 1
- . Picinguaba - 1
- . Parati - 3
- . Patrimônio - 1
- . Não localizados - 13

Ficaram em Trindade e participaram da luta 52 famílias, das quais 28 se mudaram para Ubatuba ou Parati e voltaram na aldeia - em alguns casos deixando a família na cidade, e 24 não saíram da aldeia.

Para quem ficou na aldeia, em meados de 77, o clima era de grande tensão. Apenas 4 posses ainda não tinham sido vendidas. - Tratava-se agora da saída efetiva das famílias que ainda estavam na aldeia, e que por motivos diversos relutavam em sair. Muitos - ficavam indignados diante das promessas não cumpridas pela multinacional com respeito às casas de Ubatuba: a maioria delas não estavam acabadas, não tinham luz; as escrituras não saíam ou estavam erradas: o terreno em volta era alagado, os mosquitos uma praga. Quem tinha roça cultivada hesitava em abandoná-la frente às conversas desanimadoras de quem já esteve na cidade, de que o dinheiro não bastava para cobrir as despesas ... A Cia. por sua vez não poupava esforços para incentivar ou obrigá-los a sair: ao mesmo tempo que mandava ordens de despejo judicial, encarregava-se da mudança com todos os detalhes e, imediatamente depois que a camioneta se afastava, chegava o trator que derrubava as casas, atitude que impedia a volta e intimidava os que ficavam. Prometia também que daria assistência alimentar, fazia compras no supermercado de arroz, feijão, farinha e entregava nas casas de Ubatuba e Parati; comprava móveis usados e mobília para as casas, dava televisão; uma Assistente Social visitava periodicamente as famílias informando-se da situação, canalizando as reações e vigiando. - Maior a relutância para deixar a aldeia, maior as vantagens obtidas; tal foi por exemplo o caso de um Trindadeiro que tinha um jipe. A Cia. o chamou e fez uma proposta de reformar o jipe, caso ele saísse. Mandaram o jipe para Parati, reformaram o jipe inteiro e no mesmo dia que entregaram o jipe, encostaram a camioneta e fizeram a mudança.

Para quem ainda ficava na aldeia, o clima era desalentador. Além da presença dos jagunços armados, da máquina que derrubava - casa após casa, começavam a aterrorizar boa parte do pomar da vila. O





Gerente não desistia e continuava ameaçando: "vocês têm um mês para sair desta praia", insistindo sobre o fato de que a empresa ajudara na mudança dos que saírem até 1º de julho, e, que, depois desta data, os que se recusarem a sair teriam que fazê-lo sob força policial. (24). (F.S.P. 17/06/1977). A situação econômica continuava das mais precárias, visto que, por causa da presença dos jagunços na aldeia, os homens ficaram com medo de deixar as mulheres sozinhas na aldeia e pararam de trabalhar na pesca embarcada. As autoridades locais também se viam incapazes de tomar partido: o Prefeito permanecia dividido entre a sua vontade de não desagrar a multinacional, fonte de recursos para o município, e de agradecer os Trindadeiros que o elegeram, eleitores em poten-  
cial para os quais a Prefeitura recebeu um terreno de 75.000 m<sup>2</sup> que já deveria ter sido dividido, loteado e entregue aos habitantes desde 1959.

Apesar de tudo isso, diversas famílias ainda se encontravam na aldeia no final de 1977 quando começavam a chegar oficialmente as ordens de despejo mandadas pelo poder judicial de Parati sob o requerimento da multinacional. Teve mesmo o caso de uma família, que por ser despejada da posse da vila, reconstruiu uma casa na roça para passar a morar nela. Três meses depois chegou "um detetive da polícia de Parati, acompanhado de um policial e de 8 homens da Cia." Após uma briga com o detetive, o pai - Sr. Martins de 66 anos - foi "convidado a ir para a delegacia para falar com o delegado". Quando acompanhado de seus dois filhos, ele se apresentou, o detetive "falou que eles estavam "em flagrante" e os levou presos". Ficaram presos três dias, saíram com a ajuda de um advogado e após pagar 35 mil cruzeiros. (Marciano; Trindadeiro, - 1978). Esse caso mostra as poucas opções deixadas às famílias.

Notas ao Capítulo IV

- (1) Nome dado pelos Trindadeiros à multinacional em 1978
- (2) Em 16 de junho de 1971, foi assinada uma escritura de promessa de compra e venda entre José Santinoni (sua mulher e outros) e Marco Aurélio Moreira Leite (e sua mulher). Nessa oportunidade foi feita a venda de apenas uma parte do imóvel Laranjeiras, - ou seja, a parte pertencente ao Município de Ubatuba, em sua totalidade, e a parte do Município de Parati, que vai da Ponta da Trindade até a Praia do Cepilho (ou seja "a Trindade"); só ficaram excluídas as duas partes doadas à Prefeitura de Parati. Ficou ressaltado ainda que o comprador tinha conhecimento do Decreto nº 68.172 de 4 de fevereiro de 1971 que criou por desapropriação o Parque Nacional da Serra da Bocaina que, muito -- provavelmente, abrange parte das terras ora prometidas e, também, da existência de posseiros na área, cabendo-lhe se entender convenientemente com eles, promover as medidas judiciais - cabíveis para fins de reintegração de posse ou para fim de re-invidicação de indenização pelas terras a serem desapropriadas. O preço fixado foi de Cr\$ 450.000,00 (ou 86.540 dólares), sendo que Cr\$ 200.000,00 correspondem a parte Ubatuba e Cr\$ ... 250.000,00 a parte Parati.
- (3) Marco Aurélio Moreira Leite não chegou, porém a assinar a escritura definitiva de compra e venda, contentando-se a revender os seus direitos adquiridos e, evidentemente, ganhando nessa transação. Assim, no dia 14 de abril de 1972, Marco Aurélio faz a promessa de ceder a Carlos Lacerda e José Leal a metade dos seus direitos aquisitivos para Cr\$ 215.000,00 (ou ..... 37.060 dólares) cada comprador ficando com um quarto dos direitos) sem expressar os limites da área transacionada. (Escritura de Promessa de Cessão de Direitos aquisitivos).
- (4) No dia 8 de junho de 1972, duas transações ocorreram simultaneamente. De um lado a "Parati Empreendimentos Desenvolvimento e Melhoramento S/C Ltda", assinou uma escritura de promessa de compra e venda com José Santinoni, referindo-se a parte do imóvel de Laranjeiras, excluída a parte prometida à venda a Marco

Aurélio Moreira Leite - a referida parte abrange a parte de Laranjeiras propriamente dita até atingir a Ponta do Cepilho para um preço de Cr\$ 3.150.000,00 (ou 525.000 dólares) (Adela sendo aval, ver escritura).

Do outro lado, a "Parati Empreends. Desenv. S/C Ltda", também assinou, no mesmo dia, uma escritura de cessão e outros pactos com Marco Aurélio Moreira Leite e sócios, na qual José Santinoni e outros assinaram como anuentes, uma vez que, não tendo comprado definitivamente Marco Aurélio, não poderia sozinho ceder seus direitos à "Parati". O preço da cessão foi de Cr\$ 2.750.000,00, dos quais Cr\$ 1.850.000,00 para Marco Aurélio e Cr\$ 900.000,00 para Carlos Lacerda e José Ferreira - Leal. Bom negócio para quem adquiriu a Fazenda à vista, como conta Marco Aurélio, e por isso teve que revender rapidamente. No dia 16 de dezembro de 1974, foi assinada a escritura de compra e venda e de cessão de direitos pela qual José Santinoni e sócios (outorgantes vendedores) e Marco Aurélio Moreira Leite e outros (outorgantes cedentes) passaram a propriedade da Fazenda Laranjeiras para a "Parati Empreends. Desenv. S/C Ltda", atualmente "Parati Desenv. Turístico S/A". (excluindo a parte pertencente à Prefeitura).

- (5) No dia 30 de junho de 1976, foi passada a escritura de promessa de compra e venda com quitação de preço e constituição de procuradores para a assinatura da escritura definitiva, feita por "Parati Desenv. Turístico S/A" à "Trindade Desenv. Territorial Ltda", na qual foi mencionada que a empresa compradora tinha ciência dos processos jurídicos em andamento. Nessa escritura, a Fazenda Laranjeiras foi desmembrada de novo, a parte da Trindade e Uricana, ficando com a "Trindade Desenv. Territorial Ltda", que a adquiriu pelo preço de Cr\$ 23.354.053,37; o preço incluía também a cessão de direitos relativos ao uso dos terrenos da Marinha, bem como os direitos possessórios adquiridos até então pela vendedora. O imóvel compreende grande extensão da faixa litorânea onde estão localizadas as prais Brava, do Cepilho, da Trindade, do Meio, de Dentro, do Caixa D'Aço e a parte montanhosa que é reserva florestal, ou seja 896,34 ha. em Trindade. O imóvel Uricana em sua quase totalidade está incluído dentro dos limites definidos pelo Parque Nacional da Bocaina".

- (6) Diário do Congresso Nacional 05/12/78, pg. 279 e 280; informações dadas por Sr. Paulo Antunes, gerente da "Cia." na época do inquérito parlamentar.
- (7) Grupo de especialistas organizado por uma empresa, agência governamental, etc. e comissionado para realizar estudos intensivos e pesquisa de problemas específicos.
- (8) Ver anexo IV "A composição dos acionistas da ADELA em 1972".
- (9) "Anões contra gigantes" (Nunes, 1977) estuda a luta dos habitantes do bairro da Gávea (Rio de Janeiro) contra as grandes empresas imobiliárias, e especialmente as motivações que levaram um conjunto de pessoas a tentar evitar que a especulação imobiliária atingisse o bairro em que viviam.
- (10) Jeremias - Trindadeiro
- (11) Em 01/01/72 US\$ 1,00 = Cr\$ 5,78  
Em 01/01/73 US\$ 1,00 = Cr\$ 6,21
- (13) Homens armados vindo na maioria de Campina Grande e cuja presença na aldeia é definida pela Cia. da seguinte maneira:  
"quanto aos homens armados, nós só os mandamos para lá depois que pretensos donos instalaram homens armados. Aqueles homens são guardas de nossa empresa, fazem parte do nosso serviço de segurança, tem uma situação legal, são registrados no Dops etc. Esses homens não são jagunços. São homens legalmente registrados no Dops de Niterói. São funcionários da Cia. empregados, - com carteira de trabalho, vigiando uma área que é nossa. Está claro ?" (Jornal da Tarde, 02/04/74).
- (14) Werner Braun comprou, em conjunto com três outras pessoas que, trabalhavam com ele na empresa Volkswagen, uma posse no Caixa D'Aço chamada pelos Trindadeiros de "posse dos alemães".
- (15) Ninguém provou até hoje que os advogados receberam realmente dinheiro da Cia., mas é de se suspeitar, visto os erros revelados na maneira de conduzir a defesa dos seus clientes.

- (16) Segundo o Artur, o pensamento da Cia. era o seguinte: "se nós derrubamos a casa do Artur, o Artur que é a pessoa mistificada, o cara da cidade, os Trindadeiros vão pensar: se mexeram na casa de Artur, imagina a nossa". (Artur, SDLB, 1979).
- (17) Como nossa pesquisa não incluiu os Trindadeiros que saíram da aldeia, não nos foi possível verificar se, de fato, muitas - posses foram vendidas após a destruição da casa de Artur.
- (18) Advogados hoje muito conhecidos por terem enganado diversos - pescadores do Município de Parati como por exemplo, na Ilha - do Araújo.
- (19) Sobre a situação jurídica da área da Prefeitura, ver cap. V - pág. 136
- (20) Em 01/06/74 US\$ 1,00 = Cr\$ 6,81  
Em 01/01/75 US\$ 1,00 = Cr\$ 7,55
- (21) Situação geográfica da aldeia.
- (22) Em 01/06/76 US\$ 1,00 = Cr\$ 10,80  
Em 01/01/75 US\$ 1,00 = Cr\$ 12,59
- (23) Ver capítulo II, pág. 53
- (24) A "pesquisa arqueológica" foi realizada durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 1976. (Andrade e Silva; 1979, pgs. 60 e 61)
- (25) O dólar valendo Cr\$ 6,81 em meados de 1974 e Cr\$ 12,60 no fim de 1976.  
Cr\$ 60.000,00 em 1974 = US\$ 875,00  
Cr\$ 300.000,00 em 1976 = US\$ 23760,00

V

PRIMÓRDIOS DA "SOCIEDADE DE DEFESA DO LITORAL BRASILEIRO" (SDEB)

(JANEIRO 1978 - JUNHO 1978)

## NO INÍCIO, UMA INICIATIVA INDIVIDUAL

"Na época que a gente tava no sufoco mesmo a pareceu o Martin. Eu considero o Martin uma coisa fora de série. Eu considero o Martin - como meu irmão. Eu considero que eu tô em Trindade ainda, tô com bom advogado, considero esse pessoal que deram uma força, mas o Martin foi fora de série que o Martin foi mais Trindadeiro que os Trindadeiros que tão na Trindade e que tão fora da Trindade". - (Jair; Trindadeiro, 1979).

Nessa época, começou a aparecer com mais frequência na aldeia o Martin, um paulista de 32 anos que conhecia Trindade desde 1968/69, onde de vez em quando ia fazer turismo. Aos poucos começou a se interessar pela história do local e, no final de 1977, - vendo o desespero no qual mergulhavam muitas famílias, alugou do Sr. Antonio, personalidade de grande influência na aldeia, uma casa ao lado da sua. Começou a montar um arquivo sobre a questão, - colecionando, pouco a pouco, documentos importantes que o Sr. Antonio e outros Trindadeiros lhe iam mostrando. Em janeiro de 1978, Martin abandonou o seu trabalho no SESC (Serviço Social do Comércio) e mudou-se definitivamente para essa casa com o propósito de assessorar a luta pela terra, como ele mesmo coloca:

"Antes de ir para lá eu já comecei a ler muito, trabalhava no SESC, tinha acesso à biblioteca, então eu lia todos os jornais ... comecei a acompanhar a transação política da época: começava o papo da liderança do Lula, o papo da favela do Vidigal no Rio de Janeiro. Então, quando eu fui para Trindade, já comecei a falar do papo do advogado ... mas tinha muita gente que já tinha procurado os Trindadeiros oferecendo advogado e eles tinham alguns receios, contratar - mais um advogado ... Quando eu voltei em janeiro, cheguei - com esse papo que tinha que contratar um advogado e comecei a falar do Sobral Pinto. Mostrei algumas matérias de jornal sobre a favela do Vidigal, que ele tinha conseguido parar o despejo. Eles começaram a se animar".



### A procura das autoridades

"Pintou a idéia de colocar numa reunião para eles, como era dirigido o país nessa época - estava na mão dos militares - como até hoje - então a gente deveria pedir proteção para quem? para os militares. Aí, montei um esquema, emprestei uma máquina fotográfica e na reunião seguinte coloquei que a gente ia bater na porta de todos os quartéis: eu ficaria numa distância fotografando os Trindadeiros. Eles toparam, - acharam boa a idéia e a gente marcou: amanhã cedo então a gente começa. Saímos no dia seguinte, foi o Jair, o Sr. Antonio, o Nonica e teve umas vezes que foi o Marciano quando o Nonica não podia ir. A gente pegou a Rio-Santos, fomos do lado de Ubatuba, subimos por São Luís do Paraitinga, pegamos a Dutra, o primeiro quartel que entramos foi Pindamonhangaba. Fomos nesse quartel porque a gente não sabia qual quartel transaria Trindade ... De Pindamonhangaba os caras mandaram a gente, não me lembro se foi para Barra Mansa ou para Volta Redonda, para um dos dois. Nós fomos no mesmo - dia, mas lá nos disseram que era no quartel de Agulhas Negras, na Academia Militar de Agulhas Negras. Fomos, mas no dia seguinte. Bom, quando a gente começou a fazer essa viagem, esse arquivo que eu já tinha falado antes, já era maior, já tinha fotos dos jagunços, já tinha as placas de todos os carros da Cia., o código do rádio que eles usavam na Trindade, tinha fotos do pessoal da briga que Marciano - teve com a polícia. Isso tudo nós juntamos; juntamos xerox dos documentos de venda com a cláusula que eu grifei, que a gente achava que tinha sido acrescentado depois, juntamos - todo esse material e fomos para Agulhas Negras. Os Trindadeiros fizeram contato lá, (eu nunca fazia o contato, sempre ficava de fora, explicava para eles: primeiro tem que ir para o recruta: o recruta vai mandar para o oficial do dia - que vai mandar para ... Eu dava todas as instruções mas nunca aparecia). Agora, em Agulhas Negras eu entrei com eles porque era uma área enorme: tem um portão que você entra e depois você anda lá dentro para chegar num lugar, e eu entrei nesse portão, naquela hora o cara pediu cartão de identidade, eu enrolei, enrolei, peguei a identidade de todo mundo que ficava no carro e consegui não dar a minha, -

quer dizer, quer dizer que no registro sô consta o nome dos Trindadeiros, não consta de um cara de fora. Para mim era - bem claro isso, eu colocava em reuniões que tudo tinha que ser sô com os Trindadeiros, que se tinha gente de fora ia - dar problemas. Cheamos lá, mandaram eles a um graduado e o cara ficou impressionado, falou que isso era uma ação de - guerrilheiros, que isso era tráfico de escravos porque a - gente contava que os jagunços vinham de Campina Grande de caminhão - a gente já tinha conseguido falar com alguns jagunços e eles contaram que foi a loucura, que os caras meteram eles no caminhão, que sô viajava por estrada de terra, vinham prometendo mil coisas nessa viagem, que eles iam arrumar emprego e ficar bem de vida ... Os caras se interessaram e pediram para voltar no dia seguinte com o mesmo material porque o chefe do Estado Maior não estava naquele dia, mas que no dia seguinte ele estaria, e que isso era uma coisa para ser comunicada para ele e que eles gostariam que eles mesmo fizessem a denúncia. Fomos embora, voltamos no - dia seguinte. No dia seguinte já transei um outro papo ... quando meu carro chegava em Trindade, eu sempre parava a-trás da Igreja e juntava o pessoal em volta querendo saber das notícias, a gente aproveitava e fazia uma reunião. Nes-sa hora então eu peguei e sugeri para as pessoas que no dia seguinte em vez de voltar sô nós, voltasse o carro do Vitor e que a gente levasse mulheres e crianças: o pessoal concordou, achou a idéia legal e no dia seguinte nós saímos com - mulheres e crianças ... Voltamos em Agulhas Negras, os - Trindadeiros foram de novo recebidos por esse cara que era o chefe do Estado ou Comandante Geral. Ele pegou e prometeu aos Trindadeiros que ia mandar uma patrulha para averigua-ções, e recomendou que os Trindadeiros fossem procurar o Ministério da Marinha e o Ministério do Primeiro Exército. Como estava muito cansativo a gente ir e voltar e também dava muita despesa, a gente fez o seguinte: em vez de voltar to-do mundo para Trindade, um grupo ficou em Campo Grande, que era perto, tinha parentes, e no dia seguinte esse grupo i-ria para o Rio, no Ministério da Marinha; um outro grupo i-ria num outro lugar ao Rio para ir ao Ministério do Exército. E assim foi feito, eu e o Vitor voltamos com as mulheres e as crianças. Ficou o Jair, o Marciano, o Nonica ... eles

foram, voltaram sempre com as mesmas notícias que nunca eram muito objetivas, os caras nunca tomavam atitude nenhuma. Quando voltaram dessa transação, eu falei então que no dia seguinte iríamos para Angra dos Reis, iríamos para a Escola Naval. Nós fomos, (dessa vez eu entrei com eles, o Sr. Antônio falando que eu era o seu compadre) e falamos com o Capitão. O Capitão deu uma bronca nos Trindadeiros, acabou com eles, dizendo que já tava cheio desse negócio de Trindade, - que eles já tinham feito uma denúncia outra vez, que ele tinha mandado prender o tal de Cardoso; quando viu o Cardoso, viu que era uma pessoa excelente, que ele prendeu a pessoa errada, que eles, os Trindadeiros estavam errados, que eles já tinham vendido, que eles já tinham gasto o dinheiro, que eles receberam uma casa ... Fez também uma ameaça muito séria: se vocês não tomarem cuidado, se vocês não saírem das casas, eu vou lá em Trindade, mas é para prender vocês, porque é vocês que estão fora da lei ... Os Trindadeiros saíram de lá arrasados. Eu não, paramos em outro bar, eu falei: olha, não vamos deixar cair o astral, isso é o que vai acontecer - em todos os lugares; o mais importante é a gente ir, ficar - ouvindo e saber cada vez mais, agora vamos então na Capitania dos Portos de Angra dos Reis. O Capitão que recebeu eles recomendou o nome do Capitão da Capitania dos Portos de Parati, dizendo que esse cara tinha a obrigação de ouvir a denúncia dos Trindadeiros e de tomar uma providência. Da Capitania por Portos, a gente foi para a Secretaria de Segurança - na área civil. fizemos uma denúncia; no mesmo prédio funcionava a Delegacia de Angra dos Reis, fizemos uma denúncia - os caras anotavam e tal, batiam à máquina, mas nunca acontecia nada. Os Trindadeiros procuraram ainda a Companhia dos Portos de Parati, mas o cara acabou não tomando providência nenhuma.

#### O episódio da Cachoeira

Voltamos para Trindade, chegamos à noite, o pessoal começou a dizer que jogaram terra na cachoeira. A gente não deu muita bola por isso, que a gente já tava acostumado com a máquina trabalhando, empurrando os montes de terra e jogando nos buracos. Tinha uma moçada no terreno do Sr. Antônio falando: "vamos lá, vamos empurrar uma enxada ... eu achei que era um

papo "oba-oba" e não me toquei. No dia seguinte, acordei primeiro ... e fui para a cachoeira tomar banho. Quando eu cheguei na cachoeira, vi que não era que jogaram terra na cachoeira. era uma barragem. Tinham construído uma estrada, uma puta de uma barragem. Cheguei lá e vi uma cena incrível: o que sobrou dos peixes se debatendo onde tinha água, as crianças chorando, recolhendo esses peixes e jogando por cima da barragem dentro da água; acima da barragem virou um lago enorme ... Vejo então a Dolores lavando a roupa dela perto do chuveirinho - a roupa que ela sempre lavou embaixo e chorando. Aí, eu parei, cheguei nela e perguntei se ela tinha uma enxada em casa. Falou que tinha, mas já desconfiou, chegou para mim e falou: para que que você quer a enxada? para quebrar isso. Mas você é louco mesmo, eles vão te matar. (porque eles já tinham me ameaçado, tinham me parado na cachoeira com faca e revólver). Eu peguei e falei: "Mas a senhora tem enxada?" - "eu tenho". Perguntei ainda: "O Milton tá aí?" "tá". Fui pelo caminho da casa dela, no caminho encontrei o Milton vindo. "Olha Milton, você tem uma enxada?" - "Tenho" - "Então vamos pegar a enxada, você dá uma força para mim para quebrar essa porra?". Ele falou "não meu, você é muito louco, vamos fazer isso à noite, a gente junta a moçada e de noite nós quebramos". Respondi "não, quem tinha que ter feito à noite eram eles, eles fizeram de dia e nós vamos fazer à noite? não, não vamos fazer escondido. Os caras estão estourando o rio que vocês bebem a água, eles entraram na sua moradia de dia e nós vamos esperar à noite? Não, à noite a gente só faz as coisas que faz escondido. Não tem nada a ver". O Milton: "então tudo bem", voltou na casa dele e trouxe a enxada e um enxadão. Começamos, ele de um lado, do lado que o rio tava seco e eu dentro, onde tinha água. Começamos a fazer o trabalho, mas era um trabalho muito difícil porque eles tinham passado várias vezes com o trator encima daquela terra e ficou sólido, era uma barragem mesmo. Quando começamos, chegaram os irmãos do Milton, comecei a falar para eles irem à vila, chamar o pessoal e dizer que a gente estava fazendo aquele trabalho. Daí a pouco chegou a moçada. Ficaram parados, não se tocaram. Numa hora, eu fiquei nervoso, parei, falei: "Vocês vão ficar aí olhando? Estou com a mão toda machucada, vocês vão ficar aí de braços cruzados?".

Eles se tocaram e cada um voltou com enxada, facão e começou. Daí a pouco mais Trindadeiros se juntaram, e continuamos o trabalho. A água já tava quase passando quando a gente olha e vê: vem a máquina lá do fundo, da Praia do Meio, arrastando um montão de terra! O trabalho que a gente tinha demorado mais de uma hora para fazer, em um segundo, eles iam ... *puf*. Quando eu vi aquilo ... eu saí fora, fiquei entre a máquina e a fenda. Eu chamei dos Trindadeiros, falei: "pula por aqui, sobe lá encima". Mas ninguém ficou afim. Peguei uma enxada e fiquei assim encima da barragem e quando a máquina chegou a uns 5 metros, levantei a enxada, virei do lado da máquina e joguei a enxada dentro do rio. Fiquei de olho no trator com aquele gordão e aquele - outro mais magro. Tava os dois na máquina. Parei. Pararam a máquina e falaram para eu sair da frente. Não saí. Eles acionaram a máquina de novo e chegou a terra bem perto do meu pé. Foi nesse momento que subiram o Ari e o Milton... Eles acionaram a máquina de novo, a terra chegou até a canela, a gente ouviu a terra cair no buraco. Eles acionaram a máquina mais uma vez, veio mais um pouco, eu tive a sensação de sentir o frio da areia. Eles viram que a gente não ia sair mesmo, pegaram, deram *nê* e saíram. Chegou o Sr. Antonio, ele começou a trabalhar. Daí a Dolores fez a maior cena, querendo se suicidar: "eu vou me matar, eu vou me matar, eu vou me jogar de cabeça nessa pedra ..."

Os caras voltaram. A gente ouvia assim tiros para caramba que era comum ouvir em Trindade, *vira, mexe*, os caras tavam atirando, mas, dessa vez foi demais... Daí a pouco vem a "pick-up" com 10, 12 jagunços encima, o sargento dirigindo e máquina atrás. O Sr. Antonio, quando viu, já saiu do rio, foi andando na direção da "pick-up" e falou. Os jagunços desceram e vieram, tirando a camisa, jogando a camisa no chão e procurando criar a maior confusão. Me meti no meio dos jagunços. Comecei a falar com os dois grupos. "Não é nada disso, não é porrada". Peguei a camisa dos jagunços, joguei na mão deles, virei para os Trindadeiros: "eles estão sendo pagos para isso, para vir aqui, jogar a camisa no chão e querer sair para a porrada. Se a gente saí na porrada com eles é isso que eles querem, eles são pagos para isso". Virei para os jagunços e falei: "você estão brá

gando de bobeira. Ninguém tã querendo brigar com vocês, a briga não ã com vocês. Voltei então do outro lado do rio. Aí o sargento: "tudo bem, então vamos embora pessoal, daqui a uma hora a gente volta e tenta segurar". Mas aí, meu, - quando ele falou isso, foi a primeira vez em Trindade que os Trindadeiros viram a fôrça que eles tinham - até então, sô a Cia. destruía o que eles construíam e eles nunca tinham destruído nada que a Cia. havia construído. Foi a primeira vez, foi essa cachoeira, essa barragem. Quando eles - sentiram isso, que daí a uma hora os jagunços iam voltar pra tapar, eles viraram fêra encima daquele monte de terra, começou a chegar enxada, foíce, facão, pedaços de pau, - crianças com pedaço de pau. Em uma hora a água começou a rolar por aquele rio de novo, levando aquela barragem, empurrando barranco por dentro da água. Os jagunços não voltaram pra tapar. Ao mesmo tempo a gente tinha transado alguém pra ir até Parati buscar o Dito Gama (Prefeito de Parati) pra passar na Santa Casa e pedir uma ambulância para vir buscar a Dolores, que tinha desmaiado - foi o próprio marido dela quem foi. Não conseguiu a ambulância, mas conseguiu trazer o Dito Gama que veio com a "pick-up" dele, veio na beira do rio, viu a transa tôda, foi testemunha ocular e levou a Dolores para Parati.

Eu sei que daí para frente o povo começou a se unir mesmo.

#### As ameaças físicas

No começo. fiz um trabalho assim, ia de casa em casa levar um papo com os Trindadeiros até conseguir reuni-los, porque era muito difícil. Eu andava sôzinho, subia a cachoeira ia pra Caixa D'Aço, pra praia, mas eu já era queimado, então os jagunços começaram a me ameaçar. Uma vez dois deles me pegaram na cachoeira, um com uma faca na mão e o outro - com revólver, dizendo: "Oh, meu, nôs vamos acabar com a sua vida, sabe". Eu fiquei frio e respondi, segurando minhas pernas para não balançar: "eu não boto fê, eu sei que vocês são instruídos para não deixar rolar uma gota de sangue aqui: Agora, se vocês quiserem acabar com a minha vida, eu acho ótimo, porque aí vocês vão se foder mesmo, porque vocês não vão conseguir sumir com o meu corpo sem ninguém ficar - sabendo, vai aparecer, e vocês vão dançar. Quem vai se foder

não vai ser os gerentes da Cia, vão ser vocês e esse vai ser um ponto favorável para os Trindadeiros". Desbaratados, eles foram embora. Depois houve uma outra. Eu tava descendo do caminho do Caixa D'Aço, encontrei um cara com a metralhadora. Ele parou a metralhadora na minha frente: "olha, esse alvo é meu", abaixou a metralhadora e passou. Também foi foda". (Martin; SDLB, 1980).

Além dessas duas ameaças narradas por ele, ainda teve uma outra - que acenou com perigo de morte, e após a qual os Trindadeiros - sobretudo o Jair e o Sr. Antonio - montaram um esquema para que o Martin não saísse e andasse na aldeia sozinho - aonde ele ia, - alguém ia com ele.

Essas ameaças eram uma tática normalmente usada pelos jagunços da Cia., contra tôdas as "pessoas de fora" que, de 74 até o momento, tentaram de um modo ou de outro convencer os Trindadeiros a não vender (ou não sair) e articular um começo de resistência. Pessoas dessa época que após um período de ausência da aldeia passaram a participar mais tarde da "Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro", nos contaram que um dos motivos de sua desistência foram as ameaças que as amedrontaram.

O Martin não se deixou abalar pelas ameaças, o que lhe deu um certo "status" na aldeia e, em consequência disso, maior poder de influência, além do que já havia conseguido pelas suas ações - o que o fez o mais importante catalisador e ativador da resistência.

#### A LIGAÇÃO COM SÃO PAULO, A PROCURA DE ADVOGADO

Em São Paulo, Martin manteve (paralelamente) contatos estreitos a respeito de Trindade com Jonas, estudante de jornalismo de 29 anos, amigo de longa data e colega de trabalho no SESC. O Jonas, que como turista também conhecia Trindade desde 67/68, era mantido ao par da situação por carta ou telefone e através de frequentes viagens para a aldeia, onde aos poucos conheceu os Trindadeiros e assessorou Martin "percorrendo várias casas para falar - que dava para resistir, que tinha alternativas". Passava horas - conversando com Martin e com alguns Trindadeiros sobre o que fazer.

O primeiro trabalho foi para entrar em contato com um advogado que aceitasse defender a causa. Martin, Jonas e os Trindadei



ros mais envolvidos, passavam a maior parte do tempo conversando sobre a necessidade de procurar um advogado, mas nunca concordavam sobre quem lhes inspirava confiança.

O contato com o gabinete do Dr. Sobral Pinto foi feito de maneira casual: um casal de turistas do Rio de Janeiro, também amantes de Trindade e chocados pelos acontecimentos, conhecia in diretamente o advogado, e, através de um Trindadeiro, Vavã, entrou em contato com Martin e com Jonas. Jonas conta o episódio:

"Principalmente eu, a Alice e o Marcos, discutimos muito - sobre como chegar ao Sobral Pinto, e chegamos à conclusão de que o melhor seria uma carta dos Trindadeiros relatando a história toda. No ato, a gente sentou na casa do Vavã nu ma mesa e redigimos a carta tentando dar um texto, um jeito de escrever próprio dos Trindadeiros. Convocamos a reunião logo em seguida. No dia seguinte vieram poucos, 8-10 homens, mais as mulheres. Fiz todo um esforço para convencê-los a assinar a carta e foi muito difícil, 6 assinaram eu me lembro, que dentro desses 6 tinha o Sr. Antonio, o Jair, o Vavã e o Walter e me lembro da atitude das pessoas nesse dia, uma atitude de quase discrepância, de ceticismo, - de desconfiança, de achar que as coisas não tinham mais - jeito ... era mais uma tentativa, mais um estranho que apa recia lã, mais uma história; só quem era entusiasmado mesmo era o Sr. Antonio. Mesmo assim, com a assinatura dessas pessoas, o Marcos e a Alice, foram para o Rio, levaram tam bém os paéis que o Martin tinha: títulos de compra, cláusu la grifada. Na semana seguinte, ou 15 dias depois, eles - voltaram, contaram que quando o Sobral Pinto viu o caso, e le pirou, chamou o Beto, o Jarbas os apresentou e fa - lou: "esse pessoal aqui é o pessoal de Trindade, eu já a - ceitei a causa, eu queria saber a opinião de vocês". O Ja rbas aceitou. Me lembro que a gente pulou lã na casa do Ma rtin, se abraçou, teve uma festa". (Jonas; SDLB, 1980).

#### O ADVOGADO E A LUTA NA JUSTIÇA

Aceitando a defesa da causa dos Trindadeiros, o Dr. Jarbas se manteria na luta durante todo o transcorrer dos acontecimentos. Quem é o Dr. Jarbas e quais os motivos que o levaram a de-

fender os Trindadeiros ? Como vimos na fala do Jonas, o contato com ele foi feito através do escritório do Dr. Sobral Pinto - famoso por defender no auge da repressão política dos anos 70, membros do Partido Comunista em processos que ficaram para a posteridade. Como o Dr. Jarbas mesmo diz:

"O Dr. Sobral Pinto me fez um apêlo para defender os Trindadeiros ... Eu acho que foi porque eu sou professor de direito civil e, essa parte de propriedade de posse é exatamente dentro da minha especialidade. Eu aceitei defendê-los com a colaboração do Dr. Sobral Pinto. Realmente, o patrocínio dessas causas às vezes trás prejuízo à gente pelo tempo que dispende e pela perda de outras atividades - que poderiam ser remuneradas. Por outro lado, é bom porque a gente sente que tá fazendo alguma coisa para um semelhante, para um necessitado. É essa parte que motiva a gente e tem sido mais ou menos o lema do nosso escritório. Não fôsse isso, eu também não estaria nesse escritório há 22 anos ... onde não tem honorários estipulados, onde muitos clientes não pagam nada e são atendidos da mesma maneira que os outros. O caso de Trindade não é o primeiro caso desse tipo. Eu mesmo já defendi problemas de posse de terra, mas nunca defendi tantas pessoas juntas. Meu objetivo no processo não é que os Trindadeiros venham a ter algum dinheiro proveniente daquela terra. Meu objetivo é que eles possam ter propriedade no local, para que eles possam desenvolver a cultura deles lá, possam ter alguma segurança no local ... Eu sou contra as multinacionais, seus lucros, sua presença no Brasil, mas não quero usar politicamente os Trindadeiros para lutar contra elas. Estou acima de qualquer tipo de ideologia. O que me interessa é o homem como indivíduo, como pessoa". (Dr. Jarbas, 1980).

Antes de proceder e ver sobre quais bases o advogado vai apoiar o seu argumento jurídico, precisamos voltar atrás no tempo e lembrar as condições nas quais tinham sido vendidas as posses.

Os trindadeiros habitavam uma posse perto da praia - posse de moradia - e cultivavam uma posse no morro - posse de lavoura. Ocorreu que, pressionados pela Cia. multinacional, a quase totalidade dos posseiros vendeu a sua posse de moradia, venda essa - comprovada pelo "recibo-declaração", que consta da transferência

de uma posse claramente definida e medida. Um exame cuidadoso dos recibos-declaração, ainda hoje em posse dos Trindadeiros, mostra porém, uma nítida transformação da sua fórmula: enquanto os primeiros (até 01/01/76) só mencionam medição da posse de moradia, - num segundo grupo (até 01/02/76) foram acrescentados grosseiramente, mais duas linhas de palavras, usando um tipo diferente de máquina de escrever, sobreposta à impressão digital, aproveitando o espaço entre o final do texto e o destinado às assinaturas. As linhas acrescentadas dizem que "todos os demais direitos e/ou benfeitorias dentro da Fazenda Laranjeiras são aqui integralmente cedidos." O último tipo porém já inclui essas duas linhas dentro do texto, dessa vez totalmente imprimido.

E como se isso não bastasse, surgiu também outro documento reforçando a transferência das terras. "A Cia. que tinha uma assessoria jurídica fantástica, pois dinheiro não faltava, verificou que esse documento, este recibo-declaração, era muito precário para eles; então eles se armaram do seguinte: eles chamaram os Trindadeiros e, na hora do pagamento do valor das posses (que era bem menor do que o real), eles arrumaram uma procuração na qual os Trindadeiros outorgavam poderes para um representante da Cia., um representante que eles sequer conheciam - ora, a gente só passa a procuração para uma pessoa que a gente conhece. Procuração é uma coisa que a gente tem que passar com cuidado. Então foi passada uma procuração. Procuração que dava poderes a este procurador da Cia. de passar qualquer escritura em nome dos Trindadeiros, independentemente de prestação de contas. Então, efetivamente, a escritura de cessão de direitos possessórios não foi assinada diretamente pelo pessoal da Trindade. Foi assinada através de uma procuração e com um artigo ... dizendo que os posseiros se obrigavam a não se instalar em qualquer outra posse da região de Trindade, ou seja, que eles abdicariam de qualquer direito de Trindade. Mas esta nunca foi a vontade do pessoal de Trindade". (Jarbas; entrevista em "O Pasquim" junho/79).

"A maioria deles, analfabetos ou sem conhecimento algum daquilo que estavam assinando ... foram surpreendidos então com essa situação quando começaram a ser despejados, tentaram transferir-se para as casas do alto e tiveram que responder a outras ações da Cia. contra eles". (Dr. Jarbas/1980).

Frente a essa situação, o Dr. Jarbas vai basear seu argumento jurídico sobre os dois pontos: a coação e o dolo, que no direito brasileiro viciam o contrato e o tornam imprestável:

"Uma vez que a ameaça que a Cia. exerceu não era uma ameaça direta - de que iam matar esses homens, isso me parece que não ocorreu assim de forma direta - mas a ameaça dos tratadores, a ameaça de despejo, a insegurança desses homens que muitas vezes trabalhavam embarcados passando 2, 3 meses fora de casa, a insegurança da volta, de como iam encontrar - suas famílias provocava uma situação muito difícil. Principalmente para o pescador que não vive constantemente com a sua família, há necessidade de segurança na terra que a família vive. Isso é um aspecto importante. Isso, o pessoal da Cia. sentiu e por aí exerceu uma pressão muito grande - que a meu ver torna esse contrato sem efeito: um contrato - fiado pela coação.

A outra base de argumentação jurídica, o dolo, se baseia no seguinte: a Cia. querendo dissimular, querendo que eles não tivessem o conhecimento de todas as cláusulas contratuais, fez com que os Trindadeiros assinassem, aqui no Cartório, - que autorizava o procurador a fazer qualquer tipo de escritura, independentemente de qualquer prestação de contas. - Dessa forma eles passaram as escrituras públicas e cederam todos os direitos. Realmente hoje a Cia. tem um documento - de que esses direitos foram cedidos.

É contra esse documento que a gente luta, provando que não pode produzir efeitos jurídicos porque teve como vício a coação e o dolo. Nós estamos investindo não só pela anulação da venda das casas que foi feita, mas também com muito mais direito pelas posses de lavoura que os Trindadeiros nunca objetivaram vender, que eles nunca tiveram conhecimento de qualquer transação nesse sentido.

Eu acho que no direito moderno nós devemos encarar essa realidade de maneira diferente. Quer dizer, nós temos que apreciar os contratos, as convenções entre as partes, mas também a gente deve ver em que condições isso foi realizado... Eu acho que hoje em dia a justiça deve ter um caráter mais - social". (Dr. Jarbas; 1980)

A realidade jurídica é, porém, outra, e se encontra longe de ter esse caráter "mais social". Existem leis, muito boas e avançadas, conferindo o direito de propriedade a quem morou e trabalhou numa terra durante mais de 20 anos, sem ela ter sido reivindicada pelo proprietário legal, através do recurso do "usucapião".

Mas, mesmo auxiliados por um advogado honesto e conhecido, como aconteceu no caso de Trindade, não é fácil obter da justiça que ela devolva direitos que já foram usurpados.

No decorrer da luta a Cia. seguiu duas políticas. No início, segundo o Dr. Jarbas, ela era mal assistida juridicamente e tentou ganhar na base de força física, da violência, do grito, dos jagunços. Quando o Jarbas começou a lhe opor alguma resistência, a entrar com recursos cabíveis, a tomar medidas judiciais - cabíveis, a Cia. reforçou a sua assistência jurídica. Além dos 2 ou 3 advogados diretamente ligados a Parati, ela recorreu ao seu escritório jurídico do Rio de Janeiro, com mais de 5 advogados, um deles o novo diretor da firma. No total ela era assessorada - por 10 advogados, enquanto os Trindadeiros contavam apenas com 1.

Além dessa desigualdade de forças, ocorria também um outro problema muito sério que era o das testemunhas trindadeiras. "O homem que trabalha no mar, o pescador e o lavrador, é um homem - que não tem o nosso tipo de conhecimento, não sabe se expressar. No direito brasileiro, quem, durante a audiência, conduz as perguntas é o juiz. Qualquer pergunta vinda do advogado de cada uma das partes é feita ao juiz que transfere aquela pergunta para a testemunha; e é através do juiz que ela responde e para o juiz - que ela tem que olhar para responder à pergunta. Ela fica então totalmente vinculada à maneira pela qual o juiz conduz a pergunta. Como a resposta dos Trindadeiros muitas vezes é imprecisa, o juiz acrescenta uma palavra: "Não é isso que o Sr. queria dizer?" e aí a resposta começa a se transformar; "Mas o Sr. falou isso ..." consegue-se de certa forma distorcer, mudar realmente o sentido da resposta do homem que não tem maior preparo". (Dr. Jarbas/1980).

A essa desigualdade cultural também soma-se uma desigualdade financeira. A justiça não é gratuita, e é demorada. Por mais que o advogado não cobrasse honorários, cada peça que entra no fórum requer o pagamento de uma taxa, o que causou o atraso de

muitos documentos. A Cia, que contava com isso, também se empenhava em dificultar as coisas, transferindo o seu gerente e escritório para São Paulo. As cartas precatórias tinham então que transitar de São Paulo para Parati. O advogado muitas vezes atrasava a entrada de certos processos por falta de tempo, de auxílio burocrático, se limitando às coisas mais urgentes. A Cia, como vimos, não faltavam nem recursos humanos, nem recursos financeiros; e, por - mais que "perder tempo" significasse perder dinheiro, a sua situação não era tão precária e instável, como para o Trindadeiro, para quem a demora em chegar a uma solução trazia insegurança total tanto financeira, como de moradia ...

Outro problema maior, consiste na maneira como a justiça interpreta o direito. Não pretendemos, no decorrer dessa tese, fazer uma análise detalhada das ações jurídicas propostas, das sentenças dadas. A ação jurídica não chegou ao fim, e não teve propriamente perdedor ou vencedor. A ação jurídica se alongou até outubro de 1979 e foi suspensa por acôrdo mútuo entre ambas as partes, que a partir dessa data, tentaram encaminhar o "acôrdo". A luta jurídica foi importante por ter justamente levado a isso: chegar a um acôrdo.

Deixando a interpretação detalhada de lado, queremos somente lembrar, que as sentenças, de maneira geral, favoreceram a Cia. - Quando o Dr. Jarbas assumiu a defesa dos Trindadeiros, "tinham surgido 23 medidas liminares de ações de reintegração de posse (ações reivindicadas pela Cia. que alega ter comprado as posses de lavou-ra). O juiz substituto Nelson Caetano da Silva, assinou um mandado de reintegração liminar provisória, o que "bastou para que Cia. - destruísse as plantações e derrubasse as casas", o que é ilegal - "visto que a sentença final não tinha sido assinada". (Jornal do Brasil; 19/96/78).

Em setembro do mesmo ano o juiz de Parati Dr. Seletti Rangel julgou negativamente 17 medidas de reintegração de posse. Os extratos do julgamento que seguem resumem perfeitamente qual o lado da justiça - o juiz justificando todos os atos suspiciosos da multinacional da maneira mais inesperada possível:

*"O fato de os reis não conhecerem os mandatários ... também não invalida o documento, especialmente hoje, nos tempos atuais, onde a agilização dos negócios toma um curso supersônico.*

Pretender todas as solenidades do direito romano ainda vivas seria um contrasenso, uma volta ao passado inconcebível, que se dirá então dos grandes movimentos da Bolsa de Valores onde negócios de milhões de dólares são efetuados por telefone, por papeletas sem assinaturas? É público e notório, e quantos de nós já o fizemos pessoalmente, outorgar a estranhos procuração e nem por isso a invalidamos depois (...)

- Nenhuma das testemunhas ouvidas que garantem ter sofrido coação por intermédio dos jagunços definem exatamente em que época foram ...
- Por outro lado, os valores pagos pela multinacional pelas posses foram além dos preços reais e atuais de benfeitorias e áreas devidamente tituladas (...)
- Ora, verifica-se que não são ingênuos como dizem ser, nem ficaram tão isolados da civilização como pretendem parecer - são pescadores do alto mar, indo a Santos e ao Rio de Janeiro - Walter tem mesmo em Ubatuba um barco de pesca para alto mar - o contato é permanente com grandes centros e com o grande comércio. A situação não é tão insólita como dizem os réus - E, além, por ocasião das transações, estavam eles ajuizando ação de usucapião de suas terras e tinham advogados constituídos e até o amparo do Sindicato Rural (...)
- Realmente muita coisa mudou em Trindade e o que fez a localidade mudar foi o progresso geral da região de Parati, onde os valores imobiliários alcançaram, em pouco tempo, preços altíssimos - E, como não parara a valorização, acharam os réus que agora não era hora de senhorar os compromissos, porque, evidentemente, muito mais valeriam as suas posses hoje e a empresa é rica (...)
- É indúvidoso que a ação da empresa de grande porte na comunidade de Parati trouxe evidentes progressos para a comunidade e para indivíduos ... Mesmo em Trindade as pessoas têm hoje, através da autora, uma outra condição de vida. - É o Vitor o seu carro, é o Walter e seu barco de pesca de alto mar; são as casas de alvenaria e cobertas de telhas em lugar de casebre de estuque; e melhor assistência social porque agora estão os Trindadeiros, que se



mudaram, em uma cidade; a lamparina de querosene foi substituída pela luz elétrica, e muitos têm televisão; os pescadores estão mais perto do local de trabalho e das Colônias de Pescadores (...)

- A vantagem excessiva nos parece estar do lado dos rêus - que recebendo o preço e tendo visto cumprimento do contrato pela autora, se negam depois de mais de ano e meio em honrar seus compromissos (...)

Em fins de abril de 1979, o juiz Selitti Rangel julgou definitivamente as ações de reintegração de posse requeridas pela Cia. (cuja liminar favorável foi concedida em 1978) e lhes deu parecer favorável. Esse julgamento implicou na eminência de um novo despejo para 23 famílias. O advogado dos Trindadeiros evitou o despejo entrando com um mandato de segurança no Tribunal do Rio. Mandato rejeitado pelo Tribunal do Rio em 29/07/79, na base de argumentos - puramente técnicos - "O mandato não era o recurso cabível para essa situação porque o "dano era reparável" - o fato do julgamento desfavorável expulsar 23 famílias das suas moradias não foi nem sequer tomado em consideração.

Em compensação, os Trindadeiros ganharam 6 ou 7 medidas liminares de reintegração de posse, o que parece "prêmio de consolidação", mas que será importante, visto que são nessas posses que os despejados puderam se refugiar e reconstruir as suas casas.

Paralelamente, ocorria um outro tipo de processo, totalmente desvinculado do primeiro. Trata-se da "área da Prefeitura", de fendida pelo advogado da Prefeitura de Parati, Dr. Hermes. Como - já o mencionamos, foi dado em 1959 pela então proprietária Mabel Masset, uma área de 75.000 m<sup>2</sup> à prefeitura para ser dividida entre os habitantes da aldeia. Quando a Cia. comprou a Fazenda Laranjeiras, ela comprou a totalidade da área menos essa "área da Prefeitura". Entrando em Trindade, ela comprou a posse das pessoas que nela viviam. Temos então aqui a situação inversa: a Cia. é posseira e os Trindadeiros, através da Prefeitura, proprietários. A Prefeitura processou a Cia. requerendo o direito de recuperar a área e de dividi-la entre os seus legítimos proprietários. No entanto, a causa foi perdida em Parati sob a argumentação do juiz - que alegou que, em caso de conflitos entre posseiros e proprietários, prevaleciam os direitos dos posseiros, ou seja, a Cia. per-

deu novamente no Rio de Janeiro quando foi feita uma apelação num julgamento tão rápido que, para quem viu, terminou antes mesmo de começar.

Essa briga jurídica foi, de fato, o estopim da luta em Trindade. Ela foi o pivô sem o qual nada teria podido acontecer. Cada derrota judicial dos Trindadeiros era usada de maneira oportunista pela Cia. que, em seguida, propunha um "acôrd" que ia melhorando com tempo. Além de responder às ações impetradas pela Cia, o Dr. Jarbas entrou com ações também, e tentou transferir diversos julgamentos para o Rio de Janeiro. Tribunal que por ser mais distante, poderia talvez ser mais favorável.

Vai ser em tórno dessa briga jurídica que a SDLB vai encontrar terreno para atuar, sobretudo através de um trabalho de denúncia na imprensa e pela atuação dos membros que moraram em Trindade e que serviram de intermediários entre o Dr. Jarbas e os Trindadeiros.

#### COMO AOS POUCOS ARTICULA-SE A LUTA

O fato de um escritório bem conhecido de advogados ter aceito defender os Trindadeiros dá início formal e um novo impulso à luta. O Martin, sozinho não poderia segurar muito tempo o papel - desempenhado na aldeia. O advogado foi o primeiro passo para uma defesa mais concreta: assegurava um respaldo jurídico, oficializava a luta, lhe dava bases. A partir de então o papel de Martin na aldeia muda sensivelmente, ele passa a ssumir o papel de intermediário entre os Trindadeiros e o Dr. Jarbas - assistindo, convocando as reuniões, ajudando ambas as partes a se compreenderem - (no início era terrivelmente difícil ao advogado compreender, tanto a linguagem, quanto o modo de raciocinar dos Trindadeiros e vice-versa) e continuando dentro da aldeia a estimular a resistência. Nesse último ponto, a atuação de Martin se torna mais fácil, porque feita sob a orientação do Dr. Jarbas ou com o consentimento dele.

Anteriormente já havia tentativa de resistência em relação aos despejos. A tática adotada era de "enrolar", tentar esticar o prazo máximo possível. O primeiro a se opor mais categoricamente foi o Jair que resistiu quatro vêzes ao despejo, e, ao sair, em vez de levar as coisas para a casa de Ubatuba, botou os móveis do

lado da igreja e foi morar com a família na casa da sogra. Sob ameaças de ter que pagar Cr\$ 15.000,00 por um processo na justiça, e vendo os móveis se estragarem, o Jair resolveu então levar tudo para Ubatuba, trancar dentro de casa e voltar no mesmo dia para a aldeia.

"Não tinha água, não tinha luz, não tinha documento das casas. A gente não estava afim de sair mais. A Cia. não tinha condições de nos tirar, então ela mandou o despejo. Veio o despejo, foi o seguinte: a gente decidiu ficar na rua ... e na casa da minha sogra. Depois de 8 dias o juiz falou que se a gente não saísse de Trindade a gente tinha que pagar - um processo de Cr\$ 15.000,00. Aí, eu procurei saber: *é só para sair de Trindade?* Ele falou: "*é só para sair da Trindade*". Então, tudo bem. Eu peguei o que era nosso, não tinha mais condição de deixar na rua mesmo, o bagulho tava se estragando. *Só para nós sair da Trindade.* Eu peguei, coloquei no caminhão, fui lá para Ubatuba ... A Vera foi comigo também, as crianças ficaram na casa da minha sogra. Nós fomos para Ubatuba de manhã, coloquemos algumas coisas dentro da casa, tranquemos a casa e voltemos no ônibus do meio dia. Não fomos mais para Ubatuba. Voltamos para Trindade na casa da minha sogra". (Jair; Trindadeiro, 1979).

Esse processo porém era muito desgastante. A entrada do Dr. Jarbas vai então modificar bastante a situação. A sua primeira entrada - em Parati consegue evitar o despejo da família de Dona Durcilia, que estava sendo feito naquele momento, diz ela:

"Veio o despejo para nós. Eu duvidei com aquilo e o oficial de justiça disse: "*olha, o despejo é para você, é a folha - de despejo, é para você ir-se embora*". Amanhã, você vai-se embora, amanhã se tem que ir-se embora". Aí eu fui e disse assim: "*Ah, mas eu não posso sair ainda, porque ainda eu tenho um bocadinho de mandioca na roça e eu queria fazer - um bocadinho de farinha para eu levar*".

O nome do jagunço era Bahilton, ele disse: "*então a senhora fica, faz a sua farinha, e a senhora leva; então a senhora vai depois que fez a farinha*". Eu disse: "*tã bem*". Passou uns 4 dias. O Jeremias foi para a cidade falar com o Dr. Er nesto que nós vamos fazer uma farinha. O dia que nós fomos para a cidade veio outro despejo, Veio 2 despejos para nós,

sabe, 2 folhas de despejo. Eu ainda falei com ele em Parati: "Olha, Dr. Ernesto, eu tenho lá na Trindade uma posse que o senhor não me pagou". Ele falou "que nada", na base da rísa da, "que nada, lá tá tudo pago e você tem que sair amanhã". Eu fez assim: "mas Dr. eu tenho uma farinha para fazer". Eu não tinha feito farinha, sabe. Aquilo parece que tava Deus - que tava fazendo, "He, Dr., mas eu tenho farinha para fazer, tanta mandioca para fazer ainda; eu tenho a canoinha no rancho ainda, como que dá para ser? eu não queria vender a minha canoa". Eu conversando com ele, sabe. Ele diz: "Tá bom, a sua canoa fica no rancho, voce vai lá, passa cadeado no rancho, deixa a canoinha lá até voce resolver o problema de voces: ou pra levar ou pra vender. Tá bem". Aí, ele foi, marcou no caderno: olha, quarta feira o Sr. Jeremias vai sair de Trindade". Dois dias, nós táamos dar com farinha.

Quando chegou o dia de nós ir embora, o Jeremias vai buscar esse homem para levar a nossa mudança para Ubatuba. O Jeremias encontrou o advogado em Parati. O Jeremias deixou de buscar o rapaz para fazer nossa mudança e foi lá falar com Dr. Jarbas. Chegou lá, bateram um papo. Daqui, dali, daqui, dali, o juiz falou com Jarbas que o Jeremias ficasse na casa não fechasse a casa e o Jarbas também diz que o Jeremias fica. Mas, eu não queria aquilo, sabe, eu já estava tão desesperada da vida que eu não queria mais aquilo. Eu queria me ir embora porque eu tinha medo que a Cia. prendesse o Jeremias ... Quando foi no outro dia, chegou a condução para levar nossa mudança. Tava tudo arrumado, vazio. Aí ... quando o pessoal chega para botar nossa mudança no carro, chegou o Dr. Jarbas, lá na beira da casa. Chegou dizendo: "para onde que vocês vão? para, para". O jagunço tava aí, a jagunceira. Chegou o carro do repórter, da rádio Globo. Aí, começaram a bater reportagem na casa, reportagem em nós, reportagem na jagunceira. O Dr. Jarbas nos mandou todos parar. Nos paremos. Eu quase morri de susto ... Aí eu disse para o Dr. Jarbas - ainda: "olha Dr. eu não quero o que o Sr. falou com o Jeremias, eu não quero o acordo que o Sr. falou com o Jeremias, eu não quero". Ele diz: "e porque?" - "Porque eu não sei se eu perco uma posse na Trindade e perco minha casa em Ubatuba e depois, por onde que eu vou? Eu não fico em Trindade, nem fico em Ubatuba, eu fico avoando Dr. ? Por onde que eu vou?"

Ele: "Tã bem, a senhora não quer". Aí foi-se embora, ele foi ver a questão do rancho do Jair ... Fiquemos aqui até agora. Depois de tudo, o Dr. Jarbas aí, Deus nos abençoou que nós - tamos aqui, faz 8 meses que nós tamos aqui ainda". (Durcília; Trindadeira, 1978).

Embora tenha sido muito positivo evitar esse despejo, é importante lembrar que a situação jurídica da posse dessa família era particular:

- a posse vendida cuja medições contavam no "recibo-declaração" não era, ao contrário das outras famílias, a posse habitada. O caso das outras famílias, porém, era diferente - elas habitavam a posse vendida - e o Dr. Jarbas não pôde impedir juridicamente os despejos. Planeja-se, então uma reconstrução das casas na posse de lavou-ra.

Segundo Martin: "como tática de resistir aos despejos colocando os móveis fora e ficando com a família na casa de um parente era muito desgastante, veio a idéia de fazer um mutirão para reconstruir as casas na posse da lavoura ... O primeiro mutirão era para a casa do João Capistrano, ele não quis. Então ficou para a casa do Vavã: construíram a casa logo na entrada da posse atual do Vavã ... Levantaram a casa, só faltava cobrir e barrear. Ninguém ficou vigiando. A noite os jagunços foram de machado, derrubaram a casa. Os Trindadeiros decidiram então que não se podia mais construir a casa e abandoná-la: começada a construção, o cara tinha que ficar nela armado e se de noite chegasse alguém que não conhecia, tinha que passar fogo mesmo". (Martin; SDLB, 1980).

Nas palavras de Jair: "A segunda casa reconstruída na posse de lavoura foi do Israel ... Eu senti que se os jagunços derrubassem a casa do Israel, o Trindadeiro ia ficar completamente desanimado e não ia querer fazer mais casa no morro ... Eu cheguei pro Israel e disse: "olha Israel, eles vão derrubar sua casa hoje à noite". Israel disse para mim: "Não vão derrubar". Eu disse: "Vão derrubar, Israel, vamos para lá". Israel ficou meio assim, mas fomos lá, eu e ele. Chegamos lá, ficamos atrás de uma pedra ... Quando foi lá pelas 8 horas, pintou um cara com uma lanterna - a gente não soube quem era. Quando foi 9 horas e meia, o cara pintou novamente na Pedra D'Água - a gente tentou descobrir quem era o cara, não conseguimos. Quando foi 11 horas e meia da noite, a "pick-up" chegou, -

cheinha de jagunços; parou encima da Pedra D'Água, os caras saltaram, entraram novamente na "pick-up" e desceram ... entraram na "pick-up" de novo, foram embora para a vila. Eu disse: "olha, Israel, eles foram buscar mais gente ou foram buscar armas, mas não adianta nada que não vamos deixar passar". (Eles iam tentar passar que a gente ia matar um ou dois; eles iam matar a gente e aí podiam passar, mas, eu com o Israel, agente não ia deixar passar). A "pick-up" foi lá na primeira casa da Cia., parou uns 10 minutos, foi na segunda, parou uns 15, foi lá na pesquisa, parou outra vez e voltou novamente. Devia ser uma hora, uma e meia, por aí. Quando voltou, chegando na Pedra D'Água fez aquela parada e foi embora. Eles não viram porque um cara ficou de vigia, sabe, ele descobriu que tinha gente tomando conta da casa do Israel e eles não sabiam se era um ou dois, ou três, ou quatro ... e eles não tavam afins de morrer, não tavam afins de matar. Tavam querendo fazer de tudo, derrubar a casa, queimar, mas se ninguém visse eles fazer isso - e lá eles iam cair do cavalo que eu estava lá com o Israel. Quando foi o dia, o Israel ficou na casa e eu chamei o pessoal. Acabemos de barrar a casa todinha. cobrimos e ficamos a noite lá, dormindo parece que uns 10 homens ... Quando foi o outro dia, nos pegamos a família do Israel, coloquemos dentro da casa. Essa casa, eles não conseguiram derrubar. De lá, nós fomos fazer a casa do Antonio e depois novamente a casa do Vavã (na mesma posse mas muito mais longe da estrada). Ainda tentaram derrubar a casa do Vavã lá encima. São não derrubaram porque eu estava lá com meu sogro ... não estava duas espingardas enrolados numa manta e uma sacola de cartuchos ... Eu estava assim agitado, sabe, estava louco mesmo e eu não matei porque eu não peguei os caras ... Daí a gente começou a fazer casa mesmo". (Jair; Trindadeiro, 1979).

Em 36 dias foram reconstruídas 23 casas. As primeiras famílias que se mudaram tiveram uma atitude que podemos chamar de heróica: os homens se juntando para vigiar a casa antes dela ficar pronta e as mulheres começando a habitá-las com as crianças, antes mesmo dela estar seca e aceitando morar em condições mais precárias e em lugares até então inabitados.

É fora de dúvida que a reconstrução dessas casas conseguiu (num clima de guerra), ser levada até o fim por existir um respaldo jurídico. Respaldo esse que incentivava os Trindadeiros a tomar iniciativas, a não se desmoralizar, lhes dava um mínimo de

segurança e também obrigou, pouco a pouco, a Cia. a medir seus atos de destruição e de subordinação e a entrar cada vez mais no terreno da batalha jurídica. Basta por isso lembrar o caso semelhante que aconteceu antes da entrada do Jarbas e onde, ao tentar se mudar para outra casa da aldeia, uma família viu o pai e dois filhos serem levados até a Delegacia de Parati; com a conivência das autoridades locais, foram presos e tiveram que pagar Cr\$ .... 35.000,00 para poder voltar à aldeia.

Porém, se por um lado a entrada do Dr. Jarbas permitiu a reconstrução de muitas casas, evitando que muitas famílias saíssem da aldeia e permitindo a volta de muitas outras, nenhum respaldo jurídico protegia Martin. Quem era ele nessa história toda ?

Nêsses tempos em que a situação política do país ainda era bem indefinida - tinha amenizado a fase de repressão, mas a "abertura" apenas começava - Martin estava desempenhando um papel que legalmente não tinha nome e poderia muito bem passar para as autoridades oficiais por um agitador político. Situação ambígua que requeria um respaldo. Mas, qual ?

Paralelamente a isso, começa a se fazer sentir cada vez mais a necessidade de se organizar um trabalho de denúncia em São Paulo contra as agressões da multinacional. Para fazê-lo precisava-se de gente e essas pessoas precisavam falar em nome de alguma coisa. Dessas duas razões nascera a Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro (SDLB).

#### COMO NASCEU A SOCIEDADE DE DEFESA DO LITORAL BRASILEIRO (SDLB) ?

De Trindade, Martin ligava para Jonas em São Paulo, avisando que tinha chegado o trator, que jagunços tinham feito tal coisa, - que fulano tinha sido despejado ... Jonas, então, tentava conseguir uma matéria nos jornais, começava a agitar a parte de denúncias em São Paulo, como ele mesmo conta:

"Naquele época ia muita gente para Trindade. Essas pessoas - ficavam sabendo da situação, muitas delas acabavam conhecendo Martin. Começaram a passar o fim de semana ou as férias em Trindade e de volta para São Paulo me procuravam e a gente - conversava ... até que no fim a coisa começou a tomar muito vulto: a situação embaixo piorou, o Sobral Pinto aceitou de-



fender a causa e começou a tomar uma série de providências, muitas pessoas começaram a mexer com a coisa. Eu não sei quem resolveu, se eu resolvi, eu só sei que começaram a pintar reuniões na casa que eu tinha na rua Paím, - para coordenar um pouco as iniciativas e nessas reuniões começaram a aparecer milhares de gente, tinha reuniões com 60, 70 pessoas: ao mesmo tempo encontrava com amigos meus para os quais eu falava: olha, tã precisando de uma força, pinta lá em casa. As pessoas começaram a chamar os amigos. Começou a aparecer muita gente para trabalhar na coisa. A cada reunião que se fazia aumentava o número de pessoas. Ao mesmo tempo se agravava a situação na aldeia e a gente começou a mexer com as coisas até um ponto que realmente não era previsto inicialmente e que começou a exigir muito da gente a nível de trabalho, a nível de se organizar para trabalhar. Não sei em que dia se sentiu a necessidade de se ter uma organização que fôsse uma sociedade. Eu lembro de um dos motivos que pintou na discussão foi a situação política do país isso é, 78 - uma situação ainda muito obscura, muito indefinidade. Muitas pessoas tinham participado, vivido a experiência toda de 68 para cá e queriam mexer com a coisa mais profissionalmente, sem muita porralouquice, mas numa de aproveitar, contornar, explorar certas brechas. Considerando essa situação política onde a gente não sabia até onde a gente podia avançar - a gente tava mexendo com a questão de posse de terra, a coisa tava tendo muita repercussão na imprensa ... começou a pintar a idéia de fundar uma sociedade. A outra questão era que, à medida que as coisas avançavam, a gente não podia mais falar em nome pessoal - quer dizer, eu ia nas redações de jornal, fazia contatos com pessoas, - com advogados ... e sempre vinha a pergunta: quem é você afinal? Você é um turista que vai lá? Qual o seu interesse em mexer com o caso? Você está falando em nome de quem? Então, de repente a gente falou: bom, realmente a gente tem que tirar uma organização aí para mexer com a coisa, tem - que ter uma estrutura para mexer com a coisa, falar em nome dela. A gente pensou: e se a gente criar alguma organização juridicamente legalizada? a gente pessoalmente se arrisca menos, a gente tem mais acesso à imprensa, há outras instituições, a gente pode mandar cartas, pode assinar documen-

tos, a gente não fala mais em nome pessoal, tem um nome, uma instituição para por na frente. Eu lembro que a primeira carta que a gente escreveu a todas as autoridades do país, quando chegou a hora de assinar, quem que assina? Eu, você, não sei quem, quem é você? Então nós assinamos: amigos de Trindade - o que no final caracterizava uma carta anônima: quem são os amigos de Trindade?

Resolvemos então criar uma sociedade por essas razões todas: primeiro, para organizar, para coordenar a luta de uma forma mais organizada; segundo para ter um respaldo político para avançar a nível da sociedade civil e para ter acesso mais fácil a todas as instituições; terceiro, para ter um respaldo pessoal, para as pessoas não faltarem em nome próprio, mas falarem em nome de alguma entidade.

Essas coisas todas se juntaram e foram aceleradas pelo agravamento da situação em Trindade. Ao mesmo tempo que as pessoas se encontravam, tentavam fazer alguma coisa, começou a pintar os despejos, os tratores desceram na aldeia, começaram a destruir tudo, a derrubar as casas, as árvores; cada vez que a gente ia lá a situação era mais deteriorada ...

Por outro lado, o grupo que a gente tinha aqui se mostrava - surpreendentemente ativo, as coisas estavam dando certo ...

- quer dizer, que a gente tinha pessoas que tinham acesso às coisas, um grupo de pessoas muito dispostas, a gente tinha - um pique de trabalho que estava funcionando, estava muito espontâneo, as pessoas se atirando muito nas coisas. Isso refletiu, por exemplo, a nível de cobertura da imprensa: o Caso Trindade começou a ganhar as manchetes de jornal ... começou a ter repercussão, a gente passou a ser conhecido, a ser reconhecido, a ser procurado.

Então a coisa foi uma bola de neve: a situação se agravou e o grupo cresceu.

Juntou-se aqui também o dado da questão política. Era o princípio da "abertura", então as pessoas estavam como que necessitando, desejando muito ter um canal de participação, as pessoas estavam loucas para participar de alguma coisa. A gente tinha um número grande de pessoas que realmente estavam querendo fazer alguma coisa, estavam dispostas - um pique que a gente hoje não encontra mais, mas na época era realmente uma disposição muito grande para participar. De repen-

te então era muita gente, era umas 50, 60 pessoas que precisavam ser coordenadas para trabalhar e eu percebi isso, eu percebi a dimensão da coisa, eu percebi que só se organizando o trabalho, que só tendo um nível de trabalho mais profissional é que a gente teria algum resultado. Não adiantava sair na porralouquice, sair na paixão, sair correndo, - chegou o momento que tinha que juntas as pessoas, organizar, dividir e distribuir as tarefas. Então, a organização de uma sociedade facilitaria esse tipo de coisas.

Pintou também o medo de se infiltrar pessoas. Ter uma sociedade era ter um mínimo de controle sobre as pessoas que participavam das reuniões ... A maioria das pessoas eram sem experiência nenhuma, mas com vontade de participar, mas tinha um grupo de pessoas que já tinha experiência, então a gente sentiu que, ou se organizava a coisa ou a coisa ia rolar logo. Daí, vamos fazer uma sociedade? Vamos. O que que vamos fazer, como vai ser, a gente não sabia exatamente, então a gente consultou algumas pessoas - me lembro que eu fui conversar com um cara que eu conhecia que participava de uma associação de bairro. Foi decidido de fazer uma associação, uma sociedade de proteção a alguma coisa. Então vamos fazer um nome que tem um caráter meio genérico, quer dizer que, não diga exatamente encima, do que que é, vamos fazer um nome mais pelo lado da ecologia, do ecológico, da defesa do litoral, porque isso dá muito respaldo para a gente, isso politicamente era muito interessante no momento. O problema era da sociedade ser de São Paulo e Trindade do Estado do Rio de Janeiro: vai ser uma sociedade do Rio, de São Paulo? vai ser muito difícil falar que é do Rio e de São Paulo, então vamos falar que é de Trindade? ... Eu me lembro que fui uma das pessoas que defendeu: vamos por um nome que cause uma repercussão grande, vamos por, já que não pode ser do Rio e de São Paulo, que seja do "litoral brasileiro" ... "Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro" o nome causava um certo impacto, trazia junto uma idéia de uma coisa muito grande, importante, uma coisa que tinha ligações no Brasil inteiro. Isso, tenho certeza que foi uma escolha discutida. A gente achou que quanto maior a gente for, mais respaldo a gente tem para chegar na imprensa, para assinar um ofício, para fazer contato com políticos ...

Talvez também houvesse na cabeça das pessoas a intenção, naquele momento, de mexer com outros casos similares. De repente, era um canal de participação política diferente, um canal de participação política acessível, possível naquele momento, desvinculado dos esquemas tradicionais de participação ... a questão política de a gente se esconder um pouco a través de uma sigla mais geral. Um nome ecológico também era um nome mais simpático na época.

Agora isso tudo foi muito rápido: eu comecei a mexer em janeiro. O mês de fevereiro foi um mês de muito problema na Trindade, muita confusão, correria, tensão, foi um mês que a imprensa cobriu bastante, que o gabinete do Dr. Sobral Pinto aceitou defender a Trindade através do Dr. Jarbas. Março foi um mês que a gente se encontrou várias vezes, final de março a gente tava fundando a sociedade e 15 de maio a Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro (SDLB) era oficialmente registrada". (Jonas; SDLB, 1980).

#### QUEM ERAM OS MEMBROS DA SDLB E COMO SE ESTRUTUROU O GRUPO

A base da organização da SDLB teve as suas raízes no início da luta. A estrutura mais fixa e duradoura foi calcada sobre os papéis desempenhados pelo Martin e pelo Jonas. O trabalho dividiu-se em dois eixos principais: Trindade e São Paulo; mais tarde houve uma tentativa de criar outro grupo no Rio de Janeiro, mas o número reduzido de pessoas transformou-se em contatos, no Rio, do grupo de São Paulo.

Em Trindade, um membro assumiu a responsabilidade da luta junto aos Trindadeiros, e serviu de ponte, tanto entre Trindade e o advogado, quanto entre Trindade e a SDLB, e recebia ajuda de quem temporariamente optava por morar na aldeia. Em São Paulo, os membros se reuniam duas vezes por semana, discutiam a situação na aldeia, decidiam o que fazer, dividiam as tarefas. Em geral, quem morava na aldeia não participava das reuniões em São Paulo, e os contatos se estabeleciam por telefone ou através dos membros que frequentemente passavam fim de semana ou férias em Trindade e participavam das reuniões mais importantes na aldeia ou em Parati.

Três pessoas assumiram sucessivamente esse papel de maior responsabilidade; a cada personalidade, a cada momento correspondia u-

ma atuação diferente dentro da aldeia.

Martin iniciou a luta, ficou na aldeia durante o primeiro semestre de 1978, que foi o mais agressivo da Cia., como já vimos. Cansado e sem dinheiro, ele saiu em junho por um mês. José assumiu o seu lugar: paulista de 22 anos, estudante de psicologia e há um ano professor na praia da Cajaiba. Ele inicialmente veio para Trindade para reabrir e dar aulas na escola primária da aldeia (fechada desde abril após estupro das duas professoras pelos jagunços). Martin, porém, somente voltou à aldeia em setembro, quando a Cia. ofereceu o segundo acordo, e por razões de ordem pessoal retornava a São Paulo em outubro. José se viu então encarregado dos dois papéis - o de professor e o de intermediário entre os Trindadeiros e o Dr. Jarbas. Se as agressões e violências por parte da Cia. eram menos frequentes, em termos jurídicos, foi, porém uma das fases - mais ativas e isso requeria de José, segundo ele conta, que comparecesse:

*"Duas ou três vezes por semana em Parati, para telefonar para o Dr. Jarbas, retirar documentos do Tribunal, levar documentos para o Tribunal; ir ao Rio uma vez cada dez ou quinze dias para conversar com o Dr. Jarbas, quando esse último não vinha para Parati; além disso, tinha que estar com os Trindadeiros resolvendo todas as questões de cada caso particular, inclusive, havendo uma instrução de testemunhas, conversar com os Trindadeiros chamados para audiências, orientando-os para depôr no Tribunal ... Tinha também que dar prosseguimento às reuniões que tinham sido dirigidas pelo próprio Martin, reuniões em que se pregava a necessidade da união, se colocava a necessidade da pesca comunitária, de construir casas comunitariamente (...). O que levou a uma quebra no trabalho da escola por falta de tempo". (José, 1980).*

Paralelamente houve uma certa dificuldade de relacionamento entre José e a Comunidade. De fato, para os Trindadeiros, a figura forte, o herói era Martin. José era muito mais jovem e veio substituir Martin por um mês. Antes mesmo de saber quem era ele, muitos Trindadeiros disseram "que ele não ia conseguir dar conta" e a não-volta de Martin criou um certo "branco": durante meses todo mundo ficou esperando a sua volta. Por mais eficiente que pudesse ser José, ele nunca ia ser "Martin" e isso criou uma situação de impasse que foi au-

mentada pela atitude semelhante da SDLB em relação à ele.

Chegando as férias de verão, José saiu da escola e também - da aldeia. Veio no seu lugar, Silvio - um paulista de 24 anos, ex-aluno de Ciências Sociais. Silvio conheceu Trindade aos 18 anos, como turista, mas o seu primeiro contato real foi, quando aluno - de ciências sociais, como participante em 1977 de um grupo que se propunha a realizar um trabalho de campo na aldeia. O grupo de cinco estudantes, dos quais dois deles - Claudia e Rita - iam - mais tarde participar ativamente da SDLB, queria pesquisar a cultura local e a maneira pela qual os Trindadeiros respondiam à invasão resultante da construção da Rio-Santos. Naquela época "a maioria já tinha vendido as posses e eles começavam a receber a intimidação de despejo". Segundo Silvio, essa situação na aldeia provocou uma discussão dentro do grupo de pesquisa: alguns achavam - que tinham que fazer alguma coisa para salvar a aldeia enquanto o próprio Silvio se posicionava contra esse tipo de intervenção:

*"Pelos papos, na época eu já tava percebendo que os Trindadeiros iam dançar, eu achava que eles iam acabar saindo e absorvidos pela sociedade de riqueza, de consumo, porque muitos, na época estavam assim, com sonhos, criticando muito Trindade, o modo de vida deles. Eu achava, inclusive, que não tinha que intervir nesse processo - apesar de ser um negócio ruim o que estava acontecendo (eles iam perder a sua cultura, Trindade ia acabar) porque eu achava que a intervenção já estava ocorrendo e que por - mais que a gente interviesse para quebrá-la, ia ser outra intervenção que ia modificar (a vida deles) da mesma forma".*

*(Silvio; SDLB, 1980).*

Silvio mudou-se para o Espírito Santo e entrou novamente em contato com a história da aldeia através de cartas mandadas pela Claudia, que na época lhe confiava sua dúvida sobre participar ou não da SDLB. O Silvio reiterou a sua opinião: "Não tinha porque - ter um grupo para salvar Trindade que já tinha entrado num proces

so que não dava para voltar atrás. O grupo poderia ser muito mais útil se começasse a trabalhar em outros lugares que não foram ainda deturpados". A vida, no entanto, dá, algumas vezes, voltas imprevisíveis ... De volta para São Paulo em setembro de 1978, tanto os laços afetivos quanto uma certa curiosidade o levaram de volta para a aldeia onde ele pretendia passar um mês. Com a probabilidade de saída de José, ele se interessou em substituí-lo como professor da escola primária, ficou aguardando a resposta, começou a se envolver com a SDLB e a acompanhar de mais perto o desenvolvimento da luta. Em dezembro, José saiu de Trindade e Martin de repente insistiu para que Silvio ficasse no seu lugar até março. Silvio aceitou com a condição de parar em março, época em que ele pensava começar a dar aulas, não querendo assumir os dois papéis e ficar que nem José, segundo ele "doido". A administração de Parati lhe recusou o posto de professor. Martin somente voltou para a aldeia em maio de 1979, quando 23 famílias estavam ameaçadas de serem expulsas e Silvio continuou então a assumir o papel de intermediário até meados de 1980, pegando a fase dos 23 despejos, da terceira proposta de acordo, do fim da SDLB e tornando-se o membro da SDLB que mais ficou na aldeia. O seu relacionamento com os Trindadeiros foi bem mais tranquilo que o de José. Eles já tinham aceito o fato de Martin não mais voltar definitivamente. Silvio não era Martin, mas Martin já tinha ido há tempo e já tinha reaparecido em momentos cruciais. Além disso, ao contrário de José, Silvio possuía um carro, o que facilitava os contatos tanto em Parati quanto no Rio de Janeiro.

Depois de Silvio e do fim da SDLB, Felipe - fotógrafo - que mora em São Paulo, assumiu o papel de intermediário e participou ativamente das discussões com o novo comprador de Trindade e da assinatura do acordo. Amigo de Artur, Felipe conheceu Trindade como turista por intermédio desse último. Quando começou a SDLB, Artur estava na Europa e foi Felipe quem recebeu o telefonema da SDLB convidando Artur a participar dela. Dessa maneira casual, Felipe se interessou pela questão e, desde o início, participou da sociedade. Após a saída de Silvio e o fim do grupo, ele continuou a atuar tanto na aldeia quanto em São Paulo.

Montar uma lista das pessoas que compuseram a SDLB é uma tarefa difícil, para não dizer impossível. Como vimos na entrevista de Jonas, os primeiros membros da SDLB se juntaram em torno de

Martin, ou por serem amigos pessoais d'ele ou por conhecê-lo através dos Trindadeiros. Foi o caso de Jonas, de Marcos e Alice. A partir desse momento, cada uma dessas pessoas vai acionar redes - sociais pré-existentes. Marcos e Alice vão colocar a aldeia em contato com o Dr. Sobral Pinto, Jonas vai chamar os seus amigos e colegas de trabalho, que, por sua vez vão chamar outros amigos. A divulgação do caso nos jornais vai trazer novos membros, etc ... Martin, na aldeia, mandava todos os turistas, que se diziam interessados, entrarem em contato com Jonas em São Paulo. Muitas dessas pessoas que compuseram o grupo no seu início se tornaram os - seus membros mais constantes, e, além da luta em comum, mantiveram entre si relacionamentos de amizade que perduraram até hoje. Muitas pessoas que entraram depois, também se consolidaram no grupo através da amizade que se criou com os primeiros membros.

A participação casual de seus membros, no entanto, foi uma constante no grupo, que, em termos numéricos, sempre passou por altos e baixos: se, às vezes, as reuniões juntavam 60 a 70 pessoas, outras vezes tinham, 4, 15, 20, 30. De uma maneira geral, - pode-se dizer que quando a situação na aldeia era crítica ou tendia a piorar, o grupo crescia numericamente, para, em seguida decrescer quando a situação melhorava.

Na data da fundação foram registradas 25 pessoas. Cifra - mais ou menos representativa se levarmos em conta que pessoas registradas saíram do grupo, e outras não registradas acabaram tornando-se membros relativamente fixos com o decorrer do tempo.

Na realidade, podemos considerar que umas 30 pessoas foram membros fixos durante a vida do grupo, mas como não havia regras de participação, era um vai-e-vem, um entra-e-sai permanente. Pessoas que desistiam de vez, outras que sumiam e reapareciam.

Frente à dificuldade em definir quem foram os membros da SDLB, optamos pela definição maior: quem, em um momento ou outro, participou do grupo. A lista que segue é incompleta, constando apenas das pessoas que mais participaram, esquecendo-se diversas - que a um momento ou outro participaram, e incluindo pessoas que não fizeram realmente parte do grupo, mas tiveram uma participação importante: como por exemplo, Marcos e Alice, que propiciaram o contato com o Dr. Jarbas, voltavam frequentemente para a aldeia, deram apoio aos atos que se realizaram no Rio mas não participaram da SDLB; ou também Ronaldo, que era arquiteto e abriu as por-



tas do IAB mas que, provavelmente por ser sobretudo um profissional, desistiu rapidamente de participar do grupo; outras pessoas como Fani, que morou um ano em Trindade, ajudou bastante José na escola, participou de algumas reuniões, mas não era, propriamente dito, um membro da SDLB ...

De maneira geral, os membros tinham entre si um ponto em comum: a sua proveniência social e geográfica. A maioria deles tinha um curso universitário acabado ou em andamento e provinham de São Paulo. A maioria era estudante de Ciências Sociais; Jornalismo, Direito, Engenharia, Arquitetura, Medicina ... Alguns eram - profissionais, mas dentre eles, a maioria iniciava na profissão. Mais ou menos 30% tinham entre 18 e 22 anos, 40% entre 24 e 28 anos e 30% em torno dos 30 anos, como mostra o diagrama seguinte:

- . Jonas - 29 anos - estudante jornalismo
- . Martin - 32 anos - educador
- . Raul - 33 anos - produtor de eventos sociais
- . Marta - 30 anos - mulher do Raul
- . Álvaro - 29 anos - engenheiro
- . Adolfo - 29 anos - arquiteto (Parati)
- . Eduardo - 32 anos - economista (não exerce)
- . Marcos - 29 anos - fotógrafo e cineasta (RJ)
- . Felipe - 32 anos - biólogo e fotógrafo
- . Fani - 28 anos - ciências sociais (não exerce)
- . Ana - 25 anos - jornalista
- . Maria - 25 anos - arquiteta
- . Elisabeth - 25 anos - estudante ciências sociais (RJ)
- . Joana - 25 anos - advogada
- . Isabel - 24 anos - estudante medicina
- . Sofia - 25 anos - artes
- . Sueli - 24 anos - estudante psicologia
- . Andréa - 25 anos - estudante jornalismo
- . Carlos - 24 anos - estudante arquitetura
- . Eliane - 24 anos - fotógrafa
- . Regina - 21 anos - estudante jornalismo
- . Cláudia - 20 anos - estudante ciências sociais
- . Rita - 20 anos - estudante ciências sociais
- . Celso - 20 anos - estudante ciências sociais
- . Caio - 19 anos - estudante engenharia
- . Mirna - 22 anos - estudante arquitetura e fotógrafa

- . Célia - 20 anos - estudante medicina
- . Rosa 22 anos - estudante ciências sociais (RJ)
- . Alice - 22 anos - teatro (RJ)
- . André - 23 anos - fotógrafo
- . Silvio - 24 anos - estudante ciências sociais
- . José - 22 anos - estudante psicologia

A SDLB foi fundada por uma parte dessas pessoas em fim de março de 1978, as outras se juntando depois. Foi oficialmente registrada durante a Caravana ecológica para Trindade em 14 de maio de 1978. Começou a atuar na aldeia antes de ser fundada - a atuação que estudaremos em detalhe no capítulo seguinte - e produziu depois, em setembro de 1978, uma "Carta de Princípios" pela qual se apresentava e se definia enquanto entidade.

#### SOCIEDADE DE DEFESA DO LITORAL BRASILEIRO - CARTA DE PRINCÍPIOS

*A sociedade brasileira tem assistido de tempos para cá, reações de grupos e comunidades, à efetivação de projetos empresariais ou governamentais, que afetam de uma maneira ou de outra o meio-ambiente.*

*Assim foi a construção do aeroporto supersônico em Caucaia do Alto, com a instalação de uma fábrica de celulose às margens do Rio Paranapanema, com o projeto de esgotos de São Paulo - o Projeto Sanegran, com o projeto turístico nas praias da região de Trindade, RJ, com a instalação de uma usina de álcool às margens do Rio São João, em Barra de São João, município de Cabo Frio, - também litoral fluminense, com o aterro da Lagoa de Itaípu em Niterói, com a estranha poluição das praias de Hermenegildo, no Rio Grande do Sul, com a devastação da Serra do Japi, em Jundiaí, com a defesa das florestas no Espírito Santo e agora a cidade de Piracicaba, que vê seu rio agonizando, para citar entre aqueles que tiveram maior repercussão.*

*E o que é mais importante: muitos desses projetos foram interrompidos em consequência dessas reações, refletindo o vigor que tem alcançado essas lutas. É o caso do aeroporto de Caucaia, de Trindade, do Rio São João, do Rio Paranapanema.*

*Por todo o Brasil, Associações, Entidade, Grupos, têm se formado espontaneamente, denunciando à opinião pública as conse-*

quências da alteração do equilíbrio ecológico. É significativo o caso da Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade, que conta atualmente com cerca de oitenta entidades associadas, espalhadas por todo o território brasileiro.

Temos Federações Regionais se formando no litoral fluminense e no Rio Grande do Sul. Temos a Feira Ecológica do Vale do Paraíba. Temos até Simpósios promovidos pelo governo como o de Curitiba e temos agora o Encontro para a Proteção do Ambiente em São Paulo.

A imprensa, a cada dia cede mais espaço às denúncias e às discussões de natureza ambiental. O próprio termo ecologia, até há pouco desconhecido, passa a ser conversa de alguns setores da população, já sensibilizada e alerta à esse tipo de questão.

Com efeito, é preciso entender esse movimento de opinião pública, como parte de um movimento geral de importantes setores da sociedade brasileira, que após anos de silêncio, no mais das vezes, forçado e com o qual pareceu acostumar-se; desperta, e quer discutir e participar da elaboração de seu próprio destino.

Basta ver os estudantes, os operários, especialmente os metalúrgicos discutindo acordos com os empresários, os professores, os médicos, a imprensa, os advogados (Congresso de Curitiba), os militares. Basta lembrar da Carta aos Brasileiros, ver as discussões sobre o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, sobre a conveniência da Hidrelétrica de Itaipu, sobre a inutilidade da Transamazônica, as denúncias de corrupção, o movimento do custo de vida, os movimentos pró-anistia, a manifestação dos antropólogos contra a emancipação dos Índios. Basta sentir o sentimento geral da população.

Como que perplexa, a nação brasileira toma consciência que seus grandes problemas não foram solucionados, ao contrário, agravaram-se acentuadamente.

É a violenta concentração de renda; são os sempre alarmantes índices de mortalidade infantil e de subnutrição; é a defasagem entre o salário real cada vez mais baixo e a inflação cada vez maior; são os problemas decorrentes do acelerado processo de industrialização e urbanização; são os desníveis de desenvolvimento regional; é a ação predatória e impune das multinacionais; é a importação de valores culturais alheios à nossa formação e à

nossa realidade, é a destruição de nosso patrimônio, cultural e natural.

Pois be, é assim que entendemos a destruição de nosso patrimônio natural, como parte desse conjunto de problemas, que o país precisa enfrentar.

Na realidade, o problema da destruição de nosso patrimônio natural está presente desde a época de sua descoberta. Ao colonizador, como se sabe, interessava unicamente explorar ao máximo, tudo o que o imenso território possuía. E assim o fez durante os 322 anos em que dominou o Brasil.

Libertos de Portugal, não nos livramos entretanto da dependência estrangeira. Com a economia sempre voltada a atender mercados externos, fomos incapazes de escolhermos, nós mesmos, nossas alternativas de crescimento.

O processo da industrialização a partir da década de trinta, traz consigo alterações profundas: de um lado a crescente urbanização e de outro a necessidade cada vez maior de matéria-prima.

Esse processo se acentua significativamente a partir de 1945, no pós-guerra, principalmente com a criação da indústria automobilística e a política desenvolvimentista adotada no governo Kubistchek. É entretanto, a partir de 1964, com a tentativa de "modernizar" e tornar o país "Potência", a qualquer preço, que a situação adquire contornos alarmantes.

Consideramos o sistema político-econômico imposto ao país nesta época, como causa do agravamento considerável dos problemas do meio-ambiente.

Isto porque, foi vedada à Nação, a possibilidade de discutir suas opções de desenvolvimento. O regime autoritário possibilitou a imposição de um modelo econômico, em tudo contrário - aos interesses da Nação, na medida que colocou nossos recursos naturais à disposição do capitalismo internacional. Não é à toa que a dependência externa, transformou este país no famoso "paraíso das multinacionais", ávidas de matérias-primas e mão de obra barata.

Este modelo econômico, privilegiando o crescimento numérico ou estatístico, sacrificou a qualidade de vida da população;

privilegiando a industrialização acelerada esqueceu-se de suas consequências como a degradação do meio-ambiente e a poluição dos rios, dos mares e atmosférica; privilegiando a agricultura extensiva e voltada a atender o mercado externo, esqueceu-se que, para realizá-la, é necessário a utilização em quantidades incalculáveis de adubos e inseticidas, que além de ocasionarem a morte do próprio homem e contaminarem alimentos, tem exterminado a fauna e a flora de vastas regiões do país.

Uma agricultura que eliminou as últimas manchas de florestas naturais de extensas áreas, transformando-as em "quase-desertos" improdutivos, secando rios, matando a vida.

Privilegiando o criador de zebu e o especulador imobiliário, entregou-lhes enormes porções da Amazônia, para que a transformassem em pasto e em lucro, esquecendo-se do grave problema de distribuição de terras e permitindo a destruição da Floresta Amazônica, crime histórico maior contra o futuro e a humanidade.

Privilegiando projetos megalomaniacos, como as Usinas Nucleares e Itaipu, Transamazônicas, Auto-Estradas e Elevados, esqueceu-se de ouvir o povo, que certamente teria outras opções e prioridades, como comer, morar e se vestir dignamente.

Assim, não vemos, enquanto representantes de entidade de defesa ecológica, como disassociar esta questão do aspecto político. Mas esse é um assunto para o item seguinte.

#### MOVIMENTO AMBIENTALISTA

Dizíamos no início, da reação de vários grupos frente aos projetos que poderiam causar impactos ambientais. Foram tantos os casos a defender e os grupos criados, que a tendência natural tem sido a desses grupos se procurarem, trocarem experiências, se unirem. Já falamos do Comitê de Defesa do Patrimônio da Comunidade e dos Simpósios e Encontros que têm acontecido. Poderíamos chamar isso de Movimento Ambientalista? Cremos que não; por que falta a esses grupos uma linguagem e uma estratégia comuns. Sente-se aliás, que se procura isto, como o vem demonstrar a inclusão do Encontro de Proteção do Ambiente, de um tema dedicado a discussão das Diretrizes e Metas do Movimento Ambientalista Brasileiro.

De modo que este documento pretende ser uma contribuição - da Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro à essas discussões.

Achamos que o atual momento é propício para levantar as questões e de discutí-las. Não trazemos nenhuma posição fechada ou pré-estabelecida. Achamos no entanto, que é preciso encarar - sem temores, algumas proposições básicas, especialmente a que se refere à relação política-ecologia.

Consideramos esta relação dentro do exposto no item anterior, ou seja, da relação da ecologia com os aspectos todos que compõe a realidade geral do país.

Não há mais como fugir desta compreensão. No momento em - que toda a Sociedade Brasileira, se organiza no sentido de discutir, de participar, de propor alternativas, é preciso que aqueles que lidam com o problema ecológico, digam o que realmente é, a preocupação ecológica, a que veio e o que propõe.

Isto só será possível, se perdermos o receio de discutir - ampla e politicamente o problema ambiental. É verdade que falar em política no Brasil, atemoriza e nem sempre foi conveniente ao encaminhamento de certas lutas específicas. Não negamos inclusive, que o tratamento da questão ecológica, como algo isolado da realidade do país, produziu seus frutos até agora. Entretanto, aqueles que lidam com assuntos de interesse público, tem por obrigação estarem atentos às mudanças dos tempos.

Daqui para a frente, no entanto, sob pena do movimento perder crédito junto à opinião pública e ser incapaz de levar lutas mais consequentes, é necessário redimensionar a questão ecológica, levando-se em conta especialmente as condições peculiares e o estágio de desenvolvimento do nosso país, já que em outras nações como as da Europa ou nos Estados Unidos, o problema adquire outros contornos, absolutamente específicos.

Há que considerar também, neste redimensionamento, a compreensão do termo ecologia entre a população. Sabemos, por entre vistas realizadas para o jornal Terra, que existe um desconhecimento quase total por parte daqueles que sofrem mais diretamente os problemas do que seja ecologia: os trabalhadores, a população da periferia e dos bairros extremamente poluídos.

Mesmo nos setores mais informados da população, existe uma confusão e uma variedade de interpretação muito grande do que vem a ser o problema ecológico, geralmente confundindo simplesmente com a ausência do verde.

E que para que possa unir energias, partir uma luta organizada, para que o movimento perca seu caráter elitista é preciso portanto, considerar esses fatores.

Em primeiro lugar, qual a visão que nós, Entidades, temos da questão ecológica. Em segundo: como atuar para levar à maioria da população, uma compreensão maior sobre o que vem a ser ecologia ?

Mais: como aumentar a participação popular nas lutas por melhores condições de vida ?

Como desenvolver a consciência ecológica nos locais em que ela mais se faz necessária ? Criando canais de comunicação entre esses setores e as Entidade; propondo Educação Ambiental ao nível formal e informal; realizando campanhas de esclarecimento; - se unindo à grupos de base, outras Entidades e Associações não ecológicas, à Partidos Políticos ?

Como deve atuar o movimento ambientalista ?

Ao nível institucional - pequenos grupos realizando pressão como tem sido feito até agora, ou realizando um verdadeiro esclarecimento à população, à nível popular, com trabalhos de base ? Quais os limites de nossa atuação e para que lado ela deve se orientar ?

É a isto que chamamos procurar uma estratégia comum.

Entendemos outrossim, que são o pensamento ecológico pode propor algumas questões fundamentais, de caráter ético-filosófico que se colocam ao ser humano neste findar de milênio.

São questões que se referem à uma tomada de consciência do homem enquanto ser do planeta Terra.

Se referem ao objetivo, ao papel da existência humana, observado seu trajeto ao longo de toda a história.

Se referem ao papel da ciência e da tecnologia, que tal como forças incontrolláveis, tem possibilidade ao homem violentar sistematicamente e inconsequentemente a natureza.

Se referem a uma outra compreensão da relação homem/natureza que não aquela pragmática e utilitária que a civilização ocidental nos legou.

Se referem a um outro entendimento do conceito "progresso e desenvolvimento".

Se referem ao fantástico desempenho do homem no planeta, - que não levou-o a sua realização, ao contrário, cada vez mais o tem levado a caminhos cuja saída, não aponta senão no sentido da destruição final, basta se informar da capacidade atômica das - duas grandes potências.

São essas questões que dão especificidade ao movimento ecológico. São questões que levantamos e sobre as quais não temos - nenhuma posição definitiva. Achamos apenas que precisam ser objeto de discussão e entendimento; é aquilo que chamamos de procurar uma linguagem comum.

São essas questões enfim que precisam ser colocadas à So- ciedade Brasileira, neste momento, em que a tendência histórica a ponta no sentido de sua reorganização.

Se achamos essas questões válidas e se pretendemos influir neste reordenamento da nação, é preciso que adquiramos maior pe- so político. Como obtê-lo ?

A experiência da Comissão de Defesa do Patrimônio da Comu- nidade, tem mostrado o caminho. Através da união das mais varia- das Entidades e Grupos, tem sido possível levar a cabo algumas - lutas e tem sido possível levar a discussão à opinião pública.

É preciso pois avançar nesse sentido. Propomos então que, seja discutida a organização de Federações Nacionais ou Regio- nais, como primeiro passo para a construção de uma Entidade Nacio- nal do Meio-Ambiente.

Que essas Federações iniciem a discussão das diretrizes b<sup>a</sup>sicas do movimento ambientalista de maneira que possamos no pr<sup>o</sup>- ximo ano realizarmos o I Encontro Nacional de Entidades Não-Go- vernamentais, quando em função do trabalho ao nível regional, po- der-se-ia propor a criação de um órgão à nível nacional.

Entendemos que a organização ao nível nacional nos dará pe- so político necessário para podermos atuar efetivamente, quer - propondo alternativas, quer influenciando em decisões, quer levando



a cabo lutas em todos os lugares e em todos os momentos em que nossa presença se fizer necessária.

### SOCIEDADE DE DEFESA DO LITORAL BRASILEIRO

A Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro nasceu em princípios deste ano, da motivação do grupo de pessoas que liderou o trabalho de defesa dos habitantes das praias de Trindade.

É a luta, ombro a ombro, com a população dessa área, que nos levou à compreensão da ecologia tal qual expusemos.

Na realidade, se o aspecto ecológico se apresentava e era importante, dada as características próprias do local, não era entretanto, o principal.

O fato básico era a agressão de uma Companhia Multinacional, a Parati Desenvolvimento Turístico S/A., ligada ao Grupo Adela, a uma comunidade de pescadores e lavradores, secularmente isolada e que resolveu defender suas terras e portanto seus "pontos de pesca", quando percebeu que havia sido enganada.

O mais grave: essa agressão era consentida e acobertada por autoridades brasileiras, desde aquelas ligadas diretamente ao problema, como as do Município de Parati, como todas aquelas em outros escalões que foram procuradas, para se por termo, ao menos à violência.

A absoluta indiferença oficial frente ao problema, a necessidade de se dar uma cobertura jurídica formal àquele grupo de pessoas sensibilizadas com o fato, a consciência de que Trindade não era um caso único, mas um entre muitos, levam à formação da Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro.

A SODELIBRA tem dois objetivos definidos por seu Estatuto:

- 1) "A defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural do Litoral Brasileiro";
- 2) "A defesa da melhoria das condições de vida do habitante do litoral".

A partir da definição da luta de Trindade, a sociedade tem orientado seu trabalho nos seguintes níveis:

- 1) PESQUISAS E ESTUDOS

- 1) Levantamento geral do litoral visando o conhecimento de sua situação no que se refere especialmente aos seus as pectos sociais e econlógicos;
- 2) Estudo da legislação relativa ao meio-ambiente;
- 3) Estudo da ecologia enquanto ciência e sua relação com - as demais áreas do conhecimento humano.

## II) RELAÇÕES EXTERIORES

- 1) A Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro é filia-da ao Centro de Enlace para El Medio Ambiente, enti-dade mundial de organizações não governamentais, in-teressadas no meio-ambiente e nos assentamento huma-nos, com sede em Nairobi, Kenia, fundado com o obje-tivo de servir de canal de comunicação com o Progra-ma das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (PNUMA);
- 2) É filiada ao Comitê de Defesa do Patrimônio da Comu-nidade, em São Paulo;
- 3) É política da Sociedade, se juntar a grupos ou enti-dades que existam em cidades do litoral brasileiro, assim como estimular a formação desses grupos. A mē-dio prazo, pretende-se montar através desses grupos em cada localidade, uma estrutura de organização a nível nacional;
- 4) A SODELIBRA entende ser importante a realização de - Encontros, Simpósios, Debates, como forma de trocar experiências, discutir-se problemas e adotar-se es-tratêgias comuns.

## III) ATUAÇÃO

- 1) Fiscalização: através dos grupos em cada localidade, exercer fiscalização;
  - a) das formas de ocupação da faixa litorã-nea; empreendimentos imobiliários, tu-rísticos, indústrias poluidoras, etc.;
  - b) pesca predatória ou ilegal;
  - c) devastações florestais;

d) agressão ou deslocação de populações - nativas.

2) Denúncias: denúncias públicas de irregularidades ou fatos que atentem contra populações ou o meio-ambiente, principalmente através da imprensa.

3) Educação Ambiental: realização de exposições, debates, palestras, visitas, projeção de filmes ou áudio-visuais, ou quaisquer outras formas de atuação que permitam discussões ou esclarecimentos sobre problemas do litoral, problemas ecológicos, etc.

4) Divulgação:

- a) publicação periódica de jornal, boletim, etc., sobre os mais variados temas da atualidade brasileira;
- b) publicação de documentos sobre assuntos específicos ou de natureza mais teórica, debates de temas, etc.;
- c) realização e divulgação de filmes e áudio-visuais.

5) Ação preventiva:

- a) discussão de legislação específica existente, em estudos, ou em vias de ser aprovada;
- b) elaboração de projetos alternativos ao nível de legislação ou de projetos;
- c) elaboração de estudos que possam contribuir para debates ou projetos;
- d) apoio a candidatos ou políticos de cuja plataforma conste a defesa do meio-ambiente e a defesa de populações ou minorias.

#### IV) POPULAÇÕES CAIÇARAS

A SODELIBRA atuará sempre em defesa das populações caiçaras ameaçadas.

Seu papel nessa atuação se caracteriza como a de um orgão intermediário entre essas comunidades e todo o resto que compõe o conjunto da sociedade nacional.

Isso significa que apenas traduziremos os anseios e as necessidades que essas comunidades manifestarem.

Fazendo uma reflexão sobre a ideologia do grupo a partir da "Carta de Princípios", lembramos que ela foi elaborada 6 meses depois do início da atuação da SDLB e que, portanto, representa uma espécie de "cartão de visita" formal, ela revela acima de tudo, a maneira pela qual o grupo quis se apresentar e quais eram as metas que ele se propunha.

É também importante lembrar que essa "Carta" obedecia as regras de uma sociedade ainda sob forte controle policial e militar: a "abertura" política estava apenas começando e não se sabia muito bem até onde podia ir qualquer contestação. Talvez fôse em parte por isso, que a ênfase da Carta foi colocada sobre a questão ecológica que começava a ser levada, a nível nacional, pela imprensa em 1975 e passaria a ser o tema de diversas conferências, congressos e simpósios em 1977. Em 1977, aconteceram também diversas mobilizações populares, a principal delas a defesa do Vale do Paranapanema, em São Paulo, onde a empresa Braskraft pretendia instalar uma indústria de celulose. Em 1978, explodem diversos movimentos isolados sem uma coordenação e filosofia comum, nenhuma entidade abrange todo o país; no Rio Grande do Sul, destaca-se a pessoa de José Lutzemberg da Associação Gaúcha de Proteção ao Meio-Ambiente, que começou a realizar numerosas conferências. Em 1979, a luta ecológica passará pela campanha de denúncia anti-nuclear. (Silva; 1978)

Vimos que a Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro (SDLB) apresentou-se dentro do quadro das Associações, Entidades e grupos que "tem se formado espontaneamente, denunciando à opinião pública as consequências da alteração do equilíbrio ecológico", e, pretendia entrar em contato com as outras entidades, lutar pela organização a nível nacional desses grupos e ampliar a "luta para

a defesa da melhoria das condições de vida do habitante do litoral", prestando assistência não somente à Trindade mas a outros lugares. Apresentou-se também dentro do quadro mais amplo de "um movimento geral de importantes setores da Sociedade Brasileira, que, após anos de silêncio ... desperta e quer discutir e participar da elaboração de seu próprio destino". (Carta de Princípios).

O grupo nasceu dentro do contexto do início da "abertura", momento em que, após 14 anos de ditadura militar, elementos da sociedade brasileira começaram a expressar suas reivindicações específicas. Nesse momento, numerosos e pequenos grupos começam localmente a se organizar para dizer "não" aos projetos e metas governamentais.

No entanto, o medo persistia, e exigia uma certa cautela, em relação à atuação. As primeiras reivindicações serão expressas em termos ecológica - os únicos aceitáveis na época - definindo-se, inclusive, como a-partidários. Os grupos reconheciam porém, que a luta ecológica era um primeiro passo para a luta política e que a sua organização a nível nacional "daria peso político necessário para poder atuar efetivamente" (carta de Princípios).

É também um momento em que a ânsia de participar, especialmente nas classes médias urbanas, é grande e incentivado pelo aumento de novos canais de participação (imprensa, política, arte ...). Se algumas reivindicações desses movimentos eram exclusivas da classe média - como Caucaia do Alto (reivindicação contra a construção do aeroporto internacional de São Paulo em 1978) - e serão as primeiras a serem bem sucedidas, a maioria requer a participação popular. Essa ânsia de participar se canalizará sobretudo sobre esses movimentos. Surgiu uma espécie de "espírito missionário" através da necessidade de encampar outras lutas e conscientizar as populações: "Como atuar para levar à maioria da população uma compreensão maior sobre o que vem a ser ecologia? Como aumentar a participação popular nas lutas para melhores condições de vida? Como desenvolver a consciência ecológica nos locais em que ela se faz mais necessária?"

As respostas a essas perguntas contidas na Carta de Princípios refletem como o canal de participação se torna válido -

quando passa através do povo, quando a luta é também instrumento de conscientização: *"realizando campanhas de esclarecimento; se unindo a grupos de base, se unindo a partidos políticos ..."*

Um outro fator importante para a motivação da luta foi o ôdio justificado pelas multinacionais às quais a revolução de 64 deu "carta branca" e que se encaixava dentro da história colonizada do Brasil: *"o regime autoritário possibilitou a imposição - de um modelo econômico, em tudo contrário aos interesses da nação, na medida que colocou nossos recursos naturais à disposição do capitalismo internacional. Não é à toa que a dependência externa transformou este país no famoso "paraíso das multinacionais", ávidas de matérias-primas e mão de obra barata"*.

Nas perspectivas dessa posição ideológica, Trindade se torna síntese de grandes contradições. É um lugar belíssimo que está sendo destruído por uma multinacional e cuja população é dia a dia violentada. É, de certa forma, uma espécie de microcosmo - do Brasil onde se concretiza uma briga entre o capital internacional e uma sociedade "arcaica", briga da qual participam membros da classe média urbana. Esses fatores tornaram as emoções bastante presentes durante o desenrolar da luta, emoções que muitas vezes chegaram às beiras da paixão.

Tratando-se da atuação concreta "ombro à ombro" com a população de Trindade, a SDLB se define como um "órgão intermediário entre essas comunidades e todo o resto que compõe o conjunto da sociedade nacional", propondo-se : *"apenas a traduzir os anseios e as necessidades que essas comunidades manifestaram"*. Assim - sendo, uma das bases mais fundamentais da sua ideologia será a política da não interferência.

Essa ideologia da não interferência tornara-se rapidamente o calcanhar de Aquiles do grupo. Podemos desde já perceber algumas contradições entre os acontecimentos e as propostas. Essa premissa nega, de entrada, o fato de que a simples presença dos membros na aldeia era já em si uma interferência: interferência a nível político e econômico e cultural, como retomaremos em conclusão.

Por outro lado, numa comunidade composta de diversos elementos, cada qual com seus próprios anseios, suas próprias necessidades, é difícil discernir quais são os anseios e necessidades co-

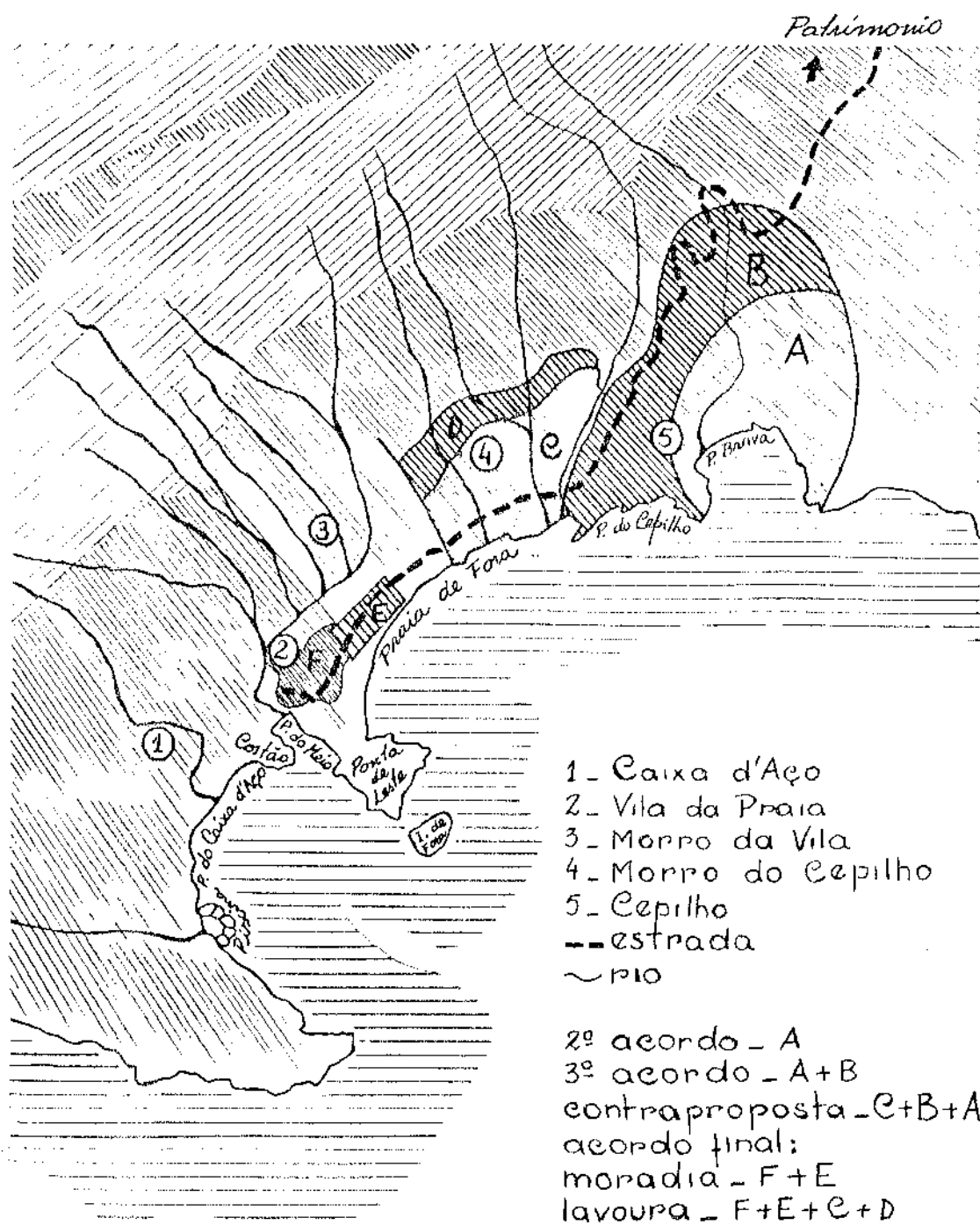
muns. Dentro dos primeiros acontecimentos já relatados, vimos, - por exemplo, que para conseguir a colaboração do Dr. Sobral Pinto, a SDLB fez uma carta em nome de todos os Trindadeiros que - foi somente assinada, e ainda com dificuldade, por 5 ou 6 deles. Porém, quando chegou na aldeia a notícia de que o Dr. Jarbas aceitava defendê-los, foram tôdas as famílias, que ainda se encontravam em Trindade, assim como algumas que já estavam em Ubatuba, que se deslocaram para Parati em fevereiro de 1978, para lhe dar a sua procuração.

A partir dessa primeira interferência, no entanto, o cenário começou a mudar e a luta começou a se desencadeiar. Com a atuação do Dr. Jarbas na Justiça e da SDLB na imprensa, e, após o estupro das duas professoras em abril, a Cia. se viu obrigada a mudar a sua tática e o seu modo de atuar dentro da aldeia. Ela mudou o seu gerente, retirou muitos jagunços e recomendou - aos outros a maior discreção. Pararam também os trabalhos de - desmatamento e a derrubada das casas.

Aos poucos a confiança renasceria nos Trindadeiros que - tornaram-se o palco da luta, assumindo o papel difícil de resistir, suportando a insegurança, falta de conforto, etc...

A partir dêsse momento, a luta articulava-se em tórno da luta jurídica. A Cia. propôs um primeiro acôrdo em junho de 78, através do Prefeito de Parati. As propostas de acôrdo foram bastante usadas pela Cia. após cada julgamento desfavorável para os Trindadeiros e se tornaram a sua grande tática, como veremos em detalhe no capítulo que segue, no qual estudaremos os conflitos e as alianças que vão se fazer e desfazer no decorrer da luta.

## OS ACORDOS PROPOSTOS



fonte: SDLB





VI

ALIANÇAS E CONFLITOS

(JUN/78-OUT/82)

No dia 14 de maio, quando a Sociedade tomou posse oficialmente, ela realizou um ato de denúncia, através do que se chamou a "Caravana Ecológica para Trindade", como relatamos na introdução desse trabalho. Em seguida, em São Paulo e no Rio de Janeiro, foram realizadas duas exposições de fotografias acompanhadas de atos que contaram com a presença do advogado, de entidades ligadas ao movimento ecológico, e de muitas famílias de Trindade que foram levadas de ônibus emprestados pela Prefeitura. Atos cuja repercussão foi importante tanto a nível de imprensa, quanto no interior da comunidade.

Aos poucos, famílias que tinham se mudado para Ubatuba e Parati, voltaram e, tendo o consentimento do Dr. Jarbas, reconstruíram a sua casa na sua posse de lavoura ou na de um parente. As primeiras famílias a voltar foram, em grande maioria, parentes próximos dos que ficaram e depois, parentes de um parente que optou por voltar.

A aldeia inteira então se reconstituiu em torno de 60 famílias e esse número, apesar dos despejos que provocavam idas e voltas a Ubatuba, oscilou sempre entre 45 e 60 famílias.

A ocupação habitacional se reestruturou em 5 núcleos, como mostra o mapa da página anterior:

- . Caixa D'Aço - 8 famílias
- . Vila da Praia - 10 famílias
- . Morro da Vila - 5 famílias
- . Morro do Cepilho - 7 famílias
- . Cepilho - 8 famílias

A participação efetiva na luta, e o empenho, assim como aconteceu dentro da própria SDLB, e acontece em geral em qualquer grupo, destacou certas famílias, certos chefes de família e algumas mulheres.

Por ser difícil conseguir a atuação e iniciativa concreta da maioria da população, essa última, foi muitas vezes taxada de "passiva". No entanto, cada família participou da luta a seu modo, ficando na aldeia, o que já era em si uma participação importante, ativa e decisiva. Se o homem participou aparentemente mais nas reuniões e decisões, essa "resistência" deve o seu sucesso às suas mulheres que se dispuseram a viver com muitas crianças pequenas.

nas em casas apenas terminadas e, na quase totalidade, sem conforto nenhum, muitas vezes no alto de um morro, tendo que subir e descer, viver longe da Vila.

Para a comunidade inteira, o Dr. Jarbas se tornou, após o Martin, o anjo caído do céu. Era frequente ouvir reflexões que nem essa: "depois de Deus, só o nosso advogado". A SDLB também foi recebida de braços abertos. As duas famílias que hospedaram Martin - no início da luta - a do Sr. Antonio e a do Sr. Ditinho e da Dona Djina (uma das 4 famílias que não venderam a sua posse de moradia) se tornaram pouco à pouco o maior centro de hospedagem da SDLB, - com as consequências que isso implicava; outras famílias faziam - questão de convidar os membros para almoçar, querendo, com isso, - retribuir a ajuda recebida.

Esse convívio com a comunidade favorecia o estabelecimento de laços afetivos e de amizade entre ambas as partes. Acentuava-se também, uma certa mudança de comportamento entre os jovens que não eram casados no início do movimento.

De repente, o padrão de vida não era mais trabalhar para - construir uma casa e formar uma família, mas "curtir" a vida: muitos sonhavam em virar cantores, transavam com as mulheres da cidade, faziam numerosas viagens para São Paulo, viviam na esperança - do fim de semana, etc. ... O "modelo" tornou-se o tipo de vida dos jovens da classe média urbana.

Este é o palco onde vai se desenrolar a luta.

OOOOOOOOOOOOOOOOOOOO

## O CLIMA DE EUFORIA E A UNIÃO MILAGROSA

No dia 17 de junho de 1978, o prefeito de Parati, Benedito Gama, que, no dia da posse da SDLB, tinha, pela primeira vez, dado oficialmente todo o seu apoio à luta - veio para a aldeia com o objetivo de trazer aos Trindadeiros uma "proposta" da Companhia.

Durante a reunião realizada na Escola Estadual da aldeia, com a presença de 70 Trindadeiros, quatro representantes da Prefeitura e diversos membros da SDLB, o Prefeito revelou o teor - dessa proposta e afirmou o seguinte:

*"Tenho recebido diversas propostas da Companhia de fazer a troca "dessa área" de Trindade (área da Prefeitura) por uma área em outro local. A última proposta que eu tive é de uma área próxima de Parati localizada dentro do perímetro urbano da cidade ...*

*Queria novamente dizer que o que vocês decidirem nessa - reunião, eu vou receber de bom grado. Estou aqui por um desengano de consciência, porque eu não sei o que pode a acontecer com essa área. Quero que vocês saibam que podem contar comigo nessa luta ..."*

Os Trindadeiros se levantaram um por um, recusando a proposta. Como declarou João Possidônio:

*"Aqui nasci, quero nossa área aqui".*

Ou ainda Jair da Anunciação:

*"Estamos agradecidos ao Sr. Prefeito, que tem se pronunciado a nosso favor, não só aqui em Trindade mas também perante a imprensa; queremos essa área dentro de Trindade. Não estamos aqui para premiar a Companhia. Não queremos trocar uma coisa que é nossa por uma coisa que nem vimos ainda ..."*

E assim complementou Marciano da Apresentação:

*"Lutar é importante, ganhar é importante ... Vamos lutar - juntos, nós e o Prefeito".*

Após a manifestação individual de cada um, o Prefeito pe-

diu para que todos os Trindadeiros que fossem contra o acordo se levantassem. Os Trindadeiros unânimes, se levantaram.

Um representante da Prefeitura disse, nêsse momento, que os Trindadeiros poderiam tanto ganhar, quanto perder tudo, e que por isso seria interessante analisar a proposta da Cia. A isso respondeu o Sr. Antonio de Jesus:

*"Se você tem dois galos de briga, você tem que colocar os dois juntos para ver qual que ganha ... Se a gente perder dentro da realidade da lei, então eu fico satisfeito. Pra saber se o café é doce, eu tenho que beber".*

Essa primeira proposta de acordo, acontece numa época em que a fê reinava em Trindade. Além do aparecimento "milagroso" - do Martin e depois do Dr. Jarbas, da ajuda inesperada da SDLB, - das denúncias da imprensa e consequentemente do recuo da multinacional em relação à violência praticada na aldeia, os Trindadeiros receberam três dias antes da reunião, a notícia de que um deles - Lourival de Lima de Oliveira - recebeu liminar favorável - na ação de manutenção de posse impetrada pelo Dr. Jarbas. Essa - notícia foi recebida com muita euforia. Era então "óbvio" que - nesse contexto nenhum Trindadeiro estivesse interessado em fazer as "pazes" com a Companhia para receber uma área que nem conhecia no município de Parati. A briga ainda era nova, a primeira - vitória recente, todos estavam animados querendo lutar até o fim e sobretudo não sair de Trindade.

A situação dentro da aldeia, porém, não era totalmente - "cor-de-rosa".

No dia seguinte, Martin precisou recorrer a tôda sua força persuasiva e a todo seu talento de orador, para dirigir uma reunião na qual se discutiria a situação e os problemas da aldeia. Nessa reunião ele comunicava sua saída temporária (aproximadamente por um mês) e também apresentava José para substituí-lo. Como estiveram presentes apenas 40 pessoas, ele insistiu na idéia de que as reuniões eram a única forma de juntar as famílias disseminadas pela aldeia tôda.

A tendência dos habitantes, porém, não era de muito frequentá-las, reservando a sua presença para aquelas mais decisivas.

vas, das quais participavam o Dr. Jarbas ou o prefeito, ou quando se tratava de uma situação de apuros.

Nessa reunião, Martin insistiu que um dos problemas maiores era a situação econômico/financeira da população, que sofreu - grande queda, desde que os homens não puderam mais sair embarcados.

Além disso, os gastos aumentaram pois, embora o Dr. Jarbas não cobrasse honorários, ele precisava de ajuda financeira para cobrir as despesas jurídicas. Martin chamou a atenção para o fato de que somente a metade das famílias estavam contribuindo para a "caixinha", criada dois meses antes para cobrir as despesas comunitárias (a contribuição mensal estava fixada em Cr\$ 200,00 a serem pagos por cada família (1)).

Ele colocou ainda que, se o não pagamento se dava por falta de condições econômicas, todas as famílias deveriam se unir para conseguir, de qualquer forma, meios de ganhar dinheiro dentro da aldeia. Para isso, diversas possibilidades foram apontadas pelas pessoas reunidas: aproveitamento do turismo, organização de grupos de seis ou sete pessoas para a pesca de cerco, venda do peixe em Parati ...

Sintetizando, podemos dizer que o tema das reuniões, nessa época, era "união e trabalho". Nesse ponto, é interessante ressaltar que esse lema "união e trabalho" eram também o ponto fraco da SDLB e o centro das suas maiores dificuldades.

De fato, após a efervescência de março, abril, maio, onde tudo tinha que ser resolvido de maneira fulminante, a SDLB deu um passo atrás: com as férias de julho, o grupo se esvaziou e dispersou-se. Entraram pessoas novas, saíram outras e, quem ficou, se sentiu meio desconcertado frente ao que fazer.

Em São Paulo, as reuniões foram suspensas. Na aldeia, onde diversos membros foram passar as férias com a intenção de ajudar, as iniciativas ficaram a nível individual, trazendo brigas e desentendimentos ... O maior problema residia no fato de que Martin, que até então era o líder incontestado, tinha ido - embora, deixando no seu lugar, José. Os membros da SDLB que - mais frequentavam Trindade não aceitavam o José por razões que iam desde semelhança de idade (Martin era muito mais velho do

que a maioria dos membros) até inveja, como o próprio José nos conta:

*"O Martin saiu, a SDLB começou a me agredir porque não me aceitavam de forma alguma. Primeiro, porque eu tinha 23 anos de idade, era dois anos mais velho do que eles. Eles não aceitavam que eu tivesse a força de ficar lá e eles - não. Então, eles tinham que negar isso. Como que podiam - negar isso? Negando que eu tivesse força, me agredindo e tentando me destruir". (José, 1980).*

No seu ponto de vista, quem se propôs a ajudá-lo nas tarefas de professor e de intermediário, entre Jarbas e os Trindadeiros, só atrapalhou, por causa de ciúme e inveja do poder. Na realidade, ninguém se responsabilizou por nenhuma das tarefas, e tampouco, facilitou-as.

Existia uma certa competição entre a maioria dos membros, em querer ajudar "mais" os Trindadeiros. Esse processo, ao invés de ajudar, lançava as pessoas uma luta interna e relativamente escamoteada, que desviava o grupo de suas metas de ação.

Acabadas as reuniões com os Trindadeiros, que eram o ápice da organização, cada lado voltava à sua vida normal. Do lado dos Trindadeiros, quem pescava continuava a pescar, quem plantava continuava a plantar, quem não participava continuava não participando. Do lado da SDLB, foi a mesma coisa.

Passada a euforia da primeira vitória, tanto os Trindadeiros quanto os membros da Sociedade, perplexos, não sabiam por onde se reorganizar e viviam em parte, apenas sonhando com a vitória final.

Dessa primeira fase se destacou, porém, uma atitude coesa e sólida de todas as partes envolvidas, frente à multinacional. Se haviam problemas internos nos grupos, esses foram abafados e ignorados, em função da existência, no plano mais geral, da Companhia, que nesse momento era o inimigo comum que propunha coisas inaceitáveis para todos.



O SEGUNDO ACÔRDO OU QUANDO AS COISAS COMEÇAM A SE COMPLICAR

Passadas as férias de julho de 1978, a Companhia voltou ao ataque com uma segunda proposta de acôrdo, mais ou menos um mês e meio após a primeira. Desta vez, a proposta veio através do advogado dos Trindadeiros.

A notícia que comçou a circular em Trindade era de que a Cia. propunha que se encerrasse a disputa jurídica, cedendo em troca a "Praia Brava", ou mais exatamente, uma parte dela, indo do mar até 400 m de fundo. (ver mapa pág. 166)

Essa nova proposta desconcertou a todos, frente à necessidade de decidir concretamente sôbre o rumo a tomar. Como a área oferecida pela Cia. era dentro da aldeia, algumas pessoas viram-se em conflito, pois correspondia parcialmente ao desejado, ou seja, que os Trindadeiros não saíssem de Trindade.

Por outro lado, tratava-se da praia menor da aldeia, de acesso difícil, terreno inclinado e cheio de buracos e sobretudo, não permitia a pesca. Essa proposta era, portanto, repugnante para alguns, atraente para outros e acabou gerando confusão.

O advogado sugeriu uma resposta paliativa: uma contraproposta. Essa última foi formulada pelo Jair, que propôs, além da "Praia Brava" inteira, a praia do Cepilho e uma parte do morro - do Cepilho. (ver mapa pág. ).

Isso, contudo, não levou os Trindadeiros a um consenso. Pelo contrário, trouxe à superfície as divergências que existiam - entre os diversos grupos da comunidade, cada um defendendo o seu lado e criticando a iniciativa do Jair: quem morava no "Caixa - D'Aço" defencia uma contraproposta de acôrdo sobre o "Caixa D'Aço", quem morava n "Praia do Meio", sôbre a "Praia do Meio", etc. Isso gerou uma tensão muito grande, mostrando claramente que a união era precária.

Este foi, para a SDLB, um momento crítico. O acôrdo era, - para ela inaceitável, por razões que iam do "emocional" (fim de muitas fantasias) ao "racional" (tratava-se da praia menor e de mais difícil acesso de Trindade). Para os membros, a Praia Prava não representava em sí nenhum atrativo turístico e, além disso, - colocava um ponto final a uma luta que dizia "até o fim", ou se

ja, até conseguir a aldeia inteira.

No entanto, pela primeira vez apareceu claramente o dilema entre intervir ou não, afirmar uma posição própria ou deixar os Trindadeiros decidirem. Como era impossível tanto aceitar o acôrdo, quanto impedi-lo, tentou-se convencer os Trindadeiros de que para eles o acôrdo não servia.

Entretanto, a situação concreta não era das mais brilhantes: a luta que continuava na Justiça. reservou algumas surpresas para a população.

Em setembro, o juiz de Parati, Seletti Rangel, deu uma sentença liminar global e negativa para 17 famílias (2) e, no início de outubro, o Dr. Jarbas informou sôbre a possibilidade de despejo de 4 famílias.

Paralelamente, continuavam as audiências em Parati que requeriam dos Trindadeiros tempo e dinheiro. Além disso, segundo o Dr. Jarbas, os processos seriam provavelmente perdidos em Parati, o que queria dizer que, se a luta continuava, teria que apelar - no Tribunal do Rio de Janeiro, o que, em tórmos práticos, significava mais dinheiro para a entrada dos processos na Justiça - (Cr\$ 3.000,00 no Rio, para Cr\$ 900,00 em Parati) e mais gastos - em locomoção.

Para contrabalançar esse argumento, assim como o fato de que as famílias se ressentiam cada vez mais da falta de dinheiro e não conseguiam se unir em tórno de uma atitude, era urgente a SDLB propor algumas alternativas. Para resolver o problema financeiro, cogitou-se da criação de uma cooperativa de produção que reagruparia três grandes setores: pesca, agricultura e artesanatos e, para a qual seriam chamadas pessoas de fora para encarregar-se da contabilidade ... De imediato, era preciso incentivar os Trindadeiros a voltar a trabalhar nas suas roças, a pescar, a fazer hortas e artesanatos.

Por isso, era urgente parar com o clima de festa que se instalava na aldeia quando chegava a Sociedade e mostrar o exemplo à população através do trabalho dos próprios membros que poderiam organizar uma coleta de lixo, construir uma praça, fazer e vender comida, conseguir fundos ou doações para incrementar os instrumentos de pesca da comunidade ... Para ajudar poderiam também ser levados à aldeia médicos, dentistas, agrônomos.

Para a SDLB, que nunca quiz refletir sôbre o fato de que a falta de união podia simplesmente vir de um tipo de vida comunitária que sempre teve um viés individualista, e para quem a comunidade antiga era uma sociedade idílica, onde não existiam brigas e desentendimentos ..., a falta de união provinha da disseminação das pessoas na aldeia e da falta de um trabalho em comum.

Como era impossível reaproximar as pessoas geograficamente, era importante aproximá-las em torno da fé, incentivando a reconstrução de uma igreja ...

Eram propostas bem intencionadas. Algumas foram levadas a frente; mas nem sempre no prazo ou com o resultado desejado: as hortas começaram a crescer, a virar moda, mas foram rapidamente abandonadas; dois médicos e um dentista começaram a percorrer a aldeia durante alguns meses nos fins de semana; a igreja foi construída dois anos depois; os Trindadeiros (uma parte deles) voltaram a trabalhar na pesca com dois cêrcos, a construir uma urna para conservar o peixe; a SDLB conseguiu dinheiro do Fundo Samvel (3); as roças continuaram como antes: certas famílias continuavam plantando, outras não, ou por não poder juridicamente, ou por não querer; durante um ano diversas famílias produziram objetos de artesanato (sobretudo balaies e gaiolas) que eram depois levados para São Paulo e vendidos pela SDLB; a coleta de lixo nunca chegou a entusiasmar; a idéia da cooperativa foi esquecida ...

Durante toda essa fase, a vida na aldeia era muito marcada pela audiência em Parati que, além de requerer a presença do interessado e das testemunhas, levava para a cidade uma boa parte dos Trindadeiros à procura de um contato com o Dr. Jarbas.

De fato, após cada audiência, era frequente ver o Dr. Jarbas cercado de paulistas e Trindadeiros, conversando com eles, resolvendo os problemas, incentivando a reconstrução das casas, enfim, dando o faról verde às idéias, muitas vezes sugeridas pelos paulistas.

A palavra do Dr. Jarbas tinha valor de lei e tranquilizava. Ele se tornou na época e após o Martin, o novo "messias". Era frequente ouvir coisas do tipo: "O Dr. Jarbas é um homem tão bom ! Fico feliz quando vejo ele. Quando eu sei que vai ter uma audiência em Parati, fico feliz só de pensar que eu vou ver o nosso ad

vogado. Se a gente consegue ganhar a Trindade, você vai ver a festa enorme que vai ter na praia. E o Dr. Jarbas vai ser transportado numa cadeira pelos pescadores. Ninguém esquecerá desta festa".

E, em geral, quem não tivesse ido à Parati esperava impaciente a volta dos que tinham ido, para saber mais a respeito - do que aconteceu e do que dizia o Dr. Jarbas.

No dia 17 de outubro, durante uma das reuniões em Parati, o Dr. Jarbas informou aos Trindadeiros que a Companhia respondeu à contraproposta do Jair, concordando em ceder a Praia Brava inteira e um ponto de pesca na Praia de Fora. (ver mapa pg. )

Essa notícia, após os últimos revezes na Justiça, teve o efeito de uma bomba em Trindade e, apesar de não haver urgência em responder à Cia., as discussões pegavam fogo. Uns eram a favor, outros contra.

Mas, o que mais transparecia nas discussões era, em primeiro lugar, uma dificuldade de compreensão sobre o que o Dr. Jarbas pensava e, em segundo lugar, um medo de discordar de suas opiniões. Após a reunião acima citada, era frequente ouvir: "pelo que eu entendi, o Dr. Jarbas acha que o acordo com a Cia. sobre a Praia Brava mais um ponto de pesca é bom", ou "se tudo isso não tinha sido vendido, como diz o Dr. Jarbas, seria outro papo".

O dia seguinte, Martin que tinha voltado para a aldeia, - sob a insistência de José (que não conseguia dar aulas e acompanhar todos os eventos jurídicos ao mesmo tempo) e da SDLB (que estava preocupada com os últimos acontecimentos), convocou uma reunião para discutir essa nova proposta de acordo.

Apareceram somente 44 pessoas, o que era pouco para um assunto dêsse teor. Foi uma reunião muito tensa, na qual dominava a agressividade. Não se chegou a nenhuma decisão e a reunião "acabou sem acabar", cada qual indo embora sem se despedir, todos mal humorados. Foi também um reunião onde todos os habitantes da Praia do Cepilho se mostraram unidos e a favor do acordo. O pessoal da SDLB que estava presente, saiu abalado.

Frente a essa situação, a decisão levou tempo para ser tomada. A rotina vai ser quebrada pelas eleições de novembro para

deputado. O Martin sugeriu aos Trindadeiros a anular os votos, escrevendo no lugar do nome do candidato "Trindade 400 anos", - em sinal de protesto para com os políticos locais que se elegeram graças aos votos de Trindade e pouco ajudaram.

A proposta foi recebida com desconfiança pelos Trindadeiros; alguns à seguem, mas não a totalidade. Isso serviu, contudo, para aumentar a atenção dos políticos no futuro.

No fim de novembro, o "acôrdo ou não", voltou à tona, o Dr. Jarbas reiterou a pergunta e disse que a decisão tinha que ser tomada. A aldeia continuava dividida. Fofocas e boatos começaram a percorrê-la:

- "O Jarbas acha que a causa está perdida em Parati. Vai vir uma despesa de 30 milhões por cada família despejada. Então tem que decidir se quer ou não o acôrdo".
- "Caso o Trindadeiro não quiser o acôrdo, o Jarbas vai pedir a cada paulista para assinar um papel dizendo que se responsabiliza pela dívida dos Trindadeiros".
- "O nosso advogado já não é mais o nosso advogado. São Deus que não se deixa seduzir por um bolsão de dinheiro". (deixando entender que o Jarbas também se deixou comprar).
- "O Jarbas tá cansado".
- "Acho que o Sobral Pinto não sabe disso".
- "Se nosso advogado manda fazer o acôrdo, é que tem que fazer. Dã para viver lá uma vez que a Cia. arruma o lugar e constrói uma vila ..."

De fato, uma corrente preferia a conciliação, argumentando:

- . que o advogado é quem sabia e se ele dizia que tinha - que haver o acôrdo, então tinha que haver;
- . que para eles seria melhor ficar com parte de Trindade, do que continuar a lutar por toda a terra, já que a - chance de vitória era incerta e que, se perdessem, as - despesas seriam grandes: teriam que pagar o aluguel da terra e os honorários dos advogados da Cia.
- . para eles, se fôsse instalada a infraestrutura de base (terraplanagem, água, casas) na "Praia Brava", seria me

lhor que voltar à cidade: a terra era boa e quando o mar estava manso dava até para pescar;

. o acôrdo permitia juntar novamente todos os Trindadeiros numa só vila.

Outra parte dos Trindadeiros, no entanto, preferia correr o risco e continuar não cedendo. Para essa outra posição o acôrdo era muito ruím:

- . a Praia Brava era de difícil acesso, de difícil ocupação e não permitia a pesca;
- . a distância entre a Praia Brava e o ponto de pesca situado nas terras da Cia. era muito grande (mais de uma hora a pé);
- . e não se sabia se a Cia. mais tarde, deixaria os pescadores atravessarem o futuro loteamento para ir pescar;
- . esse acôrdo era uma solução provisória que não resolvia o futuro. A Praia Brava era muito pequena e a água ia - ser encanada para 50 pessoas; o que aconteceria quando a população aumentasse ?

Do lado da SDLB, de maneira geral todo mundo era contra o acôrdo. Porém, divergências começaram a aparecer entre os membros: alguns não admitiam discussão e achavam que tinham que impedir o acôrdo; outros não sabiam o que pensar frente à situação na aldeia e achavam que seria melhor informar e não decidir pelos Trindadeiros.

No dia 19 de dezembro, o Dr. Jarbas realizou uma reunião - com os Trindadeiros em Parati. Ele resumiu a situação jurídica:

*"eu não vou dizer para vocês que tenho certeza de ganhar. Eu não digo que a coisa está perdida";*

Reapresentou a proposta do acôrdo, mostrando que ela evoluiu, pedia entusiasmo aos seus clientes:

*"É importante para mim ver o entusiasmo de quem eu defendo ... Vamos fazer acôrdo, vamos fazer com entusiasmo, vamos trabalhar com entusiasmo, vamos ver a terra, vamos achar a terra bonita ...*

Ou, se não entrar em acôrdo, vamos lutar e vamos morrer sorrindo. O negócio de tristeza não quero. Chegar aqui e ficar ouvindo lamentos de que ... tã tudo perdido, não quero";

Em seguida, ele respondeu às dúvidas e pediu para que cada um se manifestasse a favor ou contra o acôrdo.

Foi uma reunião onde o jôgo de fôrças ficou um pouco escamoteado e, no final, cada Trindadeiro (mesmo os que se diziam "contra") acabou falando que aceitavam o acôrdo, sempre jogando no meio da resposta: "Se o Sr. acha que o acôrdo é bom para nós, então eu quero", como por exemplo, esse depoimento da Dona Durcília:

- "... para mim o que o senhor quer ...
- eu sei qual é a sua ?
- Se o senhor acha que serve para nós a Praia Brava, então aceito o acôrdo.
- essa não essa não. Não ponha suas palavras na minha boca. Eu não disse isso.
- Se o senhor pensa que é bom para a gente ...
- e eu é que sei se é bom para a senhora ? eu conheço a senhora para saber se é bom ou não ? sou somente advogado
- são os homens que conhecem a Praia Brava, se dizem que é bom ..., eu aceito o acôrdo"

Reinava um ambiente confuso e constrangedor. Após a reunião o Dr. Jarbas, diversos Trindadeiros e membros da SDLB foram a um bar. Muitos membros da SDLB acusaram o Dr. Jarbas, achando que a aceitação de todos os Trindadeiros não correspondia à realidade. Jarbas não gostou disso e respondeu:

"eu não sou amador, eu sou profissional ... e eu sou advogado dos Trindadeiros"

e concluiu dizendo que, para ele, o resultado refletia à realidade.

Esta foi, no fundo, uma das reuniões, na qual ficou claro - como era difícil obter dos Trindadeiros um "sim" ou um "não", e, como, na frente de quem, segundo eles, detinha o poder, a tendência era de responder em função do que eles achavam que essa pessoa queria ouvir.

Entretanto, inconformada com essa decisão, uma parte dos membros da SDLB decidiu descer para a aldeia e reconvocar outra reunião. Em sinal de protesto, os habitantes do Cepilho (que - mais eram a favor do acôrdo e falaram claramente durante a reunião em Parati) não assistiram, dizendo que tudo já tinha sido resolvido antes, e que não havia porque voltar atrás.

Na reunião o Felipe falou em nome da SDLB que a luta deveria continuar.

Na reunião convocada em São Paulo para o dia seguinte (02/12/78) a SDLB inteira se preparou para tentar obter do Jarbas, explicações e mudança de atitude em relação à decisão tomada no dia anterior. Para a grande surpresa de todos, ele falou claramente que a causa não estava perdida e, sôbre insistência da - SDLB, concordou em continuar a luta, mas deixou claro que, para continuar, ele precisava da ajuda concreta da SDLB e de uma - maior participação dos Trindadeiros. Do lado da SDLB, os membros se comprometeram a ajudar mais, e encarregarem-se de organizar um show em São Paulo à fim de arrecadar fundos.

Do lado dos Trindadeiros, o Jarbas sugeriu a criação de uma comissão de representantes, que teriam por função informar, a fim de evitar futuros mal-entendimentos.

Três dias depois, foi criada em Trindade, numa reunião agora dirigida pelo Silvio, a "comissão dos cinco". Cada núcleo designou o seu representante e esses "cinco" receberam como tarefa, reunirem-se para resolver problemas junto com os paulistas (membros da SDLB) e transmitirem a informação aos outros, - assim como se encarregar de receber de cada família o dinheiro mensal da "caxinha".

Esses "cinco" são: - Antonio, no Cepilho

- P. Rosa, no morro da Vila

- Jair, no morro do Cepilho

- Nonica, na Vila e Praia do Meio

- Marciano, no Caixa D'Aço

Essa primeira crise "séria" levou a SDLB a reavaliar o - seu papel dentro e fora da aldeia. Concordaram com a urgência de delegar responsabilidade aos Trindadeiros para que eles conseguissem pouco a pouco, tomar as suas decisões e, em ajudar concretamente o Dr. Jarbas, tanto na parte burocrática (algumas pos



soas foram para o Rio de Janeiro organizar o arquivo do advogado; dois ou três pessoas encarregaram-se de fazer mapas detalhados da aldeia que serão de grande utilidade para a discussão do terceiro acôrdo), quanto na parte financeira (organização de um show de música).

As reuniões em São Paulo, continuavam, no entanto, muito desorganizadas. Por não existir estrutura de delegação de poderes nem responsabilidades definidas, a maioria das decisões era tomada pelas pessoas mais influentes dentro do grupo. A não concordância de outros membros provocava a desistência dos mesmos.

As rivalidades internas e uma certa competição pelo poder, paravam de fato, qualquer reflexão auto-crítica sôbre a atuação do grupo.

Na aldeia, é interessante assinalar, que durante esse período, se revezaram, como intermediários o José, Martin e Silvio. Por êsse motivo, quem se manteve fixo, e, paulatinamente foi obtendo mais a confiança dos Trindadeiros, foi o Dr. Jarbas.

Também, além da cisão dos habitantes em relação ao acôrdo, as brigas internas em tôrno da terra eram cada vez mais frequentes; alguns avançando no terreno de outros.

A criação da "Comissão dos Cinco" teve como resultado concreto, a participação efetiva de cinco Trindadeiros na luta. Os "cinco" começaram pouco a pouco, a marcar reuniões e estabelecer contato com as autoridades, para mais tarde participar das discussões relativas ao terceiro acôrdo. Isso acabou criando uma dicotomia entre os "cinco" e os outros Trindadeiros, que continuaram a margem de qualquer tipo de iniciativa. Quem queria o acôrdo se conformou com o fato de não o ter conseguido, e brincando dizia: "a luta continua porque os paulistas sempre quiseram que a luta fôsse até o fim".

#### REVIRAVOLTA DA SITUAÇÃO

A "normalidade" reestabelecia com bastante dificuldade no fim do ano anterior, será de novo quebrada quando, no final de abril de 1979, o Juiz de Parati julgou as ações de reintegração de posse requeridas pela Cia. e lhe deu parecer favorável. Esse

juízo, cujo teor e cujos absurdos deixaremos de lado, implicava concretamente na eminência de um povo e imediato despejo para 23 famílias.

Frente à essa situação, o Dr. Jarbas entrou com um "mandato de segurança" no Tribunal do Rio de Janeiro (4). Mas, temendo que esse recurso não fosse aceito pelo Juiz antes do dia marcado para as expulsões, a SDLB retomou a frente da luta, atuando ao mesmo tempo fora e dentro da aldeia.

Fora da aldeia, a Sociedade reativou uma campanha de denúncia através dos jornais e, de novo, o caso recebeu ampla cobertura dos jornais de São Paulo - Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal da Tarde e uma cobertura bastante limitada nos jornais do Rio. Ela requereu o apoio do prefeito de Parati, da Igreja Católica e de alguns setores do MDB do Rio de Janeiro (5).

Dentro da aldeia, o Martin, que tinha voltado, sugeriu numa reunião que se realizasse uma passeata em Parati, com a aldeia inteira. Não foi fácil convencer os Trindadeiros, como disse Silvío:

*"a maioria aceitou mais ou menos sem relutar, mas teve gente que tava com medo de ir e Martin fez um trabalho incrível naquela reunião, para mostrar a importância das pessoas irem para a passeata, e conseguiu".*

#### A passeata em Parati

A passeata foi um sucesso, subiu, subiu à aldeia quase que inteira, dos mais jovens aos mais velhos.

*"Foi um choque em Parati, porque ninguém esperava um negócio daquele, nem os Trindadeiros. Foi uma loucura; inclusive foi um negócio meio perigoso porque naquela época não estava tão aberto assim; o prefeito foi chamado, ele deu um entrevistinha, mas não quis seguir junto". (Silvío; SDLB 1980).*

A passeata foi amplamente divulgada pelos jornais e serviu de atrativo para a opinião pública.

Domingo, 29 de abril de 1979

## Uma cidade está sendo despejada



No quinta-feira, uma passeata para demonstrar mais desespero que resistência.

# O povo de Trindade luta por um direito adquirido há 200 anos

**LUIZ EGYPTO**  
Enviado Especial

A questão dos posseiros da localidade de Trindade — vila de pescadores a 28Km de Parati, RJ — vem se arrastando desde 1972. Naquele ano, junto com o avanço das obras da rodovia Rio-Santos, chegaram as grandes empresas imobiliárias e os projetos de exploração turística, com planos e investimentos para toda a faixa do litoral servida pela nova estrada.

A região é de uma beleza especial, onde a serra se debruça no mar. E Trindade, uma vila que vem resistindo a todas as investidas. Nas duas últimas semanas novos episódios marcaram a história desta luta que já é longa: trindadeiros contra a Trindade Desenvolvimento Territorial, empresa do grupo ADELA, multinacional com sede em Luxemburgo.

Quinta-feira passada, revoltados com uma ação de despejo movida pela "companhia" e aceita pelo juiz de Parati, José Sellitti Rangel, quase duzentos moradores de Trindade fizeram uma passeata pelas ruas da cidade em protesto contra a decisão. Assim que se consumou a intimação, o advogado dos posseiros, Jarbas Macedo Penteado (do escritório de Sobral Pinto, no Rio), entrou com um mandado de segurança no 2.º Tribunal de Alçada do Rio de Janeiro para garantir o direito dos pescadores às suas terras. O despejo já atingiu 23 famílias, algumas delas com posse reconhecida por uma liminar expedida pelo mesmo juiz.

### A PASSEATA

O dia da manifestação foi um dia de festa. Desde cedo, os trindadeiros começaram a caminhar os 6 km que separam a vila do ponto do asfalto onde um ônibus especial (pago

pela "calxinha" dos pescadores) os levaram a Parati. Automóveis, jipes e camionetes também ajudaram no transporte. Todos com roupas de domingo e com ar confiante.

"Estamos aqui de cabeça erguida", falou João Possidônio, um dos líderes da comunidade. "Depois desses ataques da companhia, nós também temos que nos apresentar..."

Enquanto não chegava a condução, um grupo vai matar a sede numa beca próxima. Pendurada num galho do mato, uma caneca de alumínio. Uma garota pergunta ao pai:

"De quem é a caneca?"

"É do moço que está capinando ali do outro lado".

"Ha, então é minha também".

Um homem carrega seu filho louro no colo. Um garoto chamado Valdeci.

"Esse menino nasceu no dia que fizeram o primeiro despejo na Trindade, na casa do Jair. Hoje ele vai pra Parati desfilar".

Quando o ônibus chegou, os que ainda não tinham seguido embarcaram e foram cantando até Parati. Lá, o ponto de encontro era ao lado do velho campo de futebol, onde se organizaram, abriram as faixas e marcharam sobre a cidade.

#### MEDO DA POLICIA

"Nada... O prefeito disse que podia fazer, não tem embaraço não. Hoje eu estou com uma esperança nova. Pior do que esta, já esteve".

No local da concentração, apareceu o prefeito Benedito Gama.

"Estou favorável a esta manifestação", disse. "Os trindadeiros precisam voltar a viver em paz nas suas terras".

"O pessoal está todo aí", garantiu um pescador. "O sofrimento lá é de todos".

O prefeito informa que em 1959, um grande proprietário de Trindade doou à prefeitura uma área de 75 mil metros quadrados — bem no centro da vila — para que lá se instalassem os pescadores. Este proprietário estava receoso de perder suas terras com a reforma agrária, àquela época iminente.

"Algumas das posses estão dentro dessa área doada", afirma o prefeito. "O trabalho do Jarbas (Jarbas Macedo Penteado, advogado dos posseiros) é também no sentido de devolver esta área aos trindadeiros. O documento de doação foi examinado por diversos juristas e todos reconhecem a sua validade. A companhia comprou errado: comprou algumas posses, mas a área da prefeitura ela não podia comprar."

Na verdade, a Trindade Desenvolvimento Territorial andou comprando algumas posses na vila. Alguns pescadores, ingenuamente,

venderam o terreno de suas casas. No entanto, nem pensaram em negociar suas áreas de trabalho, onde estão as lavouras. Hoje, a companhia reivindica as posses de moradia e de trabalho. E os trindadeiros não arredam o pé.

Ao meio-dia em ponto as faixas foram abertas e os trindadeiros entraram na cidade. Seguiram cantando hinos religiosos da Igreja Brasil Para Cristo. Quando não gritavam suas palavras de ordem, cantavam. Na frente do grupo, uma grande faixa dizia Queremos Justiça. A seguir, as outras: Da Trindade Não Sairemos. Lutamos Por Nossa Terra. Trindade Para Os Trindadeiros. Estamos No Brasil. O povo chegava às janelas, muitos aplaudiam, e as crianças que saíam das escolas soletravam os dizeres das faixas.

Quando a passeata chegou à praça Macedo Soares, todos gritavam "queremos justiça", "Trindade é Brasil". Passaram pelas correntes que isolam a parte velha de Parati e seguiram caminhando e cantando pelas pedras irregulares do calçamento antigo. Há 312 anos aquelas alamedas não viam coisa igual. Apertado pelas ruas estreitas de casario colonial, o cortejo passou em frente ao Fórum. Muita gente aplaude e, às vezes, reforça o cântico dos trindadeiros: "Fe Deus é por nós, não será contra nós", "lutamos por nossa terra", "Trindade para o povo".

Quando entram na rua Dr. Samuel Costa, interrompem a caminhada em frente ao prédio da Prefeitura Municipal e realizam um ato público. Neste momento, a manifestação já tinha despertado a curiosidade de muita gente na cidade. As pessoas vão se aproximando para ouvir os discursos. Primeiro falou o líder religioso da comunidade, Ezoni Manoci dos Santos. Leu uma carta aberta onde reforçava os propósitos da luta dos trindadeiros e agradecia o apoio da população e das autoridades à manifestação. Depois falou o posseiro Jair de Oliveira. Ninguém precisava de megafone: suas vozes eram claras e altas. No final de seu improviso, Jair afirmou:

"Nós sabemos que vamos vencer, assim como Davi venceu Golias. O que eles (a companhia) ganharam com o dinheiro, nós vamos ganhar com Jesus, que é o nosso general. Essa é a minha palavra, a palavra de um hominho analfabeto de Trindade."

A seguir, uma representante dos deputados "autênticos" do MDB do Rio de Janeiro levou a solidariedade dos parlamentares fluminenses à luta dos posseiros. Depois, usou da palavra José Roberto Cintra, presidente da Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro, que comparou a luta dos trindadeiros à de todos os caiçaras brasileiros "quem vem sendo sistematicamente expulsos de suas terras".

"A justiça é sempre difícil para quem não tem dinheiro", disse José Roberto. "O crédito para as grandes empresas é sempre farto, enquanto os caiçaras não conseguem um tostão, não têm vez nenhuma."

José Roberto denunciou ainda a construção das "usinas criminosas" em Angra dos Reis e a "veracidade dos grandes grupos imobiliários".

Terminado o ato, a passeata percorreu outra vez a cidade e seguiu para o ponto de onde tinha saído. De lá, embarcaram em dois ônibus e retornaram à vila.

Durante a manifestação, o juiz José Sellitti Rangel foi procurado pelos jornalistas mas se negou a prestar quaisquer declarações alegando "impedimento", previsto na nova Lei da Magistratura. O oficial de Justiça, Aparecido Felix de Almeida, que levou a intimação de despejo às 23 famílias na quinta-feira, 19 de abril, disse que o prazo de 48 horas para que os posseiros saíssem "não foi respeitado".

"O juiz pode pedir reforço policial. Eu não sei como pode ficar a situação, não sei não..."

No caminho de volta à vila, as canções eram outras.

"Eu nasci aqui e tenho liberdade/ não quero sair para uma cidade/e tudo diferente/não tem liberdade/não há igualdade/O Trindade/nós vamos prosseguir/essa grande luta/lá quase no fim/você vai voltar ao que era/nós vamos viver nova primavera/Trindade, Trindade/do meu coração/a você ofereço esta canção."

Os Trindadeiros porêm nem sempre seguem

Passada a passeata, continuava a ameaça de despejo que podia acontecer a qualquer momento. Pensando que se iniciaria na Praia do Cepilho (por ser a primeira para quem chega da estrada), a SDLB e os Trindadeiros começaram a se reunir diariamente nêsse local. Foram as reuniões mais frequentadas de todo o movimento, - assistindo-as aproximadamente 100 habitantes. De novo, Silvio:

"Tava aquele clima todo de despejo, de mêdo da polícia, então começou a se tentar fazer uma forma de resistência pacífica que tinha duas funções: - uma era a resistência em si para que os Trindadeiros não fossem despejados e continuassem na aldeia e a outra era de chamar a atenção da imprensa, da população, uma forma de divulgar o negócio.

Então teve várias idêias: do pessoal fechar a estrada, do pessoal derrubar a ponte, do pessoal ficar todo junto fora de casa, do pessoal se juntar dentro de casa, de todo mundo sentar na casa ou cada um ficar na sua casa e não sair; de sair e reconstruir outras casas, do pessoal não ficar - presente (...)

A aceitação foi de uma resistência pacífica dentro da casa: todo mundo se juntava, sentava dentro da casa, as mulheres dentro da casa, os homens em volta da casa (...)

Agora, mesmo assim, sempre tem um pessoal que tava com mêdo, que não tava querendo ... E eles procuravam saber muito o que o Jarbas achava e então ficou assim uma discussão muito grande ... Enfim, o pessoal aceitou a idêia de resistência dentro de casa. Tem até uma gravação onde todos os homens juram que ãam resistir (eu fiquei passando o gravador de boca em boca). Então, o pessoal, todo mundo jurando que ãa resistir até a morte se precisar fôsse e que vamos ficar, que preferia morrer do que sair ... Tudo muito bonito, imprensa e tal. Mil gentes nessa reunião também porque era o dia marcado para o despejo, então tinha a imprensa, a SDLB em peso, gente de fora, desceu os vereadores, TV - Globo, TV Bandeirantes.

Espera, espera e não chegou a polícia. Ela chegou até Parati ... mas não desceu porque tavam sabendo do aparato ...





Depois de uns dias, a gente tava indo para Parati, tava eu, Lorival e mais uma mulher. Quando tô descendo, lá por Patri<sup>u</sup>mônio, vem subindo 3, 4 carros da polícia ... Eu voltei correndo, dei a maior bandeira, aí ultrapassei eles ... Corri, peguei o Pelé mais o Alonso, avisamos o pessoal ... e deu tempo de mandar avisar todo mundo antes dos policiais chegarem, para fazer um esquema de resistência que era assim: - quando a polícia chegasse, ia todo mundo no Cepilho, todo mundo sentava nas casas e ficava fazendo resistência pacífica. Só que ninguém esperava a polícia naquele dia e não tinha ninguém de fora, só tinha eu.

Quando chegou no Cepilho, já tava descendo a polícia. Ela me pega, revista, aquele negócio todo e muita palavra, metralhadora, muita coisa assim ... Assustou todo mundo, inclusive eu, não esperava que fosse dêsse jeito. Fizeram uma roda em volta de mim e outras polícias já cercando o Cepilho, dando umas voltas aí com arma e tudo.

Os Trindadeiros que foram chegando já foram ficando com medo: mulher chorando etc ... E, resistência não houve nenhuma: ficou todo mundo que nem barata tonta, rodando em volta, gente chorando, mulher chorando. E, Malvon (delegado de polícia) aí levando papo, o oficial de justiça também. Ficou esse clima todo.

Eu doído porque eu queria falar com os Trindadeiros, falar daquele esquema que tinha sido combinando e eu não podia ir lá abertamente e falar de resistir. O pessoal vinha muito para mim e eu já fiquei meio assustado. Ficava assim: a polícia na minha cola e o pessoal vinha e começava a perguntar para mim o que fazer e era muita bandeira, porque ia dar a impressão que eu tava coordenando.

Então eu falava: nós vamos fazer o que já tá combinado. Eu estava esperando que eles se organizassem e não houve organização deles; seria preciso que eu chegasse e proclamasse. Então foi uma merda porque começou a haver despejo mesmo. - Antes disso, porém, eu tinha pedido para o Roberto de ir avisar em Parati. Logo veio o prefeito, veio vereador, veio o Jarbas que por acaso estava no Fórum. Quando os guardas lá em cima viram que tava subindo gente, avisaram os de baixo, então eles suspenderam o despejo no meio. Foi só despejado o Sr. Mariano.

Aí, quando tavam subindo, chegou o Jarbas, prefeito, etc., e ficou nessa mesmo, não houve resistência, não houve nada". (...) Foi nessa hora que eu senti quanto a conduta da SDLB estava errada: houve tôdas aquelas reuniões, tôdas aquelas propostas, tôdas aquelas votações de resistência (...), - todo mundo jurou, mas, chegou na hora "H", eles estavam sozinhos e ninguém fez nada porque não era o negócio deles, uma decisão dêles, eles tinham aceitado, mas ninguém sentia nada ...

Achei que teria sido muito melhor não ter jogado tantas idéias nossas e ter esperado ver as soluções dêles; e se eles não apresentassem soluções, então a gente deixava sem solução.

Esse foi um exemplo, depois teve vários outros que sempre mostraram que sozinhos eles não faziam as coisas decididas nas reuniões e que eram discutidas junto com a SDLB". (Silvío, SDLB, 1980), com exceção do Jaír que, a partir dessa época, era pelas idéias, mais próximo da SDLB, do que dos seus companheiros.

A SDLB, no entanto, não se interessou naquele momento, em discutir muito esse problema de fundo. O delegado anunciou a sua volta para a segunda-feira seguinte. Foi então convocada uma reunião para o domingo, reunião para a qual desceu a SDLB inteira:

"Esse dia foi o marco do "início da decadência de todo o trabalho organizado até então ... Martin começou a falar ... Houve toda uma discussão do porque não houve resistência ... até que, numa hora, o Roberto começou a ir contra o Martin, contra as idéias de Martin, dizendo que ele achava melhor optar pela outra solução: em vez de resistir, as pessoas - saem das casas e reconstrõem outra. Ele recebe o apoio do Moisés, Noé, alguns, e, depois o Moisés falando em nome de um grupo (que agente sacou que era um grupo que tinha discutido entre eles) falou que Martin tava nervoso porque a gente só queria que eles fizessem o que a gente queria e se eles fossem contra as idéias da gente, a gente ficava - bravo". (Silvío, SDLB, 1980).



Nêsse instante, a desunião apareceu com tôda clareza. Jair ficou indignado porque, segundo ele, Roberto "entregou" para o pessoal de fora: "entregou" que eles estavam divididos. O Martin brigou e se retirou da reunião, falou que então ele não ia mais participar, não ia fazer mais nada, ia embora de lá e que o pessoal se virasse; e foi embora para a casa do Sr. Antonio. O Síl-vio também explodiu e Jonas tentou acalmar os ânimos.

No meio dessa situação caótica, chegou uma pessoa de São - Paulo, que avisou que tinha acabado de saber do Jarbas que o mandato de segurança tinha recebido liminar favorável (o que suspendia as possibilidades de novas expulsões até o julgamento definitivo). O alívio foi geral.

De fato, na hora, a indignação da SDLB, se compreende como explica Silvio:

*"Na hora eu briguei com Moisés, porque eu achava absurdo o Moisés ter falado aquilo, que a gente tava bravo quando - não vingavam as idéias da gente, porque em tôdas as reu-niões tinha tempo deles discutirem e de colocarem as i-déias deles em votação. Nunca foi nada obrigatório, se e-les não concordavam com a idéia eles podiam colocar e po-diam discutir e podiam ir contra teoricamente. Agora o - que houve é que sempre nas reuniões, como o pessoal da Sociedade era muito forte, ele dominava a discussão. Eles não sabiam discutir, então prevalecia sempre o que o pes-soal da SDLB queria, não porque impunha, mas porque al-guns Trindadeiros aceitavam tudo que o pessoal da Sociedade falava e os outros não tinham coragem de falar contra". (Silvio; SDLB, 1980).*

### Intermezzo

Trindade retomou suas atividades "normais" e tentou esque-cer as brigas. Metade de junho, convocou-se uma reunião na qual os Trindadeiros se recusaram a tocar no assunto do que fazer, ca-so o mandato de segurança fosse julgado negativamente. Prefe-riu-se centrar a atenção sôbre a compra do novo cêrco e a situa-ção da área da Prefeitura.

No início do ano, começou-se a planejar a divisão e o loteamento desse terreno em litígio, antes do seu julgamento. Essa iniciativa do Prefeito, no entanto, não chegou a se concretizar.

Em junho, o grupo dos "cinco" convocou, sem ajuda dos paulistas, uma reunião com os vereadores da Câmara Municipal de Parati. Eles foram então, informados pelo advogado da Prefeitura - Dr. Hermes - de que a "área" foi perdida em Parati, mas que a Prefeitura iria recorrer ao Tribunal do Rio. Tudo ainda não estava perdido, mas era o fim de muitas fantasias como a de poder voltar a morar na Vila.

Na SDLB, começou a se iniciar um processo de auto-crítica e de crítica de certos membros frente ao autoritarismo e ao "vedetismo" do grupo na aldeia. Esse processo ainda tímido e que partiu dos membros mais à margem do grupo, foi fortalecido com a entrada do Adolfo - arquiteto da Prefeitura de Parati. Adolfo iniciou na SDLB pelo intermediário da Joana (advogada que em São Paulo se encarregou de certas tarefas jurídicas) e foi recebido com desconfiança pelos membros mais atuantes do grupo, mas aceito, - visto que era do maior interesse contar com a colaboração de uma pessoa próxima ao prefeito e de dentro da prefeitura. Para quem não tinha voz dentro do grupo, Adolfo representou uma esperança: ele tinha um certo poder que obrigava a escutá-lo, e, pelas idéias, ele se aproximava de quem era "marginal". Em torno dele - juntaram-se um mini grupo que questionava tudo e cujos sonhos eram de democratizar a SDLB e fazer uma auto-crítica afim de remontar o trabalho sobre outras bases tanto dentro quanto fora da aldeia. Essa iniciativa, porém não foi para frente e ficou no batépapo.

Por intermédio do Adolfo, a SDLB e os Trindadeiros foram convidados e participar de um seminário patrocinado pelo IPHAN(6) e promovido pela prefeitura - "O Seminário de Parati" - dentro do qual teve uma "comissão do meio-ambiente" relacionada com os problemas de terra dentro do Município.

A SDLB participou do seminário e das suas reuniões preparatórias à nível individual - ou seja, pelo intermédio dos seus membros interessados. Essa participação de Trindadeiros e membros da SDLB a reuniões onde participavam representantes de diversos grupos de caiçaras do município teve como resultado:

- a reavaliação do papel da SDLB e estabelecimento de contatos com outros grupos atuantes no município dentro - da luta pela terra, como a Pastoral da Terra; contato com uma maneira de agir diferente, tratando-se da mes- ma realidade; "conscientização" de que a luta não deve- ria se restringir a Trindade.
- do lado dos Trindadeiros, a revelação de que muitas ou- tras localidades eram colocadas frente à mesma situa- ção. Cinco ou seis Trindadeiros acharam importante avi- sar outras localidades dos problemas que encontraram e de como evitá-los: para isso foram às praias de Cajaí- ba, Sonho, São Gonçalo para convidar as pessoas a par- ticiparem do Seminário.

O Seminário, que foi realizado em agosto, não trouxe mu- danças palpáveis, mas serviu, dentro do Município, para juntar pessoas de diversas localidades e mostrar que os problemas en- frentados - sobretudo os que diziam respeito à posse da terra- não eram individuais mas gerais. Para os Trindadeiros e a SDLB, foi, além disso, a possibilidade de se unirem num trabalho que ultrapassava os limites da aldeia, assim como de desviar, momen- taneamente, a atenção da péssima situação de "espera", na qual, se encontrava a localidade.

#### O Julgamento\_desfavorável

No dia 24 de julho de 1979, foi dado, pelo Tribunal do Rio, a sentença definitiva do mandato de segurança. O julgamen- to que contou com a presença do Dr. Sobral Pinto e do Dr. Jarbas, foi favorável à Cia., tendo como consequência a expulsão de 23 famílias da aldeia.

Os argumentos do juiz foram baseados no seguinte aspécto técnico: o mandato de segurança não era o recurso jurídico cabí- vel para essa situação, visto que o "dano era reparável". Foi um dêsses julgamentos onde ficou claríssimo que, em têrmos de justi- ça, o aspécto social não existe: a expulsão de 23 famílias com - as consequências que isso implicava era reparável".

No entanto, este julgamento não significou que a causa - dos Trindadeiros estivesse definitivamente perdida. Existia ain-

da em andamento um processo de usucapião e um recurso de agravo de instrumento e, caso um desses processos fôsse julgado favoravelmente aos Trindadeiros, eles poderiam recuperar a área.

Nenhum desses recursos, entretanto, tinha efeito "suspensivo" (podia impedir as expulsões).

A SDLB decidiu então recorrer às autoridades políticas - do Rio e de Brasília, sem todavia, conseguir ajuda concreta e, dentro da aldeia, procurou não influenciar, tentando deixar que os Trindadeiros assumissem suas próprias decisões.

Na aldeia, os habitantes decidiram ficar em Trindade e mudar-se para a casa de parentes até reconstruir outra casa em roças, que já tinham recebido liminar ou não tinham sido vendidas. No entanto, ninguém se mostrou disposto a resistir à polícia, se comprometendo somente a "atrasar" o despejo saindo das casas somente após a chegada do oficial de justiça.

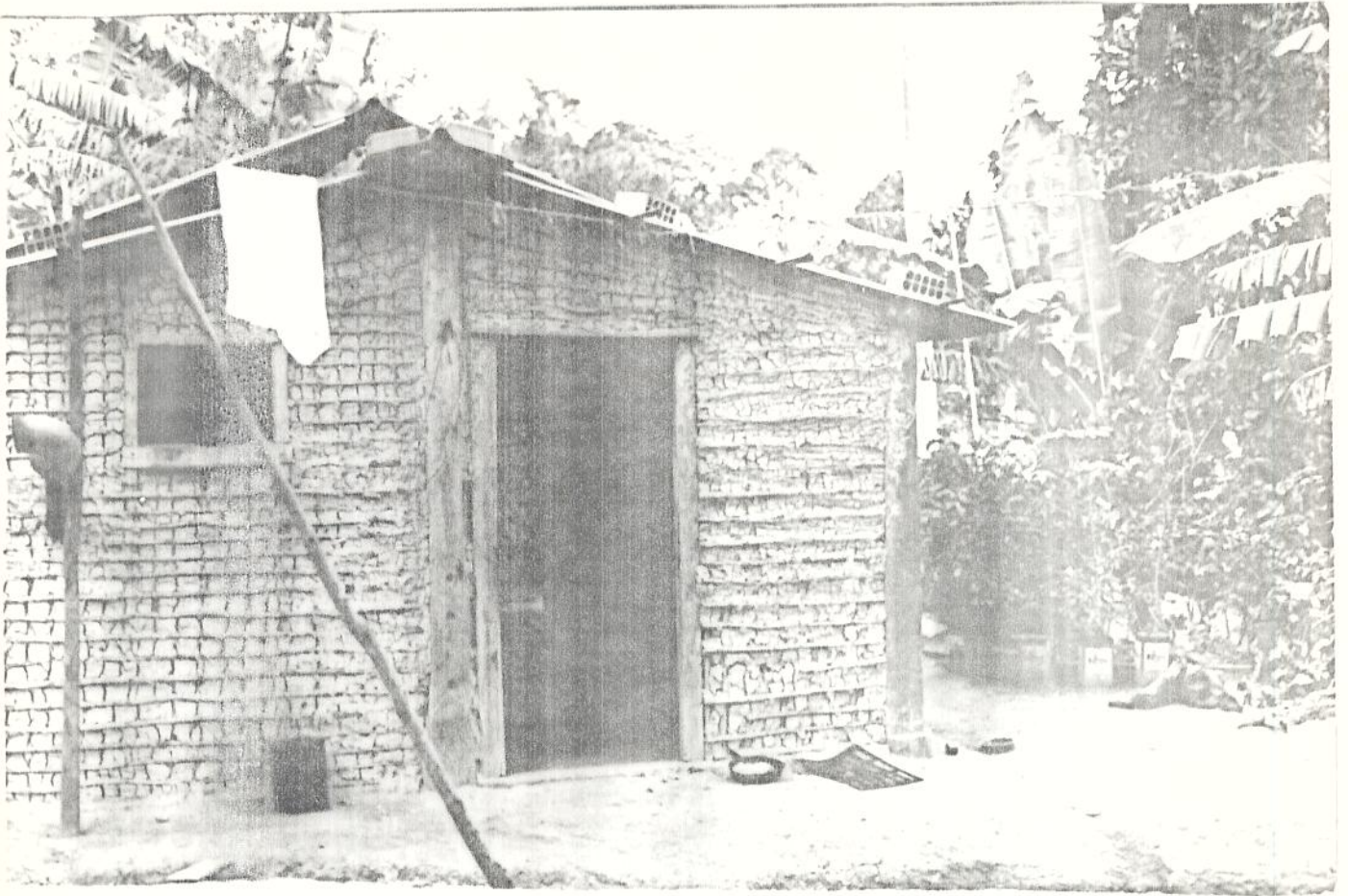
#### O despejo











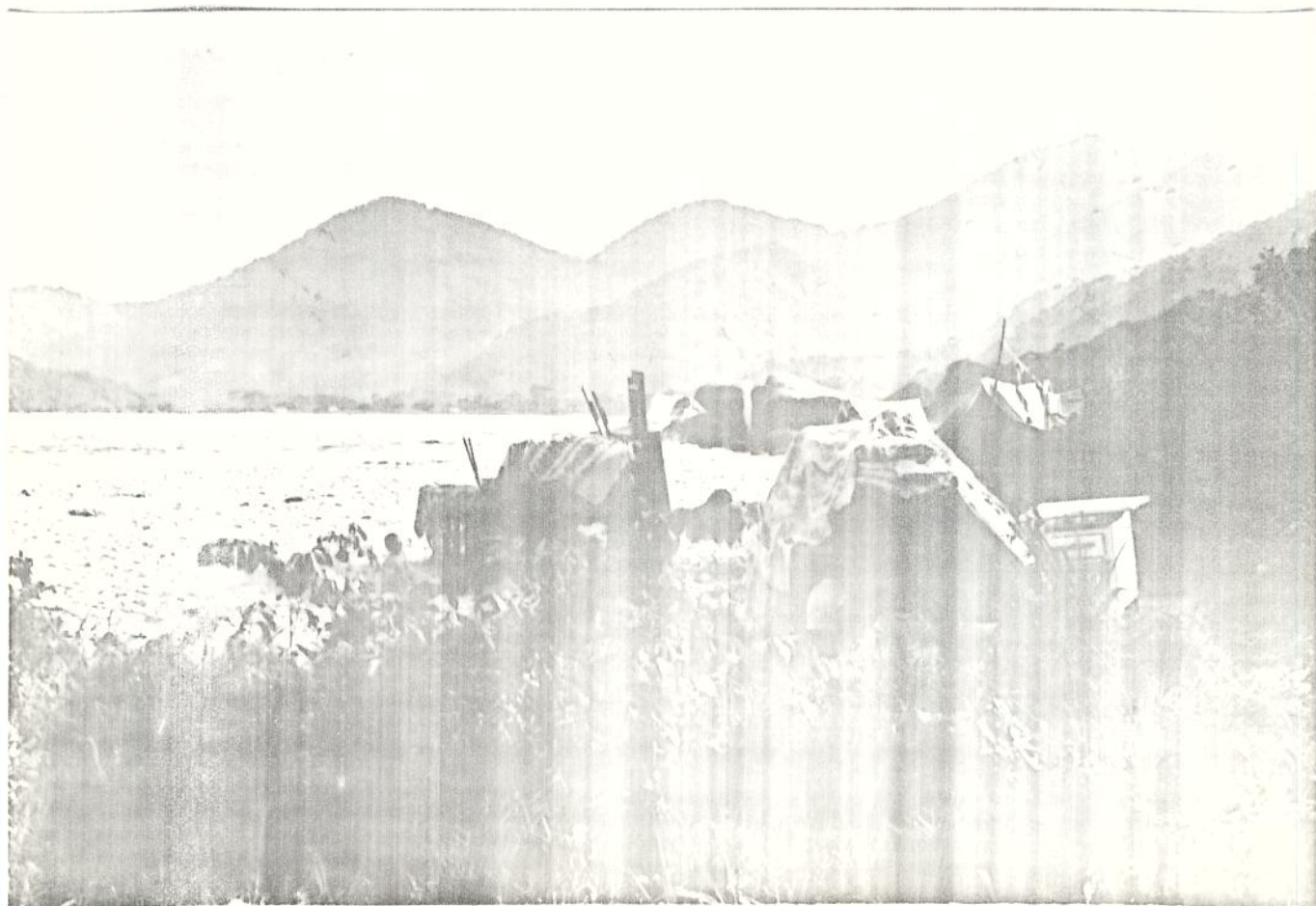


O despejo anunciado concretizou-se nos dias 8 e 9 de agosto. O Dr. Jarbas tentou ainda um novo recurso na justiça que lhe foi recusado porque segundo objetou o juiz substituto - Ulisses Monteiro Ferreira - "se eu fizesse isso, a justiça sairía arranhada".

Temendo, sem dúvida, resistência por parte dos habitantes, o oficial de justiça - Aparecido Félix de Almeida - chegou acompanhado por um imponente aparelho policial: um total de três caminhões de policiais armados que vinham do distrito de Angra dos Reis.

Desceram também na aldeia e acompanharam o despejo: o Dr. - Jarbas, o Prefeito de Parati, diversos vereadores, representantes da Pastoral da Terra, a SDLB. O despejo foi também amplamente coberto pela imprensa e rede de TV. Deu "ibope".

Por mais que a SDLB insistisse para que os Trindadeiros atrasassem ao máximo o despejo, esperando a chegada do oficial de justiça. para tirarem as suas coisas, esses últimos foram informar-se ao Dr. Jarbas sobre o que fazer. E, como a resposta desse último foi: "não adianta nada, tiram as coisas, entregam tudo, e les vão fechar as casas mesmo sobretudo porque eles estão com armas. Com ordem do juiz na mão vocês não podem ir contra", a maioria das famílias já tirou as coisas de dentro de casa deixando-as na praia ou por perto, numa atitude de confiança no Jarbas e desconfiança e desafio para a SDLB.







Quinze soldados da Polícia Militar escoltaram o oficial de justiça. E apesar de tensos, os posseiros, não resistiram.

# Portas lacradas. E as famílias vão deixando Trindade.

Os posseiros receberam ontem a visita mais temida: a do oficial de justiça, que lacrou suas portas.

Um a um os pregos foram sendo martelados, diante da população tensa e chorosa, na tarde de ontem. Era o oficial de Justiça que lacrava, impávido, as portas e janelas de sete dos 23 casebres de pau-a-pique dos posseiros de Trindade, praia do litoral sul do Rio de Janeiro, cumprindo ordem de despejo assinada pelo juiz da comarca de Parati, Ulisses Monteiro Ferreira.

Antes dessa operação, garantida em sua calma por 15 soldados da Polícia Militar e mais alguns empregados da segurança da empresa Trindade Desenvolvimento Territorial — com sede em Luxemburgo, e considerada pelo juiz a proprietária da área, por direito —, os antigos moradores chegaram a protestar, até com certa violência. Mas todos atenderam à ordem do seu advogado, Jarbas Penteado.

Ele, na verdade, tentou obter melhores e mais detalhadas informações do oficial de Justiça Aparecido Felix de Almeida, para posterior aproveitamento desses mesmos argumentos em favor de seus clientes. Tais argumentos farão parte do agravo de instrumento, figura da jurisprudência que permite, nesse caso, uma revisão da ordem do juiz.

E enquanto os posseiros recolhiam as faixas ("Trindade para os trindadeiros", "Queremos justiça") que pretendiam exibir ao oficial de justiça, o advogado coordenava as próximas providências para fazer sustar as ordens



Desta vez, 26 crianças ao relento.

do juiz. Até lá, porém, as sete famílias, um total de 26 crianças, não terão onde se abrigar. E nem onde guardar os seus pertences.

Quanto aos pertences, o oficial de justiça recuou: não sabia se autorizava ou não a permanência dos móveis toscos, roupas, utensílios domésticos e animais na praia. Por fim, cedeu: "Vou consultar o juiz." Mesmo assim, ouviu uma ameaça: "Se ela morrer, vou cobrar isso de vocês."

Era Judite dos Santos, com a filha Jandira, dois anos, no colo. Jandira está com pneumonia, o médico mandou que ela ficasse abrigada — mas sua casa foi uma das primeiras a

serem lacradas. Outra mulher, descalça, olhos vermelhos de tanto chorar, disse depois: "Quem planta o bem, colhe o bem. Quem planta o mal, colhe o mal. Mesmo cumprindo ordens você vai pagar por isso."

E o enviado da Justiça, Aparecido, continuava a martelar, garantido por volumoso processo que a empresa move contra os posseiros há cinco anos e que agora parece ter derrotado os antigos habitantes da região. À primeira vista, os desabrigados poderão ficar na propriedade de Israel Mariano dos Santos — morador posseiro em Cepillo, praia vizinha, de onde já foram retiradas outras sete famílias. Israel, entretanto, recorreu e ganhou uma liminar.

As primeiras famílias expulsas da região, por outro lado, ao buscarem teto na casa de Israel, tiveram que sair por ordem judicial também. Ai está justamente um ponto que o advogado Jarbas Penteado pretende salientar, para proteger as famílias retiradas ontem de Trindade: "Ao determinar que as famílias que viviam na posse de Israel deveriam sair, o juiz argumentou que não conhecia o tamanho dela, quando suas dimensões estão nos autos. Essa atitude evidencia a má vontade para com os trindadeiros. Mas apesar de tudo a ação ainda não está perdida."

Hoje, mais sete famílias assistirão à lacração de suas casas.

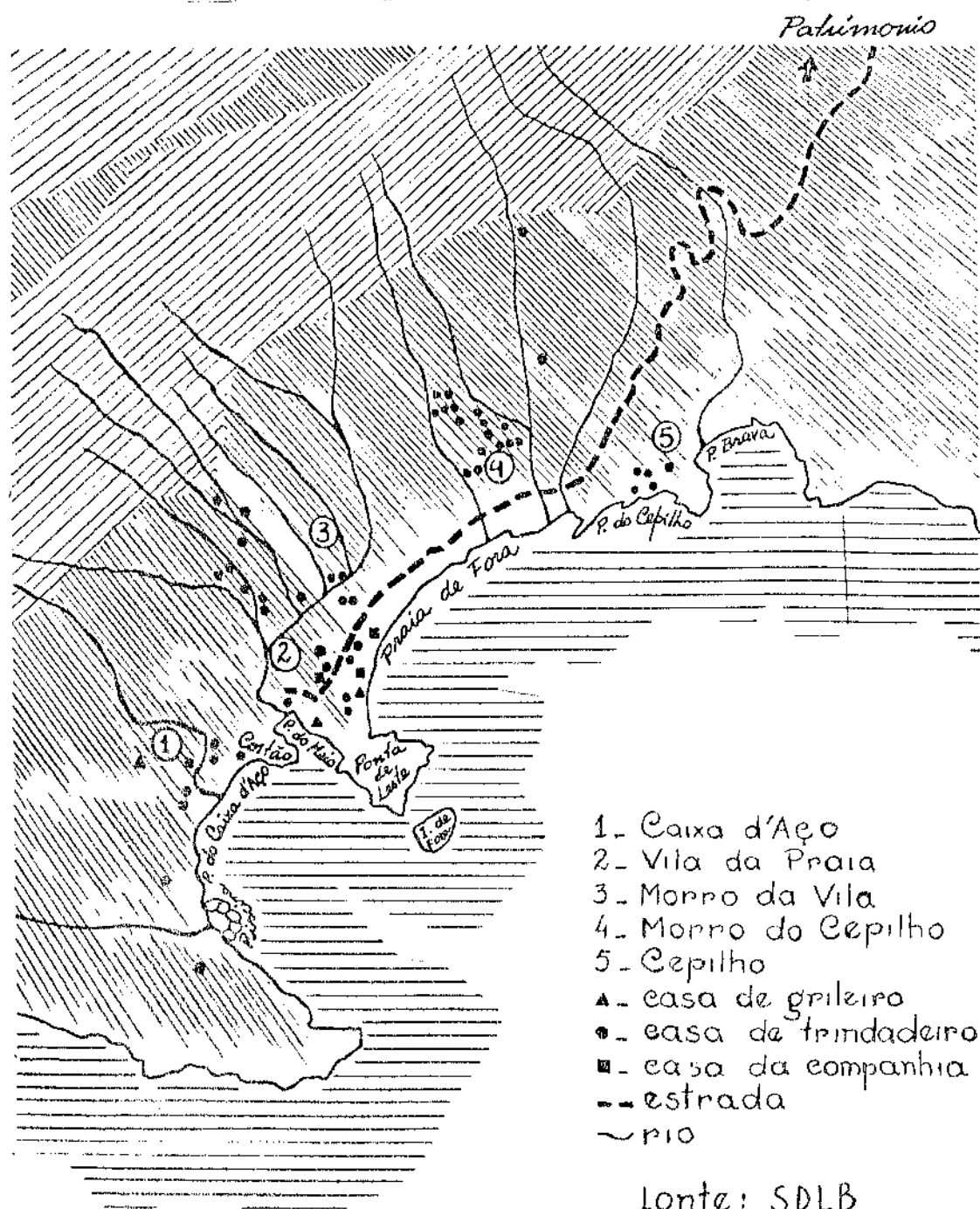


No entanto, nenhuma família saiu de Trindade, cada uma se reestruturando do jeito que achava o mais propício: alojando-se em casa de parentes, reconstruindo barracos provisórios em posses garantidas com liminar, ocupando uma caverna.

Em termos de ocupação do espaço, o despejo provocou as seguintes mudanças (mapa do lado):

<u>Antes</u>	<u>Depois</u>
<u>Cepilho</u> - 7 famílias	<u>Cepilho</u> - 6 famílias
Antonio	Antonio (barraco na praia)
Daniel/Berenice	
Daniel Mariano	Daniel Mariano (com Isael)
Odin	Odin (casa da mãe que morreu)
Zenozi	Zenozi - bar aumentado
Marcos	Marcos
Isael - não é despejado	
<u>Caixa D'Aço</u> - 9 famílias	<u>Caixa D'Aço</u> - 8 famílias
Martins	Martins (gruta)
João Capistrano	
Marciano	Marciano (gruta)
Leontino	Leontino (casa Ully)
Aristide - não é despejado	
Benedito "	
Mané Turibe "	
João Aguedo "	
Jacó "	
<u>Vila ou várzea</u> - 7 famílias não despejadas	8 famílias
<u>Várzea do alto ou Morro da Vila</u> 5	<u>Várzea do alto</u> 0
Pedro Rosa	
Américo Rosa	
Biê Rosa	todos são despejados e vão
Noé Rosa	morar na posse do Jair
Moisés Rosa	

# OCUPAÇÃO HABITACIONAL DA ALDEIA EM SETEMBRO/1979



Cepilho do Alto

10 famílias

- . tôdas as famílias do morro da vila vem morar na posse do Jair.
- . Daniel/Berenice que moravam no Cepilho vem morar com uma filha deles na posse do Vavá.
- . uma família despejada anteriormente e que morava com a mãe, - volta para a posse do Vavá.
- . Roberto despejado reconstrói a sua casa na mesma posse junto - com Salomão.

Cepilho do Alto

17 famílias

Cachoeira do Pontal ou Praia do Meio

10 famílias

7 famílias

Genésio

posse do Ezoni

Waldomiro

posse da Dolores

João Grande

posse do filho na várzea

Silvestre (sem despejo)

Japão (não participou da luta, posse do Severo Gomes)

Ezone (sem despejo)

Euphrasio (sem despejo)

Saulo (casa construída após os despejos)

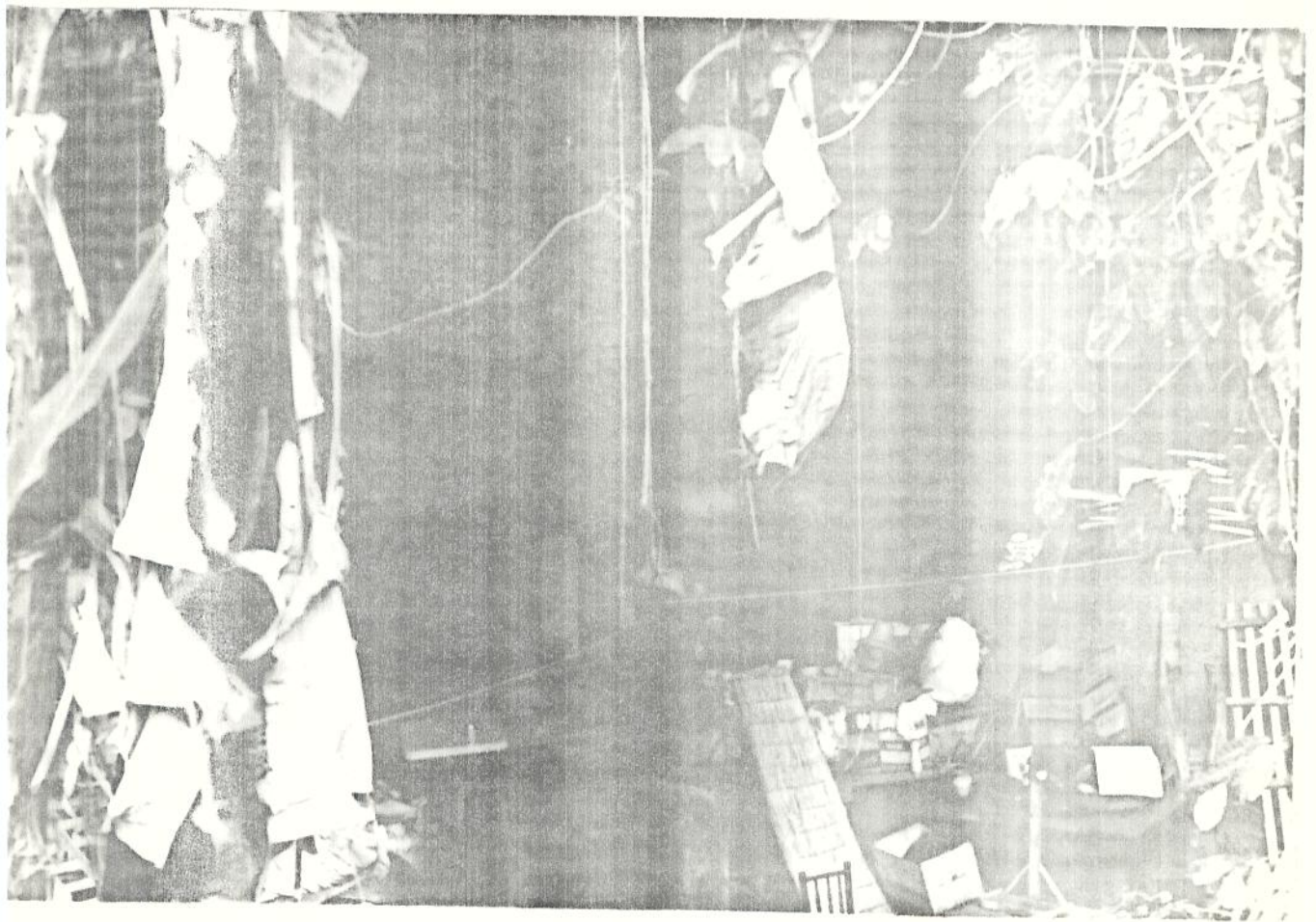
Hoão Cândida (sem despejo)

Ary (casa construída após os despejos e alugada)

No Cepilho a situação é muito absurda. Tôdas as famílias foram despejadas de uma posse que tinha recebido liminar favorável. Convidados por Israel - que não tinha sido despejado, por ter a posse em seu nome - a permanecerem no local quase todos aceitaram, passando de sua casa para casas improvisadas nos "barzinhos" ou erguendo uma barraca de lona na praia (propriedade - de todos).

O Jair e o Vavá que já receberam liminar favorável e cuja posse não foi atingida pelos despejos a colocam à disposição de quem precisava. De maneira geral, quem não vendeu sua posse para a Cia. não ofereceu ajuda àqueles que foram despejados que, apesar das sugestões da SDLB, tampouco foram pedir.

A situação dos despejados, no entanto, era muito precária e desconfortável, o espaço habitado ficou muito restringido e três famílias sobretudo (o Antonio numa barraca da praia e



o Sr. Martins e a família do Marciano ( 6 filhos pequenos) passa ram a viver em condições quase desumanas. Talvez ninguém resis- tiu à polícia, mas todos mostraram de fato uma coragem muito - grande em ficar nessas condições.

#### A TERCEIRA PROPOSTA DE ACÔRDO E O FIM DA SDLB

No meio do clima de consternação geral provocado pelos - despejos e da tentativa de reestruturação habitacional dos despe jados, a Cia. com todo poder para impor, lançou fim de agosto a sua terceira proposta de "acôrdo".

Essa nova proposta ofereceu aos Trindadeiros mais vanta- gens que a última. Tratou-se agora da Praia Brava inteira, um ponto de pesca na Praia de Fora e mais a Praia do Cepilho até a estrada. A proposta veio de novo através do Dr. Jarbas, que a transmitiu aos Trindadeiros (ver mapa pág.166). No entanto, a Cia. deixou claro que essa nova proposta visava resolver o pro- blema jurídico da área da Prefeitura (ainda não julgada) e que, conseqüentemente, ela valia não apenas para os Trindadeiros de Trindade, mas para tôdas as famílias que moravam na aldeia em 1958.

#### As primeiras reações

Como era de se esperar, lembrando os eventos que acompanha ram a discussão do 2º acôrdo e a situação concreta da aldeia, es sa nova proposta dividiu de novo a comunidade.

Dessa vez, as reações foram imediatas e pareciam ser um prolongamento da discussão do segundo acôrdo. Tornou-se evidente que, quem foi despejado e quem já queria o 2º acôrdo (muitas vê- zes os mesmos), estava pronto para aceitar o 3º acôrdo, sem dis- cussão.

Por outro lado, diversas famílias deixaram claro que, co- mo expressou uma Trindadeira:

*"do acôrdo, todo mundo tá a fim, mas tem que ver se ele é bom".*

Existiu também um movimento das famílias que não venderam, no sentido de se preocuparem com a sua situação, caso saísse o acôrdo.

De maneira geral, nas vésperas do início das conversas com a Cia. o clima que reinava na aldeia era de que desta vez o acôrd<sup>o</sup> sairía, o que deixou pessimista quem era contra: a sensação de que, bem ou mal essa solução era inevitável. A maior queixa, porém, residiu na necessidade de dividir a área com quem não tinha participado da luta.

Essa sensação foi reforçada pelo Dr. Jarbas. Dessa vez, o advogado não se contenta em somente transmitir a proposta, mas afirmou que ele era a favor dêsse acôrd<sup>o</sup> e o aconselhou aos seus - clientes, se propondo porém, a continuar a luta caso eles quisessem, mas não se responsabilizaria pelo que pudesse acontecer nesse caso.

A primeira reação da SDLB foi dessa vez mais cautelosa, e-la optou por informar os Trindadeiros e sobretudo o grupo dos "cinco". da situação concreta.

Foi marcada uma reunião com o gerente da Cia. - Dr. Paulo Antunes - para o dia 24 de setembro, reunião da qual participaram os "cinco", o Silvio e o Dr. Jarbas. Na sexta-feira anterior, Silvio e os "cinco" se reuniram e começaram a montar um esquema para melhorar o acôrd<sup>o</sup>. Foram levantadas algumas idéias:

- . aumentar o ponto de pesca na Praia de Fora, para ter um espaço suficiente para abrigar 23 canoas e abrir as rêdes de cêrco;
- . obter garantias de livre acesso ao ponto de pesca, a qualquer hora e qualquer dia;
- . conseguir que a Praia do Cepilho seja do rio para baixo a fim de não ter problemas de acesso à água;
- . obter um ponto de pesca no Caixa D'Aço;
- . obter que o acôrd<sup>o</sup> não incluísse todos os Trindadeiros - descendentes de quem morava na aldeia em 1958, e, por isso, propor um edital (quem entra é quem se inscreve dentro de 50 dias) e depois fazer a escritura para quem está inscrito;
- . não sujeitar quem não vendeu a aceitar o acôrd<sup>o</sup>;
- . lembrar que 2 posses da Praia Brava pertencem a duas pessoas que não venderam a sua posse - o Sr. Ditinho e o Severo Gomes e propor em troca um pedaço maior do Cepilho.

Dentro do grupo dos "cinco", Sr. Antonio e Sr. Pedro Rosa estavam a favor do acôrdo, Jair, Nonica e Marciano, contra. O Sr. Antonio concluiu a reunião apoiado por P. Rosa, dizendo ironicamente:

*"Trindade tã engordando (o terreno do acôrdo estã aumentando), mas eu estou na praia; Trindade tã engordando, mas o Pedro Rosa tã despejado; Trindade tã engordando e se cair uma liminar contra Jair ? e se todo mundo vai para Ubatuba ? Não faz mal, a Trindade tã engordando".*

#### A reunião dos "Cinco", Silvio, Jarbas x Paulo Antunes

Antes da reunião, Silvio e Adolfo tentaram preparar psicologicamente os "cinco", fazendo uma dramatização da reunião que ia acontecer no dia seguinte. Mas, como contou Silvio, quando chega a hora, eles ficam impressionados e se perdem.

Uma primeira reunião com eles, aconteceu no Hotel Nacional do Rio de Janeiro e uma segunda na casa do advogado. É fácil imaginar o cenário, os Trindadeiros num ambiente para eles contrangedor; o gerente da Cia. de terno, gravata e pasta, muito à vontade, brincando e ironizando ...

A reunião transcorreu de forma a acentuar a confusão em que os Trindadeiros se encontravam, uma vez que Paulo Antunes, o representante da Cia. "jogou" durante todo o tempo com "duplas mensagens" que levariam qualquer um ao embaraço. Quando os Trindadeiros argumentavam por exemplo, que uma parte da Praia Brava pertencia ao Severo Gomes, ele fez a seguinte afirmação: "Mas, o Severo Gomes não se pronunciou a favor ? Então ele vai dar essa área para vocês !

De fato, o gerente discute item por item e não abre mão de nada. Ele deixa claro que:

- . a praia do Cepilho é da estrada para baixo;
- . o ponto de pesca será de 10 x 20 (mas vai mandar um engenheiro conferir);
- . os "cinco" tem que falar com os "quatro" que não venderam, para que eles entrassem no acôrdo;



. e sobretudo, a Cia. quer uma resposta rápida para fechar o acôrdo até novembro.

Frente a isso, os "cinco" perderam a firmeza e fizeram outros pedidos que não foram sequer levados em conta na reunião.

#### A SDLB se reúne

Durante essa reunião, Silvio lembrou a reunião dos "cinco" com Paulo Antunes, lembrou também a posição do Jarbas à favor do acôrdo, e disse que foi marcada uma reunião com a diretoria da Cia. em Trindade para decidir sobre o acôrdo.

A SDLB decidiu, então, recolher a opinião de cada membro sobre a posição que deveria ser tomada frente ao acôrdo. Com a exclusão de 4 pessoas que acharam que o papel da SDLB não era de ser a favor ou contra, mas de explicar o acôrdo, quase todos os membros se levantaram um por um, dizendo que eram "contra".

Foi decidido que um grupo iria descer no domingo seguinte para expor a decisão da SDLB e esclarecer sobre as desvantagens do acôrdo.

No domingo, porém, somente 27 famílias apareceram na reunião convocada pela SDLB. Não se chegou a nenhuma conclusão mas montou-se uma lista de reivindicações maiores.

Silvio convocou então uma reunião para decidir na segunda-feira. Somente apareceram 15 famílias.

Enquanto isso, acontece, em São Paulo, o show de música com Milton Nascimento, Gonzaguinha, Boca do Sol, o Grupo Água e os Trindadeiros. O show foi um sucesso, a sala ficou lotada, dando uma receita de Cr\$ 215.000,00. O sucesso do show e o fato de ter pela primeira vez dinheiro disponível para a luta, reforçou a SDLB na sua idéia de resistir a êsse acôrdo considerado desvantajoso.

#### A reunião da desunião

Na quinta feira seguinte (4 de outubro), o Dr. Jarbas desceu na aldeia para se encontrar com os Trindadeiros o Dr. Paulo Antunes e com os advogados da Cia. afim de discutir e concretizar



os termos do acôrdo.

Antes de se encontrar com os representantes da Cia. o Dr. Jarbas convocou uma reunião com os Trindadeiros à qual todos compareceram. No entanto, alguns membros da SDLB monopolizaram a reunião desde o início e, falando em nome da SDLB, insistiram sobre o fato de que o acôrdo era uma tática da Cia. e que não devia ser aceito. Pediram para o Jarbas reivindicar um acôrdo melhor e leram uma série de solicitações a serem pedidas à Cia.: entre outras, aumentar o ponto de pesca e pedir da Praia do Cepilho até o Morro do Thomon ...

O Dr. Jarbas discordou e falou que com essas reivindicações o acôrdo não seria possível. A reunião acabou em bate-bôca.

Todo mundo, no entanto, seguiu para a praia afim de encontrar com os representantes da Cia. que foram ver o terreno do ponto de pesca. No caminho, diversos Trindadeiros reclamavam dizendo que não tinha porque deixar o pessoal de fora falar.

Os representantes da Cia. estavam na casa dos jagunços. Um pouco antes de chegar nela, os Trindadeiros pararam debaixo de uma árvore com receio de pisar num terreno reconhecido como sendo da Cia. O Jarbas continuou sozinho e disse a Paulo Antunes que havia certas mudanças. Paulo Antunes e os advogados falaram que, se era assim, eles não tinham o que discutir e foram embora.

O Dr. Jarbas voltou para os Trindadeiros parados debaixo da árvore e furioso, disse:

- . falou do absurdo de não terem querido ir na casa dos jagunços, visto que era para tratar de acôrdo;
- . lembrou que ele quer o acôrdo porque a luta é difícil e que ele não pode responder pelo que vai acontecer;
- . disse que ele é honesto e não quer mais ouvir o que ele ouviu em São Paulo da SDLB, de que teria recebido dinheiro da Cia. para aceitar o acôrdo.

Dois paulistas tentaram argumentar, mas ele contrargumentou dizendo:

*"eu sinto que vai arrebentar, a Cia. não vai dar mais".*

Foi depois, almoçar e quando foi embora disse:

*"não quero mais reuniões, vocês resolvem e depois eu trans*

mito para o Paulo Antunes".

Silvio convocou então uma reunião para o dia seguinte à qual quase todos apareceram. Não se sabia como votar e recomeçaram as discussões entre os que eram a favor e os que eram contra. Foi decidido, enfim, que Sergio comendaria a votação. O resultado foi:

- . 31 a favor desse acôrdo
- . 41 contra êsse acôrdo, mas a favor de se entrar em outro acôrdo
- . 10 contra (vindo dos jovens sem família)

A desconfiança é tal que o Sr. Antonio pediu para o Silvio transmitir essa lista para o Jarbas, para que esse último soubesse quem era a favor e quem era contra.

As consequências dêsse dia foram múltiplas. Cada grupo - saiu dividido, duvidando do outro: certos membros da SDLB brigaram com certos Trindadeiros que queriam o acôrdo, ou com outros - membros da SDLB.

Silvio transmitiu o resultado da votação ao Dr. Jarbas por telefone, êsse último falou então, para ele, morreu o acôrdo, mas repitiu que ele via 75% de chances para a Cia. ganhar e que o Sobral Pinto concordou com ele sôbre o fato de que êsse acôrdo deve ria ter sido feito.

Em Trindade, porém, o assunto não morreu. A divisão se acirrou entre os Trindadeiros. Circulou a notícia de que a Cia. ía destruir as casas dos despejados (que até então eram lacradas).

Quem queria o acôrdo saiu arrasado psicologicamente, desesperado. As brigas verbais entre eles aumentaram. Seis famílias - que tinham sido despejadas foram embora para Ubatuba, diversos homens voltaram a embarcar.

De maneira geral, quem queria o acôrdo continuava acreditando no Jarbas e culpava os paulistas. Quem não queria, duvidava do Jarbas e fazia mil suposições sôbre o fato de que ele foi comprado. A posição de Silvio se tornou insustentável, ele foi acusado de querer o acôrdo por quem não o queria e de não querer por quem o queria.

Na SDLB, a euforia e a união provocada pelos preparativos e sucesso do show recaiu rapidamente. As opiniões divergiram sobre como utilizar esse dinheiro. Uma parte dos membros deixou - claro que desconfiava do Jarbas e foi até propor aos Trindadeiros de trocar de advogado (a idéia não foi para frente, mas aumentou a confusão na aldeia). Outra parte continuava confiando - no Jarbas e criticava a interferência dos membros que impediram a saída do acôrdo.

Não existe mais, naquele momento, "cúpula e marginais", existe quem, como Sérgio, optou por acreditar no Jarbas e quem - desconfiava dele; quem interferiu no acôrdo e quem estava contra a interferência. O clima, no entanto, era mais de desconfiança - do que de briga, e, de susto ao ver as consequências na aldeia.

Contudo, ninguém lamentava que o acôrdo não tivesse saído. As idéias se canalizaram mais no sentido do que fazer no futuro:

- onde realojar os 23 ?
- como utilizar o dinheiro do show e não ser paternalista ?

#### A nova votação

Dez dias depois, o Marciano (cuja mulher estava grávida, morava na caverna do Caixa D'Aço e queria o acôrdo) foi com ela a até o Rio de Janeiro falar com o Dr. Jarbas da situação. Marciano que era contra o acôrdo voltou a favor e convocou uma reunião com os Trindadeiros afim de colocar os outros a par de sua conversa - com Jarbas.

Após a reunião, ele se aliou ao Sr. Antonio e os dois passaram a tarde inteira de casa em casa pedindo opinião de cada família. Com a lista completa na mão, Marciano foi para o Rio no dia seguinte e entregou ao Jarbas.

Estranhamente, na lista do Marciano, todos estavam a favor do acôrdo. O Dr. Jarbas, no entanto, percebendo que essa lista - não refletia a opinião da aldeia, engavetou-a.

Enquanto se tratava da luta, nenhum Trindadeiro tomava iniciativas, como telefonar para o Dr. Jarbas ou ir para o Rio de Janeiro. Tratando-se do acôrdo, cada vez que um deles ia para Parati, telefonava para o advogado; Marciano não poupou os esforços -

para levar a lista até o Rio ... Com o acôrdo apareceu uma energia que nunca existiu durante a luta.

Enquanto isso, as audiências continuavam em Parati e a área da Prefeitura, que ia ser julgada, foi transferida para outro Tribunal o que atrasará o julgamento por mais dois meses. O clima na aldeia continuou piorando, todos falavam mal de todos. Silvio que se encontrava numa situação de impasse falou com Jarbas que ele não queria mais se encarregar de dirigir as reuniões sôbre o acôrdo e que ia ficar em Trindade só para ajudar na parte econômica.

### Nem tudo que acontece é ruim

Apesar de tôdas as desavenças descritas, existia, nessa época, uma certa reorganização da comunidade em torno da pesca. Em 1978, o Fundo Samoel como já falamos, tinha dado para a comunidade, sob a responsabilidade da SDLB, Cr\$ 40.000,00. Por não saber muito bem como utilizá-lo, esse dinheiro foi colocado na caderneta de poupança. Em julho de 79, decidiu-se utilizá-lo para a compra de um cêrco.

Após a chegada do cêrco em Trindade, constituiu-se uma equipe de 7 Trindadeiros sob a responsabilidade de um dêles, o mestre, para trabalhar com o cêrco, reconstruir um rancho e nele uma urna de gelo.

O cêrco foi para a água no dia 4 de outubro e funcionou maravilhosamente até o fim de janeiro do ano seguinte pegando 16.000 quilos de peixe e dando por volta de Cr\$ 190.000,00 (cada pescador recebendo Cr\$ 10.000,00 e a caixinha Cr\$ 86.600,00).

Se criou então uma certa euforia, em relação à pesca. Um membro da SDLB comprou um outro cêrco e constituiu uma equipe com os mais jovens, que durou muito pouco. Na mesma época, chegava o dinheiro do show e pensava-se então em utilizá-lo, em parte, na pesca.

A idéia inicial de comprar um caminhão que iria diretamente vender o peixe no Ceasa de São Paulo foi abandonada e comprou-se uma "pick-up". Foi nessa época, como conta Silvio, que ele viu a possibilidade de fazer "um trabalho forte na parte econômica e com isso influenciar todo o resto". Foi comprado um outro cêrco

para levar a lista até o Rio ... Com o acôrdo apareceu uma energia que nunca existiu durante a luta.

Enquanto isso, as audiências continuavam em Parati e a área da Prefeitura, que ia ser julgada, foi transferida para outro Tribunal o que atrasará o julgamento por mais dois meses. O clima na aldeia continuou piorando, todos falavam mal de todos. Silvio que se encontrava numa situação de impasse falou com Jarbas que ele não queria mais se encarregar de dirigir as reuniões sôbre o acôrdo e que ia ficar em Trindade só para ajudar na parte econômica.

### Nem tudo que acontece é ruim

Apesar de tôdas as desavenças descritas, existia, nessa época, uma certa reorganização da comunidade em tôrno da pesca. Em 1978, o Fundo Samoel como já falamos, tinha dado para a comunidade, sob a responsabilidade da SDLB, Cr\$ 40.000,00. Por não saber muito bem como utilizá-lo, esse dinheiro foi colocado na caderneta de poupança. Em julho de 79, decidiu-se utilizá-lo para a compra de um cêrco.

Após a chegada do cêrco em Trindade, constituiu-se uma equipe de 7 Trindadeiros sob a responsabilidade de um dêles, o mestre, para trabalhar com o cêrco, reconstruir um rancho e nele uma urna de gelo.

O cêrco foi para a água no dia 4 de outubro e funcionou maravilhosamente até o fim de janeiro do ano seguinte pegando 16.000 quilos de peixe e dando por volta de Cr\$ 190.000,00 (cada pescador recebendo Cr\$ 10.000,00 e a caixinha Cr\$ 86.600,00).

Se criou então uma certa euforia, em relação à pesca. Um membro da SDLB comprou um outro cêrco e constituiu uma equipe com os mais jovens, que durou muito pouco. Na mesma época, chegava o dinheiro do show e pensava-se então em utilizá-lo, em parte, na pesca.

A idéia inicial de comprar um caminhão que iria diretamente vender o peixe no Cessa de São Paulo foi abandonada e comprou-se uma "pick-up". Foi nessa época, como conta Silvio, que ele viu a possibilidade de fazer "um trabalho forte na parte econômica e com isso influenciar todo o resto". Foi comprado um outro cêrco

uma balança pequena, depois uma balança grande, rêdes de reserva, tudo isso com o dinheiro do show e do Fundo Samoel.

Mas ...

O novo cêrco ficou um tempo grande fora da água porque ninguém quiz trabalhar nêles: convidado, o pessoal do Cepilho recusou em parte para não dar o braço a torcer (estavam a favor do acôrdo), porque nunca mexeram com cêrco ou porque embarcaram de novo; os outros também não queriam. Depois de ficar parado alguns meses, perdeu-se uma boa parte da rêde, ninguém quiz concertá-la e o cêrco então funcionou como cêrco de reserva da equipe que tralhava com o cêrco do Fundo Samoel.

Quando a "pick-up" chegou na aldeia, Silvio pediu aos Trindeadeiros para que ajudassem a passar anti-ferrugem nela. Ninguém quiz. Começou a haver problemas de mecânica, ele quis levá-la para São Paulo para consertar mas ninguém se propos a ir junto.

Quando o cêrco saiu da água por falta de peixe, a "pick-up" ficou parada. Silvio, então, começou a fazer carreto (fazer as -compras de quem tinha barzinho e cobrar pelo transporte) cujo dinheiro era colocado na caixinha. Pouco depois, ele passou a responsabilidade da "pick-up" para um Trindadeiro, que, no entanto, não se sentia a vontade para usá-la.

Por outro lado, a caixinha que após a criação do grupo dos "cinco" funcionou razoavelmente bem, deixou de ser arrecadada após a briga que explodiu com a discussão do terceiro acôrdo:

*"Tinha a caixinha que ia para Jarbas: Jair recolhia na parte do morro, Sr. Antonio na parte do Cepilho, Marciano na parte do Caixa D'Aço, Nonica a parte da Vila e o Pedro Rosa o lado deles. Depois do despejo e dessa divisão do acôrdo, morreu tudo isso. Os "cinco" pararam de funcionar, o Pedro Rosa deu uma escapada para Ubatuba, o Marciano também, o Sr. Antonio se recusou a trabalhar, o Nonica também não quiz muito e o Jair ficou fazendo o que podia. Então -parou de se arrecadar a caixinha". (Silvio, 1980).*

Se nós permitimos avançar no tempo e já entrar na fase - que será posterior ao fim oficial da SDLB, pdoemos ver como, a partir de janeiro de 1980, a comunidade se reorganizou economicamente sobre outras bases.

Coincidiu um enfraquecimento da pesca e a perspectiva - das férias de carnaval - ou seja, da chegada do turismo. Todas as famílias, pensando no aproveitamento do turismo, começaram a construir cada uma o seu rancho na praia e a fazer dêle um barzinho onde se vendia refrigerantes e comida, um ou outro somente vendendo bebidas alcoólicas.

Na praia de Fora, os Trindadeiros chegaram a construir - uns 15 ranchos, um ao lado do outro, vendendo comida, e que, - com o decorrer do tempo se transformaram também em lugar de moradia.

O carnaval de 80, foi um marco para a comunidade. Certas famílias ganharam até Cr\$ 60.000,00 em quatro dias e isso começou a virar a cabeça de todos. Os Trindadeiros começaram a viver em função da busca do turismo, da vontade de aumentar o movimento na aldeia.

No mesmo tempo, parou a luta na Justiça (de comum acôrdo entre os advogados de ambas as partes) até resolver-se sôbre o acôrdo; muitos Trindadeiros voltaram a embarcar, os cêrcos para ram quase que totalmente, a rêde de arrastão não foi sequer utilizada, as rêdes se perdendo, a "pick-up" enferrujando ou sendo utilizada para fins particulares ...

Essa intensificação do turismo aumentou também o número de assaltantes, e a violência que surgiu a partir daí interferiu no clima sossegado e tranquilo que existia anteriormente.

Êsses dados nos permitem perceber que os Trindadeiros re jeitaram a estratégia de reorganização econômica proposta pela SDLB, preferindo se reorganizar em tórno de uma estrutura baseada na autonomia da família nuclear que reproduzia, de fato, a autonomia dos grupos domésticos como antigamente, quando a u bião em tórno de um trabalho era uma coisa efêmera e não uma ba se estrutural da comunidade. Preferindo, como antigamente, re legar a pesca de cêrcos (cujos rendimentos são instáveis) para o segundo plano.

As últimas tentativas de reestruturação e o fim da SDLB

Após os acontecimentos que se seguiram à discussão do terceiro acôrdo, a SDLB saiu bastante sem rumo, a maioria das pessoas perplexas, sem saber muito bem como recomeçar.

Foi convocada uma reunião preparatória à Assembléia Geral para fazer o balanço e decidir da reorganização do trabalho. Nessa primeira reunião de 10 horas não foi decidido concretamente nada, mas saiu dela uma comissão que recomeçou a montar as grandes linhas de propostas de ação a serem aprovadas em Assembléia Geral.

No dia 10 de novembro de 1979, a Assembléia Geral para a qual foram convocadas 30 pessoas, contou com a presença de 13. Ela aprovou quase que na íntegra as novas proposições que tentaram estruturar o trabalho dos membros da SDLB e a possibilidade de trabalho em outras localidades como de contatos com outras entidades.

Porém, essa nova estrutura que se pretendia mais rígida a fim de deixar maior lugar de participação a todos os membros e por isso exigia um compromisso mais firme, não chegou a funcionar. Houve uma briga com Silvio na aldeia, que terminou com a sua saída do grupo. Sem um representante na aldeia, ficou difícil para a SDLB ficar a par do que acontecia lá.

Reestabelecido o contato com o Dr. Jarbas, êsse último propôs de relançar a Cia. num acôrdo e redigir um protocolo com os advogados dela; o protocolo teria que ser depois aprovado pelos Trindadeiros.

O Dr. Jarbas sugeriu então ao Felipe, que era pessoalmente contra o acôrdo, para dirigir a votação afim de que nem ele - Jarbas - nem Silvio fôssem acusados de querer impor o acôrdo.

Após a Assembléia, foram feitas três ou quatro reuniões da SDLB em São Paulo, que aconteceram no vazio, ninguém respeitava as novas regras nem sabia o que fazer: Silvio cuidando da parte econômica e Felipe da discussão do acôrdo em Trindade.

Na última reunião de 10 de dezembro de 1979, somente apareceram cinco pessoas. O desânimo foi geral, a sensação era de que o grupo tinha acabado. Responsabilizava-se a SDLB por todos



os êrros: o grupo virou de repente um monstro do qual ninguém nunca fez parte. Os cinco últimos membros decidiram então acabar com a entidade, suspendendo as reuniões por três meses, e aguardando os acontecimentos que teriam lugar durante as férias. O grupo não voltou a se reunir enquanto Sociedade.

No fim de abril de 1980, Jair preocupado com a situação - na aldeia e se sentindo sozinho para continuar a luta, foi a São Paulo e convocou uma reunião com os ex-membros.

Jair lembrou à quase totalidade dos membros reunidos pela última vez, que para os Trindadeiros, a SDLB era que nem uma família e que todos em Trindade tinham confiança nela. Era mais fácil para um grupo onde havia professores, advogados, jornalistas, se organizarem do que para os Trindadeiros. Ele, Jair não tinha coragem de revelar para as pessoas que lhe perguntam que a SDLB não existia mais; a SDLB, além disso, falou que ia fazer muitas coisas que ainda não havia feito. Quem olhava para trás via que o grupo desistiu sem saber porque. Jair concluiu dizendo que ele queria - que as pessoas da Sociedade lhe falassem alguma coisa.

As primeiras reações da Sociedade foram de responder à cobrança dos Trindadeiros pela cobrança: os membros desistiram porque perceberam que estava na hora dos Trindadeiros saberem o que fazer. Os Trindadeiros receberam o apoio contínuo do grupo durante dois anos, o que era um bom tempo para eles se unirem, mas, segundo um membro da sociedade, eles são "individualistas, egoístas, não tem consciência de grupo". Por falta de resposta deles, a SDLB se desanimou.

Na mesma reunião de abril de 1980, contudo, a SDLB reconheceu que não havia assumido frente aos Trindadeiros que não existia mais. Simplesmente havia sumido, na realidade por diversos motivos: por não saber como se reorganizar, nem o que fazer em relação à aldeia, por nunca ter tido uma ideologia definida, porque - os tempos eram outros, as pessoas desmoralizadas, a crise econômica apertando, cada um preferiu seguir o seu rumo, assim como os Trindadeiros, estavam seguindo o deles, construindo barzinhos, desenvolvimento econômico pelo qual ninguém da SDLB se interessava.

Concluiu-se que a SDLB não existia mais e não ia mais voltar a existir. Mas como existiam alguns trabalhos a serem feitos, não ia se extinguir a entidade jurídica. O nome seria guardado e

utilizado a nível individual por quem precisasse de respaldo ou de carta de apresentação para trabalhar para Trindade. Todos - também se dispuseram a ajudar a nível individual ou profissional caso fosse necessário.

A luta, no entanto, vai continuar por mais dois anos. Como as pessoas que participaram do grupo se mantiveram unidas em grande parte pelos laços afetivos que, com o tempo, foram se desenvolvendo entre os membros assim como entre êsses últimos e os Trindadeiros, mesmo quando o grupo deixou de existir enquanto entidade, é frequente os ex-membros voltarem para a aldeia para - passear, rever os Trindadeiros ou participar de uma reunião.

Por outro lado, algumas pessoas continuaram trabalhando - em alguns momentos, quando precisava-se delas para um trabalho - concreto, e o Felipe continuou assumindo o papel de intermediário entre o Dr. Jarbas, a Cia. e os Trindadeiros.

#### A ASSINATURA DO ACÓRDO

Coincidindo com o fim da SDLB, começou a entrar, no caso de Trindade, um outro ator: as Igrejas Reformadas da Holanda.

A sua intervenção começou, de fato, com a ajuda consentida pelo Fundo Samoel em 1978 (7), através do qual as Igrejas ficaram sabendo da história de Trindade. O despejo de 1979, também chegou a seus ouvidos.

Frente a contradição de ver que, por um lado, certos Holandeses ajudavam Trindade (o Fundo Samoel) e, por outro lado, outros Holandeses destruíam a comunidade (os acionistas holandeses da Adela), o responsável pelo Secretariado para o Desenvolvimento e a Cooperação (com sede na Holanda e dependente das Igrejas Reformadas), decidiu atuar em colaboração com o representante do - Fundo Samoel em São Paulo.

A partir daí, houve uma denuncia nos jornais e TV Holandesa, e o Secretariado para o Desenvolvimento e a Cooperação colocou todos os acionistas da Adela a par dos acontecimentos. Ele questionou, inclusive, a responsabilidade dos acionistas pela maneira através da qual o dinheiro estava sendo utilizado.

Na reunião anual da Adela foi decidido que seria feita uma

Comissão de Inquérito sobre o assunto com dois representantes da Adela e dois representantes dos Trindadeiros.

Paralelamente, continuava correndo a discussão do terceiro acôrdo que morreu em março de 1980, numa reunião dirigida por Felipe, onde 29 Trindadeiros se pronunciaram "contra" e 9 "a favor".

Resolvida a questão do acôrdo, as Igrejas Reformadas da Holanda continuaram pressionando a Adela. No dia 5 de maio de 1980, os Trindadeiros escolheram dois representantes que foram encarregados de recolher o material sôbre a história da aldeia.

No entanto, a articulação da Comissão de Inquérito não foi possível, uma vez que uma série de acontecimentos escusos dificultaram a aproximação de ambas as partes. No momento em que começaram a tentar entrar em contato, depois de quase um ano, a Cia. já estava vendendo seu empreendimento em Trindade.

Nêsse momento, houve pressão do Dr. Jarbas e do representante do Fundo Samoel para que a Aldeia resolvesse a situação dos Trindadeiros antes da venda, concretizando um acôrdo.

A Adela, porém, recusou, e, em maio de 1981, vende para a firma brasileira COBRACINCO; o novo representante da Cia., A. Berlam, fala que, então não precisa mais da Comissão de Inquérito, pois a empresa sendo uma empresa nacional não enfrentaria as dificuldades e os "preconceitos" que estavam sendo enfrentados pela Adela como empresa multinacional.

As discussões sôbre o acôrdo recomeçaram, então, com a nova compradora e a história se repetiu ...

De início, a Cobracinco falou bem alto. Segundo uma entrevista dada à Fôlha de São Paulo, ela pretendia "realizar um grande empreendimento urbanístico com preservação ecológica e manutenção de uma comunidade caiçara ... Por isso, o arquiteto responsável pelo projeto, deveria viajar por tôda Europa, conhecer os projetos turísticos ao longo da costa francesa. trazer idéias novas, arrojadas ... difícil, segundo a Cobracinco definir exatamente o que seria êsse imenso projeto, ou qual a urgência com que deveria desenvolver, já que "não há dinheiro no Brasil para se fazer um empreendimento dêstes. Conforme ele fôr se delincoando, haverá necessidade de um financiamento externo. Mas isso é coisa para -

mais tarde". São muitas idéias, muitos planos. Uma agrovila para os Trindadeiros, por exemplo; condições para pesca, para moradia para plantio" (...) - (Folha de São Paulo - 28/07/81).

De fato, a Cobracinco ofereceu formalmente aos Trindadeiros um projeto de agrovila na Praia Brava. O Felipe procurou então - os jornais e desencadeou-se uma campanha de denúncia de um tal projeto na Fôlha de São Paulo: os Trindadeiros declaram que são contra êsse acôrdio e o Dr. Jarbas falou que êsse acôrdio era inadmissível. Mas, como conta o Felipe:

"No fim de agosto, o Jarbas surpreende todo mundo porque ele aceita discutir com os Trindadeiros uma proposta da Cobracinco, que era inferior à da Adela, na Praia Brava. Eu fiquei - mal e protestei na hora e aí os Trindadeiros começaram a rebater a proposta.

Aí, o Jarbas apertou a gente dizendo: "mas todo êsse tempo - vocês não dizem o que vocês querem". E êle abriu o mapa: - "que que vocês querem?" Aí, eu peguei uma caneta, risquei, risquei uma região central (...)

O Jarbas levou a proposta e depois de um tempo, ele veio com a resposta dizendo que tinha sido positivo, que estava aprovado. Mas, aí, quem achou que era pouco fui eu mesmo, eu fui, fiz os cálculos, inclusive peguei as leis de Parati outra vez, vi a metragem quadrada que ia dar para cada um e achei que era muito pouco.

A gente armou uma reunião longa em Trindade, foi uma reunião que durou horas, discutimos vários aspectos e tiramos considerações de A a Z, e as considerações visavam duas coisas: aumentar a posse de lavoura e de moradia pedidas, dobrar. A de moradia, a gente nem dobrou, pedia mais (1.000 m<sup>2</sup>) por família e a de moradia a gente pediu o dôbro. Fizemos um documento (...) que os Trindadeiros assinaram (...) O Jarbas achou - meio absurdo, pedir o dôbro outra vez, já tinha concordado - com aquilo.

Mas foi lá e foi ótimo porque conseguiu o dôbro na lavoura e para a área de moradia, ele conseguiu a área da Prefeitura. Deu um belo show. Aí pronto. Aí nesse momento tinha ganho a briga". (Felipe, SDLB, 1982). (ver mapa pg. 166)

O acôrdo foi oficialmente assinado em maio de 1982. Tratou-se então de dividir a área entre os Trindadeiros. Para decidir quem ia entrar, se reuniu uma comissão encabeçada por Jair e pelo Felipe. os critérios foram os seguintes:

- a prioridade foi dada a quem participou e se manteve na luta do começo ao fim;
- . um total de 40 famílias receberam então um lote de moradia e um lote de lavoura.
- quem participou da briga, mas por uma razão ou outra foi para Ubatuba, antes do final dela:
  - . recebeu um lote de moradia
- quem não participou da briga, mas consta, por uma razão ou outra, na lista das pessoas em processo contra a Cia.:
  - . recebeu metade de um lote de moradia.

O critério era também, que tinha direito a ser beneficiado - pelo acôrdo, quem tinha 18 anos de idade. O tamanho do lote era idêntico para todos, se o beneficiado fôsse casado ou solteiro, tivesse muitos ou poucos filhos.

É dada preferência para que as pessoas voltassem a morar na sua antiga posse de moradia ou perto de parentes. A situação para os que não tinham vendido as suas posses para a Cia. se resolveu de diversas maneiras: um deles vendeu e foi embora para Santos; um outro vendeu uma parte e entrou no acôrdo, e os dois últimos continuaram "posseiros" (sem documentação legalizada) não querendo vender e entrar no acôrdo. Os filhos dêsses últimos, - mesmo maiores de idade e tendo participado da luta, não ganharam o lote de lavoura.

Esses critérios não levaram em consideração o tamanho das famílias e suas necessidades, e que se tornaram inevitáveis a partir do momento em que os Trindadeiros se tornaram proprietários, entraram em contradição com as regras antigas da comunidade onde a terra era abundante, a posse não cercada e onde a transmissão dessa última se fazia de acôrdo com o tamanho da família.

Por êsse motivo, na aldeia, as consequências não se fazem esperar. Certas famílias se sentiram lesadas, outras injustiçadas,

outras excluídas. As famílias numerosas cujos filhos tinham menos de 18 anos, se sentiram desfavorecidas frente às famílias numerosas ou não, cujos filhos tinham mais de 18 anos; vê-se, - por exemplo:

- a família do Moreira (10 filhos) ganhar dois lotes de moradia e um de lavoura.
- a família do Sr. Antonio (7 filhos) ganhar cinco lotes de moradia e dois de lavoura.
- a família do Jair (5 filhos) que teve o maior desempenho na luta, ganhar um lote de moradia e um de lavoura.

Frente a essa situação, Jair que ganharia somente uma posse, pede à Comissão para que a mãe dêle (que mora em Santos há 20 anos) entrasse no acôrdo. A Comissão aceitou, mas a comunidade inteira ficou revoltada. Além disso, apesar do critério para ganhar um lote, tivesse que ter mais de 18 anos, filhos ou filhas de certas famílias a êle tem direito, outros não, sem que nada pudesse explicar o porque. Ciúmes e fofocas espalham-se. Inveja-se, inclusive, quem vendeu para a Cia. somente agora e recebeu muito mais dinheiro do que cinco anos atrás (sobretudo quando não se leva em conta a inflação) e esquece-se que foi em grande parte por causa dessas mesmas pessoas que a luta pôde desencadear.

Com isso, as famílias que durante a luta tinham-se unido em torno de uma só Igreja, que foi reconstruída por todos em 1980, - voltaram a dividir sua participação entre duas Igrejas.

Dois Trindadeiros se lançaram na campanha pelos partidos políticos: o João Grande pelo PT (um dos adeptos da nova Igreja) e - Jair, candidato a vereador pelo PMDB. Por mais que o Jair fôsse o único candidato, a aldeia se dividiu em torno de algumas opções políticas: uma parte quer votar no PT (cujo candidato a Prefeito é Adolfo), uma outra parte para o PMDBm mas não para o Jair, a outra parte para o Jair.

Certos Trindadeiros utilizam os instrumentos comprados com o dinheiro do Fundo Samoel e do show para uso próprio: quem se apropriou da "pick-up" comunitária chegou até a cobrar Cr\$ 2.000,00 - por uma viagem até Patrimônio e Cr\$ 6.000,00 para quem precisava ir até Parati.

A divisão do terreno do acôrdo se faz esperar, mas enquanto isso certas famílias voltam a morar nas suas casas de alvenaria (lacradas dêsde 1978), outras que estavam nas terras agora da Cobracinco. voltam para a Vila e reconstroem as suas casas; muitas porém, continuam morando em condições precárias, ninguém querendo melhorar o habitat porque terá que mudar breve.

Em setembro de 1982, cinco pessoas (três das quais ex-membros da SDLB) se juntam ao Felipe e criam um "grupo de apoio às comunidades", cujo respaldo jurídico continua sendo a Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro (SDLB). Esse "grupo" apoiado pelo Dr. Jarbas, assume a defesa jurídica das praias de Taquari, Barra Grande e Sono.

No dia 16 de setembro de 1982, houve em Parati uma passeata de protesto contra o despejo que aconteceu na Praia do Sono, da qual participaram, além dos interessados da Praia do Sono, pessoas de Barra Grande, Ponta Negra e Trindade.

Notas ao Capítulo V

- (1) Em 01/01/78 US\$ 1,00 = Cr\$ 16,25  
Em 01/01/79 US\$ 1,00 = Cr\$ 21,79  
Ou seja, a contribuição representava US\$ 10
- (2) Ver o teor dessa sentença no Capítulo V, pág. 134 e 135
- (3) O Fundo Samoel depende das Igrejas Reformadas da Holanda e presta assistência financeira às comunidades que precisam para se reorganizar economicamente. No início o trabalho - só era feito com as comunidades indígenas, hoje se estende ...
- (4) O mandato de segurança é um recurso jurídico utilizado em situações de emergência quando a aplicação da sentença anterior implica em consequências irreparáveis. Ele, tem por efeito de suspender a aplicação dessa última, até novo julgamento.
- (5) O caso de Trindade recebeu o apoio de diversos políticos - do MDB do Rio: Marcelo Cerqueira, Heloneida Studart, desceram à aldeia; Franco Montoro manifestou-se no Senado; grupo de políticos da ala autêntica do MDB, liderado pelo deputado Modesto da Silveira, encaminha ao Congresso Nacional um pedido no sentido de que a área de Trindade fôsse - desapropriada por razão de tensão social.
- (6) IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- (7) Ver capítulo VI, pág. 175.



## CONCLUSÃO

Trindade, como vimos, passou por uma série de fases em -  
tôrno da questão da terra. Se, no início, na época em que o Mu-  
nicípio de Parati vivia a sua fase de maior decadência, os do-  
nos da terra apareciam de vez em quando para lembrar a sua exis-  
tência, com o decorrer do tempo e a valorização da terra, a di-  
cotomia posseiros x proprietários acirrou-se resultando em dis-  
putas.

O primeiro conflito real ocorreu em 1958/59, quando o en-  
tão proprietário Santinoni decidiu cercar uma parte da aldeia -  
para nela criar gado. A reação imediata e espontânea da comuni-  
dade Trindadeira na detenção dos homens que vinham cercar a al-  
deia e o fato de terem pedido ajuda a um homem influente - o ad-  
vogado e deputado Vasconcelos Torres - pararam o processo.

Em 1973, a situação já era outra. A ameaça provinha de u-  
ma multinacional que entrava na aldeia subrepticiamente, por in-  
termédio do seu gerente, que após um certo tempo propôs comprar  
as posses. A oferta foi "civilizada", mas a resposta, inesperada:  
"não". De fato, essa oferta não compensava as aspirações de con-  
sumo coletivo da população daquele lugar, que nele tinha a base  
da sua moradia e também da sua subsistência. A êsse "não", a  
Cia. respondeu pela violência, invadindo a aldeia com 40 jagun-  
ços armados.

Ocorreu novamente uma certa mobilização da população, -  
que através dos seus líderes recorreu às autoridades locais. -  
Dessa vez, no entanto, os interesses em jogo eram demais impor-  
tantes, as relações de força demais desiguais e desequilibradas  
e a resposta das autoridades era a de que estavam ao par da si-  
tuação mas recusavam-se a interferir. Conseguiu-se somente dois  
advogados para requerer na justiça o usucapião, cuja existência  
havia sido revelada em 1958. Era um recurso simples, que sozi-  
nho teria podido resolver a situação. De repente, os poucos alia-  
dos passaram para o lado do adversário. Houve então, uma pressão  
de todos os lados para que os Trindadeiros vendessem suas posses  
os advogados, os pastores, a situação econômica (os homens para-  
ram de embarcar), a violência. Paralelamente, a Cia. subiu os  
preços e aos poucos a comunidade se dividiu, cada um começou a  
barganhar seus interesses e vender. Alguns receberam tudo em di-  
nheiro, outros optaram por receber parte do pagamento numa casa

construída pela multinacional em Ubatuba. Diversas famílias saíram da aldeia nessa época (fim de 76); as outras esperaram a casa prometida em Ubatuba, que não estava terminada.

Quando as casas ficaram prontas em meados de 77, já era o tempo suficiente para que numerosas famílias reavaliassem a situação. Muitas não se conformavam em ter vendido a posse de moradia e assinado a venda de todos os seus direitos possessórios.

Nessa época, diversas iniciativas vindas de pessoas de fora - turistas - tentaram persuadí-los a recorrer a advogados. Essas iniciativas no entanto, não foram para frente; mas, continuava a ocorrer uma certa resistência passiva, que se concretizava no adiamento, por mil e uma razões, da saída concreta da aldeia.

Em 1978, a situação era ainda mais crítica e chegava a - seu ponto culminante: as famílias que ainda estavam na aldeia receberam uma ordem de despejo judicial, e a multinacional, provavelmente para intimidar ainda mais, começou a sua obra destruidora, levando tratores e homens, derrubando a mata. Foi nessa época que Martin chegou na aldeia, optando por morar nela e ajudar a encaminhar a luta na justiça. A ele começaram a se juntar outros turistas, e conseguiu-se ajuda jurídica do Dr. Jarbas. Criou-se a SDLB e aos poucos articulou-se a luta.

O resumo condensado desses quatro tipos de situação nos - leva a perguntar quais são as razões que permitem a concretização de um movimento social, no nosso caso, qual foi o momento e qual a conjuntura do desenlace ?

Os dois primeiros casos mostram uma certa semelhança na - maneira de se apresentarem: a invasão da aldeia pelo proprietário. Nas duas vezes, a população, através dos seus líderes, recorreu às autoridades locais. No primeiro caso, ela recebeu total apoio e o movimento nem bem iniciou-se, foi bem sucedido e acabou-se.

No segundo caso, aconteceu o contrário: não houve ajuda - das autoridades, ao que somou-se um certo descaso e falta de competência dos advogados.

O movimento também acabou rapidamente, e falhou totalmente se considerarmos que quase todos venderam suas posses, ou, em parte, se considerarmos que uma certa resistência passiva atra-

sou as vendas que iriam se alargar por quase dois anos.

Nos dois últimos casos, as situações também apresentaram semelhança. Nas duas vezes, as vendas já haviam sido concluídas e os habitantes receberam ajuda de pessoas alheias à aldeia que tentaram convencê-los a não se renderem e a obterem na justiça o reconhecimento da sua posse de lavoura, e por isso propuseram contatá-los com um advogado. Nos dois casos, as populações eram céticas e as respostas por parte delas, poucas. No primeiro deles, a situação não era urgente, no segundo era. Se no primeiro, as iniciativas não foram para frente, do segundo saiu o movimento que permitiria a permanência na terra.

Segundo Santos (Santos, 1981) "a conjuntura favorável é dada externamente e se constitui em condição necessária, mas não suficiente, para o surgimento e o desenvolvimento de um movimento". (pg. 231). Para que esse movimento fôsse gerado, precisava-se de "um espaço político determinado, o que incluía o modo de articulação de diversas instâncias econômicas, sociais e culturais". (pág. 231).

Em Trindade, os nossos quatro casos tem em comum um espaço jurídico - espaço esse muito maior nos dois primeiros casos do que nos dois últimos. No entanto, o que define o sucesso das reivindicações é uma instância maior - a conjuntura política, e através dela a conjuntura econômica. O agente externo ameaçador venceu na medida em que teve força política que coincidiu, ao mesmo tempo, com uma orientação econômica do município (Projeto Turis), o que não foi o caso em 58/59, época em que o município apenas começava a se valorizar. Nos outros casos, o agente externo era forte econômica e politicamente, e a época lhe era altamente favorável. Tratava-se do grupo multinacional Adela, que apoiou ou favoreceu a tomada do poder pelos militares em 64, e que, pela sua atuação na aldeia, se encaixava perfeitamente no modelo de desenvolvimento escolhido pelo governo e posto em prática através das instâncias estaduais: projetos de desenvolvimento turístico, etc. Nas duas primeiras tentativas (casos 2 e 3), - os Trindadeiros sozinhos e depois com os turistas que tentaram encaminhar a luta jurídica - a conjuntura era altamente - desfavorável em todos os níveis: os Trindadeiros, por si sós, não tinham acesso à justiça, mesmo tendo a lei a seu favor e -

não apareceu ninguém para auxiliá-los; quando apareceram os turistas, a situação jurídica já era mais complicada, pois houve vendas e dolo, e, o auxílio externo recebido foi muito fraco e hesitante, a conjuntura política totalmente desfavorável, ainda era uma época altamente repressiva e ninguém assumiu a iniciativa até o fim, a resposta dos Trindadeiros, por outro lado era hesitante, e, apesar de visível, a necessidade de se sair da aldeia ainda não era imediata.

No último caso, o contexto mais amplo era diferente: começava a "abertura", era o fim do "milagre econômico". Existia um certo espaço para reivindicações, e o fato do agente ameaçador - ser uma multinacional, desfavorecia-o ainda mais frente à opinião pública.

No entanto, a "conjuntura é um espaço que ao mesmo tempo - que é dado é construído" (pg. 231). De fato, por si só, essa conjuntura mais favorável não poderia fazer nascer um movimento, ela apenas favoreceu-o, deu-lhe a possibilidade de existir. Outros elementos seriam necessários para que o movimento acontecesse em Trindade.

#### O que vai permitir a existência do movimento?

Segundo ainda, Santos, que apoia a sua análise sobre a obra de Castells, Borja, Swartz e Lodjkin e utiliza as categorias de Swartz: "havendo campo, arena, evento mobilizador, instituição e catalizador, o MSU está pronto para acontecer". (pg. 227).

Vale a pena aqui sintetizar e lembrar as condições nas quais se articulou a luta de Trindade.

No fim de 77, início de 78, a situação na aldeia era das mais críticas. A maioria das pessoas que ainda estavam lá recebiam ordem de despejo judicial e existia um grande descontentamento em relação às casas prometidas em Ubatuba, que a Companhia entregou, na maioria das vezes sem água, luz, escritura e em terrenos alagados ...

Estamos então em presença de um "campo" que, por "ser composto pelos atores envolvidos diretamente nos processos sob estudo" (pg..215), se restringir nesse momento particular aos limites

geográficos da aldeia e às pessoas que naquele momento moravam nela. Existe também o "evento mobilizador" que "tem a virtude de unificar os grupos internos daquela localidade determinada, fazendo-os reconhecer-se com interesses em comum" (pg. 214). Esse "evento mobilizador" é exercido por alguém de peso capaz de manejar o poder público: a multinacional Adela, e tem por efeito o despejo das famílias que ainda moram em Trindade assim como a destruição física da aldeia.

"O "evento mobilizador" sozinho não vai muito longe. É um elemento necessário, mas não suficiente que precisa ser reconhecido e empolgado em alguém como bandeira de luta. Para que se transforme em símbolo identificador de fronteiras, necessita de que alguma autoridade frente ao grupo o institua como tal". (pg. 220)

É aqui, no nosso caso, que entra em jogo o Martin. Martin apareceu na aldeia nesse momento crucial dos despejos. Ele não era nesse momento, nenhuma autoridade reconhecida, e ademais, ele se parecia com os turistas que tentaram fazer alguma coisa entre 73 e 77, mas que acabaram desistindo. Martin, no entanto, entrou na aldeia com cautela e aos poucos, foi também aos poucos que ele se aproximou de um Trindadeiro - o Sr. Antonio - que já há algum tempo se tornara um dos líderes da resistência, ou pelo menos um dos mais inconformados. O Martin soube conquistar dentro da aldeia a autoridade que lhe faltava: apesar do clima de guerra e de uma situação para ele absolutamente sem respaldo, ele começou a morar na aldeia em janeiro de 78 e entrou na resistência de "cabeça fria", empolgando todas as ações, levando atrás dele quem quisesse ir, e, aos poucos, mostrando que dava para resistir à multinacional.

Além do mais, foi ameaçado diversas vezes e não fugiu. Ele ganhou então na aldeia um statuts de "machão", ou seja, "homem forte" e se tornou rapidamente uma figura admirada, uma figura - que se impunha e segurava uma boa parte das pessoas na aldeia. Parece também que Martin foi, para a aldeia, a encarnação mítica de um poder superior que poderia salvar a população da situação de impasse pela qual passava.

Era frequente a aceitação das decisões dele sem haver questionamento, num clima de espera de que tudo fôsse se resolver através dele. Podemos levantar a hipótese de que Martin tenha fun-

cionado em alguns momentos como uma espécie de Messias. Martin se jogou então no movimento que iria se desencadear, no papel daquele que Santos chamou de "catalisador" ou seja: "aquele que faz a - intermediação entre o "evento mobilizador" e a resposta que suscita (reação ou programa de luta) ... É um agente que sabe das coisas e como dizê-las em linguagem inteligível. O seu papel é este: "ser de dentro", de confiança do grupo, a ponto de ser capaz de comovê-lo e de mobilizá-lo; "ser de fora" o suficiente para saber como delinear a pressão, como descrevê-la e manipulá-la". (pg.223)

Mesmo assim, a presença desses três elementos "o campo" representado pelos Trindadeiros, o "catalisador" pelo Martin e o "evento mobilizador" pelas pressões exercidas pela multinacional - não era suficiente para que deles pudesse sair um movimento. Sozinhos, Martin e os Trindadeiros não faziam o peso contra o "monstro" (multinacional). Por isso, eles começaram a sair da aldeia - em busca de apoio. O primeiro apoio procurado foi o das autoridades militares, assim como o das autoridades locais (Prefeitura, - sindicato, companhia dos Portos) e mesmo o da Igreja Católica - (Pastoral da Terra). Um vez que essas diversas instâncias não se mostraram receptivas, tendo, em alguns casos, agido a favor da - multinacional, o apoio foi então buscado através da rede pessoal das pessoas envolvidas, e sobretudo da de Martin, que apelou para os seus amigos em São Paulo e depois para os turistas que frequentavam a aldeia e se mostravam interessados em ajudar. Eles também apelavam para suas próprias redes pessoais. A partir dessas redes foram estabelecidos os contatos com a imprensa e com o advogado. O "campo, então, se expandiu e suas fronteiras extrapolaram os limites da aldeia. Swartz (Swartz, 1968) e Santos conceituaram esse processo e lhe deram o nome de "arena" ou seja "uma área social e cultural imediatamente adjacente ao "campo" em espaço e tempo", - onde estariam os que, ainda que envolvidos diretamente com os participantes do "campo", não estivessem envolvidos em seus processos definidores." (Santos, 1981, pg. 215). Ressalta-se que essa - definição de "arena" é complexa, visto que, segundo esses autores, muitas vezes uma "arena" ou parte dela se transforma em "campo" e vice-versa...

No entanto, esse conceito de "arena" não nos parece nada - mais que o velho conceito de "sociedade envolvente" ao qual, por razões de clareza, preferimos recorrer durante essa análise. A

"sociedade envolvente" é, de fato, o pano de fundo do conflito. Considerando o "campo" como o palco da luta, a "sociedade envolvente" seria a platéia ou ainda, o que há por trás de cada ator: o grupo que ele representa, os seus valores, significados e recursos. Por isso, cremos poder que, nesse primeiro momento, a "sociedade envolvente" estava sendo: os Trindadeiros que se mudaram para outra localidade, os turistas presente na aldeia e suas redes de relações pessoais, as autoridades militares e locais, as instâncias jurídicas e a imprensa. O fato de que membros desses grupos passaram a ser atores será determinante na luta.

Falta ainda, segundo os critérios adotados por Santos, - um quinto elemento - a "instituição" - para que o movimento esteja pronto para acontecer. O objetivo da "instituição" é o representar, frente às instâncias mais amplas, os interesses dos residentes de determinado local. Servem também para fazer o contrário: trazer para os moradores, filtrando as determinações - que vem de fora". (Santos, 1981, pg. 220). No caso de Trindade, o papel da "instituição" é preenchido pela SDLB.

Chegando nesse ponto, no entanto, precisamos fazer uma - pausa para estudar as condições específicas do movimento de Trindade, baseando-nos nas categorias acima definidas.

#### As condições específicas do movimento de Trindade

Nosso interesse não é aplicar as categorias definidas por Santos automaticamente, mas captar, através delas o específico - da luta em Trindade.

Aplicaremos essas categorias - campo, sociedade envolvente. evento mobilizador, instituição e catalisador - ao início do movimento. Essas categorias, entretanto, não são fixas e vão se modificando com o decorrer do tempo.

A partir de um certo momento, Martin começou a receber a ajuda de amigos e turistas que estabeleceram contatos importantes com o Gabinete de advocacia do Sobral Pinto e a imprensa em São - Paulo.

A partir daí, muitos atores passaram da "sociedade envolvente" para o "campo": é o caso do Dr. Jarbas, de muitos turistas



que desempenharam no início do nosso movimento o papel dos "técnicos" descritos por Santos, dos Trindadeiros que haviam mudado e voltaram à aldeia para lutar. Com o apoio da imprensa, o campo se espalhou para além dos seus limites físicos, virando notícia na cidade.

Faz-se então sentir a necessidade de uma "instituição" e foi nesse momento que o movimento assumiu características bem peculiares.

Com exceção do advogado, as pessoas que começaram a ajudar no início - sobretudo através dos seus contatos com a imprensa e as entidades, assim como Martin, não eram representantes de nenhum órgão oficial, na maioria das vezes não eram nem mesmo - profissionais e conseqüentemente não tinham nenhum respaldo e - não representavam nenhuma entidade. A SDLB foi então criada para responder a essa necessidade específica.

Temos então uma "instituição" que trabalha para a causa de Trindade mas da qual não participa nenhum Trindadeiro. A "instituição" é representativa dos atores não-Trindadeiros, para os - quais foi criada, mas, para a sociedade envolvente ela representava a luta dos Trindadeiros.

Além disso, muito rapidamente, essa "instituição" - a SDLB - se confundiu com o "campo". Os seus membros passaram a - frequentar a aldeia e a fazer da luta dela, a luta deles.

Juntou-se aqui o papel daquele que eu chamei de "intermediário" - no concreto, José, Silvio e numa certa medida Felipe. O "intermediário" se dispõe a morar na aldeia e seu papel foi, - sobretudo o de fazer a ligação entre o advogado e os Trindadeiros. Era um papel importante que comportava diversas tarefas: - quando a situação na aldeia estava calma, tratava-se de ver se tudo estava em ordem para as audiências e transmitir ao Dr. Jarbas as ansias e dúvidas da população; quando a situação estava - crítica, era também o "intermediário" que recorria ao Dr. Jarbas para avisá-lo.

Paralelamente, esse "intermediário" fazia a ligação - entre a SDLB e a aldeia e muitas vezes entre a SDLB e o advogado. Morando dentro da aldeia, nem sempre concordava com os membros - da sociedade ou atuava como eles queriam, o que lhe valia críticas e cobranças. Era, no entanto, ele quem conhecia melhor a si-

tuação jurídica da aldeia. assim como a situação pessoal dos - seus habitantes.

Essa estrutura de fundo sôbre a qual se articulou a luta determinou em grande parte essa última e o fato de que o "campo" tenha sido sobretudo o palco de dois grupos diferentes - os Trindadeiros e os membros da Sociedade - colocou à tona certas contradições no plano cultural e econômico quanto no plano dos interesses em jogo.

Achamos importante ressaltar essas contradições inerentes a um tipo de luta onde conviveram e se misturaram classes sociais diferentes, não para negar a importância do movimento - nem para anular os efeitos positivos dessa luta (como veremos - no final da conclusão); mas porque cremos que essa reflexão é importante para podermos entender o porque de certos conflitos, de certas desilusões, assim como para abrir uma discussão cheia de controversias.

#### As contradições culturais e econômicas

A comunidade antiga, como vimos, sempre manteve contatos com o mundo de "fora". No entanto, durante muito tempo esse contato existiu de dentro para fora, a comunidade recorrendo ao mundo que a circundava em função de suas necessidades: para procurar trabalho e obter os gêneros que lhe faltavam. Com o assalariamento dos homens na pesca, esse contato aumentou e a melhoria da situação econômica das famílias trouxe um certo "progresso" para dentro da aldeia, o contato com a sociedade de consumo aumentou, mas a sua presença na aldeia foi filtrada pela situação econômica das famílias. Com a construção da Rio/Santos e depois da estrada ligando Trindade a Patrimônio, começaram a aparecer turistas. No entanto, durante muitos anos, o contato da comunidade com os turistas era muito superficial e esporádico: como dois mundos que viviam ao lado um do outro durante alguns dias no ano.

As pessoas entrevistadas que conheceram a aldeia entre 1967 e 1976 foram unânimes em dizer que, nas primeiras viagens, apenas notaram a presença dos habitantes que viviam na vila escondida na vegetação. A sua presença só era lembrada por

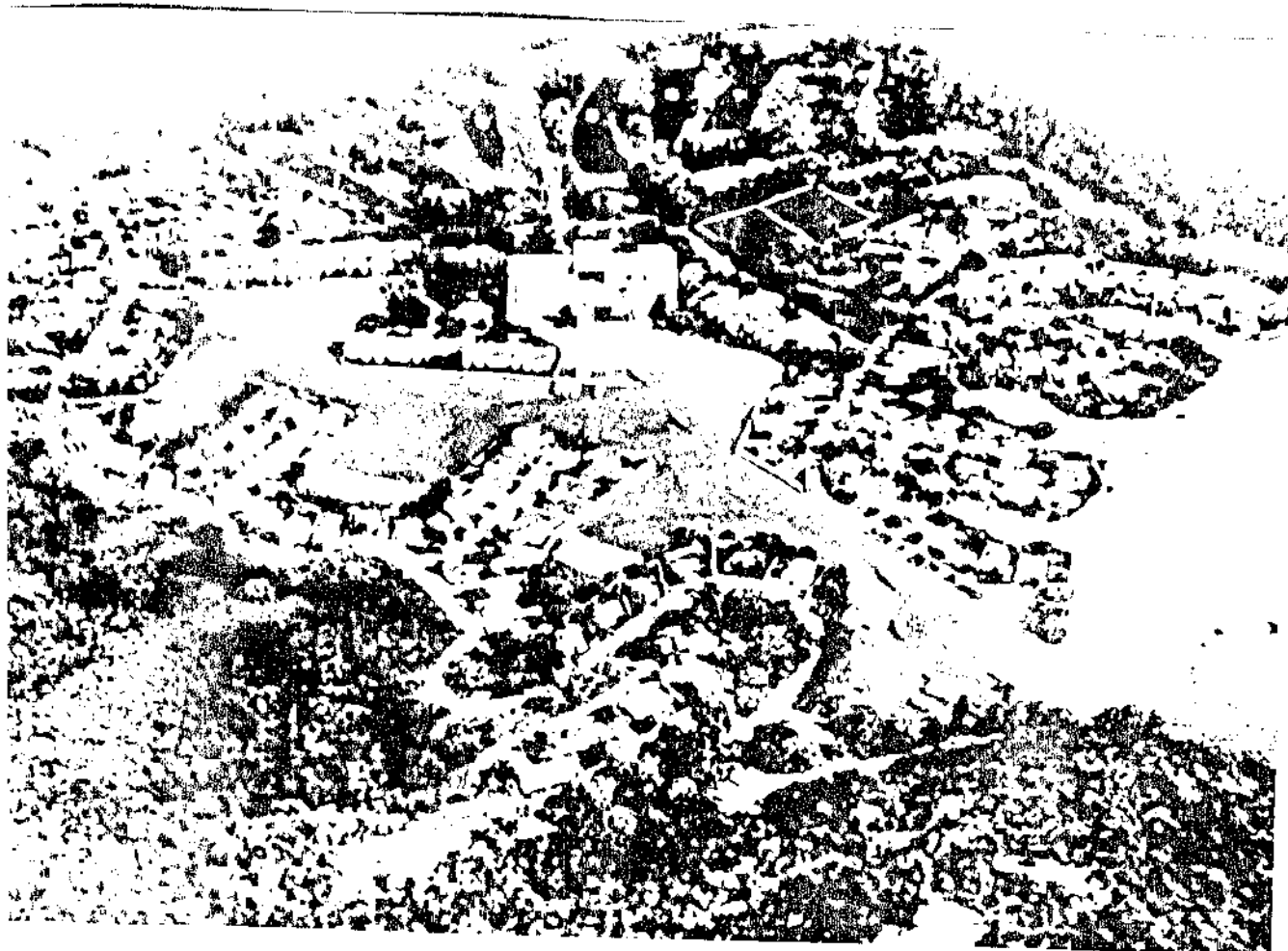
alguns pescadores que saíam para pescar, algumas crianças. Eram dois mundos a parte - os Trindadeiros na Vila e os turistas na praia, cuja ligação somente ocorria quando os turistas pediam - para alugar um rancho ou comer.

O movimento turístico aumentou em torno de 1976 e isso, coincidindo com uma situação econômica precária das famílias, fez com que algumas delas comessem a vender pratos feitos nas suas casas. Foi nessa época que começaram a ser estabelecidos contatos mais amigáveis entre ambos os lados e que a situação da aldeia começou a ficar conhecida por alguns a ponto - de quase se iniciar um movimento para requerer os direitos na - justiça.

A mudança aconteceria, em parte, em 1978, com a fundação da SDLB e a divulgação do caso Trindade na imprensa. Os membros da SDLB começaram a vir frequentemente na aldeia, a estabelecer relações cada vez mais próximas com muitas famílias, muitos jovens.

Portadores de uma cultura urbana, trouxeram de uma certa maneira a "civilização" que se pretendia combater. Uma - "civilização" em nada comparável ao "progresso" que pretendia - impor a multinacional, cuja proposta era expulsar os habitantes e a transformar uma vegetação exuberante em hotel de luxo, lagoas e piscinas artificiais; um bom exemplo disso foi a transformação da praia vizinha de Laranjeiras (foto pg. 228). Mas temos que reconhecer que houve uma certa invasão das famílias, falta de respeito em relação a seus costumes, crenças, desejos.

Ao mesmo tempo que todos nós "fantasiávamos" sobre a vida dos Trindadeiros, queríamos virar ou nos dizíamos quase - Trindadeiros, um outro modo de vida entrava na aldeia. De repente, um grupo de pessoas solteiras, bonitas, sem responsabilidades, sem dependentes nem problemas de ordem econômica e financeira, entrou na luta junto com uma população Crente em que a mulher não se enfeita (o homem não bebe), cujas relações sociais giravam em torno do casamento, onde o homem solteiro (e menos ainda a mulher) não tinha voz ativa, não era sequer tomado em consideração; famílias que tinham muitos filhos, estavam numa situação financeira precária e viviam inseguras do amanhã.



Paralelamente, valorizávamos os traços da cultura caiçara antiga: era o encanto pelas casas de pau-a-pique, as camas de bambu, os cestos de artesanato, etc, já despretigiados pela comunidade que, na medida do possível trocava esses objetos por casas de alvenaria e objetos manufaturados.

Incentivou-se então uma volta à cultura antiga que durante o decorrer da luta foi também a única maneira das pessoas arcarem com os problemas trazidos pelos despejos (mudando de casa, somente era possível reconstruir casas de pau-a-pique, que não necessitavam de investimento em dinheiro; também, fazendo artesanato vendiam a sua sabedoria).

A divulgação do caso de Trindade pela imprensa agiu num duplo sentido. Por um lado, a denúncia trouxe força ao movimento, desvendando as ações devastadoras da multinacional que - "em nome do progresso" destruía tanto a natureza quanto os valôres locais. Mas, por outro lado, chamando a atenção da opinião pública e recebendo o seu apoio, essa denúncia fez indiretamente uma publicidade para o lugar.

Ressaltando a sua beleza, a pureza dos seus habitantes, ela atraía para a aldeia numerosos turistas que vinham acampar durante os feriados e as férias, acelerando um processo que iria ocorrer inevitavelmente após a construção da Rio-Santos (como vimos, antes da entrada da Cia., as posses começavam a ser cobiçadas). Trindade virou um lugar de moda e com o aumento do turismo aumentou a relação comercial.

Quando chegavam os feriados, era outro ar que tomava posse da aldeia, cuja população quadruplicava de repente: eram - os carros, os rádios, os corpos, a "liberdade sexual", o lixo - que sobrava após a saída, o dinheiro que entrava. Aconteceram - também roubos e assaltos que se não visavam diretamente os Trin-dadeiros, faziam mergulhar a aldeia num clima de insegurança.

Pouco a pouco, as famílias que passavam por uma situação econômica péssima, viram nesses turistas uma fonte de lucro, e, de repente, a vida da aldeia se organizou em função deles, abandonando, como vimos, a reestruturação econômica em tôrno da pesca para construir cada um o seu bar na beira da praia onde - não somente vendiam refeições, mas passaram a viver, abdicando -

da sua tranquilidade e intimidade para servir ao turismo.

Assim, ao mesmo tempo que a multinacional quebrou a estrutura econômica da aldeia, o turismo agiu no sentido de introduzir comportamentos e valores diferentes e novos. E, a SDLB que tinha como meta primária a defesa da cultura local foi, sem querer, um dos agentes do processo da sua transformação.

Há certos paralelos entre esta situação e aquela do Cafundó, descrita por Vogt e Fry (1982). Cafundó é uma pequena comunidade de negros situada a uns 150 km de São Paulo, no município de Salto de Pirapora.

Seria apenas mais um bairro rural se não fôsse o facto dos membros da comunidade falarem uma "língua africana" composta de uns 134 vocábulos de origem africana. Embora não haja nenhum "movimento" associado a esta comunidade, houve, e continua havendo uma estreita relação com intelectuais das grandes cidades que de certa forma participam da vida política e econômica da comunidade, levando comida, dinheiro, assistência técnica, e sobretudo assistência jurídica no sentido de garantir a posse da área contra a grilagem constante dos fazendeiros vizinhos e de defender três membros da comunidade que mataram um jagunço em 1978.

A "descoberta" de Cafundó, se deu porque havia lá vestígios de uma "língua africana". Trindade foi "descoberta", também em 1978, pelas razões já expostas. Cafundó também mantinha relações com a sociedade envolvente, que foram ampliadas a partir de sua descoberta através da imprensa e da televisão. Como em Trindade, houve uma certa "invasão", não de turistas propriamente ditos, mas de "turistas culturais" que lá peregrinaram para testemunhar e compartilhar deste "pedaço da África no Brasil".

Como no caso de Trindade, alguns destes turistas tiveram o intuito de ajudar, de "preservar" esta "cultura africana", e os pesquisadores levaram consigo uma idéia um tanto romântica dos aspectos "comunitários" da comunidade. E, também, como no caso de Trindade, consciente ou inconscientemente foram agentes da sua própria transformação cultural. No Cafundó haviam vários interesses em jogo que resultaram numa série de alianças e conflitos. Assim também aconteceu em Trindade.

### Os interesses diferentes

O movimento de Trindade apresenta, como já foi visto, a característica de ter o seu "campo" composto de dois grupos de atores diferentes e de ter uma "instituição" da qual participam somente os membros de um desses dois grupos, que se diz falar em nome de ambos. Contradições, dificuldades e desentendimentos vão provir dessa peculiaridade à qual vão se somar os papéis desempenhados pelo advogado e pelo intermediário.

O advogado é, de fato, o técnico dos Trindadeiros mas precisa da "instituição" SDLB para trabalhar, recebendo através dela o apoio da imprensa e a ajuda imprescindível do intermediário. Esse último também participa da SDLB, mas por conviver no dia a dia com a população de Trindade, ele tem uma clareza maior dos anseios, dificuldades e vontades da população e nem sempre concorda com as decisões tomadas pelo grupo SDLB, nem sempre atua como desejado, recebendo por isso críticas, nem sempre é escutado. Basta para isso lembrar as dificuldades encontradas por José e Silvio.

Como era de se esperar, atores diferentes, morando em lugares diferentes, não podiam ter dentro da mesma luta exatamente os mesmos interesses. Basicamente, os Trindadeiros lutavam pela sua permanência na aldeia. A sua luta era econômica. Os membros da SDLB tinham, por outro lado, atrás do interesse explícito de defender a população e de impedir a sua expulsão da aldeia, outros interesses em jogo.

Existiam interesses de auto-fortalecimento social e político que foram preenchidos rapidamente: exposições, divulgação de trabalhos na universidade, teses, tornar-se fotógrafo, cineasta, aparecer em público, obter um certo "status" dentro da cidade, enturmar-se ... Escrevem Vogt e Fry sobre sua experiência no Cafundô, neste sentido: "Não nos terá faltado a uns e outros, aquele motivo inconfesso que leva Brás Cubas a sonhar com a invenção de seu famoso emplasto, espécie de panacéia universal.

Além do espírito humanitário e cristão, além dos lucros financeiros que dele poderiam advir, já a satisfação de ver seu nome brilhando nos céus da popularidade. Ou, para retomar as palavras do próprio Brás Cubas no romance de Machado de Assis -



(Memórias Póstumas de Brás Cubas): ... "minha idéia trazia duas faces, como as medalhas, uma virada para o público, outra virada para mim. De um lado, filantropia e lucro; de outro lado, se de de nomeada. Digamos: amor da glória". (Vogt e Fry, 1982, pg. 47).

No caso de Trindade, havia outro interesse também em jogo e não menos importante: a preservação do lugar como local de férias, privilégio dos que tem os meios para poder escapar - da cidade nos fins de semana.

Esse lugar de lazer somente fazia sentido se se preservasse Trindade inteira, a Praia Brava, por si só não representava nenhum interesse: é pequena e o mar perigoso, o que não passou despercebido pelos Trindadeiros que ironicamente diziam: "mas vocês são amigos da gente, poderão vir na Praia Brava, e se querem tomar banho é só atravessar o pedaço da Cia." Em função disso, os membros da SDLB queriam que a luta fôsse até o fim. Tinha que ser Trindade inteira, tinha-se por isso que convencer os Trindadeiros e o advogado.

Observamos que as divergências vão acontecer no momento da discussão do segundo acôrdo. O segundo acôrdo satisfazia a necessidade de diversas famílias que viam nêle a possibilidade de ficarem na aldeia e estavam cansadas da situação de insegurança na qual mergulhavam. Satisfazia também o advogado, que entrou na luta para conseguir um pedaço de terra para os Trindadeiros e estava mais a par da situação jurídica. O acôrdo era no entanto, inconcebível para a SDLB, que concretamente não tinha nada a perder na luta e também não sofria o desgaste dos despejos. Ela o rejeitou, não se interessando muito em saber - qual a opinião da população a respeito, e decretando que a Praia Brava era ruim para os Trindadeiros e não lhes oferecia condições para sua permanência.

Notamos que, como nos casos dos movimentos sociais - do Rio de Janeiro falados por Santos, êsses choques de interesses serão encobertos e acirrados pelo papel preenchido pela "instituição" SDLB.

"O discurso dos partícipes do "campo" (líderes) que suportam a "instituição" sempre é idealizador e sempre supõe que ela represente integralmente o "campo" e o traduza legitimamente(...)

As primeiras aparências levam a crer que são suas condutoras, o que é reforçado pelo que proclamam os seus líderes. No entanto, os Movimentos não são das "Instituições", e, em termos, se desenvolvem à sua revelia. A rigor seria mais certo considerá-las aproveitadoras e aproveitadas". (Santos, 1981, pg.220).

No caso do movimento de Trindade, a "instituição" SDLB não continha representantes Trindadeiros e por isso tendia a privilegiar os interesses dos seus membros. Agora, como precisava dos Trindadeiros para continuar a luta, ela buscava apoio nas famílias e privilegiava a voz das famílias que estavam do seu lado, fazendo delas os porta-vozes dos anseios da comunidade. Era a atitude de ouvir os Trindadeiros em função daquilo que interessava. Como também era pela "instituição" que passavam as informações - que vinham de fora, essa última tinha tendência a filtrá-las: a SDLB sempre reconheceu que seu papel era informar os Trindadeiros sobre a situação (dentro da linha da não-intervenção), mas sempre privilegiou a informação que os incentivava a querer continuar a luta, omitindo ou passando rapidamente sobre detalhes importantes, como por exemplo, a situação jurídica concreta.

Por causa dessa atitude, ela perdeu o monopólio da informação na época da discussão do terceiro acordo. Muitos Trindadeiros optaram por recorrer diretamente ao Jarbas, a fim de saber da situação exata. Nessa época a SDLB começou a perder a sua razão de existir. De repente, muitas famílias que viviam em condições precárias e estavam cansadas da luta, se deram conta de que conseguiriam o acordo somente se passassem por cima da SDLB e sequissem o advogado.

Nesse sentido, os Trindadeiros souberam muito bem aproveitar-se da "instituição" e levá-la a admitir o seu ponto de vista e aceitar a idéia de um acordo com a Cia. proprietária. Vimos como, de fato, Felipe, que sempre foi contra o acordo, se tornou o agente da sua concretização.

Porém, por trás desses interesses diferentes que muitas vezes não eram totalmente claros para os próprios membros, existia uma outra fonte de conflito proveniente da representação - que cada grupo fazia do outro.

### O jogo das representações

A característica básica de qualquer tipo de relacionamento é a representação que cada um faz do outro. Representação, que muitas vezes é alimentada pelos próprios desejos, as próprias carências. O conflito acontece quando surgem evidências de que essa representação não corresponde à realidade, podendo neste momento, ocorrer rupturas e mudanças. A convivência e a aliança do grupo dos Trindadeiros com o dos membros da SDLB não escapou a essa realidade.

Para os membros da SDLB que viviam todos nas grandes - cidades, Trindade representava o Paraíso Perdido. Em função disso, privilegiava-se principalmente certos traços da cultura e história atribuídas a aldeia: uma comunidade auto-suficiente que vivia isolada, uma cultura baseada no melhor aproveitamento possível da natureza (casas de pau-a-pique, canoas, utilizando as árvores da região, casas de farinha, instrumentos domésticos), uma comunidade que não conhecia o dinheiro, cujos habitantes eram puros e ingênuos; uma economia baseada na roça e na pesca; uma comunidade - onde não existiam brigas internas ...

Essa visão não deixou porém de ser muito superficial; era pequeno o interesse em descobrir quais os usos e costumes da população afim de conhecer mais de perto a sua realidade, tentar participar das tarefas "arcaicas" e vê-las na sua justa medida.

Não se dava muita atenção para detalhes importantes como a venda de posses antes da entrada da multinacional, o abandono de roças por certas famílias cujo chefe "embarcava", a compra, quando possível, de objetos manufaturados, a vontade de morar em casas de alvenaria de de uma certa maneira participar da sociedade de consumo.

A tendência dos membros da SDLB era de "pular" do passado antigo, vislumbrado como um paraíso, cujas dificuldades eram esquecidas, para a entrada da multinacional. A maioria dos artigos de jornais da época transmitiam essa visão dicotômica do Trindadeiro "puro", em contraposição à multinacional "monstro".

Em geral, esqueceu-se de ver os anseios da população - (que por outro lado não os exprimia claramente) durante a luta. -

Não se tentou compreender as necessidades atuais da população, mas reconstruir a aldeia encima de uma certa visão - do seu passado. Era, por exemplo, um assunto tabu observar que os Trindadeiros podiam querer um certo conforto diante da situação precária em que estavam vivendo e que se cansassem de lutar por êsse motivo.

A partir daí orientou-se todo um trabalho político - em prol de uma comunidade onde a imagem que reinava era da união, união destruída pelos valores trazidos pelo capitalismo. Tentava-se recuperar essa união e melhorar a situação econômica reativando-se a economia antiga. Incentivava-se o pessoal a fazer artesanato para ser vendido a preços artificiais em São Paulo. Quando conseguiu-se fundos, incentivou-se a retomada econômica encima da pesca de "cêrco" sem levar em consideração que o "cêrco" não foi muito desenvolvido na aldeia por ter retorno irregulares. Não se incentivou, por falta de disponibilidade das pessoas, uma adaptação da técnica moderna.

A mesma coisa aconteceu também no Cafundó, onde o Movimento Negro Unificado criou o "Projeto Cafundó", que "visava a reconstrução da antiga comunidade e a proporcionar aos seus atuais componentes, meios de sobrevivência"- No Cafundó, porém, foi ensinado ao pessoal a "fabricar tijolos de cimento, fornecendo-lhes para tanto material e instrumentos básicos e em decorrência, as moradias, que eram de pau-a-pique e barro batido, cobertas de sapê, vão cedendo lugar as casas de cimento com cobertura de amianto". (Vogt e Fry, 1982, pg. 47).

Por outro lado, os Trindadeiros tiveram tendência a confundir as pessoas de fora com o "Messias salvador", idealizando-as e entregando-lhes a luta. E, para que essa sua imagem não fôsse desmentida, falavam o máximo possível aquilo que sabiam que era esperado. Vemos, por exemplo, esse início de entrevista de Dona Durcilia (Ver cap. II, pág. 54):

"Antes disso nós ficava aqui tranquilo (...) eu fazia farinha, eu buscava lenha, eu ia na costeira com as crianças ... Morri, buscava lenha três viagens por dia (...) eu com essas crianças e com a barriga grande, carpi mandioca de quatro pé, de joelho no chão, a barriga rastava no chão (...);

ou ainda as reuniões onde ninguém queria dar a sua opinião, as fofocas e os boatos que circulavam na aldeia ...

As máscaras foram retiradas em maio de 1979, quando tratou-se de resistência aos despejos; os Trindadeiros recusaram-se a assumir o papel de "herói" que a SDLB queria que eles assumissem. A partir daí os dois grupos foram se distanciando.

### A luta em si

Aos choques de interesses inerentes a uma luta em comum entre dois grupos sociais diferentes somaram-se choques de opinião entre os membros da SDLB. Os membros da Sociedade, como vimos, se uniram inicialmente a partir de redes de amizade e da paixão em comum pelo lugar.

Por não existir estrutura de poder definido dentro do grupo, as decisões sempre acabavam sendo tomadas pelas pessoas mais influentes, que muitas vezes, eram as pessoas que iniciaram a luta. Isso também dificultava a inserção de novos membros que, ou encaixavam e concordavam, ou saíam.

Foi de fato a característica de todos os grupos que recusaram-se a definir uma estrutura de poderes, haja visto - MacRae que, falando do movimento homosexual diz: "sob a alegação de que os homossexuais têm sofrido duramente os resultados do autoritarismo que tem reprimido a livre manifestação de sua sexualidade, os grupos invariavelmente optam por uma estrutura ultra-democrática onde é evitada a delegação de poderes e onde o único foro considerado legítimo para discussões e decisões importantes é a assembléia geral, onde deve funcionar a regra - do consenso.

Porém essa forma organizacional é das mais difíceis de pôr em prática e frequentemente tem surgido pequenas elites ou "cúpulas" informais que acabam tomando decisões importantes apesar de se manter a aparência libertária. Como esboçado no - pequeno histórico do grupo, esta tem sido frequentemente a causa de graves desentendimentos e, como a regra do consenso não permite a coexistência de posições majoritárias e minoritárias, dentro do grupo tem sido frequentes os "rachas". (MacRae, 1982).

A SDLB se constituiu para "salvar Trindade" e seis meses depois elaborou a sua "carta de princípios". Se essa carta de princípios era de uma certa maneira representativa do -

grupo e refletia o momento histórico em que ele se articulava, no entanto não foi com base nela que os membros optaram por - continuar no grupo ou ingressar nêle. Muitos membros provavelmente nem leram essa carta que foi elaborada, sobretudo, como carta de apresentação para a "sociedade envolvente".

O que manteve durante dois anos a entidade, foi a luta por Trindade, o que se refletiu no fato de que existia um consenso total e apoio de todos, tratando-se de lutar para ~ "salvar" a aldeia quando ela se encontrava em situações de emergência. Por outro lado, a falta de definição ideológica do grupo e o fato de que a participação era devida a diversas razões como por exemplo:

- . preservação geográfica, física e cultural da aldeia.
- . ligação com uma luta política maior
- . resistência ao padrão de desenvolvimento social e econômico imposto pela política vigente
- . resistência à "sociedade de consumo"
- . contade de ajudar os Trindadeiros
- . passo para uma luta política maior
- . amizade com uma ou diversas pessoas do grupo

será fonte de grande ambiguidade em relação ao trabalho e ao - compromisso para com a aldeia, Certos membros vêm nela um lugar onde tem que se conscientizar a população, que se preservar a cultura, que se preservar o acesso ... Essa indefinição a nível ideológico fez com que o "trabalho" na aldeia sempre fôsse resultado de iniciativas individuais que nem sempre eram coordenadas e algumas vêzes se contradiziam entre si.

Como vimos, passada a euforia e a união em tórno do primeiro acôrdo, as divergências começaram a aparecer entre o grupo dos Trindadeiros e a SDLB quando da discussão do segundo acôrdo. Foi o momento em que a SDLB começou a perceber que tirou todo poder de decisão do Trindadeiro e tentou então devolvê-lo, criando a "comissão dos cinco". Mas, por não terem sido - realmente considerados e refletidos a fundo e por terem pensado que a simples criação de um grupo fôsse resolver tudo, essas divergências acirraram-se quando se tratou da resistência aos - despejos - momento em que ficou claro que, reunidos com a SDLB,

os Trindadeiros falavam uma coisa; e confrontados com a situação real, faziam outra.

A discussão do terceiro acôrdo, o rompimento das conversas devido à interferência dos membros e às consequências na aldeia seriam um marco na luta. A "luta até o fim" pela Trindade inteira se encerrou naquele momento. Sobrou a reorganização econômica em torno da pesca, que logo depois foi substituída pela reorganização econômica em torno dos bares.

A SDLB acabou, em parte, porque não tinha mais porque existir; ela preencheu o papel que lhe coube. Daí em diante, os tempos e os interesses dos membros passaram a ser outros e as fantasias não correspondiam mais à realidade.

A luta continuou, mas dessa vez em função do acôrdo - que foi conseguido um ano e meio depois com um grupo nacional - que tinha projetos similares aos da multinacional e que, para desenvolvê-lo, pensava em pedir dinheiro emprestado do estrangeiro.

A maioria dos membros entrevistados durante o ano seguinte (1980) estava pessimista e decepcionada quanto ao rumo - que tomava a aldeia onde se acirravam conflitos individuais, e quanto à avaliação de seu papel na luta.

No entanto, se, dentro da aldeia, as metas não foram totalmente alcançadas, tratando-se de sonhos utópicos - devolver a aldeia inteira aos seus habitantes, preservar a cultura local e ver a união reinar entre os habitantes - a luta contra a multinacional foi um grande sucesso.

As primeiras pessoas que participaram do movimento - souberam usar da melhor maneira possível, todos os recursos a seu alcance e disponíveis em 1978, para articular a luta, permitir a sua divulgação. Recorrendo, por isso, a tôdas as formas possíveis de luta: acionando redes de amizade, recorrendo aos políticos, à Igreja católica, às Igrejas Reformadas de Holanda que pressionaram a multinacional na Europa, organizando shows, vendas de camisetas e artesanato, organizando atos em São Paulo e no Rio de Janeiro. Soube-se ligar às entidades ecológicas a apelar para a opinião pública, ressaltando, além da destruição da comunidade, a destruição física do lugar, a iminência da sua privatização.

Soube, sobretudo fazer a ligação entre a população - caixara e o advogado, e mostrar que reclamando e brigando é que se consegue fazer respeitar os seus direitos.

... Conseguiu, enfim, que diversas famílias não fossem expulsas, conseguiu, mesmo se ajudada por outros fatores, levar uma poderosa multinacional a abandonar o seu projeto inicial e a vender a aldeia; conseguiu também que fôsse posto à tona o problema da terra no município de Parati, assim como os métodos - violentos usados para expulsar os caixaras das suas terras.

Por outro lado, o contato dos Trindadeiros com a - SDLB, a convivência com os seus membros a nível de dividir as suas casas, viajar junto, conhecer São Paulo, estabelecer laços de amizade, proporcionou-lhes informações não somente sobre o problema da terra, como sobre o problema político, nacional, municipal, sobre educação, etc... Informações que os possibilitaram maior participação, fizeram se integrar totalmente ao "mundo moderno", serem capazes de conversar sobre qualquer assunto, de participarem da vida política do município. E também, apesar de seu autoritarismo que algumas vezes aparecida dentro da aldeia, e da sua interferência, a SDLB nunca foi um problema para quem decidiu sair da aldeia e da luta. Como vimos, diversas famílias foram para Ubatuba, e aqueles que quiseram, ficaram; aos poucos também, os Trindadeiros aprenderam a dizer não e a impor o seu ponto de vista. Os Trindadeiros não eram ingênuos e se a SDLB os soube aproveitar, eles também souberam aproveitar da entidade.

Enfim, na discussão acerca do porque, do surgimento desse movimento, é necessário voltar-se para o momento político no qual aconteceu para, inclusive poder entender o respaldo obtido (imprensa, show, palestras, etc.). Em 1978, somente para - lembrar, começou o movimento homossexual, foi descoberto Cafundô, fortaleceu-se o movimento feminista e o movimento negro unificado (que iniciaram em 1975).

Todos esses movimentos enfraqueceram-se a partir de 1980/81, quando a luta política se canalizou para os partidos - políticos.



## ANEXOS

LOCALIDADES DO MUNICIPIO DE PARATI CONFRONTADAS COM O PROBLEMA DA TERRA

CAMPINHO - Km 198 da Br 101

Esta localidade é habitada por 30 famílias antiquíssimas, descendentes de quilombeiros (do Quilombo Independência), que originou o Campinho. Estas famílias possuíam a terra em comun, cada uma cultivando o que precisava.

Em 1975 apareceu um dono das terras, com escritura, em Parati, e os posseiros, sentindo-se ameaçados, procuraram o - Sindicato dos Trabalhadores e Rurais, cujo advogado Dr. Maia, cobrou muito caro para defender seus direitos, e eles não o aceitaram.

Os posseiros procuraram um outro advogado que cobrou menos, e entraram com processos de uso-capião, que já asseguraram 16 títulos de posse para 21 famílias, garantindo sua permanência no local.

SÃO GONÇALO - Km 154 da Br 101

São Gonçalo é uma região que pega a praia do mesmo nome e o sertão, indo até a divisa de estado, no Parque Nacional da Serra da Bocaina.

Ali vivem mais de 100 famílias (eles falam em 400), todos posseiros, lavradores e pescadores, antigos no local.

1950 - Compra de área no local pela companhia S.A. White Martins. Seus títulos de propriedades somam - 1200 ha., mas a cia. pretende mais de 6000 ha. A partir desta compra a cia. conseguiu que alguns posseiros assinassem contratos de arrendamento.

1973 - Pressionando os posseiros a saírem da terra, um dos capangas da cia. acabou assinando um lavrador e seu filho.

1977 - A cia. continuou oferecendo contratos que prejudicariam os posseiros: os que assinaram, receberiam depois, ordens de despejo impetradas pela - cia.

Recentemente, a Prefeitura desapropriou ali uma área para construir uma caixa d'água para abastecer a comunidade, e a White Martins já destruiu a obra várias vezes, além de expulsar posseiros de dentro desta área.

Em agosto de 1979 os capangas armados invadiram a casa de um posseiro, de que tão amedrontado, teve uma crise nervosa sendo internado na Santa Casa de Parati.

Foi em São Gonçalo que nasceu JAIR DA SILVA, o Ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parati, que apesar de se mostrar a favor dos posseiros (seus conterrâneos) e obter sua confiança, cedeu disfarçadamente sua casa para escritório da White Martins no Município.

Atualmente os posseiros continuam sob pressão, e muitos tem cedido seus direitos à Companhia.

Outro fato interessante, é que a área considerada prioritária para Reforma Agrária nos anos sessenta, e o Estado do Rio de Janeiro ganhou inclusive, uma causa de "Registro Torense", contra a White Martins, no Supremo Tribunal Federal.

TAQUARI - SÃO ROQUE - BARRA GRANDE - kms 160, 165 e 169 da Br. 101.

São três fazendas que abrangem 18 km de costa, indo até a divisa do Estado com São Paulo. Ali habitam mais de 280 famílias, entre posseiros e arrendatários.

As terras teriam sido compradas (apesar de situação irregular de escritura e pagamento de impostos) em 1945, pela família Cambareri, que dirige a associação espírita - religiosa "Fraternidade Branca Universal do Arcanjo Mickael".

Dona Ioli, a diretora do negócio, exigiu grandes parcelas da produção dos moradores, que procuraram o Sindicato, por acharem irregular a situação. Jair da Silva, porém entrou em a cordos com a proprietária, e em benefício desta, quiz que os moradores assinassem contratos que iriam prejudicá-los.

No dia marcado para a reunião, elementos da Pastoral da Terra que apoiavam os moradores foram sumariamente expulsos do local. Os moradores não assinaram os contratos, e dos 33% que pagaram sobre sua produção, passaram a pagar apenas 20% ou mes

mo 10%. Atualmente existe mais um sócio na fazenda, uma companhia que quer fazer outro contrato de arrendamento - quem não quiser será indenizado porque os donos tem intenção de por mil cabeças de gado nestas terras.

ILHA DO ARAÚJO - Norte do Município, fácil acesso, belas praias.

60 famílias de pescadores, muitos possuindo balceiras e pequenos barcos de pesca. Em 1975 veio um indivíduo com dois advogados (Dr. Maia e Dr. Alírio) oferecendo tirar, de graça, o uso-capião para os posseiros. Tempos depois, voltou sem os advogados dizendo que as terras eram da REAL ENGENHARIA, que as teria vendido para o Dr. Gentil.

Atualmente existem 6 famílias com processos de uso-capião, contra Ramiro Rabelo, que se diz dono das duas melhores praias. Este vendeu para o Sr. Pascoal, que entrou com processos contra duas famílias, mas estas resistiram e ganharam a causa.

Os pescadores reclamam ainda da pesca predatória na Baía de Ilha Grande. Dizem que há dez anos atrás pegavam 15 kg de camarão no mesmo período em que hoje pescam apenas 3 kg.

#### PRAIA DO SONO

A praia do Sono é bastante grande, e ali concentrou-se um dos maiores povoados, além da sede do município, numa vila na beira da praia. Sua população viviam da pesca, bastante abundante, e da lavoura de subsistência.

Em 1964 chegou o Sr. Gibrail Nubile Tannus com a escritura da Fazenda Mamanguã, hoje Santa Maria, estendeu seus domínios pelo Sono, Praia Grande da Cajaíba e tenta se apossar também da Ponta Negra, todas estas praias belíssimas e de difícil acesso.

Na praia do Sono, onde habitavam 130 famílias, ele proibiu logo a lavoura e a construção de novas casas, construindo em seguida uma fábrica de gelo, e comprando peixe dos pescadores pelo preço que lhe convinha. Os habitantes tentaram reclamar de sua situação na cidade, mas as autoridades só davam ouvidos ao Dr. Gibrail.

Pagando quantias irrisórias aos posseiros, seu método - mais eficiente para expulsá-los foi soltar búfalos selvagens - na área, que estragavam as plantações e as casas dos moradores além de amedrontá-los. A maioria foi embora, restando hoje apenas 26 famílias, que vivem apertadas em poucas casas, e não - têm liberdade nenhuma dentro da fazenda (fazenda esta que já - tem grande projeto turístico aprovado pela Prefeitura) basta - dizer que foi construída uma estrada para a praia, mas que nela existe 3 portei<sup>ras</sup> com guarita e os próprios moradores só - podem passar com autorização.

Apesar de procurarem advogados, foram sempre enganados, e a maioria dos atuais moradores assinou contrato de arrendamento, ou promessas de venda para Gibrail. Consta ainda que o professor da escola que ali existe é seu contratado, e é ele - quem consegue as assinaturas.

#### PRAIA GRANDE DA CAJAÍBA

É a maior praia da belíssima baía da Cajaíba - ali habitam 200 famílias, segundo os próprios moradores. Há 6 anos atrás Gibrail soltou búfalos na área e conseguiu expulsar todos menos um posseiro. Construiu logo uma casa e registrou as terras em seu nome, restando 12 famílias como agregados.

#### PRAIA NEGRA

Pequena praia de difícil acesso. 30 famílias de pescadores, com muitas canoas, vários cêrcos e barcos de pesca, com uma produção média de 1 ton. de pescado por dia.

Existem no povoado várias casas de alvenaria, uma escola e uma igreja. Muitos trabalham embarcados em traineiras, é uma comunidade equilibrada, econômica e culturalmente. Eles - não têm suas terras registradas, e Gibrail diz que são suas, - pedindo notificação de cada casa que se constrói ou lavouras - que se planta. Uma vez já chegou a reunir todos os moradores - para que assinassem um contrato, mas o povo recusou. Apesar de tudo, ele já comprou três posses.

#### POUSO DOS CALHAUS - BAÍA DA CAJAÍBA

São duas pequenas praias a do Pouso, com 50 famílias, - casas de alvenaria. Todos vivem de pesca, havendo vários cêr-

cos e pequenas embarcações e até traineiras. Existem muitos embarcados nas traineiras, e seu maior problema, assim como o da Ponta Negra é a comercialização do pescado: vendem tudo para um intermediário em Parati que fica com 60% do valor da venda dos peixes.

Quanto às suas terras, atualmente não há problemas: com situação econômica mais estável, eles tem melhor noção do valor do dinheiro. No Pouso há apenas uma posse vendida, e no Escalêu apesar da praia toda ter apenas 2 donos, os posseiros (23) ainda não foram molestados.

#### LARANJEIRAS

Em 1972 o PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA, criado em 1971, teve seus limites diminuídos. No mesmo dia em que foi assinado o decreto da alteração dos limites, foi comprada a Fazenda Laranjeiras, que contava com várias praias belíssimas, e pertencia ao Parque até aquele instante. A compra foi efetuada pela Parati Desenvolvimento Territorial Ltda., subsidiária de suas multinacionais - ADELLA e BRASCAN, registrando um título - que abrangia também a área das praias que constituem a TRINDADE.

Em Laranjeiras (4 praias), indenizaram irrisoriamente 20 famílias de posseiros, pressionando-os com jagunços armados. Os que não quiseram sair do local, tiveram que deixar a beira das praias e trocar suas posses por uma casa nos fundos da área plana, e uma área de 3000 m<sup>2</sup> para lavoura, que nunca foi delimitada.

Laranjeiras é atualmente um loteamento privado com marina artificial, iate clube, campo de Golf, e 269 lotes de preço - bastante elevado. Foi construída uma estrada de acesso que termina numa porteira com guarita, onde só passam os proprietários ou seus convidados. Familiares e conhecidos dos antigos posseiros têm dificuldade de passagem, assim como qualquer pessoa que queira chegar na praia. Comercialmente, o empreendimento ainda não deu certo, apesar de toda a infra estrutura, metade dos lotes ainda não foi vendida.

Desde a época em que os acordos foram feitos, há três anos que estas famílias estão esperando pela escritura. Recentemente, a cia. reuniu os posseiros e lhes propôs assinar uma escritura

que, além de inclui-los num condomínio, ainda possui cláusulas tais como: a proibição de cultivar plantas com raiz, a proibição de se construir qualquer coisa e de vender durante o prazo de cinco anos, e ainda, só poder vender para a própria cia.; e a proibição de levarem parentes e amigos para suas posses.

Como pressão, a Cia. demorou para fazer a ligação de luz nas casas das famílias que se recusaram a assinar este documento. Apenas treze pessoas assinaram, as outras sete levaram o documento para um advogado que irá tentar modificar estas provas em favor dos posseiros.

A maioria destes pescadores hoje trabalha para a própria cia., e só estes, que são funcionários, é que possuem permissão para pescar, e, mesmo assim, só durante à noite, ou aos sábados e domingos.

PENHA - Estrada Parati - Cunha, há 9 kms do centro.

São famílias de posseiros, todos originários de Parati e Cunha, e muitas delas morando no local há mais de 25 anos. Um dos fazendeiros desta área, possui apenas 21,7 hectares mas, segundo os lavradores, na verdade ele toma conta de mais de 250 alqueires, inclusive invadindo o Parque Nacional, de onde já tirou cerca de 100 mil cabeças de palmito e madeira de lei, como jacarandá. Dizem que ele pagava os guardas florestais para poder sair com tudo isto de dentro do Parque.

Outro fazendeiro deste local, está pressionando os posseiros para saírem das terras, chegando até a colocar gado nas plantações e a queimar casas de lavradores. Há pouco tempo atrás, ele tentou expulsar um posseiro que morava lá há 34 anos. E, mesmo depois de perder na justiça e ser obrigado a pagar 9 mil cruzeiros pela derrubada da casa e pelo estrago nas plantações, este fazendeiro ainda enganou o lavrador, pagando-lhe a irrisória quantia de 18 mil cruzeiros e conseguindo finalmente tomar-lhe as terras.

PONTE BRANCA - Estrada Parati - Cunha, há 5 kms. do centro.

Existem 64 famílias nesta área tentando legalizar suas posses. Metade delas moram na vila e possuem os lotes de moradia, a outra metade está espalhada pela fazenda e também possui posses de lavoura. A fazenda pertence à Santa Casa de Parati, -

que está tentando tirar os posseiros do local. Para isto, ela o fereceu aos posseiros a possibilidade de comprar as terras por preços que variam de 25 a 70 mil cruzeiros. Outro problema que lá existe, é o loteamento construído em 76/77, no bananal de Ponte Branca, por Osmar Mury (Mazinho). Os lotes foram vendidos e foi dada a percentagem para a Santa Casa. Hoje, ela está novamente cobrando pelos lotes, e o pessoal não recebeu escritura - quando comprou de Osmar Mury.

TARITUBA - Km 152 da Br 101.

Antigamente a comunidade era formada por cêrca de 40 famílias de pescadores, quase todos parentes e descendentes da família Bulhões, proprietária de toda a área e também formada por pescadores que moravam no local. Um dos problemas que os moradores da área enfrentam atualmente, surgiu há oito anos atrás: a Cia, Serveng Cilvisan, responsável pela construção daquele trecho da Rio-Santos, desmembrou a comunidade, deslocando cêrca de 15 famílias para um loteamento acima da estrada, em terras que a própria Cia. havia comprado de um dos herdeiros Bulhões. Hoje estas famílias - que são posseiros na área há várias gerações - ainda não possuem nenhum documento destas terras e o proprietário da Serveng, Vicente de Paula Penido, já avisou que vai vender a área para terceiros.

Mas, as famílias que permaneceram na vila original, também estão enfrentando problemas: esta área foi vendida por Benedito Bulhões para os sócios Ari de Souza Leite e Liberato Sigaud que, com um projeto da Construtora Planavo, pretendem construir na praia um sofisticado condomínio para turistas. A firma já deu entrada do projeto na Prefeitura e quer que os pescadores - saiam de lá. Estas famílias, que no passado foram agregados da família Bulhões, mas que há mais de 30 anos deixaram de pagar - aforamento, até agora ainda não sabem o que irá acontecer com elas: se receberão lotes em outros locais da praia, ou se serão indenizadas e terão que sair de suas casas, contudo é consenso que nenhuma quer sair do seu local.

PATRIMONIO - km 202 da Br 101

Existem 154 famílias neste local, algumas morando aí desde 1949. A maioria são capixabas, que vieram incentivadas pelo governo, que em 1960 desapropriou a área para fins de coloniza-



ção agrícola ou que era considerada como terra devoluta. A terra destes posseiros está registrada no INCRA desde 1966.

Por volta de 1975, Antonio Soares e seus sócios José Paz zin e José Roberto Cardoso Alves, apareceram na região dizendo-se donos do Corisquinho até a divisa de Trindade, quase 1.295 - alqueires de terra, e possuindo uma escritura registrada no cartório de Parati em 1976, fato, aliás, que é negado pelo funcionário responsável pelo registro imobiliário do cartório. Atualmente, unúmeros corretores aparecem constantemente no local, tentando de todas as formas comprar a terra dos posseiros.

Há cêrca de três anos atrás, algumas destas famílias de posseiros antigos passaram procuração para o Dr. Antonio Maia, ex-advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parati, o atual chefe do IBDF no Rio de Janeiro, num conflito em que grileiros tentavam medir as terras destes lavradores. O caso foi por ele abandonado, antes de ser solucionado. Hoje, 40 famílias movem uma ação de uso-capião, acompanhados por outro advogado.

CORISQUINHO - Estrada municipal, há 5 kms do centro.

Dizem que Antonio Soares e seus sócios (os mesmos que agem em PATRIMONIO), compraram 30 alqueires de terra, grillaram - mais de dois mil alqueires que pertencem ao Parque Nacional da Serra da Bocaina, e estão tentando expulsar alguns dos antigos moradores do Vale de Corisco. Existem 15 famílias de posseiros no local. Atualmente, 6 delas deram procuração para o atual advogado do Sindicato, e estão tentando conseguir o uso-capião.

CORISCO - Estrada municipal, há 8 kms do centro.

Existem 40 famílias neste local e a maioria possui algum tipo de documento: seja direito de posse, registro no INCRA e até algumas escrituras definitivas. O principal problema desta comunidade é o Parque Nacional e seus guardas florestais: apesar de não terem sido desapropriados até hoje (o parque foi - criado em 1971), estes lavradores enfrentam desde ameaças até - proibições para poderem cultivar suas lavouras.

MAMBUKABA - Divisa com o município de Angra dos Reis.

Vários problemas afligem esta região, especialmente em - dois lugares: no sertão de Mambucaba e no loteamento existente entre os rios Mambucaba e Perequê, na altura dos kms 143 e 144

da Rio - Santos.

No sertão de Mambucaba, nas áreas compreendidas pelas fazendas Chapêu do Sol e Fazenda da Quebrada, existem cêrca de 120 famílias de lavradores, em sua maioria capixabas e mineiros. Todos eles são posseiros, que moram no local desde há mais de 30 anos, e não possuem qualquer tipo de documento, a não ser o cadastramento no INCRA. Algumas destas famílias, além de enfrentarem as proibições do Parque vivem ameaçados por proprietários, - que em sua maioria possuem documentos incompletos e sem registro no INCRA, e que querem tirá-los de lá. Outros são obrigados a pagarem até 30% de suas lavouras de banana. (Esta área é considerada uma das melhores terras de Parati para a agricultura).

Na margem da Rio-Santos, os problemas tiveram origem quando dois antigos proprietários lotearam e venderam cêrca de 100 lotes para inúmeras famílias que, vendo a oportunidade de emprego em FURNAS, mudaram-se para perto da Usina. Esta população é formada por cêrca de 40 famílias, muitas das quais vieram de fora, e outras são lavradores do próprio município. Mas, o que aconteceu é que esta venda ficou invalidada, porque o loteamento não foi submetido ao INCRA. Recentemente os antigos proprietários venderam de novo esta mesma área para duas outras pessoas : um funcionário e um empreiteiro de FURNAS, que agora tentam expulsar as famílias que compraram em primeiro lugar, inclusive, - com ajuda da polícia, conseguiram embargar todas as construções que estavam sendo iniciadas.

O advogado do Sindicato de Angra dos Reis está acompanhando o caso e estuda a possibilidade de entrar com algumas ações.

#### PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA

Criado por um decreto de 4 de fevereiro de 1971, a área - do Parque Nacional da Serra da Bocaina era de 134 mil hêctares, inicialmente. Em 8 de junho de 1972, esta área foi reduzida para 100 mil hêctares, sendo que os 34 mil hêctares desmembrados provavelmente correspondam à área da Fazenda Laranjeiras, adquirida na mesma época pelo grupo ADELLA-BRASCAN, através da firma Parati Desenvolvimento Turístico. Hoje, 8 anos após o decreto, o IBDF ainda não tomou providências necessárias para fixar definitivamente os limites do Parque; desapropriar os lavradores que há várias gerações residem e cultivam dentro de sua área: e para impedir -

que os grileiros continuem invadindo e destruindo a flora e a fauna desta região que é Patrimônio de todos os brasileiros.

Cobrindo mais da metade do município de Parati, as cotas do Parque variam de 100 metros em algumas regiões, até 500 metros em outras e, segundo uma denúncia encaminhada à FETAG Federação dos Trabalhadores Agrícolas, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parati, grande reservas de matas virgens foram deixadas de fora do Parque, em localidades como Penha, Taquari, São Gonçalo e Rio Pequeno. Ao passo que em outras regiões, terras cultivadas por inúmeras famílias, há mais de 30 anos, que já se transformaram há muito tempo em pastos e lavou<sub>ra</sub>s, estão dentro dos prováveis limites do Parque. Este é o caso de Corisco e Corisquinho, onde residem cêrca de 55 famílias de lavradores. O mesmo acontece na Cabeceira da Forquilha, distrito de Patrimônio, onde existem 5 famílias.

Esta não delimitação do Parque cria uma situação de conflito, cada vez mais tensa, entre lavradores, fazendeiros e guardas florestais, que há anos vivem em verdadeiro clima de guerra.

As centenas de lavradores que ficaram com suas casas e roças nas não delimitadas divisas do Parque, e isto aconteceu no município inteiro, são constantemente ameaçados e sofrem - violências de todos os tipos: desde sequestros, batidas, espancamentos, destruição de roças e casas, chegando até a haver casos de tortura à lavradores. Os guardas do IBDF em Parati - Álvaro Berto Moura e José da Cruz - já foram denunciados inúmeras vezes às autoridades, que até agora não tomaram nenhuma providência. E o escritório do IBDF no Rio de Janeiro, com certeza conhece muito bem tudo o que está acontecendo no município de Parati. Além do seu atual chefe ser o Dr. José Maia, ex-advogado do Sindicato Rural de Parati durante 10 anos, as arbitrariedades e violências cometidas contra os lavradores do município, já foram publicadas por toda a imprensa do Rio de Janeiro, inclusive pelo Diário Oficial do Estado (dia 08/03/78).

Mas, se por um lado estes guardas infernizam a vida dos pequenos lavradores, por outro dão todo apoio aos grandes fazendeiros. Além de encobrirem as irregularidades cometidas por eles na área do Parque - como cobrança de percentagens sobre -

lavoura cultivada em terras do Estado, derrubada maciça de palmitais e madeira de lei (existe até uma serraria na Fazenda - Barra Grande, que se abastece com as matas da União) - coope-  
rando assim com a destruição do patrimônio nacional, estes -  
guardas também são usados, muitas vezes de maneira efetiva, pa-  
ra assustar e pressionar lavradores e pescadores (especialmen-  
te naquelas praias mais isoladas, como Praia Negra por exemplo).

Esta situação, além de ser injusta, pois os lavradores, não foram indenizados, tem trazido consequências negativas, -  
tanto no plano social como econômico, para o município de Para-  
ti. A maior parte dos lavradores que não conseguiram suportar  
estas pressões, acabaram saindo de suas terras, mudando-se para  
a zona urbana, onde, além de terem dificuldades para entrar no  
mercado de trabalho, ainda encontram uma infra-estrutura já de-  
bilitada, e sem condições de dar-lhes a mínima assistência. Es-  
te êxodo rural também se reflete na economia, e a prova disto é  
o fato da produção agrícola do município ter diminuído no últi-  
mos anos.

Dois outros fatos, de importância relevante, devem ser  
ressaltados quando se fala em Parque Nacional da Serra da Bocai-  
na. e, primeiro lugar, os despejos que estão ocorrendo na Praia  
da Trindade, atingindo famílias que moram há quatro gerações -  
dentro da área do Parque. Em segundo lugar, a completa destrui-  
ção do sambaqui e de outros sítios arqueológicos, que existiam  
na Praia da Trindade, até 1974, ano em que a cia. Parati Desen-  
volvimento Turístico fechou o acesso à praia. Além destas reser-  
vas arqueológicas serem protegidas por uma rigorosíssima legis-  
lação internacional, que foram criminosamente burladas, ainda -  
por cima este fato se deu dentro da área de um Parque Nacional.

#### FAZENDA PARATI MIRIM E INDEPENDÊNCIA

A fazenda Parati Mirim e Independência foi desapropriada  
pelo Estado no ano de 1960 pelo Decreto nº 6.897, para fins de  
colonização agrícola. A área desapropriada foi de aproximadamen-  
te 2.500 alqueires. No artigo 3º deste decreto fica estabeleci-  
do que a Secretaria do Trabalho e Serviço Social através do De-  
partamento do Trabalho organizaria o plano de Colonização, esta-  
belecendo o aproveitamento preferencialmente dos posseiros que  
ocupam e cultivam estas terras. Já em 1974 foram estas terras -  
doadas pelo Estado para a FLUMITUR que deveria utilizá-las para

a criação de novas áreas de interesse turístico, doação esta - que ficaria automaticamente revogada caso a FLUMITUR não iniciasse obras de aproveitamento turístico no prazo máximo de 2 anos, fato este já consumado, visto que esta até o presente na da fez.

Em 1975 a FLUMITUR solicitou ao Cartório uma retificação da transcrição de escritura de desapropriação alegando-se que o serventuário que a lavrou "equivocou-se" e fez o registro - com erro, sendo então constatado nesta ocasião que a "área real forma um conjunto de pouco mais de 402 alqueires".

Além deste "equivoco", existem outros, visto que terras que pertenciam a fazenda do Estado passaram misteriosamente a pertencer a Fazenda Laranjeiras, como é o caso de Trindade; - também o caso de sono que passou a pertencer a Fazenda Mamanquã: e o sertão do Rio dos Meros que virou propriedade de Antonio Soares, conforme relatório do Sindicato Rural de Parati, - enviado ao Ministro da Agricultura.

Existia nesta área aproximadamente 100 famílias que chegaram a ter seus documentos protocolados e que eram os reais - proprietários, visto terem adquirido pelo Decreto o direito de aproveitamento preferencial a todas estas terras, e que foi - contrariado pela doação posterior, à Flumitur.

Em 1976 a Flumitur além de colocar placas em "sua propriedade", proibiu o desmatamento, a caça e construções, colocou funcionários armados para policiamento e construiu uma - porteira estabelecendo-se horário de entrada e saída, cobrando-se percentagem, sobre a produção e intimidando os posseiros. Em 1977 a população fez um abaixo assinado ao presidente do sindicato, querendo saber dos seus direitos e colocam que "... já não têm mais". (Fonte SDLB, 1979).

## O FUGITIVO E O ALFERES

Esta história seu Justo ouviu da boca do falecido Casuso (Seu Casuso, que morreu há vinte anos, aos 105 anos). Ouviu e contou para muitos dos seus 88 netos e 18 bisnetos, narrativa feita na noite iluminada pelo querosene dos lampiões. Olhos arregalados.

E o dedo de Justo aponta para o Sul, lados de Ubatuba. - Rosto queimado. Dali, daqueles lados, veio em tempo há muito - passado, coisa de mais de 200 anos, uma família que fugiu da Justiça do Imperador. Acontece, diz seu Justo, que naquela época quem tinha dois filhos dava um para a Guarda do Império. Mas um senhor, da família dos Lopes, não aceitou essa velha prática. E fugiu, pela costa, pela areia, caminhou dia e noite, e veio parar em Camburi, praia vizinha de Parati. Junto com ele, o chefe, estavam a mulher e os cinco filhos. A família em Camburi, - foi ao chefe do lugar, um alferes de nome Manuel dos Santos.

O fugitivo e o alferes:

- Senhor ! Peço proteção para minha família

E contou a história da fuga.

- Meu Senhor - respondeu o alferes - por esse crime a - Justiça do Império poderia puni-lo com a amputação de uma mão. Mas eu o compreendo. Siga em frente e chegará a uma terra formosa. Crie seus filhos naquela solidão. E assim foi. Durante um ano, contam os velhos, os alferes, homem que não tinha duas palavras, alimentou os fugitivos com os seus mantimentos. E assim surgiu "a raça trindadense". "Quando foi que tudo isto aconteceu, "diz seu Justo "não sei". Mas todos os antigos contavam esta história. E falavam também de índios, piratas e fantasmas. (1)

## FANTASMAS E PIRATAS

O dedo de Justo aponta para o Norte, do alto de um rochedo. Daqueles lados vinham os piratas. Aponta para a praia. A qui viviam os índios. Eram os carapevas, bravos e manhosos que esperavam a noite para atacar as embarcações que apontavam em Trindade - barcos com ouro, jóias, tesouros que homens como o Tenente Coitinha procurou com mapas.

As pirogas carapevas deslizavam à sobra da noite. Assalto! Os corpos eram levados para a Toca do Osso. Os velhos de Trindade e os homens de meia-idade ainda viram a gruta, onde se dizia que rondavam em certas noites fantasmas, espíritos. Mas o povo precisa: "os fantasmas nunca foram vistos por nenhum de nós". O presbítero da Igreja Assembléia de Deus, homem que abomina essas coisas, diz que os antigos falavam de um sangue que escorria na gruta, sangue dos homens assassinados, sempre a correr.

E, assim, estavam os carapevas habituados aos ataques no turnos aos navios piratas e aos barcos que partindo de Angra - dos Reis pousavam em Trindade - e os ataques sempre terminavam com os corpos sendo jogados na Toca, mas certa vez eles fracassaram. Mariana Mangona, chamava-se a mulher, uma mulher velha - que não dormiu naquela noite, e ficou em seu barco, orando ("é a força da oração, com elas venceremos até estes homens; arma de Crente é a Bíblia e Jesus") - e lá está Mariana Mangona orando, naquela noite cheia de pressentimentos, quando viu - "levantem ! acordem! ataque! índios!" - gritou dona Mariana Mongona, e os homens lutaram contra os carapevas, e conseguiram escapar daquela praia da morte. "O governo, então, mandou uma força para cá, metade dos índios morreu, uns foram para os matos, outros ficaram aqui, domesticados e aí está a nossa Trindade", uns meninos, aqui, têm cara de índios, outros têm olhos azuis, para - graça de todos. (1).

(1) - Jornal da Tarde 02/04/74 "História de uma aldeia visitada pelo medo" de Marcos Faerman.

### AS 3 MARIAS

"A primeira geração que veio aqui foi da "cratia" (grupo) Índia - conta Sr. Mané Turibe (70 anos) - os índios foram a primeira remessa de gente, ela permaneceu, depois entrou outras. - Vinham turmas, tinha aqui uma "cratia" chamada "canhão boa" que matava gente, matava viajantes, os levava para a Toca da Pedra e os depositava lá. Mas, quando isso daqui foi descoberto, já tinha dono: ele habitava uma praia, não se sabe qual e o resto era tudo deserto. Aqui habitavam 3 pessoas, quer dizer, 3 mulheres.

O primeiro povo chegou lá, montando a barraquinha deles, acharam rastro de gente na praia e pensaram: "aqui tem gente, é gente matador" ... Chegaram numa casinha de palha, acharam 3 moças:

- "que que vocês vêm fazer aqui ? que que perdeu aqui ? falaram as moças.

- "nós tamos "arranchados (alojados num rancho) no nosso barracão lá, vimos aqui ver".

- "Isto daque tem dono, sai daqui para fora, aqui quem - manda somos nós".

Então teve um, o mais sabido certamente, que perguntou a elas: "mas, a senhora é dono disto aqui ?"

- "Nós 3, respondeu ela, e cada uma de nós tem um nome - são, chamamo-nos Maria, todas 3; então, isto daqui tá das 3 Maria, isto daqui é nosso, é de 3 Maria".

Foram embora e foram ver a polícia. A polícia veio, achou a casinha, mas não achou as 3 mulheres. Essas 3 mulheres - são invisíveis quando tem muita gente. Elas eram donos disso aí, mas quando apareceram os habitantes, elas não quiseram mais se manifestar e então desapareceram. Esses homens ficaram aqui e ficaram ajuntando, ajuntando gente, eles eram mandado pelo Governo e vinham desses cantos todos do mundo". (Entrevista Sr. - Manê Turibe, 1979).



# DTAS HISTÓRICAS SOBRE LARANJEIRAS E PARATY

11

entre Rio de Janeiro e Santos, a brasileira é uma faixa de terra a pé da Serra do Mar. Essa cadeia montanhosa com encostas de rica vegetação tropical projeta-se no mar. Em alguns lugares, a faixa se alarga em planícies férteis, mas as praias se espalham ao longo da costa, e o trecho mais virgem dessa orla onde o mar e a serra se encontram abruptamente, vai de Ponta da Trindade a Ponta de Joatinga. Essas duas pontas situam-se numa enseada chamada Laranjeiras, e os dois séculos que se seguiram à descoberta do Brasil, esse trecho recebeu tão remota que somente os colonizadores encontraram seu nome.

Os primeiros visitantes europeus que chegaram àquela região foram os índios tupinambás. Outro nome famoso foi o alemão Hans, que, como cativo dos tupinambás, visitou o Saco de Mamanguá. Quando chegou a Laranjeiras, os índios lhe mostraram uma tainha pequena, de boca aberta, chamada "paraty". Assim, a palavra portuguesa que mais tarde surgiu para designar a região, veio a ser usada como Paraty, bem como toda a região.

Laranjeiras logo se tornou um marco conhecido pelos navegadores e, já em 1612, estava incluída nos mapas. A Enseada dos Laranjeiros, no entanto, permaneceu como uma referência local até a descoberta do ouro no Brasil em 1694. O ouro extraído em Minas Gerais transportado para a costa por uma rota conhecida como Caminho

Velho. Ao fim dessa estrada ficava a cidade de Paraty. Devido à sua posição geográfica, Paraty representou um papel central na corrida do ouro. A cidade cresceu, tornou-se próspera, e teve início uma explosão comercial, provocando a vinda de piratas e contrabandistas que centralizavam suas atividades na Ilha Grande e ao longo da costa sul de Paraty, especialmente em Laranjeiras.

Selvagem e praticamente desabitada, Laranjeiras era o local ideal para os piratas ingleses, holandeses e principalmente franceses. Ali seus navios encontravam um abrigo seguro, e até mesmo um povoado provisório chegou a ser construído nos laranjeiros. Em barcos menores, eles cruzavam a Baía da Ilha Grande para aprisionar as embarcações costeiras que carregavam ouro de Paraty para o Rio de Janeiro. Os navios de alto mar não podiam entrar na Baía rasa de Paraty e, por essa razão, os corsários e os comerciantes aproximavam-se do porto em sumacas e chalupas. Tanto em Laranjeiras, como na Ilha Grande, os contrabandistas desembarcavam o carregamento e faziam várias viagens em barcos menores para a cidade de Paraty, onde agentes aliciados e negociantes facilitavam a venda de mercadorias contrabandeadas.

Um médico francês, Francisco de La Borde, utilizou essa ligação para dirigir suas operações de contrabando de Paraty, onde viveu muitos anos exercendo a medicina e negociando com ouro. Mais tarde, em 1720, ele despachou de Saint Malo um navio de mercadorias licenciado na França para aportar na Ilha Grande e Laranjeiras.

Quando os portugueses capturaram o navio, constataram que a carga se resumia em perfume, seda e outras fazendas finas, destinadas a altos funcionários de Paraty.

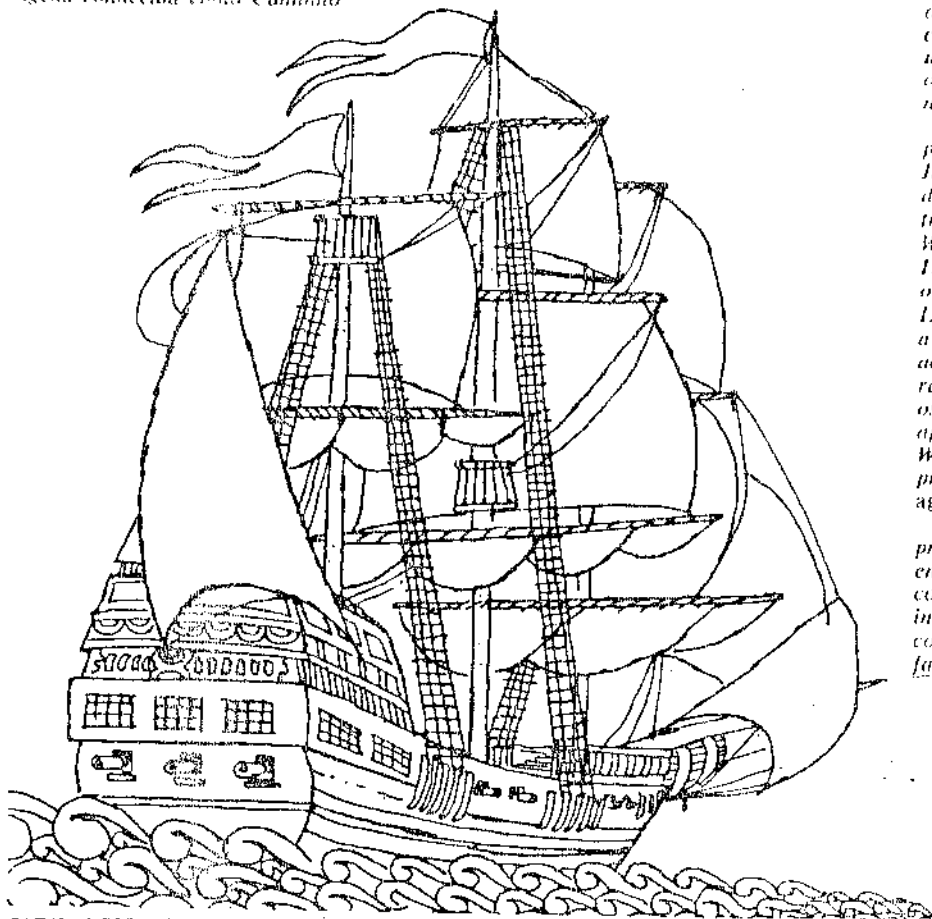
Na década de 1720, depois da descoberta de jazidas de ouro mais para o interior do Brasil, a atividade dos piratas aumentou. O ouro era trazido de Goiás e Mato Grosso através de São Paulo, para o porto de Santos. Dali era transportado por embarcações costeiras até os comboios que aguardavam no Rio de Janeiro. Entre a Ponta de Trindade e a Ponta de Joatinga, os navios enfrentavam o mar bravo e os ventos mais fortes. Muitos desses navios com tesouros foram destruídos e afundados ao longo da costa sul de Paraty, e os que escapavam eram aprisionados por piratas que os esperavam em Laranjeiras.

Depois de 1750, a pirataria em Laranjeiras diminuiu bastante, mas o comércio contrabandista prosseguiu durante o século XVIII. Havia alguns povoados, na Enseada dos Laranjeiros, resultantes da mistura de índios, portugueses e estrangeiros que ficaram no país. Foi durante o século XIX que se processou um povoamento mais pacífico e legítimo em Laranjeiras, embora por algum tempo houvesse uma outra forma de contrabando — o desembarque ilegal de escravos africanos.

Em 1810, o governo brasileiro, pressionado pela Inglaterra, aboliu o comércio transatlântico de escravos para o Brasil. Os cafeicultores do Rio de Janeiro e de São Paulo, no entanto, necessitavam de um número crescente de escravos para a lavoura. E, desta forma, o comércio de escravos continuou crescendo, ainda que clandestinamente, uma vez que a longa costa de Paraty oferecia condições ideais para esse novo tipo de contrabando.

Os navios da armada britânica patrulhavam as costas do Rio de Janeiro tentando impedir o desembarque de escravos no Brasil. Um navio que transportava o observador civil Edward Willberforce ancorou em frente a Laranjeiras. Willberforce escreveu no opúsculo, "O Brasil visto por uma Laneta Naval", que o capitão permitira a ida da guarnição à praia porque acreditava não haver bebidas tóxicas nas redondezas e sim apenas laranjeiras onde os homens poderiam divertir-se; aparentemente, nem o capitão nem Willberforce sabiam que o principal produto de Paraty era então a aguardente.

Em 1850, em decorrência de pressão britânica e de medidas mais enérgicas do governo brasileiro, esse comércio foi definitivamente interrompido. E Laranjeiras, já uma comunidade rural colonizada, entrou na fase mais serena de sua história.



PARATY DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO S/A

a Dona Geralda, 8 - Fone: 8317 - RIO DE JANEIRO - Praça Olavo Bilac, 28 - sala 1.103 - Fone: 231-2885

ALGUNS COMPONENTES DA VIDA SÓCIO-ECONÔMICA

## A CASA

No início, as casas eram inteiramente construídas pelos próprios moradores: eram casas de pau-a-pique cobertas de sapê com piso de terra batida. O material utilizado era encontrado na aldeia: a madeira provinha das matas e o sapê dos morros.

As casas tinham em geral uma cozinha, um, dois ou três - quartos, eram muito escuras, as portas e janelas poucas e pequenas. Uma vez construídas, toda a atenção se concentrava na confecção dos móveis e utensílios: camas de bambu ou madeira construídas sobre estacas de até um metro e meio de altura do chão, armários, mesas, bancos, cadeiras. Para a cozinha, além do fogão de barro, uma variedade de objetos tais como: colheres de pau, panelas de barro, cûias de cabaça para apanhar água e alimentos. A água utilizada era trazida do rio ou levada por canos de bambu até perto, fabricava-se ao redor uma espécie de tanque de madeira.

Com o emprego dos homens na pesca embarcada, a situação econômica melhorou na aldeia e com ela criou-se uma dependência maior do mundo exterior, a procura de um certo progresso que iria repercutir no tipo de moradia. Começaram a se construir casas de alvenaria, cobertas de telhas e com piso de tábua. De tamanho maior que as demais, eram também mais claras, possuíam mais janelas e um certo conforto interno: banheiro com instalações sanitárias e chuveiro, cozinha com pia, tanque externo de cimento e caixa d'água. Fogão à gás, mesa com cadeiras, armários de fórmica, guarda-roupa, camas e sofás constituíam o mobiliário além dos utensílios domésticos: pratos, talheres e panelas.

A construção dessas casas requeria uma organização diferente. A maioria do material utilizado vinha de fora e era levado pelos barcos de traineira até a aldeia; descarregado na praia à chegada dos homens, eram carregados até o local de construção pela família.

Para a construção empregava-se normalmente uma mão de obra estranha à família, um pedreiro geralmente proveniente de Ubatuba, assim como alguns homens da aldeia que preferiam construir casa para os outros à empregar-se na pesca.

Na época em que a Cia. entrou na aldeia, já eram 12 as casas de tijolos. A partir desse momento, as casas começavam a refletir cada vez mais a situação econômica de cada família e se tornavam um critério de diferenciação social dentro da aldeia.

#### A ASSISTÊNCIA ESCOLAR

Em Trindade, a maioria dos habitantes são semi-analfabetos, ou simplesmente analfabetos. Em torno de 1930, a Igreja católica implantou a "Escola de Fora", que durou 8 ou 10 anos e que formou os primeiros alfabetizados da localidade.

Quem tem hoje, 30 ou 60 anos, afirma que em "seu tempo" os professores não se fixavam no local, havendo mudança muito constante e, as vezes, não havia nenhum". (Andrade e Silva; 1979, pg. 46), nesse caso acontecia de um ou outro Trindadeiro alfabetizado ensinar os outros.

*"Do meu tempo era o Manequinho (Trindadeiro já falecido) - que era professor, conforme ele não podia dar aula por causa da velhice, era a filha dele, a Genésia, que dava; mas ela também não era professor. Depois dela a escola parou - um tempo e depois começou o grupo uns 11 anos atrás". (Vera, Trindadeira, 1979).*

A escola primária ou grupo, foi construída pela Prefeitura durante o Governo de Aluísio de Castro (Arena) em 1968 ou 69, assim como diversos grupos no litoral paratiense, no Sono, Poço da Cajaíba. Com capacidade para 50 alunos, a escola funcionava com duas turmas, que atendiam a duas séries por vez, com dois professores. Mas, por ter sido acusado de engravidar duas meninas da aldeia, um dos professores foi mandado embora e o outro - o Lescar ficou com as duas turmas.

Devido à dificuldade de transporte e à quase impossibilidade de se manter um filho morando na cidade, eram muito poucas as crianças que tinham condições de prosseguir nos estudos - raramente ultrapassavam de um por família - fazendo o curso colegial em Parati. Ao parar de estudar a maioria deles permanecia na aldeia,

ajudando os seus pais nas atividades agrícolas ou de pesca "até - que tivessem idade para ingressar na pesca embarcada, por volta - dos 18 anos ou mesmo antes (alguns se embarcavam aos 15 anos, como ajudante ou aprendiz nos barcos)". (Andrade e Silva; 1979, pg. 47).

O fato de saber ler ou não, tornou-se fator de ascensão social a partir do momento em que eles se tornavam pescadores embarcados, condição "sine qua non" para poder ascender à função de mestre, "pois a contabilidade da pesca, embarque e desembarque de tripulantes, leitura dos instrumentos de bordo, ficava sob sua responsabilidade". Em 1974, o mestre ganhava em torno de Cr\$ .... 12.000,00; o contra-mestre, Cr\$ 3.500,00 e o resto da tripulação, entre Cr\$ 2.000,00 e Cr\$ 1.000,00. Esse fato se repercutia na compra dos bens de consumo e construção das casas.

#### SAÚDE E SISTEMA TERAPÊUTICO

Não existia na aldeia nenhum posto de saúde, nem serviço - médico. "Em casos de doença grave, o atendimento era feito na Santa Casa de Parati ou mesmo no hospital de Guaratinguetã. Devido à distância e dificuldades de transporte, muitas vezes os doentes e principalmente as crianças, morriam sem nenhum atendimento. Várias vezes chegamos a observar doentes que era carregados em rêdes morro acima, numa distância de 7 km, até o vilarejo de Patrimônio onde poderiam conseguir condução até a cidade de Parati". (Andrade e Silva; 1979, pg. 47).

Dona Clara conta que seu filho mais velho quebrou a perna - antes da abertura da Rio-Santos. Foram até Parati, só havia um médico e, por falta de remédios, tiveram que ir até Minas; não tinha estrada, tiveram que transportar a criança numa rêde, quando andavam a pé, ou de barco. Ficou no gêsse durante 45 dias. Para não - ter que transportá-lo de novo até Parati, o Sr. Antonio foi falar com o médico em Parati. O médico falou para ele tentar tirar o gêsso sozinho em Trindade, mas, se a criança não conseguia andar dentro de 5 dias, era para voltar avisar. Infelizmente, 5 dias depois a criança não andava. O Sr. Antonio voltou a Parati; o médico lhe deu uma pomada para fazer massagem na perna e uma placa de metal - para fixar em baixo da perna: "se não andar dentro de 10 dias, tem que voltar". Felizmente, 10 dias depois andava, porém durante dois

anos e meio ficou com uma perna mais curta que a outra.

Os partos eram geralmente feitos por parteiras pertencendo à população. Quando o parto se tornava difícil e que a vida da mãe estava em perigo, se chamava então uma mulher da Igreja - Assembléia de Deus, que assumia o papel da parteira enquanto outras mulheres cantavam e rezavam para afastar o perigo. As mulheres que acabavam de dar a luz respeitavam o tempo do resguardo, durante o qual elas não podiam fazer nenhum trabalho pesado, nem mexer na água. Só podiam comer certos tipos de alimentos chamados fracos; eram proibidos, por exemplo o sal, os peixes fortes ... e permitidos, as galinhas e os peixes fracos.

A população sempre se utilizou de remédios caseiros para o tratamento de doenças - encontrava-se em Trindade todo e qualquer tipo de plantas medicinais e diversas pessoas eram especializadas em seu uso.

Com o afluxo de turistas na localidade, "os Trindadeiros passaram a dar um valor muito grande aos comprimidos. É muito comum colicitarem remédios para gripe, reumatismo, dor nas costas e tosse". (Andrade e Silva; 1979, pg. 47). Em caso de doença, recorre-se cada vez mais a Santa Casa de Parati, aos hospitais do Rio de Janeiro ou São Paulo.

#### A VIDA POLÍTICA

Apesar do "isolamento", os Trindadeiros participavam da vida política do município, votando quando sabiam ler ou, pelo menos quando sabiam assinar, para as eleições de prefeito e governador.

Pela maior proximidade da atuação do Prefeito dentro da comunidade, a sua eleição contava mais com a participação da população.

A votação não se fazia tanto pelo partido, do qual pouco se sabia; mas pela pessoa, por simpatia, ou através de recomendação do ex-prefeito, o qual, ou era simplesmente querido, ou havia feito alguma coisa pela aldeia:

*"O pessoal de Trindade sempre votou na Arena. Antes dela, tinha outros partidos que eu não sei nem como se chamavam,*

PTB, PDS, porque era desligado, era garoto.

Um prefeito ficou na simpatia do povo. Foi o Aluísio de Castro, ele era Prefeito da Arena. Ele não fez nada, mas o povo gostava dele porque ele era uma pessoa que cumprimentava o povo na rua - o povo queria falar com ele e ele atendia. Ele não fez nada, mas a única coisa que passamos pelo pedido dele e que conseguimos aqui foi o grupo. Me parece que ele se interessou por isso e pediu ajuda ao Estado. Os outros prefeitos antes dele nada fizeram, então ele mostrou essa coisa aqui.

Só que depois do Aluísio, veio primeiro outro candidato - que foi o Paulo Carijo. Ele era o candidato do Aluísio e ganhou. O pessoal de Trindade votou nele e ele nada fez, nem pro pessoal da roça, nem pra Parati. Não mostrou nada mesmo. O pessoal de Trindade na saída do Paulo Carijo não quiseram mais votar na Arena e aí, veio o candidato do MDB que é o Edson Lacerda. O Edson Lacerda ficou na simpatia do povo e o povo votou nele, pelo menos os Trindadeiros votaram nele e ele ganhou. O Edson é uma pessoa muito bacana com os Trindadeiros. Para nós, para Trindade, ele não fez nada. A única coisa que ele fez foi reformar essa estradinha. Essa estradinha é do Estado e me parece que foi feita no governo do Aluísio ou Paulo Carijo - é a Prefeitura que ficou tomando conta, só que no governo de Paulo Carijo - caiu uma pedra, uma barreira, e eles não fizeram conta, então ela ficou fechada. No governo do Edson Lacerda, o Edson tratou da estrada novamente. O Edson Lacerda é uma pessoa com quem o povo tinha contato quando o povo ia a Parati, almoçava com ele, dormia na casa dele. Até dinheiro ele emprestava para a gente. Ele é uma pessoa muito bacana. Não era só com os Trindadeiros, era com todo o pessoal da roça. Tudo mundo fala bem dele e gosta dele.

Agora, na política seguinte, o candidato do Edson era o Dito Gama que era seu vice-prefeito, e tinha também um outro candidato que a gente gostava que era o Mário Santana. Mas, em Trindade, bem pouca gente votou no Mário Santana, votaram mais com Edson Lacerda.

O Dito Gama começou então a cair na simpatia do povo, não que Edson Lacerda fizesse campanha para ele. Não fez, nem para o Mauro, ele só pediu que votasse no MDB e, por ser -

více-prefeito do Edson, o pessoal votou no Dito Gama. Mas o Dito Gama não é aquilo que a gente esperava. É uma pessoa - muito fria. A gente pensava que ele era um homem machão por que parece que num campo de futebol, ele briga, ele é machão; inclusive no último comício que foi na Ilha das Cobras onde um cara puxou confusão, ele desceu do palanque e brigou com ele. Então a gente tava vendo que o cara era uma pessoa mesmo, só que agora o cara é uma pessoa muito fria, não sei se medroso ou se ele não se interessa muito com as coisas. Eu tenho visto muitas pessoas não estar contente com ele por que ele não tá fazendo um bom governo. Mas, mesmo do jeito - que ele está, foi bom ele ganhar, porque se ganha um cara da Arena, então a gente já tinha dançado mesmo, porque ele teria entregado a Trindade de mão beijada para a Companhia".

(Jair, 1979)

Apesar de tudo, a passagem da Arena para o MDB, provavelmente não se fez só porque o Paulo Carijó não fez nada. Temos que lembrar que nas eleições de 72, estava presente na aldeia há três anos o Prof. Lescar que além de dar aulas no grupo, pertencia ao MDB.

## A RELIGIÃO

Em tempos remotos, todos os habitantes eram católicos. Entretanto, a Igreja não se interessou muito por uma aldeia tão isolada: nunca chegou a morar um padre na localidade. No Caixa D'Aço tinha sido construída uma casinha de palha, chamada depois de capela.

Um habitante - o capelão - pai do Sr. Martins, organizava nela reuniões, sobretudo durante o mês de julho onde se recitava a novena.

Vez por outra aparecia um padre de barco que rezava a missa e todos os Trindadeiros lembram com emoção a visita do bispo em 1928, vindo da Picinguaba de barco. "Foi uma festa bonita", para a qual se comprava alimentos inexistentes na aldeia - como, por exemplo, o açúcar.

"Quando meu pai morreu, continua Sr. Martins, eu tentei continuar, mas o problema é que eu não sabia ler, então era o irmão - meu quem lia".

Havia, nessa época, um grande número de festas, rodas de viola e "tiradores de pasquim". Os velhos se recordam saudosos - deste tempo, enquanto as mulheres comumente afirmam: "era uma época só de farra, bebida e fumo". (Andrade e Silva; 1979, pg.43).

Os primeiros pastores ou pregadores crentes chegaram na aldeia há mais ou menos 50 anos e, hoje, com a exceção de uma ou duas famílias, todos os Trindadeiros pertencem a uma das três Igrejas: Assembléia de Deus, Brasil para Cristo, Adventista do Sétimo Dia.

Antes delas, porém, chegou a Igreja Fluminense que, no dizer dos Trindadeiros era uma Igreja Evangélica. Ela encontrou alguns receios por parte dos habitantes que não a conheciam e eram meio desconfiantes.

*"Mas, foi indo, foi indo e com o tempo a obra continuou, ficou por algum tempo e acabou sumindo por falta de organização interna".*

Apareceu então na aldeia um certo João Velho Pelegrino, - pregador da Igreja Assembléia de Deus:

*"Aí veio esse, o João Velho Pelegrino. Era um pastor da Igreja Assembléia. Foi ele o pioneiro que entrou aqui. Vinha de São Sebastião e veio passando. Vinha anunciando a fé pentecostal. Ele veio esclarecendo o povo que a Igreja tinha que ser assim ... até que o pessoal gostaram. Custaram para entender, houve até luta aqui, mas depois foi confirmado, foi indo ... ele não ficou aqui, só passou por aqui ... e começou a Igreja Assembléia de Deus".*  
[Nônica; Trindadeiro, 1979].

A nível nacional a Igreja Brasil para Cristo, provém de uma cisão da Assembléia de Deus: um diácono da Assembléia de Deus saiu do Ministério por discordar em alguns pontos e fundou o Brasil para Cristo. E, em Trindade, a Igreja Brasil para Cristo implantou-se pelas mesmas razões:

*"Porque em Guarã tem um pastor que ele é um capitão do exército, ele desceu aqui não sei porque, veio fazer uma visita, mas, não foi na Igreja, não. E aí houve aqui uma pequena confusão porque, sabe, no meio do povo sempre há um ... sabe, com uma idéia diferente; não sei porque hou-*



ve aqui uma confusãozinha e alguns saíram, saíram e combinaram com ele que ele deveria fundar a Igreja. Então ele fundou. Não veio pastor, não, mas ficou Augusto, pai do Jacó pai do Valdi, que era afastado da Igreja Assembléia de Deus, por causa do pastor Garcia mesmo. Não concorda com a Igreja, então não vai deixar a Igreja, mas afasta e depois passa para outra. Foi o que aconteceu com eles. Eles foram passando, passando e foi-se um bom número. Tudo era Crente da Assembléia, depois foi ganhando alguns". (Nonica; Trindadeiro, 1979).

A Igreja Adventista constituiu-se de modo diferente. Um Trindadeiro hoje ainda morador da aldeia, viu uma fôlha dos Adventistas e foi no Rio falar com a missão que permitiu a criação da Igreja na aldeia, mais ou menos em 42.

## O COMÉRCIO

Como já vimos, sempre faltaram em Trindade certos gêneros alimentícios, o que obrigava a comunidade a manter desde tempos remotos, contatos com as cidades vizinhas.

No início, as trocas ou compras dependiam de uma ida até Parati, da passagem do "homem de tropa" ou das canoas de voga. Depois, começou a existir comércio na aldeia sob a forma de três vendas que se encarregavam do fornecimento precário das mercadorias industrializadas - comprando em Parati e revendendo na aldeia.

"Existia comércio na Trindade, mas o comércio da Trindade era o Japão, era o Pedrinho, era o Miguel. O comércio do Miguel, por exemplo, ele comprava em Parati e vendia pro Trindadeiro. Mas, é que voce comprava do Miguel, comprava uma coizinha e comprava fiado. Ele marcava um tanto além da compra que a gente pagava de mês em mês. Se não pagasse num mês, já no outro não tinha conta". (Marciano; Trindadeiro, 1980).

É com o embarque dos homens na pesca que começaram a surgir as dificuldades. A dependência das famílias dos produtos manufaturados, assim como de gêneros alimentícios, tornou-se maior.

Paralelamente, as voltas irregulares dos homens para a aldeia obrigava a família a depender quase que totalmente do comércio local. O dinheiro só entrava de mês em mês, de acordo com o rendimento da pesca - os meses onde a pesca era fraca, não havia como pagar as contas e a família via fechar-se a possibilidade de comprar fiado.

*"Então, nos trabalhávamos todos na pesca e era difícil. Você ia passar um mês lá fora pescando e a família ficava lá sozinha; e não tinha como tirar dinheiro, só tinha de mês em mês, então para as famílias ficar lá tendo algum - mantimento, tinha que se obrigar a comprar na venda do Japão, do Miguel. E, nós que tava na Trindade, todos pescavam e quando chegava um mês e não dava pescaria, só podia comprar pouquinho, então lá era a dificuldade". (Marciano; Trindadeiro, 1980).*

Para arcar com a dificuldade, diversas famílias tentaram se juntar para montar um armazém. Mas, não sabiam como fazê-lo. Então, um deles, o Marciano "levava uma vidade de comércio", por ter trabalhado seis meses num armazém do Rio de Janeiro, começou a fazer "pesquisa".

*"Então, vamos fazer uma cooperativa. Mas, uma cooperativa como? Não sei, eu também não sei, vamos fazer um armazém tipo de uma cooperativa. Então eu procurei em Santos, fui no centro de cooperativismo e fiz entrevista com o gerente: como começar, como montar, como instalar uma cooperativa? O gerente foi muito atencioso e perguntou como que nós era, a população nossa. Então: nós somos uma comunidade de pescadores, lugar difícil, e os armazéns não fornecem todo mês, para a família. Ele explicou várias coisas, me deu o catálogo, os livros.*

*Recebi os catálogos e conversei com o pessoal e fomos chamando as pessoas: quem queria entrar? ... Então juntamos 15 pescadores, fizemos uma entrevista com o dono do armazém aqui em Ubatuba e ele disse: se vocês fazem isso, eu forneço a mercadoria, é só vocês serem legal comigo. Fomos a outro comerciante, fizemos entrevista com diversos donos de supermercado que também ficavam de acordo de nos*

*fornecer, enquanto a gente for justo na mercadoria ...*  
*(Marciano; Trindadeiro, 1980).*

Segundo conta o Marciano, após decidirem sobre a criação da cooperativa, houve uma eleição onde ele foi eleito responsável. Como ele continuava embarcando, o Manequinho, um Trindadeiro que já não embarcava mais por causa da idade, tomou conta dela. Porém, o Manequinho já era um "homem cansado", que não podia encarregar-se de todas as compras: chegou a não haver mercadoria para o pessoal todo, que reclamava e começava a achar que Marciano tinha - que desembarcar e tomar conta da cooperativa. Foi o que ele fez durante alguns dias, aproveitando para construir um local apropriado - "uma casinha de quatro por quatro, que ao total custou - parece que Cr\$ 400,00. A partir de então começou a se estruturar melhor o negócio que funcionou muito bem durante um ano.

Cada sócio entrou com Cr\$ 100,00. O Marciano encarregou-se das compras: ia de Trindade a Camburi à pó, chegava em Camburi, - pegava uma lanchinha até Ubatuba; fazia as compras no Maciel, por um valor que oscilava em geral entre 9 e 10 mil cruzeiros; contra tava então um barco e viajava de noite até Trindade, onde chegava e descarregava a mercadoria quando amanhecia o dia.

Cada sócio tinha um caderninho para marcar as compras e recebia um desconto de 30 centavos por kilo de mercadoria comprada chamado "o lucro", que ele em geral deixava no armazém para - permitir as novas compras. O não sócio só podia comprar na medida das disponibilidades e não tinha desconto. Para fazer esse trabalho, o Marciano recebia no início, Cr\$ 20,00 de cada sócio, depois passou para Cr\$ 25,00 e no final do primeiro ano passou para Cr\$ 30,00. Ele então propos receber a ajuda de duas pessoas, afim de poder voltar para a pesca, ou então, ser aumentado para Cr\$ .. 35,00. Só que:

*"Quando eu falei isso, eles acharam ruim, que eu já tava - roubando a cooperativa. Uns ficaram buchichando que não dava ..."* (Marciano; Trindadeiro, 1980).

Durante esse segundo e último ano, a cooperativa começou a funcionar mal - os sócios comprando cada vez mais fiado e "comen-

do o lucro", e o Marciano tendo que comprar cada vez mais mercadoria "fiado" em Ubatuba, por falta de dinheiro líquido no armazém:

"Deste ano para lá, eles vinham, começavam a retirar Cr\$ . 700, 800, 1 milhão de cruzeiros. Por aí. Então, vinham pagar. Se tinha 1 milhão, pagavam Cr\$ 500,00, ficava Cr\$ ... 500,00 no fiado. E voltavam a pescar e a família continuava a tirar. E eu continuava a buscar a mercadoria com o dinheiro que tinha na mão; chegava aqui, comprava, levava - mais Cr\$ 2.000,00 fiado. Então empatava 10, fazia 12, levava. Chegava no outro mês, a pessoa já tinha Cr\$ 500,00 de fiado, atingia mais Cr\$ 500, 600 e quando eles iam pagar, pagavam, vamos supor, Cr\$ 400, ficava 600, 700 a pagar. Então eles foram comendo o lucro e vamos supor, o fiado foi ficando, Então isso não foi um só, foi tudo.

Então fui, apresentei, chamei a sociedade toda, apresentei: tem essa coisa toda que vai acontecer, porque no final vocês não vão ter dinheiro para tudo isso aí e no final nós vamos dar nódo, um no outro porque, eu compro direitinho, - voce compra direitinho, mas por hoje não compra direitinho; vai chegar um ponto, vai dar um rombo, aí que vocês vão - culpar eu, mas eu estou mostrando o que vai acontecer, então é melhor nós consertar a sociedade e concertar isso. Porque é bom nós ter dinheiro livre do que ter dinheiro no fiado. Alguns compreendiam, alguns não compreendiam. Chegou a ponto que eu só tirava dinheiro do capital que empatava na mercadoria e o lucro nosso ia ficando fiado.

Ninguém pagava mais lucro ... Chegou ao ponto que quando - chegou no outro ano do balanço, dei o balanço: nós fomos a Cr\$ 59.000,00. Sabe quanto que tinha de dinheiro livre ? Tinha Cr\$ 8.000,00, e pouco dinheiro livre e tinha quase - Cr\$ 43.000,00 no fiado. Então chegou ao ponto que nos não podíamos mais funcionar.

A pescaria todo mundo parou e era a pescaria que produzia, mas a pescaria também falhou ... Quando entrou a Cia. o pessoal não tinha dinheiro para pagar aquele fiado. Teve pessoas que ficava com 3 milhão de cruzeiros de fiado-sócio, então esse dinheiro que ficou - 43 milhão que ficou no livro. Então parece que 25, 28 sócios tinha lucro, mas o res

tante dos sócios não tinha lucro e além de comer o lucro ele ainda furou no lucro de um sócio ...". (Marciano; Trindadeiro, 1980)

Coincidência ou não, a cooperativa acabou um ano após a entrada da Companhia na localidade. Ninguém tinha vendido ainda na época, mas o clima de insegurança reinante na aldeia obrigou pouco a pouco os homens a parar de embarcar e com esse fato as dificuldades financeiras, em grande parte responsáveis pelo fim da iniciativa, aumentaram. Em cima disso começou a se instaurar um clima de desconfiança entre um e outro. Não só o Marciano foi acusado de roubar, como foi criticado por ter registrado o armazém no seu nome - "detalhe" que levou a cooperativa à morte.

"Nisto, no segundo ano, eu abri uma caixa em Parati; comprava em Ubatuba, chegava em Parati, eu tinha caixa. Também eu registrei o armazém no meu nome, mas para que aquele fiscal quando viesse em Ubatuba, viesse em Parati, encontrasse eu fazendo compras, então sabia que eu tinha armazém registrado, Para não pagar multa ou parar de trabalhar, então eu registrei o armazém. Registrei no meu nome. O pessoal acharam ruim, e, teve reunião lá, queriam tirar no peito. Eu falei: "não, para mim é assim, assim. Agora, se vocês querem botar outro ... Isso não quer dizer nada, eu apenas registrei o armazém para não dar de cair numa infração e nós não poder funcionar mais. Agora, enquanto registrar no meu nome eu confio que eu não vou apanhar - seu dinheiro, nem tampouco dizer que o armazém é meu só. Portanto, o dinheiro do armazém é nosso, o dinheiro do - trabalho é nosso. É isso, quando vocês quiser estou aqui, quando vocês não quiser, não tou mais aqui".

Bem, quando chegou nessa época, ninguém quis mais pagar o armazém. Tanto fizeram uma reunião lá, houve brigas. Esse Prachedes foi um dos primeiros que queria brigar. Ele tava na cooperativa. Tava um dos sócios. Ele também saiu. Nós paguemos o dinheiro que ele tinha lá e saiu. Então, - foi um zum-zum-zum, particular. O Jair com mais alguns sócios propos de nós vender a casa, pegar o livro da cooperativa, pegar as notas, fazer o balanço ... Bem, eles fo-

ram pedir ao Lescar que tava iniciando na Trindade naquela época, para fazer o balanço. O Lescar falou que ele não ia fazer o balanço sem a minha permissão ... Eu também não disse nem que ele fizesse, nem que ele não fizesse. Eu apenas queria que eles como sócios fizesse balanço e provasse qual era o negócio meu, se ele era bom ou mal. Mas até hoje não me deram a solução ... de nada ..." (Marciano; Trindadeiro, 1980).

O interessante desse episódio não é saber se o Marciano roubou ou não, nem se ele registrou o armazém no seu nome, pensando numa possível venda ou na legalização. O importante é registrar o fato de que a aldeia nunca foi um mundo a parte, onde não existiam conflitos, nem relação com o dinheiro.

A COMPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS DA ADELA EM 1972**E.U.A.**

Aluminium Company of America  
 The Battelle Development Corporation  
 Brookdale Inc.  
 Burroughs Corporation  
 Caterpillar Tractor Co.  
 Chemical International Finance Ltd. (Chemical Bank)  
 Chrysler Corporation  
 The Coca-Cola Company  
 Continental Grain Co.  
 Continental Illinois National Bank & Trust Co. of Chicago  
 Crocker-Citizens International Corporation  
 Deere & Company  
 The Dow Chemical Company  
 E. I. du Pont de Nemours & Company Inc.  
 Exxon Corporation  
 The Fidelity International Corporation (The Fidelity Bank)  
 The Firestone Tyre & Rubber Company  
 First Chicago International Finance Corporation (First National Bank of Chicago)  
 First National City Overseas Investment Corporation (First National City Bank)  
 First Pennsylvania Overseas Finance Corporation (The First Pennsylvania Banking and Trust Company)  
 Ford Motor Company  
 General Motors Corporation  
 Gulf Oil Corporation  
 H. J. Heinz Company  
 IBM World Trade Corporation  
 INA Corporation  
 International Bank of Detroit (National Bank of Detroit)  
 International Harvester Company  
 International Systems and Controls Corporation  
 International Telephone and Telegraph Corporation (Irving Trust Company)  
 Kaiser Aluminium & Chemical Corporation  
 Kaiser Industries Corporation  
 Koppers Company Inc.  
 Kuhn Loeb & Co.  
 Loeb, Rhoades & Co.  
 Manufacturers-Detroit International Corporation (Manufacturers National Bank of Detroit)  
 Carl Marks & Co. Inc.  
 Mellon Bank International (Mellon National Bank and Trust Co.)  
 Northwest International Bank (Northwest Bancorporation)

Phelps Dodge Corporation  
 Pullman Incorporated  
 Shawmut International Corporation (National Shawmut Bank)  
 Joseph E. Seagram & Sons. Inc.  
 Standard Fruit and Steamship Company  
 Tenneco International Inc.  
 Train, Cabot and Associates  
 United Fruit Company  
 United States Steel Corporation  
 Wells Fargo Bank International Corporation (Wells Fargo Bank)  
 White, Weld & Co.

**Alemanha**

Commerzbank A. G.  
 Deutsche Bank A. G.  
 Deutsche Gesellschaft für wirtschaftliche Zusammenarbeit  
 Deutsche Überseeische Bank A. G.  
 Dresdner Bank A. G.  
 Farbwerke Hoechst A. G.  
 Ferrostaal A. G.  
 Klöckner-Humboldt-Deutz A. G.  
 Fried. Krupp GmbH  
 Metallgesellschaft A. G.  
 Schroeder, Münchmeyer, Hengst & Co.  
 Dr. August Oetker  
 Westdeutsche Landesbank Girozentrale  
 Württembergische Landeskommunalbank-Girozentrale

**Suécia**

AGA Aktiebolag  
 Alfa-Laval AB  
 Allmänna Svenska Elektriska Aktiebolaget  
 Atlas-Copco AB  
 AB Bonnierföretagen  
 AB Electrolux  
 Göteborgs Bank  
 A. Johnson & Co., HAB  
 Kockmss Mekaniska Verkstads AB  
 Rederiaktiebolaget Nordstjärnan (Johnson Line)  
 Sandvikens Jernverks A. B.  
 Saab-Scania A. B.  
 Skandinaviska-Enskilda Bank  
 Svenska Handelsbanken  
 Aktiebolaget Svenska Kullagerfabriken  
 The Swedish Match Company  
 Telefonaktiebolaget L. M. Ericsson  
 Gränges AB  
 Aktiebolaget Volvo

*Suiça*

André & Cie. S.A.  
 Volkart Brothers  
 Ciba-Geigy A. G.  
 Cosmos Bank  
 Diethelm Holding Ltd.  
 Electro-Watt Engineering Services Ltd.  
 F. Hoffmann-La Roche & Co. A. G.  
 "Holderbank" Financière Glarus A. G.  
 Industrial and Commercial Bank Zürich Ltd.  
 Litton International S. A.  
 Motor-Columbus Electrical Management Company Ltd.  
 Nestlé Alimentana S. A.  
 Oerl son-Fuehrle Holding A. G.  
 Société Générale pour l'Industrie  
 Sulzer Brothers Ltd.  
 Bühler Brothers  
 Swiss Bank Corporation  
 Swiss Credit Bank  
 Swiss Reinsurance Company  
 Union Bank of Switzerland  
 Robert Bosch Internationale Beteiligungen A. G.

*Japão*

The Bank of Tokyo Ltd.  
 The Dai-Ichi Kangyo Bank Ltd.  
 The Fuji Bank Ltd.  
 Nippon Steel  
 Hitachi Ltd.  
 The Industrial Bank of Japan Ltd.  
 Ishikawajima-Harima Heavy Industries Co. Ltd.  
 The Mitsubishi Bank Ltd.  
 Nippon Kokan Kabunshiki Kaisha  
 The Long-Term Credit Bank of Japan Ltd.  
 Nissan Motor Co. Ltd.  
 The Sanwa Bank Ltd.  
 The Sumitomo Bank Ltd.

*Luxemburgo*

Femsa Société Financière et des Brevets S. A.  
 Kreditbank S. A. Luxembourgeoise  
 Petrofina Holding-Luxembourg S. A.  
 Banca Commerciale Italiana Holding S. A.

*Grã-Bretanha*

Lloyds & Bolsa International Bank Ltd.  
 Barclays Bank D. C. O.  
 Baring Brothers & Co. Ltd.  
 British-American Tobacco Company Ltd.  
 British Match Corporation Ltd.  
 Dunlop Ltd.  
 Hill, Samuel & Co. Ltd.  
 Imperial Chemical Industries Ltd.  
 Lazard Brothers & Co. Ltd.  
 Midland Bank Ltd.  
 The Rio Tinto Zinc Corporation Ltd.  
 N. M. Rothschild & Sons  
 Schroder Investment Company Ltd.  
 Sandwell Ltd. (Bermuda)  
 The Shell Petroleum Co. Ltd.

*França*

Banque de l'Union Européenne  
 Paribas International  
 Union Auxiliaire de Financement, "UNIMAR"

*Itália*

Banca d'America e d'Italia  
 Banca Nazionale del Lavoro  
 Fiat S. p. A.  
 Istituto Mobiliare Italiano (I.M.I.)  
 Monte dei Paschi de Siena  
 Pirelli S. p. A.  
 Riunione Adriatica de Sicurtà "R.A.S."

*Holanda*

Algemeene Bank Nederland N. V.  
 Amsterdam-Rotterdam Bank N. V.  
 N. V. Philips Gloeilampenfabrieken  
 Shell Petroleum N. V.  
 Unilever N. V.  
 Steenkolen-Handelsvereniging N. V.

*Panamá*

Equity Investments Inc.

*Canadá*

Alcan Aluminium Ltd.  
 Bank of Montreal  
 The Bank of Nova Scotia  
 The Bata Shoe Organisation  
 Brascan Ltd.  
 Canadian Imperial Bank of Commerce  
 Cominco Ltd.  
 The Royal Bank of Canada  
 The Toronto-Dominion Bank

*Austria*

Oesterreichische Länderbank A. G.  
 Vereinigte Oesterreichische Eisen-und Stahlwerke A. G.  
 Waagner-Biro A. G.

*Bélgica*

Compagnie Financière et Industrielle (CO-FININDUS)  
 Solvay & Cie. S. A.  
 Syndicat Belge d'Entreprises à l'Etranger S. A. "SYBETRA"  
 Société de Traction et d'Electricité

*Dinamarca*

Carlsberg Bryggerierna (De Forenede Bryggerier A/S)  
 Den Danske Landmandsbank Aktieselskab  
 The East Asiatic Company Ltd.  
 Aktieselskabet Kjobenhavns Handelsbank  
 A. P. Moller  
 Privatbanken i Kjobenhavn Aktieselskab  
 F. L. Smidth & Co. A/S

*Espanha*

Banco de Bilbao  
 Banco Central S. A.  
 Banco Español de Crédito  
 Banco Exterior de España  
 Banco Hispano Americano



Banco Ibérico S. A.  
 Banco Popular Español  
 Banco Urquijo S. A.  
 Banco de Vizcaya  
 Sociedad de Inversiones Mobiliarias en el  
 Exterior S. A.  
 Instituto de Crédito a Medio y Largo  
 Plazo

#### *Finlandia*

A. Ahlström Osakeyhtiö  
 Ab. Nordiska Föreningsbanken  
 Kansallis-Osake-Pankki  
 Rauma-Repola Oy  
 Oy Strömberg Ab  
 Oy Tampella Ab  
 Valmet Oy  
 Oy Wärtsilä Ab

#### *Noruega*

Christiania Bank og Kreditkasse  
 Elkem-Spigerwerk A/S  
 Den Norske Creditbank

#### *Argentina*

Astra Campania Argentina de Petróleo S.A.  
 Loma Negra Compañía Industrial Argenti-  
 na S. A.  
 Banco del Interior y Buenos Aires S.A.  
 Compañía Naviera Pérez Compano S. A.  
 Bunge y Born Ltda. S. A.  
 Celulosa Argentina S. A.

Techint S. A. I. C.  
 Ernesto Tornquist y Cia. Ltda.

#### *Colômbia*

Corporación Financiera Colombiana  
 Corporación Financiera de Caldas  
 Corporación Financiera del Norte  
 Corporación Financiera del Valle  
 Corporación Financiera Nacional

#### *México*

Arrendadora Internacional S. A.  
 Casusus, Trigueros y Cia. S. A.  
 Compañía Fundidora de Hierro y Acero de  
 Monterrey S. A.  
 Ingenieros Civiles Asociados S. A.  
 Mexicana de Fomento S. A.  
 Odín S. A.

#### *Brasil*

Banco de Investimento Industrial S. A. —  
 INVESTBANCO  
 Banco Real de Investimento S.A.  
 Cia. Antártica Paulista  
 Cobrapar Cia. Brasileira de Participação  
 Klabin Irmãos & Cia.  
 Monteiro Aranha Engenharia, Comércio e  
 Indústria S. A.  
 Banco Safra de Desenvolvimento S. A.  
 Cia. Nacional de Tecidos

#### *Venezuela*

Banco Nacional de Descuento C. A.  
 Industrias Lácteas de Perija C. A.  
 Inversiones Dosco, S. A.  
 C. A. "La Seguridad"

Fonte: Guia Interinvest 1973 - Rio  
 em Dreifuss (1981)

## BIBLIOGRAFIA

AMARAL Edelweiss e GURGEL Heitor

1973 - Parati, caminho do ouro - Rio de Janeiro, liv. São José.

ANDRADA E SILVA Yeda Maria de Figueiredo

1979 - Trindade: sobrevivência e expropriação - Tese de Mestrado, Universidade Católica de São Paulo.

CAMPOS Fausto Pires de

1980 - A situação dos posseiros de Trindade no litoral sul-fluminense: uma visão histórica - trabalho prático, curso de - pós graduação em arte - USP - mimeo.

CANDIDO Antonio

1971 - Os parceiros do Rio Bonito - São Paulo

CARDOSO Ruth C. L.

1981 - Movimentos Sociais Urbanos: balanço crítico - mimeo.

CASTELLS Manuel

1973 - Luttes urbaines - Paris, Maspero

1974 - Movimentos sociales urbanos, Madri, Siglo XXI

1980 - Cidade, democracia e socialismo - Rio de Janeiro, Paz e Terra

CINTRA José Roberto

1979 - Histórico de Trindade e Parati - mimeo.

1980 - Comunidade caiçaras do litoral sul-fluminense ameaçadas - mimeo

DIEGUES Jr. Antonio C.S.

1973 - Pesca e marginalização no litoral paulista - Tese de mestrado Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.

DREIFUSS René Armand

1981 - 1964: A conquista do Estado - Petropolis, Vozes.

DUARTE Luis Fernando Dias

1978 - As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da produção de pescado em Jurubeba - Tese de Mestrado, Museu Nacional, Rio de Janeiro.

DURHAM Eunice Ribeiro

- 1978 - A reconstituição da realidade (um estudo sobre a obra etnográfica de Malinowsky) - São Paulo.

FREIRE Paulo

- 1979 - Multinacionais e trabalhadores no Brasil - São Paulo, Brasiliense.

GABEIRA Fernando

- 1979 - O que é isso companheiro ? Rio de Janeiro, Codecri.

GOFFMAN Erving

- 1975 - A representação do eu na vida cotidiana - Petrópolis, Vozes.

GONZALEZ Lelia e HASENBALG Carlos

- 1982 - Lugar de negro - Rio de Janeiro, ed. Marco Zero Ltda.

GRAMSCI Antonio

- 1968 - "Contribuições para uma história dos intelectuais" em Os intelectuais e a organização da cultura - São Paulo, Brasiliense.

GUATTARI Felix

- 1981 - Revolução molecular: pulsações do desejo - São Paulo, Brasiliense.

GUSMÃO Neusa Maria Mendes de

- 1979 - Campinho da independência: um caso de proletarianização caipara  
Tese de mestrado em Antropologia, Universidade Católica de São Paulo.

IANNI Octavio

- 1978 - A luta pela terra - história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazonia - Petrópolis, Vozes.

HOLANDA Sergio Buarque de

- 1979 - Raízes do Brasil - Rio de Janeiro, J. Olympio.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

- 1978 - Plano de desenvolvimento integrado e proteção do bairro histórico do Município de Parati (PDI) - Parati

KNIVET Anthony

- 1947 - Vária fortuna e estranhos fados de Anthony Knivet que foi com Tomaz Cavendish em sua viagem ao Mar do Sul no ano de 1851 - versão de Guiomar de Carvalho Franco, São Paulo, Brasiliana.

LENIN V. L.

- 1978 - Que fazer ? São Paulo, Hucitec.

LINHART Robert

- 1978 - Greve na fábrica - tradução de Miguel Arraes, Rio de Janeiro. Paz e Terra.

MAIA Thereza de Camargo

- 1976 - Parati: religião e folclore - Rio de Janeiro, LTC ed.

MALINOWSKI Bronislaw

- 1926 - Myth in primitive psychology - London.  
1976 - Argonautos do pacífico ocidental - São Paulo, Abril

MARTINS José de Souza

- 1979 - Terra e liberdade: a luta dos posseiros na Amazonia legal - Revista Plural, abril/junho nº 4, São Paulo.  
O cativo da terra - São Paulo, liv. ed. de Ciências Humanas.

MATTA Roberto da e LARAIA Roque de Barros

- 1979 - Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os Índios no Médio Tocantins - Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MATTOSO Adriana de Queiros

- 1980 - Parati - Preservação versus desenvolvimento turístico - Tese de graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

LOURÃO F.

- 1971 - Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo - Tese de doutoramento em Ciências Humanas, USP, mimeo.

MUSSOLINI Gioconda

- 1952 - Buzios island - a caiçara community in southern Brazil - University of Washington Press, Seattle and London.

MACRAE Edward

- 1982 - O militante homosexual no Brasil da "abertura" - projeto de tese de doutoramento em antropologia da Universidade de São Paulo.

NUNES Marcia Bandeira de Mello

- 1977 - Anões contra gigantes - Rio de Janeiro, tese apresentada ao PPGAS do Museu Nacional.

PESSANHA Eliana Gonçalves da Fonte

- 1977 - Os companheiros: trabalho na pesca de Itaipu - Tese de mestrado, Museu Nacional do Rio de Janeiro.

PRADO Jr. Caio

- 1979 - História Econômica do Brasil - São Paulo, Brasiliense.

REIS Paulo Pereira dos

- 1971 - O caminho novo da Piedade no nordeste da Capitânia de São Paulo, Conselho Estadual da Cultura, São Paulo.

SANTOS Carlos Nelson Ferreira dos

- 1981 - Movimentos urbanos no Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, Zahar ed.

SHELTON H. Davis

- 1978 - Vítimas do milagre - Rio de Janeiro, Zahar ed.

SILVA Carlos Eduardo Luis da (Coordenador)

- 1978 - Ecologia e sociedade: uma introdução às implicações sociais da crise ambiental - São Paulo, ed. Loyola.

SINGER Paul e BRANT Vinicius Caldeira

- 1982 - São Paulo: o povo em movimento - Petrópolis, Vozes

SOARES Glaucio Ary Dillon

- 1976 - A questão agrária na América Latina - Rio de Janeiro, Zahar ed.

SOUZA Alfredo Mendonça de

- 1977 - Prehistória de Parati - em Nheengatu - Cadernos Brasileiros de Arqueologia e Indigenismo ano I nº 2.

SOUZA Gabriel Soares

- 1851 - Tratado descritivo do Brasil em 1587, comentada por F. A. Varnhagem - Rio de Janeiro.

STADEN Hans

- 1974 - Duas viagens ao Brasil (1547-1555). Tradução de Guiomar de Carvalho Franco; Belo Horizonte, Liv. Itatiaia.

SWARTZ Marc

- 1968 - "Introdução" a "Local - level politics"; Chicago, Aldine

TOURAINÉ Alain

- 1976 - Les sociétés dépendantes - Paris, ed. Duculot.

VADROT Claude Marie

- 1978 - L'écologie, histoire d'une subversion - Syros ed.

WEBER Max

- 1981 - A ética protestante e o espírito do capitalismo - São Paulo, ed. Pioneira.

WOLF Eric R.

- 1979 - Las luchas campesinas del siglo XX - Madri, siglo XXI.

VOGT Carlos e FRY Peter

- 1982 - A "descoberta" do Cafundó: alianças e conflitos no cenário da cultura negra no Brasil. Religião e Sociedade, São Paulo. nº 8.

JORNAIS

## . ARTEFATO

04.09.1978 - "Trindade de mãos amarradas"; Guy Van de Beuque  
e Angela Mascelani.

## . O ESTADO DE SÃO PAULO

22.05.1975 - "Rio-Santos 257 kms de aventura"

## . FÔLHA DE SÃO PAULO

28.07.1981 - "Empreendimentos preocupa moradores de Trindade"  
Cecília Pires.

## . FÔLHA DE SÃO PAULO

17.06.1977 - "Parati queima de casas deixa caiçara revoltado"  
Siqueira Priscila.

## . JORNAL DA TARDE

04.02.1974 - "Histórias de uma aldeia visitada pelo medo";  
Marcos Faerman

## . O CORREIO DE PARATI

ano 2, nº 3 - pg. 4

MAPAS

. As praias da aldeia . . . . .	pg. 006
. Estrada Rio-Santos . . . . .	pg. 018
. A ocupação habitacional da comunidade antiga . . . . .	pg. 059
. Os acôrdos propostos . . . . .	pg. 166
. A ocupação habitacional da aldeia em julho de 1978 . . . . .	pg. 166 (bis)
. A ocupação habitacional da aldeia em setembro de 1979 . . . . .	pg. 196 (bis)

(desenho: Regina Palermo Bonfim)



## FOTOS

Praia de Fora .....	pg. 6
Praia de fora e praia do Caixa d' Aço.....	pg. 6
Praia do Meio.....	pg. 7
Praia do Cepilho.....	pg. 7
Pedras da cachoeira.....	pg. 9
A caravana (Fausto Campos).....	pg. 10
Praia de Fora (Fausto Campos).....	pg. 13
Casas após despejo.....	pg. 13
Pesca (Fausto Campos).....	pg. 48
Conserto da rede.....	pg. 48
Pesca.....	pg. 49
Artesanato.....	pg. 49
Lavoura (Fausto Campos).....	pg. 49
A fabricação da farinha.....	pg. 51
Casa de pau-a-pique (Fausto Campos).....	pg. 52
Mulher e marido.....	pg. 56
Jagunço armado (Sidney Corally)	pg. 86
Casa queimada (Adriana Mattoso).....	pg. 87
Trator (Adriana Mattoso).....	pg 115
Reuniões na praia do Cepilho (Fausto Campos).....	pg 186
O despejo.....	pg 192
O despejo.....	pg 193
O despejo.....	pg 193 bis
Famílias despejadas.....	pg 198
O projeto da Praia de Laranjeiras (F. Campos).....	pg 228

-----